



GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

143ª Reunião da Câmara Técnica Legal e Institucional – CTIL do Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH.

Brasília/DF.
12 de Abril de 2018.

(Transcrição ipsis verbis)
Empresa ProixL Estenotipia

1 (...)
2

3 A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) - Passamos agora para o terceiro item de pauta, a
4 “proposta de resolução que define diretrizes e critérios para o estabelecimento de prioridades para a
5 outorga de direitos de uso de recursos hídricos, como conteúdo mínimo dos planos de recursos hídricos,
6 conforme inciso 8º do art. 7º da Lei 9.433”. Essa matéria foi encaminhada pelas Câmaras Técnicas do
7 Plano Nacional de Recursos Hídricos, e de Outorga, já esteve, já foi apresentada nessa CTIL e agora
8 trazemos novamente a matéria porque na última reunião da CTIL houve algumas considerações que
9 exigiram que voltássemos à matéria nessa reunião. Então, eu peço a Roseli que projete a resolução, a
10 proposta de resolução, e abro a palavra para os comentários dos Senhores e Senhoras a respeito.
11 Alguém gostaria? Que participou, inclusive dos processos na CTPOAR, na CTPNRH?
12
13

14 O SR. GUILHERME SILVA DE GODOI (MME) – Obrigado. Sou Guilherme Godoi, sou como já disse,
15 representante na CTPNRH do Ministério de Minas e Energia, infelizmente a presidente da CPNRH não
16 pôde estar presente hoje, mas me pediu que viesse representando a Câmara Técnica justamente para
17 trazer para vocês aí um pouco do relato de como foi o trabalho de construção dessa proposta de
18 resolução, de prioridades para outorga. Primeiramente, eu queria destacar que esse tema foi objeto de
19 discussão na reunião do CNRH, que por uma demanda encaminhada pelo Ministério de Minas e Energia
20 e que foi deliberado por encaminhar os temas às Câmaras Técnicas para avaliação mais aprofundada,
21 isso foi feito com a criação de um GT composto por participantes da CTPNRH e da CTPOA. Na reunião de
22 abril de 2017, foi então instalado esse GT, e esse GT ele teve, assim, uma abertura à participação dos
23 membros interessados no tema, enfim, e também houve oficinas de discussão do tema envolvendo as
24 duas Câmaras Técnicas. Na reunião de maio que foi a primeira reunião do GT foi realizada uma oficina,
25 justamente para levantar os principais pontos e tal, para encaminhar aí o trabalho de discussão mais
26 efetivo do GR. Eu vou tentar ser bem sucinto na minha descrição em cima do pedido que a Jussara me
27 fez. Então, a gente teve um trabalho árduo durante todo o ano de 2017, foram realizadas seis reuniões
28 efetivas desse GT e mais uma série de trocas de e-mails entre esses participantes, justamente para
29 tentar compilar todas as ideias e tentar construir uma versão mais próxima do consenso entre os
30 membros participantes interessados com o assunto. A avaliação dos trabalhos lá no âmbito desse GT, ele
31 passou por diversas abordagens assim, foram levantados diversos pontos que eu vou tentar pontuar aqui
32 rapidamente alguns deles, por exemplo, foi avaliada a abordagem dos vários tipos de planos em relação
33 ao tema né, dos planos nacionais, estaduais e planos de bacia né, como cada um desses planos trata esse
34 assunto, foi abordada também uma avaliação multicritério, e aí mais focado, eu pontuo aqui é a análise
35 econômica do tema, análise do impacto econômico, do impacto produtivo, impacto social, impacto
36 hídrico para a bacia, além de, boas práticas de reuso, boas práticas reuso e uso sustentável, tudo isso foi
37 considerado nessa avaliação multicritério. A análise da operacionalização também considerou várias
38 questões, por exemplo, limites máximos de priorização, áreas de restrição de uso, outorga sazonal, a
39 discussão no GT chegou nessas minúcias assim, justamente para tentar trazer uma visão mais de
40 consenso sobre esses pontos. A análise do horizonte de aplicação das prioridades de outorga, também
41 foi... é no curto, médio e no longo prazo, como é que deve ser essa questão? A análise das situações de
42 disponibilidade hídricas das bacias, ou seja, bacias em situação de escassez, escassez relativa, escassez
43 absoluta, vamos tratar a gestão de risco, gestão de crise no âmbito dessa questão da resolução de
44 prioridades. E também os desdobramentos do estabelecimento das prioridades nos planos e nas
45 outorgas estabelecidas também né, como contratar essa questão de estabelecimento de prioridade e

considerar outorgas, empreendimentos, utilizações já estabelecidas na bacia né, isso também foi um tema bastante discutido no trabalho do GT. Então, como algumas sínteses dos resultados eu aqui relato até, inclusive do material que a Jussara me pediu para relatar, que as prioridades de outorga deveriam ser definidas em planos de recursos hídricos, os comitês de bacia, ou na sua ausência os conselhos de recursos hídricos seriam os fóruns de discussão das diretrizes para outorgas de direito de uso, também avaliou se a definição de situações nas quais a prioridade de uso seriam aplicadas, mas como é muito abrangente e considera diversos cenários, por exemplo, escassez, excesso, gestão de crise, gestão de risco, são muitos porém que têm que ser avaliado, não... optou-se por deixar essa definição para ser feita na fase de definição no plano de recursos hídricos. E outros elementos complementares que foram levantados, por exemplo, como a necessidade de atualização dos cadastros de usuários né, trazer a realidade como é hoje na bacia, usar dados atuais para trabalhar essa questão de definição de prioridades. Esses foram alguns dos resultados das oficinas que foram consubstanciadas na proposta de minuta encaminhada para a reunião conjunta da CTPOAR e CTPNRH realizada no dia 31 de janeiro, e na ocasião com ampla participação dos representantes dessas duas câmaras, a minuta foi aprovada com apenas um voto contra, e uma abstenção. Então, esse é o relato que me foi pedido pela Jussara, estou à disposição aí para contribuir.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Obrigada. Eu passo a palavra à Natália, da Agência Nacional de Águas.

A SRª. NATALIA DE MELO LACERDA (ANA) – A gente aqui da ANA preparou uma apresentação, para mostrar algumas das leituras que a gente fez, inclusive jurídicas a respeito da minuta proposta, e quem fez essa apresentação... eu vou passar para o Rodrigo que a palavra é para o Rodrigo que ele conduz.

O SR. RODRIGO FLECHA FERREIRA ALVES (ANA) – A apresentação está lá Adriana. Eu só queria fazer uma introdução breve no sentido de, eu acho que o Luciano Meneses é que vai fazer a apresentação, mas essa apresentação foi motivada pelo fato de, após uma avaliação bem aprofundada e criteriosa da ANA com alguns outros atores nós identificamos o conjunto de aspectos relacionados a demanda que foi ao próprio Conselho Nacional de Recursos Hídricos, demanda essa, que foi encaminhada, salvo melhor juízo, pelo próprio setor elétrico, acho que foi isso no primeiro momento, não é isso? A demanda veio na linha da possibilidade de construir uma resolução que abordasse não somente a questão da definição de prioridades de outorga, ou prioridades de uso, e aí tem um outro aspecto conceitual também, e legal que a gente precisa de aprofundar isso, tá? Que isso tem um rebatimento ao longo de todo conteúdo da resolução, quer dizer, essa demanda foi encaminhada ao conselho que debateu e encaminhou, remeteu a esse aspecto às duas Câmaras Técnicas que constituíram o GT, quer dizer, o foco, além da definição da prioridade de outorga e prioridade de uso, que no nosso entendimento é a mesma coisa, eu acho que o Luciano vai ter a oportunidade de abordar isso mais em detalhes e didaticamente na apresentação dele, não somente da definição, mas também que contemplasse a questão da aplicabilidade, isso foi um aspecto abordado pelo próprio conteúdo do ofício encaminhado pelo Ministério, depois a gente vai o conteúdo do próprio ofício que a gente menciona, está aí, quer dizer, além desses aspectos conceituais e legais que dizem respeito a prioridade de outorga e barra prioridade de uso, que eu não vou entrar em detalhes aqui, o Luciano vai abordar, a gente identificou também um conjunto de outros aspectos legais, que vão ser apresentados aqui pelo Luciano algumas passagens que tratam da questão de legalidade, que a gente vem abordando e também de temáticas que precisariam também de serem regulamentadas pelo conselho previamente, para dar mais robustez a própria resolução também como, por exemplo, áreas de restrição de uso que tem uma proximidade extremamente forte com essa questão de

prioridades de uso de recurso hídricos né, ou prioridade de outorga, além de questão que está em debate também sobre águas subterrâneas e águas superficiais, que as duas Câmaras Técnicas estão trabalhando nesse conceito né, nessa regulamentação. Então, em cima disso é que a gente achou... após essa avaliação que, em função desses conjuntos de aspectos que eu mencionei aqui legais e institucionais e necessidades acopladas a alguns aspectos que precisam ainda previamente ser regulamentados pelo conselho, é que, a proposta da Agência Nacional de Águas nesse caso, é de que essa resolução volte para as duas Câmaras Técnicas para que esses aspectos sejam equacionados, essa minuta vote para que a gente tenha uma robustez e uma coerência legal com relação ao conteúdo dessa minuta tá Júlio? Então eu vou passar a palavra ao Luciano que pode detalhar um pouco mais esses aspectos que eu apresentei aqui, eu acho que esses aspectos vão ficar bastante claro na apresentação do Luciano. Luciano, por favor.

O SR. LUCIANO MENESES CARDOSO DA SILVA (ANA) – Bom dia. Meu nome é Luciano Meneses eu sou coordenador de outorga da Agência Nacional de Águas, e obrigado pela introdução do Rodrigo, são reflexões que eu vou apresentar aqui do ponto de vista legal e institucional sobre a proposta de resolução. Então, a apresentação, o conteúdo dela é um brevíssimo histórico na avaliação da aplicabilidade da minuta de resolução, são essas reflexões legais e institucionais, circunstâncias e consequências, que precisam estar nessa resolução, alguns esclarecimentos, e a proposta de encaminhamento que o Dr. Rodrigo já adiantou, que é o retorno para as Câmaras Técnicas para aprofundar esses itens que eu vou abordar aqui agora, por favor. O histórico começou com o ofício do Ministério de Minas e Energia que solicita ao Conselho Nacional avaliar e conceituar por meio das Câmaras Técnicas a aplicabilidade das prioridades da outorga de recursos hídricos como conteúdo mínimo dos planos, pode passar, por favor. Houve um requerimento de urgência com a proposta de moção, que pede, que recomenda aos comitês de bacias o que estava na proposta de moção, que suspenda as atividades relativas da definição, deliberação ou aplicação das priorizações. A posição da ANA nesta reunião aqui por meio do então Diretor-Presidente Vicente Andreu foi... isso aqui é a transcrição do áudio até, ele falou assim “É fundamental que os Comitês definam nos seus planos quais são as prioridades de uso, e como serão aplicadas” a proposta foi rejeitada, e o encaminhamento foi que passasse para a discussão das Câmaras Técnicas, e foi o relato que a gente ouviu há pouco do representante das instituições científicas. Bom, a conclusão do histórico né, que a gente... pela leitura da minuta de resolução, é que ela atende parcialmente ao que foi demandado pelo conselho né, ela não traz os mecanismo de aplicação das prioridades de uso, o que pode gerar interpretações não uniformes para a aplicação, eu até copieei uma expressão utilizada no ofício e no requerimento de urgência do setor elétrico que achamos interessante né, que pode gerar interpretações não uniformes, isso pode ter um certo risco na aplicação. Pode passar. Bom, agora vamos entrar nessa avaliação legal e institucional, para qual peço licença por não ser jurista, a área técnica, a leitura que nós fizemos a gente conseguiu destacar uma série de detalhes que a gente considera que precisam estar contempladas na resolução. Eu começo essa avaliação com uma pergunta, a minuta de resolução contempla os cinco dispositivos da Lei 9.433 que tem relação com o tema? Quais são esses cinco dispositivos? Aqui nesse slide tem três deles, no slide seguinte tem os outros dois. O primeiro deles é o artigo primeiro que é dos fundamentos, que é inciso 3º que fala “Em situações de escassez o uso prioritário de recursos hídricos é o consumo humano e a dessedentação de animais” veja que o legislador de cara já definiu dois usos prioritários, provavelmente para não correr o risco de um dia alguém pensar em colocar algum outro uso na frente desses né, então ele já definiu isso, e mais que isso, ele definiu as circunstância em que eu aplico essa prioridade, é um artigo extremamente importante, não é à toa que ele está nos fundamentos, ele já definiu um uso prioritário, e a circunstância em que ele deve ser aplicado, em seguida, o segundo dispositivo está no artigo 7º inciso 8º do conteúdo que dispõe-se do conteúdo mínimo dos planos de

recursos hídricos e diz, o conteúdo mínimo tem lá “Prioridades para outorga de direito de uso de recursos hídricos” nessa hora eu tenho que fazer uma pausa aqui para fazer... pegar um jargão da área jurídica Eldis, para fazer uma análise sistêmica, não é possível ler esse dispositivo aqui sem ler esse outro dispositivo, um depende do outro. Só avança um slide. Um depende do outro, esse artigo 3º “Toda outorga estará condicionada a prioridade de uso estabelecidas dos planos de recursos hídricos” remeto à esse aqui, e quando chega nesse fala “Prioridades para outorga” e para esse outro item, então eles guardam relação biunívoca, um fala do outro, um depende do outro. Esse inciso existe por conta desse artigo, esse artigo demandou esse inciso, é desse jeito, toda outorga estará condicionada as prioridades de uso estabelecidas nos planos, então você tem que ir aos planos e ver se ela está elencada dentro dos elementos mínimos, e está, então isso aqui só existe porque esse artigo demandou, por conta disso, eu não posso enxerga-los como coisas separadas, coisas distintas, eles são a mesma coisa, em suma, prioridade para outorga, não se esqueça, prioridades para outorga de direito de uso, é o mesmo que prioridades de uso, é a mesma coisa, e ambos... pode passar, por favor, estão relacionadas à essa situação aqui que é o momento, a circunstância em que você aplica essas coisas, quer dizer, aplica a prioridade que são situações de escassez, tanto que nesse artigo já fala “...em situações de escassez uso prioritário é o consumo humano da dessedentação de animais” o legislador já elegeu esses dois como prioridade um, e o entendimento é que, o que é que os comitês por meio dos planos devem fazer? Ampliar esta lista. O que o legislador fez foi, olha, a prioridade um são esses dois, o restante, a ampliação dessa lista vai caber por meio dos planos de comitês e etc., vai caber aos comitês, então vamos lá.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível).

O SR. LUCIANO MENESES CARDOSO DA SILVA (ANA) – Sim, sem prejuízo, não é à toa que está com fundamento. Pois não. Eu já falei de três dispositivos, tem mais esses dois dispositivos. Art. 15 também da Lei 9.433, olha o que ele diz, a outorga de direito de uso de recursos hídricos, poderá ser suspensa parcial ou totalmente definitivo ou com prazo determinado nas seguintes circunstâncias, destaquei o inciso 3º e o inciso 3º fala “Necessidade premente de água para atender a situações de calamidade, inclusive as decorrentes de condições climáticas...” dá só mais um clique, isso aqui está incluído situações de escassez, situação climática diversa é uma situação de escassez, ou seja, ele não tem água para todo mundo e nesse momento eu posso, é posso, não é devo, eu posso mexer nas outorgas, mexer nos direitos de uso de recursos hídricos que estão vigentes. Aliás, eu esqueci de falar uma coisa importante, só volta para o slide anterior. Uma outra maneira... peço desculpas, tá? Uma outra maneira de ler este art. 13 é o seguinte, vamos lá “Toda a outorga estará condicionada às prioridades de uso estabelecidas nos planos” então substituir a palavra outorga por “direito de uso” então “Todo direito de uso estará condicionada as prioridades” o meu direito de uso, eu sou um usuário de determinada finalidade, o meu direito de uso está condicionada a minha prioridade de uso, é isso que ele quer dizer, o meu direito está condicionado a minha prioridade, quando? Em qualquer situação? Não em situações de escassez, claro, e quando tem água para todo mundo, tá todo mundo feliz, não precisa, quando não tem água entra aquele ditado popular né “se a farinha é pouca, meu pirão primeiro” para evitar isso, é que se criou toda essa estrutura para se definir prioridades, decrescentes e etc., a gente vai falar um pouco mais disso adiante, então é outra maneira de ler esse artigo. O meu direito de uso, depende, está condicionado a minha prioridade de uso, aquela que me foi atribuída. Prioridade de uso é estabelecida nos planos, o plano estabeleceu uma prioridade para mim, eu sou um irrigante, eu sou que o plano estabeleceu para meu direito de uso. Veja, toda outorga estará condicionada a prioridade de uso estabelecida nos planos, eu sou um irrigante, eu sou da área de mineração, hidroelétrica, enfim, geração e energia, não importa, eu tenho uma determinada finalidade, cujo plano atribuiu uma prioridade,

190 pronto. Esse meu direito de uso está condicionado a esta prioridade. Em que momento ela se manifesta?
191 No momento que houver uma situação de escassez, e já foi garantido essa prioridade um aqui, e o
192 restante, depois... pode passar, vamos lá, mais um. Então, esse item aqui já contempla essa situação né,
193 essa é uma circunstância, quando em uma situação de escassez, situação climática diversa, calamidade,
194 por exemplo, uma barragem que tem lá com razão mínima para jusante, sei lá, é um exemplo tá, dez
195 metros cúbicos por segundo, é a vazão mínima, e dela dependem vários usos que estão a jusante e
196 vamos supor que os dez estejam bastante comprometidos com todos eles, com todos esses usos, por um
197 problema eletromecânico não pode largar esses dez, está largando cinco metros cúbicos, isso vai durar
198 vários meses, vamos supor, o que fazer? Você tem uma série de usos dependentes daqueles dez,
199 originalmente, e agora você só tem cinco, e aqueles cinco vai durar cinco, seis meses até que se corrijam,
200 isso é uma calamidade. Então, nesse momento por uma escassez, uma situação de escassez artificial né,
201 não foi criado pela natureza, escassez, e nesse momento você precisa aplicar essas questões de
202 prioridades. A jusante das barragem do São Francisco, por exemplo, está em situação de escassez. Está
203 abaixo daquele mil, mil e cem metros cúbicos por segundo (...) está na casa de quanto hoje? Nem sei,
204 500, 600? 550. É uma situação de escassez? É, porém, a quantidade de água que existe lá é suficiente
205 para atender os usos todos que estão rio abaixo, usos, captações, existe água, a soma das captações eu
206 acho que está em torno de 100, sei lá, alguma coisa assim, é suficiente, apesar de estarmos em uma
207 situação de escassez, mais adiante a gente vai voltar a esse ponto. Este outro item aqui ele é uma
208 excepcionalidade criado pelo legislador, o que é isso aqui? Vamos lá, “toda outorga permanece
209 suspensa, parcial...” tal, tal, tal, “...nas seguintes circunstâncias, necessidade de se atender a usos
210 prioritários de interesse coletivo para os quais não se dispunha de fontes alternativas” o que é uma
211 excepcionalidade, o legislador ele criou a possibilidade aqui, de quem de direito, daqui a pouco eu
212 explico porque o “quem de direito”, tem uma razão esse meu quem de direito, de quem de direito
213 escolher pinçar o empreendimento, qualquer, de qualquer finalidade, de qualquer prioridade, ele pinçar
214 e dizer o seguinte, este empreendimento é um uso prioritário de interesse coletivo ele não tem fonte
215 alternativa de água, e por isso eu vou colocá-lo no primeiro batalhão lá, junto com o uso prioritário, ao
216 lado ali de consumo humano e dessedentação de animais, veja, uma vez escolhido ele, e ele pode ser
217 qualquer coisa, qualquer finalidade, pode ser, chutando aqui um exemplo, ele pode ser um
218 assentamento rural de comunidades, de centenas de famílias fazem irrigação, vamos supor que nessa
219 bacia a irrigação esteja lá na 5ª prioridade, vamos supor, prioridade cinco, mas aquele assentamento
220 rural especificamente do qual dependem centenas de famílias que não tem uma alternativa de captação
221 de água, quem de direito foi lá e elegeu esse empreendimento como uso prioritário de interesse
222 coletivo, pincei ele, botei uma posição especial e disse “outras outorgas poderão ser suspensas parcial
223 ou totalmente... com vistas a necessidade de atender a esses usos” ou seja, você dá um destaque para
224 esse usuário, para esse setor usuário, pode ser uma usina termoeletrica? Pode. Pode ser uma
225 mineradora da qual uma região inteira depende economicamente daquela mineradora? Pode. Quem de
226 direito é que vai decidir isso. “Mas por que você está falando toda hora quem de direito?” porque a
227 legislação não traz, não diz em nenhum canto, nem na lei, nem nas resoluções do Conselho quem é que
228 tem a prerrogativa de dizer quem são esses usos prioritários de interesse coletivo, eu não sei dizer, se
229 perguntar “Luciano você acha que é quem?” não sei, pode ser o comitê? Pode. Pode ser um conselho
230 estadual ou nacional? Pode. Pode ser o governador do Estado? Um Fórum de governadores se for uma
231 bacia, né? Que abrange vários Estados, pode, o Presidência da República... não sei quem é, não sei, eu
232 acho que é um tema que precisa ser debruçado, mas é uma excepcionalidade, isso nunca vi ninguém,
233 nunca vi, não sei, se alguém souber aqui por favor, vou ficar feliz em saber, mas eu nunca vi ninguém
234 decidir “esse é um uso prioritário de interesse coletivo” e por isso você tem que revogar e etc., etc.,
235 todas as outorgas para atende-lo, tá? E ele tem esse requisito aqui viu? Não pode expor de fonte
236 alternativa. Pode passar, por favor. Então, veja, repito a pergunta, ele contempla os cinco dispositivos?
237 Ele não contempla, a minuta de resolução que está agora em discussão não contempla, não passa, não

perpassa esses cinco dispositivos, ele contempla apenas o art. 7º, né? Que é do conteúdo mínimo dos planos. Pode passar. O quê que falta? Circunstâncias e consequências da aplicação das prioridades de uso, falta um capítulo ou discorrer um pouco mais para se ter consequência regulatória desse documento que a gente está hoje discutindo. Veja, da leitura da Lei 9.433 “as prioridades restringirão” não é outra expressão não “restringirão os direitos de uso de recursos hídricos em duas circunstâncias: circunstância A...” isso pinçando a Lei, tá? “Calamidades/situações climáticas adversas” o quê que se traduz isso? Quando as vazões existentes no corpo hídrico são insuficientes para suprir os usos outorgados, não é qualquer uso, é uso outorgado, uma coisa que eu sempre falo, que eu aprendi com o ex-coordenador de outorga da Secretaria de Recursos Hídricos da Bahia, Eduardo Cardoso, em 93 a 94, era bolsista da iniciação científica, já mexia com isso, ele falava assim “Luciano se não tem outorga, não existe, não deixe de dar outorga para alguém em função de outras pessoas que nunca se apresentaram para pedir outorga, não faça isso, e o que eu estou falando hoje, amanhã vai ser mais verdade ainda, depois de amanhã mais verdade” imagine 24 anos depois, né? Então quem não tem outorga, é porque não vem dizer que não sabe, não conhece o instrumento, não é por isso, deve ser por outro motivo, vamos lá, voltando. Então, quando se tem vazões no corpo hídrico inferiores, e não são suficientes para atender os usos outorgados, seja por motivo natural ou artificial como exemplo que eu dei aqui da barragem que deu problema e tal, como é que eu aplico isso? Tem que haver uma restrição temporária dos quantitativos outorgados de forma proporcional às prioridades de uso atribuída, e neste momento eu chamo a atenção o seguinte, não há necessidade de alterar as outorgas, eu explico com uma coisinha que eu esqueci de botar aqui, que é o seguinte, nas nossas outorgas, nas outorgas da ANA... Todas as outorgas da ANA vem com o seguinte dispositivo “os quantitativos outorgados neste ato, poderão ser alterados em decorrência de condições climáticas adversas de alocações de águas, de marcos regulatórios, de condições especiais de uso da água ou ainda, da necessidade de se atender a usos prioritários” já está na outorga, o usuário que recebe a outorga da ANA isso há anos, né? Há anos está assim, o usuário que recebe a outorga da ANA ele sabe que em função desses critérios que eu falei aqui, o seu direito de uso pode ser restringido, ele não vai utilizar plenamente o direito de uso por um tempo determinado, claro, em funções de situações de escassez, calamidade e etc., em função disso, são as situações que eu coloquei ali, ele tem a outorga dele de captar dez unidades lá de volume, mas durante um determinado tempo ele vai captar menos e depois ele volta a fazer o pleno exercício do seu direito de uso, então essa é uma circunstância de restrição cuja aplicação é essa da forma que a gente colocou aqui, agora veja que está colocando aqui o seguinte, que essa restrição temporária se dará de forma proporcional a prioridade de uso que foi atribuída, se você vai restringir menos, eu acho que a lógica é essa né, você vai restringir menos os usos mais prioritários e restringir mais os usos menos prioritários, não pode cortar de baixo para cima, simplesmente eliminar o último uso né, e a princípio eu acho que não, por isso que eu coloquei isso aqui, atenção, essas restrições devem proporcionar o uso múltiplo das águas, olha o que diz aqui no fundamento né, art. 1º inciso 4º “A gestão de recursos hídricos deve sempre proporcionar o uso múltiplos das águas” esse sempre, inclui situações de escassez, sempre é sempre, não é às vezes, só quando tiver água para todo mundo, não, deve sempre proporcionar, então no estabelecimento de prioridades de uso e de cotas de sacrifício por prioridade, seguindo esse artigo aqui, você não pode simplesmente chegar assim “olha, não tem água para todo mundo, então você é o último prioritário, você pare completamente o seu empreendimento” não, você vai reduzir mais do que este mais prioritário, enfim, vai ter uma escala né, uma gradação de cotas de sacrifício, vamos falar assim, de restrições de uso. Pode passar, por favor.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Luciano, você consegue concluir?

O SR. LUCIANO MENESES CARDOSO DA SILVA (ANA) – Sim, eu acho que sim, acho que sim. A segunda restrição, desculpa... a segunda circunstância é bem específica que é do esgotamento dos limites outorgáveis, todo órgão gestor tem o seu critério de outorga, define um teto na cota, um limite, a quantidade máxima que ele pode dar de outorgas, e você vai dando outorgas e etc., e um dia bate na tampa, chegou no limite, quando estiver nesse estado, nesse estágio e eu tiver um, estabelecido né, usos prioritários de interesse coletivo para os quais não se dispõe de fontes alternativas, esses eleitos, esses usuários que forem eleitos etc., aí sim eu posso aplicar essa suspensão parcial ou total em definitivo ou por prazo determinado de outorgas existentes, é a aplicação do art. 15, isso sim, resultará em alteração dos atos de outorga, veja que o anterior não precisa alterar o ato de outorga, basta ter um comando dentro da própria outorga dizendo “meu amigo, em algum momento você pode usar menos água, mas depois você volta a fazer pleno uso” situações como essa não, você vai retirar a outorga de alguém para dar pra esse usuário, a lei traz isso, a lei traz dessa forma, por favor. Quero fazer dois esclarecimentos, já terminando, dois esclarecimentos, e duas perguntas lá no final. Esclarecimento um, não há previsão legal na Lei 9.433 de condicionamento de outorgas futuras em função de prioridade de uso, não tem isso, de você “não vou dar outorga, vou deixar de dar outorga, eu vou tirar outorga, vou deixar de dar outorga porque haverá um uso futuro...” o máximo que existe está no art. 14 da Resolução 16 do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, que dispõe sobre outorga e fala o seguinte que, os planos de recursos hídricos, eles deverão levantar as outorgas existentes, e quando for o caso, fazer recomendações aos órgãos gestores para que adapte, ajuste, essas outorgas. Obviamente se é plano, em função de coisas futuras, mas vejam, o ajuste, essas outorgas é na linha de, por favor, o seu uso está muito perdulário, e você tem que ser mais eficiente no seu uso, ou então você trata muito pouco a sua água, o seu influente, e você tem que tratar mais, enfim, são ajustes nesse sentido e não de “olha, vou tirar a sua outorga porque mais adiante vai entrar um outro, um uso novo aqui que a gente tá esperando” não tem base legal do nosso ponto de vista para uma colocação como essa, dessa forma, a minuta de resolução é o único ponto que eu trago aqui da minuta que eu pinço ela bate de frente com isso e não tem respaldo legal, ela tem um dispositivo na minuta que é o seguinte, as prioridades para outorga passam a vigorar na data de aprovação do plano, e aplica-se às outorgas que foram concedidas a partir dessa data, veja, tudo que eu falei aqui eu não entrei em data que foi dada a outorga a partir do plano ou depois do plano, não, outorgas são dadas, houve aquela necessidade por situações de escassez e etc., e aquelas outorgas vão ser restringidas, você não vai salvar as outorgas que foram emitidas antes do plano, não, são todos, isso atinge a todos indistintamente. Esclarecimento dois, que é uma confusão que as pessoas fazem muito, as prioridades de uso não podem ser confundidas com prioridades para emissão de outorga, que está definido no art. 13 também da Resolução 16 do Conselho Nacional, a prioridade para emissão de outorga é ali, estou analisando, eu sou um operador da outorga, estou analisando se tem interesse público e em função da data de protocolização de protocolo requerimento eu vou dar a outorga em função disso, ponto, nenhum outro critério, tá? Não é deixar de dar... não, é na sequência de análise eu vou observar isso, só isso, prioridade para emissão de outorga, não confundir com prioridade de outorga, ou prioridade para outorga ou prioridade de uso, não tem nada a ver uma coisa com a outra. A última, pode passar. Duas perguntas que eu deixo aqui, não tem resposta, mas pela minha fala vocês já devem perceber qual é a resposta, que é: a minuta de resolução, ora em comento aqui, fornece aos comitês de bacia hidrográfica elementos necessários e suficientes para avaliação das consequências da aplicação das prioridades de uso? Temos essa segurança de que o comitê ele sabe que consequências vai ter ao definir aquelas prioridades? Mais que isso, a minuta, repete um pouco, a minuta de resolução fornece aos órgãos gestores, porque é um outro operador dessa resolução, fornece aos órgãos gestores elementos necessários e suficientes para aplicação das prioridades de uso? Esse é o ponto, sabe? É isso, são essas reflexões... pode passar. Que vem com essa proposta, por essas reflexões que a gente fez, a proposta apresentada pela Agência Nacional de Águas é o retorno da minuta de resolução às Câmaras

Técnicas com vistas a aprofundar o assunto obviamente, e acrescentar quem sabe, um novo capítulo sobre mecanismos de aplicação dessas prioridades, tá bom? Eu agradeço a palavra.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Obrigada Luciano, obrigada pelas contribuições técnicas, e eu passo a palavra ao Igor, representante do Ministério de Minas e Energia.

O SR. IGOR SOUZA RIBEIRO (MME) – Bom dia novamente, Igor Ribeiro, representante do Ministério de Minas e Energia. Primeiro, eu queria ratificar a lisura desse processo, e falar um pouco mais do plano de fundo que levou essa demanda por parte do Ministério de Minas e Energia. Primeiro que a geração hidrelétrica é um uso não consultivo, a gente vê aqui na apresentação da ANA que foi um foco bastante significativo nos usos consultivos, atingimento de limite outorgável, a escassez é definida quando não há recurso, mas na outorga de direito de uso e recursos hídricos para um uso não consultivo, existem outros aspectos que têm que ser considerados, e a geração de energia hidrelétrica ela tem um impacto prioritariamente no âmbito nacional, é difícil isso ser abordado em um comitê de bacia, porque realmente há um prejuízo local. Mas o impacto nacional se entende que supera esses prejuízos e tem que ser avaliado na abordagem dos usos múltiplos das águas, então esse é um ponto que levou ao Ministério de Minas e Energia a apresentar essa questão porque, porque a prioridade para outorga estava sendo definida em comitês de bacia de forma dispare entre os próprios comitês. Então nós, visando garantir uma segurança jurídica e também fortalecer o próprio sistema de gerenciamento de recursos hídricos nas competências dos comitês de bacia dos órgãos gestores e do próprio comitê, desculpe, do próprio Conselho Nacional como viabilizador da segurança jurídica e da estabilidade regulatória para viabilizar novos investimentos em infraestrutura hídrica demandou o Ministério de Minas e Energia, demandou isso do próprio Conselho Nacional, isso foi criado o GT, o primeiro passo do GT, o GT foi composto, como o Guilherme falou, das Câmaras Técnicas de outorga e do Plano Nacional. O primeiro passo do GT foi definir esse escopo, tudo que a ANA apresentou aqui foi discutido no próprio grupo de trabalho e na composição das duas Câmaras Técnicas de avaliação de mérito, o primeiro passo do GT foi fazer uma oficina com especialistas na área realizado dentro da própria Agência Nacional de Águas para definir o escopo, e resultado dessa oficina foi que, prioridade para outorga é diferente de prioridade de uso, isso foi um resultado e aprovado nas Câmaras Técnicas de avaliação de mérito, não cabe aqui a CTIL reavaliar isso. A CTIL, eu ressalto aqui a importância, e é fundamental no sentido de garantir a segurança jurídica à infraestrutura hídrica, no momento em que a ausência de regulação sobre isso atua como espécie de reforma agrária todo o momento, hoje o contexto é o seguinte, o comitê de bacia tem autonomia e realmente tem que ter, para definir as prioridades para outorga, mas em um determinado momento pode ser um determinado uso, amanhã em uma outra gestão vai ser outro uso, e conforme a ANA está apontando, um uso pode tirar o direito de uso de outro, então é uma reforma agrária constante, não há segurança jurídica, qual o banco que vai financiar uma infraestrutura hídrica em um País desse? Qual o investidor que vai assumir esse risco? Porque por mais que a outorga tenha um adendo dizendo que é um ato precário e nós entendemos que a outorga realmente é um ato precário, não precário é esse ato? Porque se o empreendedor for assumir que a outorga dele pode ser retirada a qualquer momento, como ele vai precificar esse risco? Isso é um risco regulatório, a água já tem um risco imenso, é um recurso natural de difícil previsibilidade, você trabalha com estatística, mas já é difícil, tem que precificar esse risco? Tem. E como se precifica o risco regulatório? Como se investe em um País desse? Então, e ontem eu queria ressaltar, houve a transferência de posse do Ministro de Minas e Energia, assumiu o Moreira Franco e me chamou a atenção o único princípio que ele colocou na posse dele: segurança jurídica. Precisamos de segurança jurídica para que o País possa sair da crise, precisamos de segurança jurídica, qual o investidor que vai colocar isso? Então, eu queria retomar a questão da lisura do processo, e citar um caso que aconteceu no Rio Grande do Sul, no Rio Ijuí, na Usina de Passo

São João em que o órgão gestor já tendo atribuído a uma usina um direito de outorga, depois de dada essa outorga foi e emitiu novas outorgas com prejuízo à usina, além do que já estava previsto, ou seja, na emissão de uma outorga da usina hidrelétrica assume-se um compromisso de expansão a montante, isso é competência do órgão gestor, ninguém está querendo tirar a competência do órgão gestor nem do comitê de bacia, mas sim disciplinar para que a gente não caia num buraco sem fundo do recurso hídrico, né? Então, houve essa emissão a mais como prejuízo à usina hidrelétrica, não foi revertido em âmbito administrativo, mas a justiça garantiu direito à usina, por que? Porque o direito de uso tem que ser estabelecido, claro que tem que ser estabelecido, então essa questão da segurança jurídica é muito afeto ao setor elétrico, inclusive, porque demanda muito investimento e a gente vê nas últimas renovações de outorga bônus bilionários que, inclusive estão contribuindo para que o País possa sair da crise, mas nesse contexto fica realmente frágil defender os interesses de recursos hídricos, né? Então, nosso objetivo foi fortalecer o sistema de gerenciamento de recursos hídricos tanto do comitê, na resolução define que quem... o locus de discussão disso é o comitê de bacia, e tem que ser mesmo, isso foi discutido, unanimidade nesse ponto, o comitê de bacia é o locus de discussão de prioridades para outorga, e retomo a discussão, prioridade para outorga ou avaliação de mérito desde a oficina até a Câmara Técnica do Plano Nacional e de outorgas em que a ANA participou de todo esse processo é diferente de prioridade de uso, o plano é um instrumento em que se aplica... desculpe, em que se define a prioridade para outorga, considerando inclusive aspectos quanti e qualitativos, não são aspectos só quantitativo, entra também aspectos qualitativos, como se definir, qual o objetivo da prioridade para outorga? Garantir um benefício social, econômico, ambiental, não só no local, mas pensando também na economia regional e nacional, né? Então isso tem que subir a uma escadinha e considerar todos esses rebatimentos, porque na medida em que você considera só o impacto local, pode ser que a economia regional seja prejudicada e a nacional também. Todos esses meandros têm que ser considerado na definição de prioridade e...

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Igor, um minuto para concluir.

O SR. IGOR SOUZA RIBEIRO (MME) – Tá. E o que nos preocupa também é a questão da periodicidade de definição da prioridade para outorga, não pode ser um dia uma prioridade e outro dia, outro. Então, isso a gente tentou também enquadrar na própria minuta de resolução, e eu gostaria de apresentar a proposta de que, com relação aos aspectos de operacionalização que a ANA leve um adendo na própria plenária, um adendo de artigo que trate sobre isso. Agora, o que já está discutido em avaliação de mérito foi aprovado por quase unanimidade nas Câmaras Técnicas de Outorga e de Plano, que avaliam o mérito da questão. A CTIL tem que avaliar a questão institucional e legal, e eu gostaria, inclusive que os senhores se debruçassem sobre o tema segurança jurídica que a gente tenta abraçar com essa minuta de resolução. Obrigado.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Obrigada Igor. Convido para falar o Gustavo, pelo FONASC.

O SR. GUSTAVO TOSTES GAZZINELLI (Fonasc-ONGS) – Nós também temos defendido a questão da segurança jurídica, não só para os empreendimentos econômicos, mas para a sociedade como um todo. Então, eu acho que quando se fala segurança jurídica, eu acho que nenhum setor é mais importante do que o outro, né? Todos necessitam de segurança jurídica, então até o discurso que é muito feito pelo

setor dito, econômico, como sendo uma... como se fosse uma demanda exclusiva dele, não é exclusiva dele, mas nós acreditamos que o processo tenha sido conduzido com lisura, conforme observou o Igor, embora tenhamos várias observações e críticas e pontuações a fazer na minuta apresentada aqui na CTIL. Eu sou do entendimento, até estava dando uma lida aqui na Lei 9.984, que criou a ANA, a ANA na Lei 9.984 no art. 4º ela estabelece que a atuação da ANA obedecerá os fundamentos, objetivos, diretrizes e instrumentos da política nacional de recurso hídricos, será desenvolvida articulação com os órgãos do sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos, e estabelece como uma das competências da ANA disciplinar em caráter normativo a implementação, a operacionalização, o controle e a avaliação dos instrumentos da política nacional de recursos hídricos, então eu acho assim, eu acho que o objetivo do conselho não é das normas que ele venha a emitir, disciplinar cada aspecto no mínimo detalhe, como me pareceu que o Luciano pontuou e eu acho que seria mais interessante a ANA pegar a minuta que está apresentada, e fazer suas propostas de emenda, a e proposta da resolução ela não visa entrar nos detalhes operacionais todos, ela tem que estabelecer as diretrizes gerais em princípio, então nesse ponto eu divirjo da necessidade de retornar para as Câmaras Técnicas, a não ser que a gente verifique algum aspecto muito relevante que tenha sido negligenciado por algumas das Câmaras Técnicas, eu acho importante também, como o Luciano apontou no início da sua fala compatibilizar essa resolução com outras que estão a caminho, por exemplo, ele citou o exemplo da outorga integrada de águas subterrâneas e superficiais, não é bem outorga, não lembro mais a expressão, mas é gestão integrada. Então, eu acho que a gente tem que aí sim, nós deveríamos fazer um pente fino para evitar que uma resolução, um determinado aspecto da resolução venha a prejudicar algo que está previsto na outra, ou vice e versa, mas uma vez que uma está criada se criou muitas vezes um obstáculo para outra, e eu queria falar que faltaram alguns fundamentos da questão da gestão da outorga e você apontou cinco, não é? Cinco dispositivos da lei, eu queria mencionar pelo menos mais dois, no art. 2º da Lei 9.433 estabelece que são objetivos da política nacional de recursos hídricos um, assegurar a atual e as futuras gerações a necessária disponibilidade de água em padrões de qualidade adequados aos respectivos usos, e o três, a prevenção e a defesa contra eventos hidrológicos críticos de origem natural ou decorrentes do uso inadequado dos recursos hídricos, então a calamidade, muitas vezes, ou a situação de escassez eu falo assim, ela está deixando em alguns casos de ser uma situação ocasional para ser uma situação crônica, a questão do uso inadequado muitas vezes se refere à gestão inadequada que foi liberando um monte de outorga sem maior responsabilidade, e depois chegou na situação crítica, então eu acho que está faltando aqui na minuta apresentada a questão do aspecto preventivo, não acho que o aspecto preventivo não é “passou dessa linha aí nós vamos ter que restringir o uso” eu acho que esse aspecto preventivo é uma das críticas que eu faço à proposta, porque tem que constar, ou por enquanto... e a outra questão que também o Luciano mencionou que eu gostaria de divergir também é o seguinte, a questão de que o uso, a prioridade de uso é totalmente, não tem nada a ver com prioridade de outorga, eu não posso concordar com isso, porque se o plano estabelece a prioridade de uso e você está chegando próximo de um limite isso tem que estabelecer alguma política de Estado, dos entes públicos para limitar certas licenciosidades que a gente sabe que existem, nos órgãos gestores de recursos hídricos e de concessão de outorgas que não são só a ANA. Então...

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Gustavo, um minuto para a conclusão, pode ser?

O SR. GUSTAVO TOSTES GAZZINELLI (Fonasc-ONGS) – Tá, pode. Então, realmente eu achei muito legal essa frase que o Senhor falou “quem não tem outorga, não existe”, achei muito boa porque, na verdade, uma grande parte usa a água e não tem outorga. Vou parar por aqui por enquanto.

O SR. PERCY SOARES NETO (CNI) – Eu queria fazer duas perguntas. Igor, só pelo que entendi da sua fala, você entende que a Resolução na redação atual dela, ela dar a segurança jurídica necessária para o setor elétrico? Dar? Tá bom. Eu acho que nós temos um exemplo, falei com o Fernando aqui Adriana, eu queria que o meu tempo fosse para o Fernando, eu acho que tem uma discussão muito concreta no Paranaíba agora e acho que ouvir um pouco do relato dessa situação lá do Paranaíba pode ajudar a gente analisar melhor a situação. Então, eu queria te pedir um pouco de tempo para o Fernando contar um pouco a história, eu não sei se alguém mais participou, porque eu acho que isso pode ajudar a gente pensar melhor no assunto.

O SR. IGOR SOUZA RIBEIRO (MME) – Nesse meio tempo eu só posso...? O que o Gustavo colocou desse limiar, é porque eu participei bastante desse processo e no art. 1º § 1º fala o seguinte: o estabelecimento de prioridades para outorga são aplicáveis em situações de escassez, identificadas nas fases de diagnóstico, ou prognóstico. Ou seja, se o plano identificar uma situação de escassez no futuro como instrumento de planejamento, ele pode definir prioridades para aquele trecho de rio. Então, só o limiar não é assim, a escassez está ocorrendo, vamos definir prioridade para outorga, não, a gente entendeu, como GT, que o plano como instrumento de planejamento ao identificar uma potencial escassez e aí é abrangente, não é uma escassez avaliada só do ponto de vista quantitativo, é quali e quantitativo dos consultivos e não consultivos. Então, na medida em que o direito é afrontado..., o direito de uso é afrontado como situação de escassez. Então, se define prioridade para outorga.

O SR. FERNANDO COSTA FARIA (Irrigantes-Irga) – Fernando, Irrigantes. Bom, é um tema bastante extenso, mas eu gostaria de me manifestar aqui não só como representante do Comitê, que se debruçou sobre o tema e fez uma priorização, mas também como usuário. Eu só vou antecipadamente dizer ao Igor, né? Você é bem mais novo do que eu, você vai ver que essa discussão nós vamos começando com ela é longa, é muito longa. Eu vou afiançar aos membros dessa Câmara que nós já trabalhamos com gestão em área de conflito desde 2002, esse é o meu papel, eu sou responsável técnico por uma equipe que articula o gerenciamento numa área de conflito, em três áreas de conflito no Estado de Minas Gerais e dentro dessas áreas de conflito, nós temos uma disputa entre a própria atividade de irrigação e uma das coisas que nos move é exatamente definir quem tem prioridade, inclusive dentro do próprio segmento, e eu francamente só consegui dormir depois que eu encontrei no ganho socioeconômico a resposta, porque se um dia alguém me perguntar como priorizar a forma mais efetiva é dizer qual é o ganho socioeconômico dos usos, e aí se eu tiver condição de quantificar o ganho socioeconômico, aí eu vou conseguir priorizar coeficientes, é a única forma. Mas, a gente tem que trabalhar no fato real que existe e o Paranaíba se debruçou sobre um fato real, e aí vêm duas questões que o Igor colocou e eu gostaria de esclarecer aos membros da Câmara o seguinte: a geração de energia não é um uso consultivo, no entanto, esse uso consultivo na Bacia do Paranaíba restringiu diversos outros usos consultivos, o que gerou conflito. E vem a pergunta clássica, né? O Igor também se manifestou dizendo que é um problema nacional quando abrange a geração de energia, porque transcende o limite do Comitê de Bacia, porém eu gostaria até se eu tivesse a oportunidade. Eu em certa ocasião no debate da priorização, nós fizemos uma apresentação e aí eu projetei na tela um mapa; esse mapa, ele estava delimitado só a área do conflito, onde a geração de energia gerou um conflito com a irrigação. Nós aumentamos um pouquinho o *zoom*, aliás, diminuimos o *zoom* e aumentamos a escala do mapa para mostrar qual era a importância dessa pequena área na Bacia Toro do Rio Paranaíba. E depois nós aumentamos a escala desse mapa e diminuimos o *zoom* para mostrar qual era a importância dessa área do conflito na Bacia do Rio Paraná, onde as centrais energéticas alegavam que existiriam prejuízo para a geração de energia. E aí essa região, ela ficou um ponto, um pontinho no mapa, ela nem aparecia uma

delimitação, ela já era um ponto de tão insignificante que ela era. Bom, então, por que eu tenho que afetar social e economicamente com tanta intensidade esta região em benefício de um ganho que se tem para a bacia toda? Por que só aquela região tem que pagar a conta da bacia toda? Então, essa foi a pergunta que a gente fez. Então, é um ganho, é um prejuízo socioeconômico? É um ganho socioeconômico? É um ganho socioeconômico em uma bacia de, sei lá, dois mil quilômetros quadrados, dez mil quilômetros quadrados? E é um prejuízo para uma bacia de 200 quilômetros quadrados. Então, o prejuízo é para a comunidade que está dentro daquela bacia. Então, com base nesse problema, o Comitê se debruçou sobre isso e lá dentro do Comitê o processo tramitou da seguinte natureza: apresentou-se o problema do conflito e solicitou-se que o Comitê, como ente responsável, apresentasse solução para aquele conflito. O Comitê entendeu que alterar o seu plano de bacia e priorizar um uso, determinado uso, conforme for o entendimento da comunidade, seria o adequado. Para tanto, o Comitê estabeleceu que deveria ser realizada uma consulta pública, fez 4 audiências públicas, mais uma consulta via Internet e foi muito intensa a participação da comunidade que na grande maioria, ou quase unanimidade, preferiu que o uso, que finalmente foi priorizado, fosse aquele de maior relevância, que seria a irrigação. O Comitê de Posse dessa informação tramitou a proposta que resultou na aprovação dessa priorização. Por fim, na mesma oportunidade que o Comitê aprovou a priorização, ele solicitou que um Grupo Técnico escolhesse, ou definisse quais eram as regras para essa alteração, como seria a implantação dessa priorização já que geraria algum tipo de restrição no uso que teoricamente não seria consultivo, mas nesse caso aí já é necessário ser restrito, porque estaria afetando sobre a maneira outros usos na bacia. Então, bem resumidamente, eu acho que em função do tempo aí, o processo dentro do Comitê tramitou dessa forma, foi amplamente discutido, por várias vezes falou-se sobre a legalidade e legitimidade, mas isso ficou bastante claro para todos os membros que o Comitê é o lócus legítimo. Agora, como, aí já falando como usuário, não posso deixar de mencionar e aí como usuário para irrigação, que apesar dessa Câmara aqui discutir o aspecto legal dessa minuta e claramente Gustavo, essa minuta ela é dotada de ilegalidades que precisam ser corrigidas, eu gostaria de poder fazer uma emenda também no contexto. O problema é que essa minuta, ela tecnicamente, ela juridicamente ela tem que conter aspectos técnicos e eu não posso fazer uma emenda que vai redesenhar o aspecto técnico aqui, eu tenho que redesenhar o aspecto técnico lá na Câmara Técnica, porque se eu vier, se eu mexer aqui no aspecto legal sem observar o aspecto técnico, eu vou desmanchar o que foi feito lá atrás e não vou considerar outros conceitos. Então, o problema é nesse sentido. Dá para emendar? Dar. Só que aí eu teria que emendar tanto aspecto jurídico, quanto aspecto técnico de uma natureza muito grande, o que dificultaria. Essa Câmara aqui o objetivo dela é discutir aspecto legal, está ilegal e para corrigir a ilegalidade, eu precisaria discutir o aspecto técnico e aí que é o meu problema. Agora, vem aí a nossa perspectiva voltar a discutir o aspecto técnico, se essa Câmara aqui entender que deve baixar em diligência, ou deve abrir uma discussão de ordem técnica para adequar o aspecto jurídico, é aqui que nós vamos discutir, só que nós temos que discutir o aspecto técnico em primeiro plano para depois corrigir o equívoco jurídico. Bom, eu pedi a inscrição e se eu não esqueci nada, eu agradeço por enquanto, mas depois da minha inscrição, se for necessário eu volto a falar.

O SR. IGOR SOUZA RIBEIRO (MME) – Eu queria trazer um esclarecimento sobre a parte de geração, né? Muitas vezes se fala assim: o setor de energia elétrica, ele é interligado, ele pode expandir de outras fontes, ele pode deixar de gerar aqui para gerar em outro lugar. Existe uma diferença que tem que ser considerada, não dá para fugir disso, que apesar de ser um sistema interligado e a operação ter isso como um facilitador, inclusive para redução do custo de energia elétrica, os direitos individuais de cada empreendedor precisam ser garantidos. Como que eu, como que eu como formador de política pública, vou dizer assim: agora essa usina aqui não me interessa mais, eu vou transferir o direito de uso, o direito da prioridade de uso, direito de uso, desculpe, para o irrigante, o irrigante aqui ele tem um benefício social mais importante, isso tem que ser considerado na fase de planejamento, o planejamento serve

para isso, para definir prioridades. Depois que está instalado e está atribuído o direito de uso, respeita-se, a não ser que haja uma situação de calamidade, o que já está previsto na Lei. Mas, gente, como que hoje se define uma prioridade e se aplica para traz? O plano, na instituição do plano se atribui aqui nessa região a irrigação é mais importante quando que eu posso atribuir mais outorga para irrigação em detrimento da geração de energia elétrica? Na renovação de concessão. Na renovação de concessão a geração de energia hidroelétrica não tem mais direito de uso, é o momento de se negociar, é o momento de se negociar. Isso cabe a uma questão de Estado e não só do Comitê, porque perpassa inclusive questões financeiras importantes para o Estado Nacional. Então, existe uma diferença entre a integração nacional e o direito individual. Quando se fala de critérios para definir prioridade para outorga, a questão econômica não deve ser o único critério, afinal onde a gente está? No meio ambiente. O meio ambiente tem que ser considerado, quando a gente considera só o critério econômico, pode colocar o defluente que for lá, pode retirar a quantidade de água que for necessária. O meio ambiente tem que ser considerado e ainda se tratando do recurso hídrico, a eficiência hídrica tem que ser considerado, tudo isso foi discutido mais uma vez no GT e foram elencados alguns critérios mínimos que tem que ser considerados, peculiaridades de cada Comitê podem ser incluídas, ninguém está tirando a competência do Comitê, só está dizendo que alguns critérios mínimos têm que ser considerados, que são realmente mínimos quando se trata do Brasil, né? E por último, só ressaltar que nós não estamos discutindo o caso do Comitê do Paranaíba, é muito mais do que isso, é uma Resolução que busca disciplinar a questão da prioridade para outorga em âmbito nacional, e com isso trazer algum respaldo jurídico para viabilizar o investimento em infraestrutura hídrica. Obrigada.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Obrigada.

O SR. GUSTAVO DOS SANTOS GORETTI (CNA) – Eu acho o seguinte, como veio para cá a proposta passada por duas Câmaras Técnicas, eu acho que o nosso papel aqui é discutir a proposta, não é chegar de antemão e falar: vamos devolver, né? Eu acho que nos cabe discutir, podemos chegar ao final da discussão, ou avançada bastante a discussão e falar: olha, isso aqui é insuperável, tem que voltar para a Câmara Técnica; mas eu acho que chegou, ela seguiu uma tramitação para chegar aqui, se a tramitação foi adequada, ou não, eu não vou opinar agora, porque eu não estudei a fundo para poder dar essa opinião. Será que deveria ter tido outra Câmara Técnica também nessa discussão? Não sei. Agora, eu acho que a CTIL, ela discute o aspecto legal e institucional, não é só o legal, é o institucional e o legal, e isso institucional implica na questão da gestão certamente; e o legal, eu acho o seguinte, se as Câmaras Técnicas negligenciaram algum aspecto legal nos cabe sim fazer emenda, nos cabe sim fazer a emenda, você pode falar: “mas isso aqui vai ter uma incidência no aspecto técnico”; paciência, o nosso papel aqui é tentar compatibilizar a proposta que chegou aqui com as diretrizes, os fundamentos, os princípios gerais da legislação de recursos hídricos, não acho que nos cabe fazer emenda, sim, se a postura da CTIL até algum tempo atrás tem sido de negligenciar essa sua atribuição, eu não sei dizer, porque eu estou aqui não há muito tempo, mas eu acho que é papel dela poder interferir na proposta da legislação, por isso eu sou a favor de discutir, discutir artigo a artigo, parágrafo a parágrafo, inciso a inciso e ver o que está faltando, o que está incompleto, entendeu? Do ponto de vista legal e institucional, né?

O SR. WILSON DE AZEVEDO FILHO (Pescadores e Usuário de Águas para o Lazer e Turismo) – Bom dia. Wilson de Azevedo, representante do Segmento de Turismo. Bem, eu queria fazer só algumas ponderações. Nós estamos aqui tentando fazer uma regra geral que nasceu de um caso específico, que foi lá o Rio São Marcos no Comitê do Paranaíba, e aí me preocupa, eu sempre me preocupo com regras gerais, né? Porque nós estamos num País muito grande, a nossa política é uma política nova, ela está se implantando no País como um todo, num País gigante, com diversidades, que todos nós conhecemos e aí

nós pegamos um caso específico onde ocorreu um conflito entre o Setor de Geração de Energia e Irrigação, e a partir desse problema estamos querendo fazer uma regra geral em nome de uma segurança jurídica. Bom, isso me preocupa. Eu, particularmente acho, que deveríamos dentro dos princípios que regem a política de recursos hídricos, trabalhar para resolver o problema local, né? E aí quando se fala em resolver o problema local, nós nos deparamos com uma série de posturas, ninguém quer abrir mão de nada e aí gera o conflito, quer dizer, o Comitê, que é o local para se fazer a articulação das diversas políticas públicas, ele não tem esse papel, e nós estamos querendo definir as coisas no tapetão, né? Vamos pegar a Lei, vamos fazer isso, segurança jurídica, isso, isso e aquilo, claro que eu sou a favor da segurança jurídica, né? Mas, eu acho que nós estamos pegando um caso específico e querendo fazer uma regra geral e isso me preocupa, acho que é uma discussão muito grande e não sei se vai dar os frutos que nós estamos buscando.

O SR. FERNANDO COSTA FARIA (IRGA) – Eu sou representante dos Irrigantes.

A SR^a. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Desculpa Fernando. Porque ele passou a palavra, eu achei que... Desculpa.

O SR. FERNANDO COSTA FARIA (IRGA) – Bom, é muito breve. Primeiro Gustavo, pedir desculpa, às vezes, a gente arvora assim sobre..., a gente que é da iniciativa privada tem aquela perspectiva de olhar o todo e a gente às vezes arvora assim, já dar a solução, que é a solução única resposta, mas sem... Então, eu acho que sim, você tem razão na questão da discussão. O que me preocupa é só uma coisa, você pega o todo, o todo da Resolução, aí nós vamos discutir qual é o sentido geral da Resolução? O próprio sentido geral da Resolução já é dotado de ilegalidade, aí como nós vamos fazer, então, como é que nós vamos fazer? Podemos discutir ponto a ponto? Podemos. Só que a primeira análise global do todo, na minha compreensão ela já está fora da legalidade que já exige uma discussão..., eu vou trocar o meu termo, não é... Aliás, eu vou trocar o meu termo, eu vou introduzir a minha proposta, ou corroborar com a proposta de retorno, mas iniciando pelo seguinte tema, nós temos, nós temos... Bom, eu estou tentando ser um pouco mais..., um pouco menos iniciativa privada e entender que a gente tem um lócus de discussão. Mas, assim, não dar para imaginar. Só para concluir. A questão do todo, não dar para imaginar que a gente vai discutir item a item, se o todo, se o sentido geral dessa Resolução, ele já tem um argumento de ilegalidade, já tem uma dimensão de ilegalidade. Então, eu penso o seguinte: podemos, devemos? Vamos pensar o seguinte, eu vou trocar, então, vamos pensar o seguinte: vamos aprofundar, vou fazer o aprofundamento, que é isso que você falou, aprofundamento da discussão sobre essa Resolução. Só que o primeiro item que tem que ser discutido na hora que você observa é o todo dela, dota de ilegalidade. E por fim, eu gostaria só de manifestar para todos os outros membros da Câmara o seguinte: tomando de novo o ponto de vista do usuário no campo e do usuário na Comitê de Bacia, essa Resolução da forma que você apresenta, ela não tem aplicabilidade, ela tem dificuldade de se aplicar, de chegar no campo e aplicar.

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (Fonasc-ONGS) – Eu acho que a gente deveria partir para a discussão se ela realmente está viciada na origem por ilegalidade, ou não. Eu acho que essa discussão inicial tem que ser feita. Proponho que a gente limite-se a esse aspecto para a gente analisar se ela está dentro da legalidade, ou não está, e depois a gente avança.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – O Júlio vai complementar também nessa mesma linha.

O SR. JÚLIO THADEU SILVA KETTELHUT (SRHQ/MMA) – Era mais ou menos o que o Gustavo ia falar. Eu acho que aparentemente tem uma questão de origem que saber se é, ou não ilegal toda a discussão. Agora, o que precisa é, no meu modo de ver, é que quem acha que é ilegal que mostre aonde que é ilegal, aonde é que está o problema, porque até agora está um negócio meio assim, ilegal, ilegal, eu pelo menos estou perdido, não estou sabendo aonde é. Então, que mostre para esclarecer e daí a gente pode discutir em cima daquilo que foi mostrado. O Luciano apresentou, chegou as conclusões, ele falou, talvez ele possa até, se for esse o caso, repetir esse penúltimo slide que foi colocado. É isso aqui, se for isso, o entendimento..., ou se tem alguém mais que queira achar que além daquilo tem mais alguma coisa que pode ser ilegal, a gente acha que talvez aí a gente poder discutir e aprovar, ou não.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Então, eu gostaria de propor que só os inscritos colocassem as suas considerações e a gente abra a Resolução, e vai passando ponto a ponto para identificar essas questões de ilegalidade. Está inscrita aqui a Sonáli, e aí você pode usar a palavra.

A SRª. SONÁLI CAVALCANTE DE OLIVEIRA (Companhia Hidrelétrica do São Francisco) – A partir do que foi colocado aqui, eu tenho dois pontos a falar sobre ele. O primeiro é que o Comitê de Bacia Hidrográfica define as prioridades para Outorga de Direito de Uso da Água, é assim que está posto na Lei, que devem constar no Plano de Recursos Hídricos da Bacia, e consequentemente ele define as atividades a serem priorizadas. Define, portanto, a vocação da bacia hidrográfica que pode mudar ao longo do tempo. Entretanto, é fundamental respeitar, honrar as outorgas já concedidas faz-se necessário a sustentabilidade de todo sistema, envolve o investimento que são feitos individual e coletivamente pela sociedade, é a tal da segurança jurídica. Esse é um ponto. E eu acho que esse é um ponto que pode e deve ser tratado na Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais. Eu acho que a gente precisa de um olhar da Câmara Técnica sobre essa questão, sobre esse ponto. O outro ponto, que eu acho que talvez não vai ajudar aqui, mas eu acho que também é um ponto obrigatório de passagem aí para todo o sistema é o seguinte, o setor hidroelétrico vem adotando medidas para a geração hidroelétrica se adaptar a um cenário de escassez e aumento da demanda hídrica, haja vista a diversificação da matriz energética e as adequações que se fazem necessárias para a Resolução ANA nº 2081, de 4 de 12 de 2017, que trata da questão da operação dos reservatórios num cenário de escassez hídrica. Entretanto, é fundamental que sejam dados passos na direção do estabelecimento de regras, diretrizes e restrições para todos os usos da água, pois não se faz frente a um cenário de escassez hídrica e aumento de demanda regulamentando apenas um dos segmentos de usuários. Então, eu acho que esse é um ponto obrigatório de passagem para a gestão de todo o sistema, você não pode ter apenas um setor usuário extremamente e necessariamente regulamentado, e todo o outro setor usuário, e quando eu falo de setor usuários, eu não estou falando, por exemplo, quando a gente vai falar na irrigação, ou na indústria, não é um pequeno irrigante, são os grandes usuários da água que a nosso ver precisam também ter regulamentado esse uso na questão de ter diretrizes, de ter regras, de ter restrições também, porque essa palavra “restrições” faz frente a essa questão da multiplicidade de uso da água, você pode usar dessa forma e com isso você não estaria evitando, ou dificultando a entrada de novos atores no processo produtivo da bacia, mas ela estaria se dando dentro da capacidade de suporte dessa bacia. Eu acho que esse segundo ponto não é o ponto de aqui e agora, mas é um ponto que precisa ser visto e pensado por todos os participantes desse sistema. Obrigada.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Aparecida está inscrita.

717
718
719 **A SRª. MARIA APARECIDA BORGES PIMENTEL VARGAS (Abragel)** – Oi! Bom dia. O Júlio e a Sonáli já
720 praticamente falaram quase tudo que eu ia estar colocando. Eu só queria fazer um questionamento
721 sobre a posição do Wilson, é que se a gente não for olhar o todo, acabou o nosso papel aqui no Conselho
722 Nacional, esse é o nosso papel de ter o olhar de todo e não um olhar de partes; o olhar de partes cabe a
723 Gestão Estadual e os Comitês de Bacia. E a gente está hoje discutindo esse assunto aqui, justamente
724 porque esse assunto surgiu por um conflito no Paranaíba, que na Plenária do CNRH a gente viu que não
725 valia a pena a gente discutir a parte, a gente tinha que ter um olhar de todo justamente para que a gente
726 conseguisse consensar de alguma forma quando a gente chegasse mais na base da discussão. Esse é o
727 nosso papel diretrizes gerais, critérios e diretrizes gerais, a gente está aqui exatamente cumprindo esse
728 papel. Se a gente não tiver esse balizamento de diretrizes e critérios gerais fica tudo muito solto, e
729 acontece o que a gente ver, o que vem acontecendo quando a gente não normatiza isso no âmbito do
730 Conselho, não é a primeira vez, e a gente vem tentando ao longo do tempo tentar normatizar e diminuir
731 conflitos, e isso a gente acaba conseguindo diminuir e muito os conflitos que a gente acaba tendo na
732 bacia, quando você pelo menos define diretrizes e normas gerais, a gente dar um norte para que eles
733 consigam estar trabalha, a gente trabalha com o Comitê de Bacia sabe como que isso é importante,
734 porque quando a gente está lá, principalmente quando está no Comitê, é cada parte olhando o seu
735 interesse específico local, e o nosso olhar aqui ele tem que deixar de ser esse interesse específico local e
736 de se trabalhar para gestão, que eu acho que é o que todos aqui estamos fazendo. E é muito importante
737 o que a Sonáli colocou, pena que vocês não tiveram a oportunidade de participar da Oficina que a gente
738 teve e aí a Luciana trabalhou ativamente, a ANA trabalhou muito forte também nessa Oficina, quando a
739 gente começou a trabalhar o GT, onde a gente colocou essa questão da escassez hídrica, em que
740 momento a prioridade de uso é enxergada, em que momento a outorga para prioridade é importante e,
741 principalmente o que a Sonáli pôs, que não adianta você regulamentar um setor e que a gente tem que
742 começar a discutir linhas de corte, e não é penalizar aquele segmento, aquele setor e você enxerga ele
743 você vai resolver alguma coisa, e a gente tem muita coisa para resolver no caminho aí, a gente ainda tem
744 muita perda, tem muita coisa que é para resolver e que isso não é olhado. Então, eu acho que está na
745 hora da gente começar a ter esse olhar que é da importância de diretrizes e norma gerais, e eu reforço a
746 questão da gente discutir a legalidade dessa Resolução, que é o papel daqui dessa Câmara Técnica. A
747 gente tem o encaminhamento das duas Câmaras que analisaram pela aprovação do parecer, não vejo
748 por que a gente entrar em mérito técnico numa reunião institucional ilegal quando praticamente todos
749 os membros aqui dessa Câmara também tem representante nas outras duas Câmaras. Então, eu acho
750 que a gente não pode se perder nessa situação, e se dentro da legalidade a gente ver que tem algum
751 problema e que afeta a parte técnica, a gente pede para retornar, mas analisar a parte técnica, eu acho
752 complicado a gente partir para esse momento dentro de uma Câmara que não tem essa competência.

753
754
755 **A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA)** – Obrigada Aparecida. Eu tenho três inscritos, é o
756 Igor, o Patrick e a Lívia. E aí eu queria propor que momentaneamente a gente suspenda as inscrições e aí
757 olhamos a Resolução para fazer essa análise. Está bom. Então, eu coloco a Natália e a gente já parte para
758 qual encaminhamento que a Câmara Técnica vai dar para essa discussão. Então, a palavra está com o
759 Igor.

760
761
762 **O SR. IGOR SOUZA RIBEIRO (MME)** – Primeiro, eu queria corroborar completamente a fala da Sonáli, eu
763 acho que foi fantástica, porque o que a gente vê muitas vezes, eu discuti bastante no Fórum Mundial da
764 Água, que a regulação do setor usuário não pode ser confundida com a regulação de recursos hídricos,

muitas vezes a gente como regulador de recursos hídricos está jogando a responsabilidade completamente na regulação do setor usuário. Os setores mais regulados, do ponto de vista de recursos hídricos são o setor de energia elétrica e o saneamento. Muitas vezes numa declaração de escassez hídrica, o mais penalizado é o saneamento, por quê? Porque é o setor regulado, é fácil de ser penalizado. E os outros usos e a gestão de recursos hídricos como é que fica? Só o consumidor lá residencial e comercial, que é do saneamento vai ter uma sobretaxa, uma sobre tarifa e a cobrança? Por que não tem um reajuste automático da cobrança da situação? Ou seja, a gente não pode jogar para o setor usuário essa regulação, e eu queria mais uma vez falar da lisura do processo, que ficou quase dois anos discutindo tema através do Grupo de Trabalho e das Câmaras Técnicas. No Grupo de Trabalho, especificamente, participaram ONG através da Fonasc; irrigantes, setor usuário, né? Irrigantes, Indústria e Geração de Energia, Instituição de Pesquisa, o Poder Público através do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e do próprio Ministério de Minas e Energia, e os órgãos gestores através do IGAM e da própria Agência Nacional de Águas, representadas pelas Superintendências de Planejamento e de Regulação. Ou seja, existe uma lisura no processo, o mérito foi avaliado detalhadamente, inclusive com a participação intensa dos representantes da Irrigação. Então, só deixar esse registro aqui. Obrigado.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Patrick da ANA.

O SR. PATRICK THOMAS (ANA) – Nós, na nossa manifestação, não questionamos a lisura do processo, nós sabemos que o processo seguiu o rito que foi estabelecido para o Grupo de Trabalho na Câmara Técnica. Agora, o fato do processo ter sido conduzido com lisura não significa que não haja a possibilidade de aperfeiçoamentos nessa proposta, sempre é possível aperfeiçoar as propostas. E na avaliação que nós fizemos lá na ANA, como Órgão Gestor que tem a missão de implementar na prática as decisões do Conselho Nacional, nós percebemos que essa proposta, ela da forma como está colocada, talvez não atenda ao objetivo que foi definido pelo Conselho Nacional quando encaminham essa missão as Câmaras Técnicas. O Conselho foi muito claro na demanda dele de pedir que as Câmaras apresentassem uma proposta de definição de prioridades e aplicação de prioridades, e o exercício que nós fizemos, como órgão responsável pela aplicação, foi de pensar no dia seguinte à aprovação da Resolução, está aprovada e agora como que nós vamos colocar isso em prática? E fazer um exercício, enfim, objetivo de implementação. E o que nós percebemos e aí olhando a questão legal dos dispositivos que o Luciano apresentou ali, é que a proposta não abrange, ela não aborda todos os aspectos legais de prioridade de uso estão estabelecidos na Lei 9433. Então, diante dessa constatação, nós entendemos que é preciso aperfeiçoar a proposta para que ela atinja o seu objetivo, nós não estamos desqualificando a proposta, pelo contrário, nós queremos que a proposta atinja o seu objetivo, que foi colocado pelo Igor muito bem de dar um padrão nacional para o estabelecimento de prioridades que é a missão do Conselho, que está correta e nós apoiamos sempre essas iniciativas do Conselho. Mas, para que ela atinja esse objetivo plenamente e sem deixar dúvida para quem for ler a Resolução, nós entendemos que ela precisa abranger todos os dispositivos da Lei relacionadas a prioridade, e o que ela não fez e sem essa abrangência, nós teremos dificuldade de implementar. O Gustavo mencionou que a ANA tem a competência de regulamentar por ato próprio, né? A operacionalização, é verdade, é fato e será feito. Mas, há determinadas definições, ou diretrizes que o Conselho precisa nos passar, se não fosse assim, não precisaria haver uma Resolução de critérios de outorga, o Conselho tem uma Resolução 16, define critério de outorga, se não fosse assim, a ANA poderia disciplinar a outorga como ela bem entendesse, mas o Conselho entendeu que ele deveria passar orientações, diretrizes para a ANA poder operacionalizar a outorga, a operacionalização da outorga, nós não estamos falando de instrumento que

são de competência do Comitê, por exemplo, como a cobrança, o plano e o enquadramento; a outorga é de competência do órgão gestor e mesmo assim o Conselho entendeu que deveria disciplinar a operacionalização da outorga, e o fez, por meio da Resolução 16 e complementarmente a ANA depois disciplinou o que se restringe a sua competência. Então, Gustavo, em que pese nós tenhamos essa atribuição, nós entendemos que a Resolução da forma como está, ela não nos dar orientações, ou diretrizes suficiente para que nós operacionalizemos a proposta de definição, uma coisa é diretriz para prioridade, para definir a prioridade, outra coisa é diretriz para operacionalização. E aí o Luciano já mostrou alguns exemplos, mas repito, por exemplo.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Patrick, 1 minuto para conclusão.

O SR. PATRICK THOMAS (ANA) – Está bom. Por exemplo, o Comitê define a prioridade para a indústria, eu vou dar um exemplo genérico em detrimento da irrigação, com base nessa decisão, nós vamos suspender todas as irrigações da bacia, ou nós vamos restringir as irrigações em determinado percentual, ou vamos restringir alguns irrigantes mais e outros menos dependendo da localização, enfim, N critérios que você pode utilizar para operacionalizar a regra, não estou falando de definir..., uma coisa é definir como você chega nas prioridades, outra coisa é depois de definir as prioridades como que você aplica a prioridade, em qual circunstância? O Luciano mencionou, numa crise hídrica faltou água essa restrição pode ser temporária; agora em uma situação em que se esgotaram os recursos da bacia, essa restrição vai ser definitiva, mas isso não está dito ali. Então, da forma como está, eu posso tirar usuário, que é a suspensão definitiva, por causa de uma seca esporádica que aconteceu só nesse ano, vocês estão dando uma carta branca para a ANA para ela suspender o usuário, né, por causa de uma crise temporária que aconteceu por falta de chuva num determinado período do ano, não é? Então, enfim, nós estamos aqui sendo muito sinceros, estamos abrindo, enfim, as nossas questões internas da ANA, no sentido de aperfeiçoar essa proposta e aí eu reafirmo a proposta da gente retornar esse tema para as Câmaras Técnicas. Eu acho que o debate da legalidade não é o ponto central, nós não estamos questionando, apesar de ter alguns pontos pequenos ali que há dúvidas, mas o ponto principal é que a proposta não abrangeu todos os dispositivos da Lei e precisa, então, ser complementar. Então, a nossa proposta aqui de encaminhamento é não entrar no debate da legalidade da Resolução e por não contemplar todos os aspectos legais da Legislação devolver para a Câmara Técnica para que ela seja complementada, a perfeioada e ela retorna aqui para a CTIL para ser analisada na sua plenitude com relação a legalidade, que é o papel da Câmara. Obrigado.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Lívia.

A SRª. LÍVIA SOALHEIRO ROMANO (CERHI/RJ) – Por tudo que já foi apresentado aqui, tem uma questão que tem me chamado atenção, que até o Patrick levantou mais agora, que é a questão da efetividade na Norma. Quando a gente vai fazer a análise da legalidade dela, a gente também deve se atentar a efetividade dessa Norma. E aí o Luciano trouxe aqui na apresentação dele que algumas questões da aplicabilidade dessa norma proposta pelas Câmaras Técnicas não estariam por completo resolvidas e aí acho até que o representante da Câmara Técnica poderia se manifestar sobre esse ponto. Então, a nossa preocupação, enquanto Câmara Técnica Institucional Legal, seria mais nesse sentido, a Norma além de legal, ela tem capacidade de se tornar efetiva, ela tem efetividade, ela está carregada desse requisito? E se precisa de complementação, e se assim a Câmara Técnica entende, eu gostaria de ouvi-la para que a

gente defina melhor, com mais clareza se esse assunto retorna, se não retorna e no que essa Câmara Técnica consegue dentro da sua limitação incluir nesta Resolução e torná-la efetiva.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Natália da ANA.

A SRª. NATÁLIA DE MELO LACERDA (ANA) – Eu não vou entrar em aspectos técnicos, ou considerações institucionais. É só uma questão de preciosismo, até já falei com o Luciano a respeito. No meu entendimento, na minha compreensão jurídica, a prioridade para outorga é diferente sim do uso prioritário; o problema é que elas não podem estar dissociadas jamais. E na minha compreensão essa Resolução falha ao não tentar contemplar, mesmo que de modo geral, diretrizes específicas para aplicação dessas prioridades do uso. Então, na minha opinião, a arquitetura jurídica ela é correlacionada desses institutos. Então, só por uma questão de preciosismo, eu não digo que é a mesma coisa, mas eles não podem ser para a própria efetividade da Norma serem interpretados dissociados, sob pena de criarmos interpretações ilegais. É esse o meu ponto.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Então, só um adendo assim. Eu acho que a gente poderia partir para olhar a Resolução nesse ponto específico da legalidade e aí as considerações do Gustavo e da Aparecida poderiam ser já nessa linha, e também já abre..., ao mesmo tempo abrimos para o encaminhamento sim. Sim, eu passo aqui só para ele responder ao questionamento da Livia, tá Aparecida?

O SR. GUILHERME SILVA DE GODOI (MME) – Guilherme Godoi do MME, representando a CTPNRH. Então, sobre o seu questionamento. No meu entendimento isso foi exaustivamente discutido no âmbito do Grupo de Trabalho. A Resolução, ela busca definir diretrizes e critérios, ela não almeja operacionalizar como os órgãos gestores devem aplicar essa regra, ela define diretrizes e critérios, foi esse o sentido analisado no âmbito do Grupo de Trabalho, e por isso até que não se chega a detalhamento de como será implantada, a ANA tem que fazer isso, ou aquilo, não, na verdade essa Resolução é de diretrizes gerais, diretrizes e critérios, não sei se com isso eu respondo em parte o que o Patrick falou e que você questionou. E Igor, você tinha mais um ponto?

O SR. IGOR SOUZA RIBEIRO (MME) – Porque a Resolução não busca tirar competência nem do Comitê e nem da Agência, dos órgãos gestores como um todo, né? Porque não é só a ANA que vai aplicar essa Norma, são todos os órgãos gestores, né? A gente não pode confundir a ANA como representante de órgãos gestores; os órgãos gestores inclusive ganha, e se não me engano o da Paraíba também, não foi? Ou não? Participou desse processo, participou desse processo e não viu o óbice. Participou, não foi? Quem era aquele? Depois a gente ver quem participou, tinha um representante da Paraíba, no Grupo de Trabalho teve um representante da Paraíba, eu não sei se representa realmente. Sim, mas só um adendo a Natália. A Resolução também buscou fazer um elo de conexão entre prioridade para outorga e prioridade de uso. Isso está estabelecido aqui no art. 2º § 2º. Como?

A SRª. MARIA APARECIDA BORGES PIMENTEL VARGAS (Abragel) – É isso que eu queria estar colocando, a Lei já estabeleceu o que é prioridade de uso, abastecimento humano e dessedentação de animais, está estabelecido na Lei o que é prioridade.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Olha gente, questão de ordem. Seguindo as inscrições, o Igor está finalizando a fala, a Aparecida está inscrita e depois Rodrigo Flecha e o Luís Henrique estão inscritos. Mas, eu gostaria que essas falas já viessem ao final com a proposta de encaminhamento, que eu vou registrar, e se for o caso, a gente pesa essas eventuais propostas de encaminhamento. Então, eu passo a palavra para o Igor finalizar e depois Aparecida.

O SR. IGOR SOUZA RIBEIRO (MME) – Qual é a conexão que o Grupo de Trabalho e as Câmaras Técnicas buscaram dar entre prioridade para outorga, o que está estabelecido na Resolução, critérios, diretrizes gerais e prioridade de uso. Art. 2º, § 2º. As diretrizes e critérios para estabelecimento de prioridades para Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos estabelecidos nessa Resolução, que realmente é competência dessa Resolução, e foi isso que o Ministério de Minas e Energia pediu ao CNRH prioridade para outorga, também poderão ser aplicados para dar apoio acordos de alocação com a participação dos integrantes do SINGREH e usuários em caso de eventuais escassez prioridade de uso, ou seja, o grupo avaliou isso também.

A SRª. MARIA APARECIDA BORGES PIMENTEL VARGAS (Abragel) – O Igor já falou boa parte do que eu ia estar colocando. E eu queria só contrapor um pouco o que o Patrick colocou sobre Resolução de Outorga, que a gente tem que ela define..., como que você colocou Patrick? Não, a parte de operacionalização. Ela não define, de operacionalização não, o que define a operacionalização é a Resolução da ANA e a Resolução dos Estados, de que forma será operacionalizada a outorga. Aqui são critérios, diretrizes e critérios gerais, e a gente não trabalha nessa minuta sem ter a Resolução de Outorga junto também para a hora de a gente estar discutindo. Inclusive a primeira discussão foi: vai ser uma alteração..., nós vamos fazer uma complementação na Resolução da outorga, ou cabe uma nova Resolução? O Wilson também participou, tudo isso foi discutido. Tá? E aí como encaminhamento, que você está pedindo encaminhamento, eu pediria que a gente partisse para o que o próprio Gustavo já colocou, vamos analisar se cabe alguma alteração, se está ferindo alguma questão legal e se a questão legal que está sendo colocada fere alguma colocação técnica, aí a gente vai sugerir o encaminhamento para a Câmara Técnica, se não ferir e cabe fazer a complementação aqui, a gente já faz aqui aonde cabe fazer.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Então, falou de a gente se ater aos aspectos legais e se é necessário complementação, que a gente consiga já até pontuar essas eventuais modificações, ou ajustes. Eu passo a palavra ao Lula.

O SR. LUIZ HENRIQUE PINHEIRO SILVA – (ANA) – Bom dia. Luiz Henrique. Enfim, é mais um ponto, um posicionamento diante do que foi pedido pela Lívia, que as Câmaras Técnicas se pronunciem um pouco sobre o assunto, como transcorreu, como foi debatido, como chegou até aqui. Como representante da CTPOAR, o titular está aqui o Rodrigo, o primeiro suplente, o segundo suplente eu, a gente acompanhou isso. Primeiro, ressaltar que o GT, ninguém aqui, o Patrick colocou bem, faz questionamento sobre a

lisura do processo e tal, foi tudo muito bem ocorrido. O GT, ele tinha um propósito entregar um produto para que duas Câmaras Técnicas se debruçassem sobre o produto, estudassem, discutissem e fizessem uma proposta para a Plenária, primeiro obviamente passando pela CTIL. Isso é praxe dentro do Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Quem acompanha, eu estou há... Às vezes não é nem o GT, às vezes, a própria Câmara pede para a ANA fazer uma proposta inicial, uma minuta inicial para não se partir do zero, essa minuta inicial é colocada na mesa da Câmara Técnica, nesse caso aí nas duas Câmaras Técnicas, há uma discussão, as dúvidas são tiradas, debatidas e como está devidamente amadurecido, vem para a CTIL, faz a discussão legal, institucional, se tiver tudo ok; se não, faz as correções, já aconteceu mais de uma vez, o Júlio está aqui, retornar para as Câmaras Técnicas, e depois de devidamente maduro vai para o Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Eu lembro que, por exemplo, a proposta de Resolução de uso de pouca expressão ficou 5 anos dentro do Conselho, porque ficou entre..., enquanto ela não foi devidamente amadurecida, não houve, as dúvidas não foram dirimidas, ficou entre Câmara Técnica, particularmente a CTPOAR, CTIL, chegava no Plenário e não, não estava madura ainda, então volta para a Câmara Técnica, não é o caminho desejável, de longe claro que não é. Mas, assim, o importante é ela está madura para ir para a votação no Plenário. Então, na CTIL o GT entregou o produto para as duas Câmaras Técnicas, e aí encerra o papel de GT, e aí que começa a competência das duas Câmaras Técnicas em discutir aquela proposta de Resolução entregue pelo GT para ir começar a discutir e amadurecer, né? Infelizmente isso aconteceu em uma única reunião, que por contingências os Estados não têm orçamento para janeiro, né, as autoridades outorgantes não estavam nessa reunião. Então, assim, corroborando de que houve um prejuízo para a discussão da aplicabilidade da Resolução e essa aplicabilidade é sim uma demanda do Conselho Nacional de Recursos Hídricos. O Conselho Nacional de Recursos Hídricos não demandou apenas definir critérios, que está bem, que consta da proposta de Resolução, né, critérios socioeconômicos, impactos nacionais e etc., consta daqui, mas o Conselho Nacional também e isso está aqui, inclusive no ofício que o Ministério de Minas e Energia encaminhou para o Conselho para encaminhar para as duas Câmaras Técnicas que está daqui: desta forma e diante do exposto, solicitamos ao Conselho avaliar e conceituar, por meio das Câmaras Técnicas a aplicabilidade de prioridades para outorga. Então, nesse sentido há uma lacuna aqui que ela não foi preenchida e que é uma demanda do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, é nessa linha que a ANA está se posicionando. O retorno para as Câmaras Técnicas, principalmente diante da apresentação aqui do Luciano, de que há dispositivos a 9433 que não estão contemplados nessa proposta de Resolução, e que atinge diretamente a aplicabilidade da Resolução, a ANA e nenhuma autoridade outorgante estadual pode inovar, fazer aquilo que não está no âmbito das diretrizes do Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Então, nessa perspectiva considerando as lacunas e os dispositivos da 9433 que não estão dentro dessa proposta de Resolução, principalmente a questão em que momento é aplicada a Resolução, que ficou claro pela Resolução do Luciano que é em situação de escassez. Isso não entra em colisão em nenhum momento com a segurança jurídica das outorgas, isso é uma exceção. Do ponto de hidrológico, é possível que em algum momento uma bacia entre em condição de escassez, o que se fazer com as outorgas nesse momento? Não há nesse sentido nenhuma orientação, nenhum questionamento, nenhuma diretriz sobre a legalidade e sobre a segurança jurídica das outorgas, é uma questão hidrológica que precisa ser regulamentada diante dos dispositivos da Lei 9433, juntando isso com a lacuna do Conselho Nacional que pediu para as Câmaras Técnicas fizesse uma proposta de diretriz para a definição e aplicabilidade, é que nesse sentido a gente sugere que o melhor caminho é o retorno para as Câmaras Técnicas, inclusive contando com as autoridades outorgantes estaduais, com os Comitês, é que irão lá na prática operacionalizar essa proposta de Resolução. Obrigado.

[2h05min55seg] O SR. NÃO IDENTIFICADO – Só uma questão de ordem, porque foi citado...

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Porque foi citado. Vocês de acordo gente? É. O seu é questão de ordem.

O SR. IGOR SOUZA RIBEIRO (MME) – O que foi colocado como encaminhamento do CNRH, na verdade o ofício da Secretaria de Energia Elétrica do Ministério ao CNRH que foi repassado as Câmaras Técnicas. Realmente o Ministério de Minas e Energia pediu que fossem definidos critérios de diretrizes gerais sobre a aplicabilidade da prioridade para Outorga de Direito de Recursos Hídricos, por isso no art. 1º, § 1º, o estabelecimento de prioridades para outorga é aplicável em situações de escassez identificadas nas fases diagnóstica, prognóstica do plano, ou em estudos complementares em áreas identificadas como gestão de uso. Foi discutido tudo isso, o mérito todo foi contemplado.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Passo a palavra ao Rodrigo Flecha, que estava inscrito.

O SR. RODRIGO FLECHA (ANA) – Eu vou me ater aqui a..., não vou me ater a lisura, o Patrick já abordou isso. Bom, na linha da nossa Procuradora Natália, a ementa já carrega, a ementa propriamente dita, é falha, porque ela apresenta uma interpretação de prioridade de outorga diferente da prioridade de uso, já falha e ela vem perpassando todo o conjunto da minuta de Resolução. Ao mesmo tempo o § 2º do art. 3º carrega uma ilegalidade muito grande, porque ele diz: as prioridades para outorga passam a vigorar na data de aprovação do plano e aplicam-se as outorgas que foram concedidas a partir dessa data. O Luciano deixou bem claro a nossa apresentação, você está dando uma carta branca para os Órgãos Gestores de Recursos Hídricos, e não é isso que a gente quer, e a Lei não permite que isso seja implementado, claro, obviamente, como diz o Fernando, muitas das questões técnicas acabam tendo rebatimento no jurídico também; e como diz o Wilson, que essa Resolução, isso é inegável, ela veio de um problema específico da Bacia do São Marcos e foi transformado para um problema geral. Tá? Isso é claro, tem que deixar claro isso tudo, porque no § 1º do art. 3º é mencionado que em caso de bacias, cujo os Comitês a data da aplicação da Resolução já tenha aprovado respectivos planos para priorização, os CBHS poderão manifestar de acordo com o art. 2º, eu não sei até que ponto que alguma coisa pode retroagir, eu tenho dúvida do ponto de vista jurídico legal, entendeu? Do ponto de vista jurídico legal, eu tenho dúvida. Tá? Depois você comenta aí, você está excitado aí, mas depois você comenta, eu sei que você está excitado na sua cadeira aí. Calma, calma, eu estou com a palavra. Bom, então outros aspectos que foram mencionados, inclusive nós debatemos ontem com o Fórum de Meio Ambiente do Setor Elétrico, está aqui presente, a questão de temas que tem uma correlação extremamente forte com prioridades de outorga e prioridades de uso, que são temas idênticos, é a questão das áreas de restrição, que já começa no § 1º do art. 1º colocar: o estabelecimento de prioridades para outorga é aplicado, não é para outorga, né? Tem que ter esse entendimento. É aplicado em situações de escassez e não só, identificadas em fase de diagnóstico e prognóstico em estudos complementares, ou em áreas identificadas como restrição de uso. É fundamental esclarecer o que seria área de restrição de uso. Esse tema foi um tema que foi abordado também pelo Fórum de Meio Ambiente do Setor Elétrico ontem com a Diretoria da ANA e com o (...), e é importante que isso fique claro para que a gente, conforme o próprio Gustavo colocou, outros temas que tenham uma relação imediata e que devem ser acoplados a esse conteúdo, não só esses da área de restrição de uso, que é um tema que está necessitando de uma regulamentação aqui dentro para evitar distúrbios futuros, como também a questão das águas superficiais subterrâneas, são outros temas que são técnicos, mas que carregam em si um componente jurídico legal institucional extremamente importante. A aplicabilidade é outro tema fundamental para que a gente possa, quer dizer, eles estão dando uma carta branca para a gente poder aplicar no formato que nós queremos. A institucionalidade exige que, no meu ponto de vista, pelo tema ser complexo isso

já está claro aqui Adriana, já está claro, o tema é polêmico, é complexo e como o Fernando disse, temas técnicos repercutem ilegalidades, entendeu? Então, nós temos que deixar isso muito claro aqui e entender que a pressa é inimiga da perfeição. Nós temos aqui uma responsabilidade muito grande de retornar com isso para as Câmaras Técnicas, porque a Resolução está claro, está óbvio, a Resolução foi construída em função de uma prioridade definida pelo Comitê de São Marcos. Aí eu chamo que o Wilson Azevedo mencionou aqui e eu acho que ele tem razão quando ele disse, e eu anotei aqui, Wilson, achei muito importante o seu comentário tentando fazer de uma regra geral para um caso específico. Foi isso que você mencionou. E nós temos que tomar muito cuidado com isso para não transformar um problema local, entendeu? E trazer no conjunto da Minuta de Resolução elementos que vão engessar a aplicação de um tema tão estratégico e tão importante. Tá? Então, eu mencionei alguns aspectos aqui, que eu acho que já carregam, como a Dra. Natália falou, que falham, pois interpretam de maneira equivocada as coisas, mencionei já alguns temas. Então, podemos passar item a item, eu acho que é até salutar, mas nós vamos breçar logo na ementa, a ementa vai ser motivo de discussão que não vai fazer avançar. Entendeu? Então, eu estou sugerindo que a gente não passe item a item, entendeu? Se quiser passar, nós podemos ficar hoje o dia todo e amanhã o dia todo, e não avançarmos nesse aspecto, porque ela eivada de problemas institucionais e legais, que precisam de maior amadurecimento e não podemos transformar o caso da Bacia do São Marcos em uma regra que não foi..., que foi concatenada, você disse isso mesmo ontem Aparecida, concatenada para que isso pudesse servir de subsídio Fernando, a deliberação do Comitê do Paranaíba, a cronologia foi concatenada com esse espírito. Então, como o tema é estratégico, é fundamental e é de extrema relevância, e que necessita de uma legalidade e de uma institucionalidade, aí eu coloco os Comitês, quem são os membros de Comitês de Bacia aqui que estão representados? Só você? Perguntaria também esse assunto exige, no meu ponto de vista, já que são os Comitês, eles têm que entender as consequências regulatórias desse aspecto e exigiria no meu ponto de vista até um debate no Fórum Nacional de Comitê de Bacia, já que o tema é de extrema relevância. Tá? Então, eu estou colocando esse conjunto de pontos Adriana, que nós podemos passar item a item, como o Gustavo colocou, mas nós vamos breçar na ementa, não tenho dúvida, eu vou breçar na ementa e nós vamos discutir conceitualmente ela aqui.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Tá bom. O Gustavo tinha solicitado, depois o Gustavo da CNA e aí a gente fecha para a decisão em relação ao encaminhamento.

O SR. GUSTAVO TOSTES GAZZINELLI (Fonasc-ONG) – Eu acho que toda hora que um for citado, eu, por exemplo, se citar a Sociedade Civil aqui, eu vou levantar a mão, fui citado.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Eu até queria combinar o seguinte, não sei se é a prática, toda vez que vier uma solicitação de questão de ordem, quem decide são os membros da Câmara, não sou eu.

O SR. GUSTAVO TOSTES GAZZINELLI (Fonasc-ONG) – Àquela hora eu levantei a mão e não pedi questão de ordem, eu não pedi, da última vez eu não pedi questão de ordem, mas eu queria fazer era um encaminhamento. Eu acho o seguinte olha, a matéria veio para exame da CTIL, o Fórum de Comitês de Bacia teve 2 anos para discutir esse assunto, se é que esse assunto estar a 2 anos em discussão. Então, não vai ser agora que vai remeter para lá. O que eu acho que nós temos que fazer aqui é não chegar aqui e fazer assim: estamos devolvendo para vocês que nós vimos um monte de ilegalidades e vocês vão ver qual é a posição da ANA sobre as ilegalidades, e vão resolver se muda, ou não muda. Eu acho que a CTIL, além da ANA, tem essa competência de chegar para as Câmaras Técnicas e falar: tem tais e tais aspectos

legais e instituições, não é só os legais, inclusive da questão da aplicabilidade, como você bem colocou, é também institucional, de ordem institucional da gestão e tal. Eu acho que nós temos que passar mesmo, pontuar quais são os problemas e devolver para as Câmaras Técnicas, se no final chegarmos à conclusão: olha, temos que devolver para as Câmaras Técnicas para elas responderem isso; agora não é mandar uma pergunta aberta, entendeu? Fala assim, vimos umas ilegalidades, aí vocês vão ver a apresentação da ANA que vai dizer quais são, se nós, por exemplo, podemos ver outras, nós não podemos ver outra só posição da ANA que vai para as Câmaras Técnicas, como pontuação legal sobre, ou ilegal, sobre essa proposta, essa minuta. Então, eu acho que o papel da CTIL é pautar também as Câmaras Técnicas, é essa a nossa competência, eu acho que nós não somos substituíveis quanto é esse competência. Então, eu sou a favor realmente e até foi boa a fala do Rodrigo quando ele mostrou aqui o problema da ementa e eu concordo com ele, eu não sei se vai breca não, no meu ponto de vista não breca, eu tiraria a palavra outorga da ementa, tiraria imediatamente, porque eu acho que a questão é prioridade de uso, é isso que está tentando regulamentar, não é prioridade de outorga de uso, está claro o que diz a Lei 9433 não é prioridade de outorga, é prioridade de uso. Então, tira essa porcaria da ementa, não tem problema nenhum. Agora, nós temos que caminhar. Agora, está claro não vai dar para esgotar o assunto hoje e amanhã, porque amanhã tem outros itens de pauta, se não der para encerrar nessa reunião, vamos para a próxima, e depois de ver essa tarefa concluída, a gente avalia, devolve para as Câmaras Técnicas, ou não devolve. Agora, abrir mão da nossa prerrogativa de analisar a proposta, isso eu acho demais.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Gustavo, CNA.

O SR. GUSTAVO DOS SANTOS GORETTI (CNA) – Bom dia mais uma vez. Eu só gostaria, falar bem rápido, colaborar com a fala do Wilson, eu acho que toda essa discussão vem realmente de um assunto específico, né? Que foi lá do São Marcos, o setor elétrico perdeu lá dentro da discussão do Comitê, levou para essa questão do Conselho, perdeu no Conselho e mandou isso para as Câmaras Técnicas. Eu participei realmente, como o Rodrigo falou, no ano passado das discussões. Esse ano devido a compromissos internos da CNA, eu não consegui me debruçar sobre a matéria. Então, eu participei da Oficina, eu acho que foi muito, como ele falou, foi tudo dentro, não teve nada ilegal, eu acho que ninguém questionou isso até agora, eu acho que a gente participou, eu acho que precisa realmente fazer um Marco Regulatório sobre isso. Eu só discordo da questão que o setor elétrico é mais importante que os outros usos, porque ele tem que ter prioridades, porque ele gera esse impacto nacional. Eu acho que está bem claro o que gera impacto nacional é a agricultura. Então, se for por esse lado, a gente vai ficar discutindo aqui o que é melhor que o outro e não é esse o sentido. Então, a regulação do setor, eu espero que o Governo Federal faça a regulação da irrigação mesmo, a gente está precisando, eu e o Silvério que estamos batalhando isso aí a anos para que alguém fale de irrigação, né? Porque a competência do Ministério da Integração, a gente tem visto nas Câmaras aqui que ninguém mais participa do Ministério da Integração nas Câmaras, e ninguém fala de irrigação no Brasil, têm três pessoas aí no Ministério e a gente está vendo aqui o Igor, é um brilhante técnico do Ministério de Minas e Energia, defendendo o setor produtivo, né? E a gente mais o setor produtivo aqui, então um setor da área de cidades. Então, tem o Ministério inteiro para defender o setor usuário, né? E a gente não tem. Então, eu espero que um dia a gente chegue nesse patamar dele, está bom? Até pela importância do setor para o Brasil.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Obrigada Gustavo. Então, com essas considerações... O Júlio vai fazer um comentário final.

O SR. JÚLIO THADEU SILVA KETTELHUT (SRHQ/MMA) – Eu só bem rápido aqui. A preocupação sua Rodrigo, quanto a ementa, ela é, enfim, cabível, mas só para lembrar que o que nós sempre fizemos que a ementa é a última coisa que a gente faz, porque de acordo com a Resolução a gente constrói a ementa e também em geral ela é igual ao art. 1º da Resolução. Mas, só um comentário, quer dizer, a gente discute o conteúdo e depois constrói a ementa. A outra coisa que é operacional, é que nós aqui de toda a Câmara Técnica, mas principalmente aqui da CTIL, tanto para encaminhamento para o Conselho, ou na possível devolução da matéria para as Câmaras Técnicas, nós temos que fazer um relatório e esse relatório tem que ser claro naquilo que nós estamos devolvendo, se for o caso. Então, realmente não dá para falar que está o negócio genérico, estamos devolvendo, não, estamos devolvendo, por conta disso, disso, disso, disso e disso, aí tem o parecer, quer dizer, vai para isso e justifica, e a Câmara Técnica vai saber o porquê, porque pode até correr o risco de se votar e votar com outros e outras coisas. Então, essa é a ideia. Então, eu acho que seria bom que fique identificado quais são os pontos, que é onde tem que ser melhor, se for o caso, melhor estudado pelas Câmaras Técnicas pontos, reafirmo, legais, por mais que a gente queira legais e institucionais, por mais que a gente tenha, mas teria que ficar bem claro isso para facilitar o relatório.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Olha, nós temos duas propostas de encaminhamento, uma é devolver a Resolução para as respectivas Câmaras Técnicas que encaminharam, CTPOAR e CTPNRH, para serem desenvolvidos os aspectos técnicos que ficaram em lacuna na Resolução, que tem rebatimento também nas questões legais e institucionais. E a outra proposta é de que a gente coloque, olha a Resolução aqui, passe a Resolução e nos atenhamos aos aspectos legais, e discutamos esses aspectos para depois chegar a uma conclusão se encaminhamos para o Plenário com algum adendo, com algum acréscimo, ou se devolvemos para as Câmaras Técnicas. Eu queria sugerir que se a decisão for de que essa Resolução seja olhada aqui com mais cuidado pela CTIL, antes de tomar uma decisão de encaminhamento, que a gente use o horário até meio dia e meia para trabalhar nela, e que na parte da tarde a gente passe para os outros pontos da pauta e também... Sim, aí é isso que eu queria saber, para a gente não ficar prejudicado nos outros pontos, a gente poderia colocar o limite até meio dia e meia para trabalhar nessa Resolução, aí voltamos aos outros pontos..., trabalhamos os outros pontos e depois depende do rendimento também da discussão.

A SRª. MARIA APARECIDA BORGES PIMENTEL VARGAS (Abragel) – Na última reunião da CTIL, a decisão de fazer uma reunião de dois dias foi justamente para a gente ter o dia de hoje para discutir esse item, porque nós fomos prejudicados e a gente não conseguiu resolver e nem entrar na pauta desse item.

O SR. IGOR SOUZA RIBEIRO (MME) – Agora, Adriana, esse encaminhamento que você apresentou, eu acho que vai na contramão do que o Júlio falou, porque eu entendo que primeiro a gente tem que apreciar minimamente para tomar qualquer decisão, como é que vai votar sem nem ter apreciado nada. Eu acho que é precipitado colocar em votação para devolver sem nem ter apreciado.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Na verdade, eu não abri votação não, eu só coloquei que essas duas propostas estiveram e aí eu queria ouvir de vocês assim, eu acho que talvez não seja nem o momento de votar mais.

O SR. PORFÍRIO CARTAXO (CERH PB/BA) – Pelo que eu entendi, a proposta nas Câmaras Técnicas foram aprovadas sem nenhuma representatividade estadual, nós órgãos gestores que vamos trabalhar com isso, nem opinamos, na minha proposta é que seja votado o encaminhamento de retorno automático para as Câmaras Técnicas, e outra coisa, foi marcada essa reunião sabendo que os órgãos gestores não iam estar presentes, porque nós não temos orçamento em janeiro, isso é fato.

[2:25:02] O SR. NÃO IDENTIFICADO – Esse assunto foi levantado lá na reunião conjunta.

O SR. PORFÍRIO CARTAXO (CERH PB/BA) – Eu acho que o encaminhamento tem que ser... Votar se vai se discutir ou se vai voltar para as Câmaras Técnicas.

O SR. GUILHERME GODOI (MME) – Deixa só eu fazer uma contribuição sobre o processo lá, em nome da CTPNRH. No dia da reunião foi colocada essa questão pela ANA, pelo Luiz Henrique, da questão da representatividade, o entendimento lá na reunião conjunta foi que não houve manifestação de impossibilidade de chegar, e a reunião estava mantida, passou-se a discutir o processo normal. Discutiu-se à reunião, vários dos pontos levantados pelo Luiz Henrique aqui, sobre questão de aplicabilidade, e tudo mais, ele levantou na reunião, ele estava presente representando a ANA, e ele foi voto contrário, só que ele foi voto vencido, a grande maioria votou à favor de encaminhar. Então, agora, sobre essa justificativa técnica querer voltar todo o processo para a Câmara sem identificar o mínimo que seja para a Câmara quais são os pontos, eu acho que pode correr o risco de chegar lá, voltar novamente, ele ser o único voto contrário, e ela vir igualzinha para cá de novo. Então, a gente tem que trabalhar no texto.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Questão de ordem. Têm inscritos, a Sonáli pediu a palavra, depois Luiz Henrique e depois Gustavo. Mas, indo mesmo para o que a gente vai decidir a respeito dessa Resolução, senão eu vou abrir para votarmos nessas duas propostas. Pode ir Sonáli.

A SRª. SONÁLI CAVALCANTI OLIVEIRA (CHESF) – Por tudo que foi discutido aqui, eu penso que, no mínimo, essa proposta carece de um olhar da CTIL agora para que se for o caso de retornar às Câmaras Técnicas, já ir com algum norte dos pontos, das questões legais e institucionais que se enxerga que precisam ser vistas e cuidadas.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE PINHEIRO SILVA – (ANA) – Só fazendo um esclarecimento, que o colega colocou a posição da ANA na reunião das duas câmaras técnicas conjuntas, só destacar que as dúvidas foram colocadas, não foram dirimidas, e que as duas únicas autoridades outorgantes presentes ou votaram contra ou se abstiveram em relação à votação. Isso é uma coisa, um dado muito importante, os comitês que vão... E os órgãos outorgantes que vão operacionalizar, na reunião falaram: “eu me abstenho”, foi o caso de São Paulo, “porque eu não tenho condições... A discussão carece, o tema carece de discussão para que eu me posicione melhor”, e se absteve. Bom, era esse o esclarecimento que eu queria fazer, e

concordar com o encaminhamento da Adriana, a votação de se retorna já ou se discute mais para um segundo retorno, eu acho que está bem colocada a proposta da Adriana. Obrigado.

O SR. GUILHERME GODOI (MME) – Só uma última fala rápida, até para o bom andamento do trabalho nas Câmaras Técnicas, caso esse tema retorne, é importante que se pontue aqui na CTIL quais são os temas que precisam se aprofundar, porque esse tema foi mais de um ano, foi discutido exaustivamente. Então, a gente precisa dar um *feedback* para as outras Câmaras Técnicas. Isso é muito importante.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Patrick. Estava, Gustavo? Estou aprendendo.

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (Fonasc-ONG) – Eu me inscrevi logo depois do Luiz, foi só uma coincidência, viu, Luiz. Eu acho o seguinte, eu acho um desrespeito, que seria um desrespeito nosso devolver para a Câmara Técnica do jeito que chegou aqui, pelo amor de Deus, se algum setor não pôde comparecer por qualquer motivo, aliás, até sugiro uma moção aqui para que não se faça nenhuma reunião de Câmara Técnica no mês de janeiro, a partir do ano que vem, já que existe esse problema operacional aí, não se faça, deixa de fazer. Mas, teve um grupo de trabalho que trabalhou não sei quanto tempo, passou lá, votou, seguindo o rito, veio para cá, aí nós vamos devolver, voltar para a estaca zero? Porque vai voltar, mais ou menos, para a estaca zero, aí vai ter reunião do Fórum tal, do Fórum tal, e vai adiar esse negócio dois anos, dois anos, pode pôr isso aí. Aí, no ano que vem vai assumir um novo Governo, com uma nova orientação talvez, e vai, sei lá, estancar a discussão, breca a discussão. Então, eu acho que não tem cabimento devolver sem um posicionamento sobre a proposta.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Então, gente. Patrick.

O SR. PATRICK THOMAS (ANA) – Então, gente, são quase 12h, então nós estamos há três horas, praticamente, discutindo o conteúdo da Resolução, então, assim, eu acho que não dá para dizer que a gente não discutiu a Resolução, pode ser que não tenhamos discutido de forma suficiente, mas nós estamos há quase três horas discutindo o tema prioridade de uso, e nós elencamos na nossa apresentação todos os pontos de forma bem clara, que nós entendemos, pontos legais, que não foram abrangidos, o Art. 1º da Lei 9.433, o Art. 3 da 9.433, e o Art. 15, dois itens dentro do Art. 15 não foram abrangidos. Então, há quatro dispositivos legais que não foram abrangidos por essa proposta de Resolução. Então, eu entendo que pelo menos quatro, então eu entendo que nós já apresentamos aqui diversos pontos ilegais que não foram abrangidos e que já justificam o retorno dessa matéria para a Câmara Técnica. Citei na minha fala mais alguns, têm outras questões, por exemplo, a Resolução diz que ela é aplicável em situação de escassez, situação de escassez é quando falta água, numa seca, por exemplo, e, aí, o que tem sido feito quando falta água? Tem se restringido o uso dos usuários que estão instalados e outorgados. Tem outro dispositivo que diz que você só pode restringir outorgas futuras. Então você está aqui, um artigo está confrontando um outro artigo, então está aí uma ilegalidade flagrante dentro da própria Resolução, como é que a gente, em situação de escassez, eu não tenho água para atender todo mundo, aí eu vou restringir novos? E os que já estão instalados? Isso foi feito no PCJ, no São Francisco, no Nordeste, em várias bacias do Brasil. Então, assim, na nossa opinião não há... Já foram apresentados diversos pontos que justificam o retorno. Então a minha sugestão é que foi colocada uma proposta e eu gostaria que ela fosse colocada em votação, proposta de retorno às Câmaras Técnicas.

O SR. GUSTAVO TOSTES GAZZINELLI (Fonasc-ONG) – Mas, eu queria deixar pontuada uma questão sobre isso aí, nós não discutimos, o que foi apresentado foi uma versão da ANA sobre as ilegalidades da Minuta, uma interpretação da ANA, não foi discutida ponto a ponto. Eu, por exemplo, tenho várias questões a ponderar. Então, essa ata não pode falar que foi discutido, que as propostas apresentadas pela ANA são as propostas de ilegalidade, isso não pode ser tratado dessa maneira, ou então, sabe, nós estamos fazendo papel aqui de quê? Entendeu? E essa é uma forma, como o Patrick colocou, é inadmissível. Entendeu? Nós vamos debater ou não vamos debater? Agora, se nós abrirmos mão da nossa prerrogativa, nós estamos delegando a ANA exercer esse papel nas reuniões das Câmaras Técnicas ou nós vamos encaminhar uma posição nossa aqui, ou vamos criar um grupo de trabalho nosso aqui para emitir uma posição a respeito da proposta? Podemos fazer isso também.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Então, aí surgiu essa terceira via, que é, de qualquer forma, abrimos a Resolução, olharmos os pontos a ponto, os aspectos legal e institucionais, para depois decidimos se tem que retornar para complementação técnica, ou se pode seguir em frente com alguns adendos. Então eu sugiro... Todos estão de acordo que a gente trabalhe desse jeito? Olhemos a Resolução nos aspectos legais e institucionais, até porque é necessário que ao final, até para devolver para a Câmara Técnica, a gente precisa de um relatório, de um parecer dizendo por que a gente está devolvendo, onde estão os gargalos, as lacunas. Então, eu sugiro que a gente faça dessa forma, e a partir de agora olhemos os termos da Resolução. Ok? E os horários, eu sugiro que vamos até meio-dia e meia, retornemos às 14h, e, aí, damos segmento. Com a mesma discussão, aquela proposta, retirem, desconsiderem.

A SRª. NATÁLIA DE MELO LACERDA (ANA) – Voto vencido, *só registrar o voto*.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – A ANA opinou.

[2:34:30] O SR. NÃO IDENTIFICADO – Também, o meu voto é vencido também, que inclusive não é nem voto vencido, porque não foi colocado em votação.

(AVALIAÇÃO DA RESOLUÇÃO)

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Então, está bom, gente. Abrimos ali a Resolução, alguém gostaria de se manifestar sobre os seus termos em relação aos aspectos legais e institucionais, está aberta. Vamos ler? Então é a Resolução que define diretrizes e critérios para o estabelecimento de prioridades de outorgas de direito de uso de recursos hídricos, como conteúdo mínimo dos planos de recursos hídricos, conforme Inciso VIII do Art. 7º da Lei 9.433. Algum ponto, alguma questão aí? Combinamos de primeiro olhar a Resolução, depois voltar na ementa, né, que ficou?

O SR. RODRIGO FLECHA (ANA) – Não, mas, aí, a ementa já coloca conforme o artigo... Trata de prioridades para outorga e aborda somente o Art. 7º, e não é esse o espírito, isso foi colocado pelo Luciano na sua apresentação. Então, a ementa, apesar de o Júlio ter dito que a gente deixa a ementa para o final, aí não sei por que deixa a ementa para o final, aí já coloca um conjunto de aspectos que precisam ser refletidos. Entendeu?

O SR. IGOR SOUZA RIBEIRO (MME) – Na oficina de trabalho, volto a lembrar, a definição de escopo foi democrática numa oficina de trabalho com especialistas, o resultado da oficina de trabalho foi que prioridade para outorga é diferente de prioridade de uso, me parece que essa é a posição da Natália, não, pode ser desassociado, mas são diferentes, e o que o Ministério de Minas e Energia colocou como pleito ao CNRH e que foi encaminhado as Câmaras Técnicas, é que fosse disciplinada a questão de prioridade para outorga como conteúdo do Plano de Bacia, que quem define é o Comitê de Bacia, é exatamente o que está escrito na Lei, Inciso VII: prioridades para outorga de direito de uso de recursos hídricos, e o Art. 7º: os planos de recursos hídricos são os planos de longo prazo com horizonte de planejamento compatível com o período de implantação de seus programas, e terão o conteúdo mínimo. Não estou vendo ilegalidade nenhuma com esse respeito.

[2:36:51] O SR. NÃO IDENTIFICADO – Adriana, eu sugiro a você que a gente comece logo pelos considerandos, porque justamente a questão da ementa, ela é sempre a última a fazer, porque a gente faz depois da leitura do Art. 1º, então a gente não precisava agora perder um pouco de tempo em ementa.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Você concorda de a gente aguardar os considerando-se para começar a fazer os comentários?

O SR. LUIZ HENRIQUE PINHEIRO SILVA – (ANA) – Só uma questão de ordem mesmo, voltando para a questão dos GT e das oficinas realizadas, o Igor... A ANA fez uma apresentação nessa oficina, quem fez foi o coordenador da Outorga da ANA, que está aqui o Luciano, onde ele já pontuou isso, já pontuou que prioridade para outorga de direito de uso de recursos hídricos é prioridade de uso de recursos hídricos, e na apresentação dele ficou claro, parece que questionado, e eu refutei o questionamento, “houve alguma deliberação?”, não houve nenhuma, o GT não é deliberativo, o GT, vou repetir, é uma coisa básica, ele apresenta uma proposta para duas Câmaras Técnicas se debruçarem, foi aprovado, no meu ponto de vista apressadamente numa única reunião, a primeira vez que vejo isso, mas tudo bem, esse não é o foco da discussão, o foco é que a ANA apresentou na oficina essa versão disso aí, de que prioridade de uso de recursos hídricos é prioridade, e é uma coisa óbvia, é prioridade de outorga para outorga de direito de uso de recursos hídricos. O que é diferente aí, que a Resolução 16 regulamenta depois, é a prioridade para emissão de outorga, eu vou receber os pedidos de outorga, como é que eu emito as outorgas? Quem protocola primeiro tem o seu processo primeiramente analisado, e em seguida há a emissão da sua outorga. Isso não tem nada a ver com prioridade de uso de recursos hídricos, a análise da outorga é uma coisa, a prioridade de uso ou prioridade para outorga de direito de uso é outra coisa, é o que diz a ementa, não tem problema a gente discutir primeiro os considerandos, tem vários aí que a gente vai questionar que não são objeto da Resolução, a Resolução, ora em análise, tem diversos dispositivos que não são objeto da Resolução, no nosso entendimento procurou-se resolver o mundo, a Política Nacional de Recursos Hídricos dentro dessa Resolução, o que vai engessar essa Resolução, ela não vai conseguir ser aplicada. Sobre a ementa é isso. Reitero que no GT, na oficina a ANA já se posicionava desde aquela época de que prioridade de uso, obviamente, é prioridade para outorga de direito de uso de recurso hídricos. Obrigado.

O SR. IGOR SOUZA RIBEIRO (MME) – Se você me permitir, Luiz Henrique, eu só queria colocar para todo mundo aqui, e esclarecer, que a ANA esteve representada por você e pelo Gonçalo, representando essa superintendência de regulação e de planejamento, respectivamente, e nas discussões. Então, o que me surpreende é nessa reunião, na última etapa, entrarem argumentos de mérito e que não cabe aqui. Então, eu acho que não é o encaminhamento correto, e eu não queria acreditar nisso, mas tem me levado a crer que é uma tendência a procrastinação, a gente não pode admitir isso, o Conselho tem que exercer o seu papel, o Conselho de Recursos Hídricos Nacional, ele tem entrado em descrédito, porque não tem exercido o seu papel de fato, a gente perde muito tempo com questões administrativas, e não avalia o mérito das coisas, essa é uma resolução absolutamente importante que visa disciplinar, e que sejam apresentadas as emendas, as emendas.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Vamos, então, passar para os considerandos? Muito rápido, Rodrigo.

O SR. RODRIGO FLECHA (ANA) – Porque dizer que é uma tendência a procrastinação é muito forte, está certo? É muito forte isso dizer isso, e isso, se eu posso dizer, que isso tangencia a irresponsabilidade dizer que é uma tendência a procrastinação. *(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*. Eu também quero não acreditar que você disse isso.

(CONSIDERANDOS)

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Então, vamos lá, gente. Primeiro... Aí, eu vou passar o considerando, eu queria passar para apresentação dos considerandos, e vocês poderiam comentar a partir dos considerandos, senão a gente não avança. Então, o primeiro considerando, Roseli, vou pular o preâmbulo ali. Considerando as competências específicas atribuídas ao Conselho Nacional no Art. 35 da Lei 9.433, postas no Inciso VI, que determina ao Conselho estabelecer diretrizes complementares para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos, a aplicação de seus instrumentos, e a atuação do (...), e Inciso X: estabelecer critérios gerais para outorga de direitos de uso de recursos hídricos e para a cobrança por seu uso. Ok esse considerando? Pode. E, aí, depois você quer falar a respeito dele também?

[2:42:17] O SR. NÃO IDENTIFICADO – Não, eu queria falar em termos gerais.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Então, gente, eu vou escutar os termos gerais aqui, e, aí, passo para o Luiz Henrique, para comentar o considerando.

O SR. JOSÉ SILVÉRIO DA SILVA (MAPA) – Eu acho que nós não podemos perder muito tempo... José Silvério, Ministério da Agricultura. Eu acho que nós temos que ter objetividade, porque tem muitos temas a tratar, a questão foi amplamente discutida, eu não participei, eu não participei dos debates que levaram a essa questão, e estava ausente algum tempo por motivo de internação, mas eu depreendo que as grandes questões relacionadas a 9.433 não estão ali contempladas, então como tal não há como eu ter a convicção que a questão mereça ter prosseguimento em nível dessa CTIL. Quer dizer, no meu entendimento essa questão deveria retornar para melhores aperfeiçoamentos, mesmo porque a ANA já estabeleceu alguns itens que mereciam ser melhor estudados e trabalhados. A sugestão é que houvesse

outros itens a acrescentar da ANA, ou mesmo a ser questionado, fosse apresentado aqui, e a partir daí retornasse à consideração das outras câmaras.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Eu acho que é nessa linha que o Silvério está propondo, eu acho que a gente pode discutir nessa linha.

O SR. IGOR SOUZA RIBEIRO (MME) – Eu queria corroborar completamente com o que o Gustavo colocou, porque a CTIL não é ANA, a gente não pode resumir CHRN a ANA, a ANA tem um papel importantíssimo na gestão de recursos hídricos, mas são coisas desassociadas. CNRH disciplina recursos hídricos nacionais, incluindo regiões, incluindo questões de conselhos estaduais e comitês estaduais, a ANA não abrange isso. Então, a CTIL... Está na competência legal da CTIL que o tema, caso volte para as Câmaras Técnicas de Avaliação de Mérito tem que ser encaminhado um relatório, e a gente não pode simplesmente endossar completamente o relatório da ANA, temos que avaliar, afinal, estamos aqui para quê?

O SR. LUIZ HENRIQUE PINHEIRO SILVA – LULA – (ANA) – Particularmente, sobre esse primeiro considerando, parece uma coisa boba, mas é uma coisa significativa, ele fala que considerado as atribuições específicas do Conselho, etc., que determina o Conselho a estabelecer diretrizes complementares para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos, aplicação de seus instrumentos e atuação do Singreh, e o Inciso X: estabelecer critérios gerais para outorga de direito de uso de recursos hídricos e para cobrança por seu uso. Porque isso está aí? Estabelecer critérios gerais para outorga de direito de uso de recursos hídricos e para cobrança, a gente... O que tem que estar no considerando é que nós estaremos regulamentando no decorrer da proposta de Resolução, ou seja, isso teria que ter a ver com algum dispositivo regulamentado na Proposta de Resolução. A Proposta de Resolução não regulamenta critérios para outorga, uma coisa é aplicabilidade da proposta de resolução que não consta da Proposta de Resolução a despeito da demanda do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, não tem nada a ver com estabelecer critérios gerais para outorga de direito de uso de recursos hídricos, não estamos estabelecendo critérios para outorga de direito de usos de recursos hídricos. Então, isso precisa ser retirado desse considerando, que não é objeto da Proposta de Resolução.

A SRª. NATÁLIA DE MELO LACERDA (ANA) – É muito rápido, é só porque eu não sei se eu fiz me entender, e também só fazer um... Já que o considerando, ele traz já essa competência do Art. 35, as diretrizes são para aplicação dos instrumentos. Se por um acaso estivermos fazendo diretrizes que não possam ser passíveis de implementação, isso seria um problema jurídico. Outro ponto também que eu quis dizer é quando eu falo que não são as mesmas coisas, mas o resultado de não ter os dois em conjunto é o mesmo que nada, porque estabelecer as prioridades para outorga sem pensar nas prioridades de uso. Como é que você vai fazer uma coisa sem pensar na outra? É isso que eu fico pensando, e como é que você vai atingir o objetivo do artigo primeiro, o fundamento, aliás, sem também... E os outros, que ele abre possibilidade para que estabeleçamos outras formas de prioridade, são coisas indissociáveis, é só isso que eu quis dizer. E é por isso, talvez, que na técnica da ANA, elas apreciem como a mesma coisa, eu digo que não são as mesmas coisas, mas não tem como se pensar, não tem como fazer algo sem passar pelo uso prioritário, sem estabelecer os critérios de aplicação, mesmo que gerais, e isso, se a gente não fizer, já vamos estar violando o Art. 35.

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (ANA) – Eu concordo com a redação desse considerando, porque eu acho que ele buscou dentro das atribuições do Conselho Nacional de Recursos Hídricos quais que tem a ver com a questão que estamos discutindo, então acho que critério geral de outorga tem a ver com isso, inclusive pode ser que nós cheguemos a um ponto que essa resolução leve a alguma alteração até na Resolução que trata de outorga. Então, primeiro ponto, segundo, eu acho que faltou inserir aqui um Inciso IX do Art. 35, que diz o seguinte, acompanhar a execução e aprovar o Plano Nacional de Recursos Hídricos, e determinar as providências necessárias ao cumprimento de suas metas, ora, se tem a ver com o Plano de Recursos Hídricos de bacia hidrográfica, certamente isso tem incidência no Plano Nacional, e vice versa, Então, eu acho que... Eu proponho que seja inserido também um Inciso IX na redação desse considerando.

O SR. RODRIGO FLECHA (ANA) – Se esses temas... Quer dizer, o que a gente está fazendo aqui? Nós estamos pontuando um conjunto de aspectos que uns querem que fique e outros querem que saia, e como é que esse assunto vai ao final, eu quero entender isso, ao final da Resolução, se nós formos capazes de chegar ao final da Resolução, como é que esse assunto vai ser abordado? Vai ter o conjunto de pessoas dizendo que ficam algumas coisas, conjunto de pessoas dizendo que sai, por vários motivos, e como é que isso vai ser... Nós estamos fazendo um trabalho aqui para colocar temas para devolver para as Câmaras Técnicas? É isso?

A SRª. NATÁLIA DE MELO LACERDA (ANA) – Não ainda.

O SR. RODRIGO FLECHA (ANA) – Então, espere aí, então vamos deixar claro como que essa... Porque se nós chegarmos ao final com todos esses aspectos, inclusive a Dra. Natália já colocou a questão da ilegalidade, entendeu? Como é que vai ficar isso ao final? Eu queria aqui... Ou nós estamos percorrendo para colocar as sugestões, para preencher, nós estamos fazendo o quê? O papel, de certa forma, da CTPNRH e CTPOAR. Então, há um paradoxo nisso, Adriana, essa condução não está muito Brastemp, condução assim, não é a sua condução não, o formato que está colocado, porque, ao final, vai ter, desculpa a expressão, vou usar uma expressão que não é muito... Um samba do crioulo doido, não é uma razoável hoje em dia.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) –

O SR. IGOR SOUSA RIBEIRO (MME) – Do ponto de vista institucional e legal, nós temos que buscar um consenso do texto base, do texto base, que há acordo, para que os outros pontos possivelmente sejam discutidos, apresentar os prós e contras, e o possível encaminhamento. Agora, como a ANA se debruçou mais intensamente sobre isso aí, tem alguns pontos, eu perguntaria se há algum texto alternativo pra cada coisa, vocês pensaram em alguma coisa?

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – O Igor está inscrito, depois o Gustavo, e eu também gostaria de fazer um comentário.

O SR. RODRIGO FLECHA (ANA) – Vocês querem discutir toda ela, nós vamos discutir toda ela, e a gente vai apresentar comentários ao longo de toda ela, estou dizendo que desde já, nós estamos mexendo no conteúdo que veio, desde já nós estamos mexendo no conteúdo, seja o conteúdo técnico ou seja o conteúdo institucional ou o conteúdo jurídico. Então vai sair uma coisa deformada.

O SR. IGOR SOUSA RIBEIRO (MME) – A CTIL tem competência de alterar o texto do ponto de vista institucional e legal.

A SR^a. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – É o Gustavo FONASC, depois Aparecida. Desculpe, depois o Fernando, depois Aparecida.

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (Fonasc-ONG) – Eu acho que o que vai se fazer aqui é o seguinte, nós vamos discutir o tema, na hora que a discussão esgotar, que a gente sentir que está começando a patinar, a repetir demais argumentos contra ou favor, é porque a discussão encerrou. Aí, senão houver consenso bota em votação, se houver divergências que queiram que registre no relatório qual é a divergência, vai registrar no relatório. Então, eu acho que é isso que tem que ser feito, essa é a minha interpretação. Agora, se há aspectos legais que foram negligenciados para essa tematização, para essa Resolução pelas Câmaras Técnicas, eu acho que nós temos competência para inserir aqui, conforme, por exemplo, eu propus agora, conforme, na opinião do Luiz, deveria suprimir um item de um considerando. Então, eu acho, assim, eu acho que do ponto de vista, agora, olha, se nós vamos aqui é que vamos dar o veredito se vai ser samba do crioulo doido, nós vamos dar o veredito, se não vai ser, na nossa interpretação pode não ser, na sua pode, na interpretação do Luciano são tais e tais coisas, na nossa pode ser outra, estou falando nós como conjunto, pode melhorar, pode piorar, não sei. Eu acho que é o nosso papel aqui.

O SR. RODRIGO FLECHA (ANA) – Já foi constatado, se for nessa linha, a Dra. Natália, procuradora-geral da ANA já colocou o aspecto de ilegalidade lá no início, então tem que ser colocado lá no início isso.

O SR. GUSTAVO TOSTES GAZZINELLI (FÓRUM NACIONAL DA SOCIEDADE CIVIL) – E eu gostaria de pontuar o seguinte, que o aspecto da ilegalidade que ela está apontando, nós podemos concordar com ele ou não concordar, palavra de advogado não é a última palavra.

O SR. RODRIGO FLECHA (ANA) – Quem vai dar o panorama final é a ConJur do MMA, eu acredito, porque está vinculado a ConJur do MMA, mesmo após a aprovação da Plenária do CNRH, esse assunto vai para a ConJur do MMA, é lá que é o *locos* da Procuradoria-Geral da AGU que vai opinar sobre o assunto. Então tem que colocar esse comentário que a Dra. Natália já colocou, que já há uma ilegalidade intrínseca no considerando.

[2:54:32] O SR. NÃO IDENTIFICADO – Na opinião dela.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Você registrou na ementa? Bom, dando continuidade as inscrições.

A SRª. SONALI CAVALCANTI (CHESF) – Adriana, eu gostaria de pedir novamente a explicação da Dra. Natália a respeito daquela ilegalidade, se for possível.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Eu gostaria de antecipar para a Roseli registrar também essa... Pode ser, gente? Passo para a Natália.

A SRª. NATÁLIA DE MELO LACERDA (ANA) – Didática, assim, vamos pensar, a gente tem controvérsias aqui quanto a relação que vocês entendem da prioridade para outorga e para prioridade para uso, tem gente que entende que são a mesma coisa, eu entendo que não são a mesma coisa, mas não dá para pensar uma coisa sem pensar a outra, porque é impossível a aplicação disso. Como é que você vai pensar numa priorização para outorga sem pensar nos usos prioritários que podem ser estabelecidos para além do que está na Lei, que é dessedentação de animais e consumo humano. Então, na minha opinião, com todo respeito para quem pensa diferente, na minha opinião é impossível vocês tratar os dois temas sem detalhar os critérios de aplicação para as prioridades de uso, na minha concepção. Então, é só vocês pensar do ponto de vista didático o que cada um pensa a respeito dessas duas categorias e, por exemplo, na hora que você pensar: “ah, são absolutamente diferentes e são indissociáveis”, então o que é cada coisa para vocês? Talvez, isso seja importante para a didática, para você dizer: olha, eu entendo que a prioridade para outorga é isso, o que a gente está buscando para com essa resolução é isso, e a prioridade de uso vai ser contemplada nesse ponto, e fazer a defesa, assim. Eu acho que fica mais didático dessa forma, mas eu já esclareci a minha opinião, e com relação aos outros pontos, aí...

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Fernando.

O SR. FERNANDO COSTA FARIA (Irrigantes) – Uma situação bastante complicada, eu tento aqui, apesar de a gente pactuar com parte da ideia da propositura da ANA, mas me preocupa profundamente exatamente o que o Gustavo falou, palavra de advogado não é a última palavra, porém, eles conhecem aspectos da Lei que a gente desconhece, porém, se manifesta o advogado da ANA, porém, já se falou em fazer um laudo da ANA, um relatório para subsidiar a Câmara, eu não estou aqui para analisar manifesto da ANA, se eu tiver aqui ou se estiver em outra Câmara, eu gostaria de analisar o manifesto dos membros, coincidentemente nesse caso, o manifesto da ANA é o mesmo manifesto nosso. Agora, eu quero saber o seguinte, se a gente for discutir aqui, essa Câmara vai aprovar uma proposta, ela vai para o Plenário, é a Câmara que aprovou com a assistência jurídica, porque, Doutora, dois profissionais que para mim são os profissionais que eu quero correr, mas são indispensáveis, dentista e advogado, não tem jeito, então assistência jurídica, acho que é muito importante a assistência jurídica para a gente não andar por caminhos errados, e lógico, a gente tem que respeitar a tua opinião. Mas, e se isso aqui voltar, vai voltar para onde? Vai voltar para as câmaras? Eu quero participar da discussão, e eu quero participar da discussão na Câmara, eu quero discutir, manifesto da Agência Nacional de Águas em Câmara, eu já vou me posicionar contrário, eu gostaria profundamente de discutir o aspecto técnico disso aqui, e aí vem a minha segunda pergunta, a minha primeira proposta é essa, se for... A minha proposta, na verdade, que isso volte realmente para discussão no aspecto técnico na Câmara, mas a gente já posicione qual é o aspecto técnico que precisa ser discutido. E segundo, técnico jurídico... E o segundo é

esse, na linha do que foi dito aqui, nós vamos discutir aqui e nós vamos avançar, nós vamos poder colocar o dedo no aspecto técnico, e se puder colocar o dedo no aspecto técnico, eu vou querer colocar, e aí eu tenho argumentos de ordem técnica para serem discutidos, que eu acho que não é o lugar ideal, porque de novo, vou repetir o que já falei no início, o aspecto jurídico está comprometido por aspectos técnicos. E o primeiro deles é a questão da aplicação, eu estou imaginando o seguinte, eu sou um consumidor disso aqui lá no campo, eu sou um consumidor desse produto, e, aí, vem lá o Órgão Gestor, que é o IGAM, para usar esse instrumento lá depois de deliberado no Comitê. Bom, de que forma o IGAM vai utilizar isso para o meu consumo? É ilegal, não funciona, porque está carente de uma série de aspectos de aplicação, diferente do que o colega ali disse, é deliberativo e normativo, mas que não tem aplicabilidade, e está aqui. Obrigado.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Obrigada, Fernando. Gustavo, FONASC. Aparecida. Paulo Samuel.

O SR. PAULO ROBINSON DA SILVA SAMUEL (Comitê de Bacias) – Desculpe a voz, mas estou bastante gripado. Então, gente, eu queria fazer um pequeno exercício, e o Fernando milita em comitê, nem todos aqui, mas me perdoe aqueles que estão lá na base, como eu, se nós aqui, pessoas que tenham a capacidade, não intelectual, mas de entendimento do sistema, temos essas divergências, essas dificuldades, imagina chegando lá no Comitê de Bacia para aplicar essas normas que nós estamos definindo aqui. Então, elas têm que ser, a meu ver, bem claras, porque uma coisa nós estamos discutindo e definindo lá no Rio Grande do Sul, e mesmo lá no Rio Grande do Sul, na região metropolitana, no sul e no leste são completamente diferentes, então, assim, eu vejo avanço, e, hoje, tem exemplos lá que eu... Em problemas de escassez, nós temos problemas lá na região metropolitana, foi resolvido, só que a gente resolveu... Demorou oito anos para chegar a um acordo. Quem são esses conflitos que têm lá? Usuário e abastecimento. Hoje, nós chegamos, avançamos no processo, e o pessoal da agricultura sabe, chega lá, se dá o *start* em setembro, aonde começa se preparar a terra, chama os dois setores e eles conversam, eles fazem um processo aonde é levado ao Comitê de Bacia, a Plenária dá o aval ou não, ou modifica, vai para o Conselho, o Conselho aprova ou não, e depois é publicado, esses processos são longos, e imagine agora um critério para o País todo. Então tem que ser muito pensado, e se tem problema, a gente talvez tenha que recuar um passo para poder ir a frente a dois. Eu vejo que também tem divergências entre as posições das Câmaras Técnicas, que estão representando aqui o colega do Ministério de Minas e Energia, e fico... Faço assim, a questão da lisura jurídica, aí eu fico que bom que o atual Ministro pensa isso, segurança jurídica tem que pensar muito. Então são essas questões. A inserção dos itens, aí, Flecha, ficava preocupado, e aí quando começou a discutir eu já não mais me preocupei, porque a inserção dos itens está nos levando, aqui a gente define e pontua se as duas câmaras técnicas vão trabalhar junto, elas já tem itens que elas vão ter que trabalhar, já estão *linkadas*. Então, essa consideração que eu gostaria, aprovando isso ou retornando, ela vai para um plenário maior, que é Conselho, e ela tem que ter o respaldo jurídico, como todos sabem, o jurídico não da ANA, mas do Ministério do Meio Ambiente para poder ir ao Conselho, e aqui, eu sou Conselheiro, e outros aqui, para a gente votar e depois para ser publicado. Então, essas considerações que na hora de nós discutirmos aí, a gente tem que pensar não só aqui, mas lá na base, porque é lá na base que o processo vai ser aplicado, e tem que ser bem claro a aplicação, porque senão vai confundir a cabeça das pessoas. Obrigado.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Obrigada, Paulo. Bem, eu tenho cinco inscritos, Igor, Lívia, Wilson, Gustavo, Sonáli, mantenho as inscrições. Eu gostaria de encerrar nessas inscrições, para a gente chegar até meio-dia e meia, e fazer o nosso intervalo para o almoço, e retornando às 14h. Então, passo a palavra ao Igor.

O SR. IGOR SOUSA RIBEIRO (MME) – É um comentário geral também em resposta a Dra. Natália. O entendimento que houve no... Eu falo, assim, o entendimento do grupo, porque eu acompanhei todas as reuniões desse grupo, e realmente houve uma discussão muito intensa em relação à prioridade para outorga, prioridade de uso. A ANA colocou diversas posições marcando que são iguais, e isso na visão da Superintendência de Regulação, por outro lado a Superintendência de Planejamento entendia que eram a mesma coisa, desculpe, que eram diferentes. O que prevaleceu no grupo, e é isso que está na Resolução, é que são realmente diferentes, qual o entendimento? Prioridade para outorga é um instrumento de planejamento de longo prazo. Então, no Plano de Bacia, quando se enxerga uma escassez mais para frente ou que se define uma área de restrição de uso, você vai ter prioridades para novas outorgas, não tem água suficiente, tem pouca água para frente, então você define prioridades para emitir novas outorgas. Claro que prioridades de uso, claro que... A prioridade de outorga está intrínseca no uso. Agora, quando a Lei fala em prioridade de uso, o entendimento do grupo é que é situação de escassez imediata, isso não é visão minha, não é visão de ninguém específico, foi o que foi entendido pelo grupo de trabalho e que foi aprovado pelas Câmaras Técnicas, prioridade de uso é uma situação do São Francisco, por exemplo, aconteceu uma escassez, não foi prevista, o que fazer? Vai mudar a outorga necessariamente? O grupo entendeu que não cabe prioridade para outorga nesse caso, é uma situação momentânea e que se adapta os usos em que são captados e os usos verificados na prática. Quando se junta o entendimento prioridade para outorga e prioridade de uso, significa o quê? No fundo significa que a outorga é um ato completamente precário, e eu posso mudar, e isso nivela os dois, prioridade de uso e prioridade para outorga, porque eu considero a outorga como... *(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*. Como?

A SRª. NATÁLIA DE MELO LACERDA (ANA) – Só porque o Art. 13 fala que a prioridade... Desculpe, que a outorga observará a prioridade de uso, não tem como fugir dos planos, o estabelecido nos planos, não tem como fugir disso, por mais que seja uma questão de segurança. Entendeu? É o desenho da Lei.

O SR. IGOR SOUSA RIBEIRO (MME) – O desenho da Lei falando, a outorga estará subordinada a prioridade de uso definido no Plano, mas em outro artigo, ele disse o quê? Que o conteúdo mínimo do Plano é prioridade para outorga, então nesse momento, eles são iguais, porque o que está se referindo é a prioridade para a outorga de uso referida lá como conteúdo mínimo, é instrumento de planejamento, de emissão de novas outorgas. Agora, prioridade de uso é o que aconteceu, e não foi previsto, e aí tem que se instalar uma sala de crise, que a ANA tem feito isso brilhantemente, para gerir e mitigar o conflito, e proporcionar o uso múltiplo, são momentos diferentes, um instrumento de planejamento, o outro é de curto prazo.

A SRª. MARIA APARECIDA VARGAS (Abragel) – É porque eu estou tentando resgatar aqui, eu acho que isso é muito importante, eu só pediria a paciência de vocês, o Igor acabou de falar sobre a discussão que foi feita no âmbito das câmaras técnicas, a gente vem falando das oficinas, eu queria dizer que a oficina, ela começou com questões a serem discutidas postas pela ANA, e eu vou citar quais os itens que a ANA

apresentou, que eram as questões a serem discutidas na oficina para que a gente chegasse a alguma conclusão. Quais os critérios a serem considerados no estabelecimento das prioridades? Sem dizer se é de uso ou de outorga. Como implementar ou fazer uso de prioridade de outorga de direito de uso de recursos hídricos em cenários de curto, médio e longo prazo. Como considerar as situações de indisponibilidade hídrica para a implementação do modelo de priorização de outorgas de direito de uso de recursos hídricos? Quais os desdobramentos de prioridade de outorga do direito de uso de recursos hídricos, nos planos de recursos hídricos e nas outorgas. Como implementar algum modelo de priorização de outorga de direito de uso de recursos hídricos, considerando a abrangência de um plano de recursos hídricos, plano nacional, estadual ou plano de bacia hidrográfica. A pergunta “o que é prioridade de recursos hídricos?” é a resposta final dessa oficina, que é para gente saber se seria prioridade de uso ou prioridade de outorga. Todo mundo recebeu o relatório da oficina, todo mundo sabe como que a gente chegou nesse poente. E, aí, não querendo, como a CTIL não participou das discussões, não tinha que está... Não tinha que estar de tudo que aconteceu nesses relatórios, eu pego o parecer técnico conclusivo da CTPNRH e da CTPOAR, que veio para essa Câmara, e eu acho que nesse parecer, em nenhum momento a gente nem se debruçou sobre ele, e esse parecer fala muito das dúvidas que estão sendo postas aqui. Primeiro faz a contextualização, faz a introdução, e ainda coloca o objetivo da oficina foi a discussão e identificação das definições de prioridade de outorga, porque a gente chegou ao final da discussão fazendo essa diferença que a Dra. Natália colocou, o que é prioridade de uso e o que é prioridade de outorga, identificou que para operacionalização da priorização de outorga do direito de uso de recursos hídricos é necessário diretrizes pelos órgãos gestores de recursos hídricos, e na construção de um documento resposta a demanda da Plenária do CNRH, a ser consolidada posteriormente nas oficinas. E ela coloca que a oficina foi estendida a participação dos membros das duas Câmaras Técnicas devido a grande dispersão de conceitos, interesses e opiniões ao redor do tema. Senão me engano, em algum lugar ela fala até o número de participantes, eu não estou querendo me estender, o que eu estou querendo dizer é que se a gente se debruçasse um pouquinho sobre os documentos que nos são enviados, muitas das dúvidas que estão aqui estão nos seus documentos que foram realizados. Essa minuta de resolução não chegou aqui do nada, gente, o próprio encaminhamento mostra quantas reuniões existiram, isso foi exaustivamente discutido, a oficina foi coordenado pela SRHQ e a ANA, entendeu? As perguntas foram... Acabei de mostrar, quem fez as perguntas para direcionar a oficina foi a Agência Nacional de Águas, e a gente foi caminhando para responder as perguntas que a ANA nos apresentou, e o resultado é essa minuta de resolução que a gente tem aqui hoje. Então, se a gente pudesse, eu sei que todo mundo tem mil outros compromissos, mas tudo ficaria mais fácil se a gente lesse os documentos que foram encaminhados junto com as minutas. Sonáli tem que ler tudo, fica até apavorada, Sonáli, Patrícia Bozon, aproveita e a gente sabe que chega lendo tudo. Mas, eu acho que ajuda muito a gente ler todo o histórico do que fez a gente chegar na conclusão do que a gente está apresentando, porque senão a gente vai começar a fazer uma nova oficina, abrir uma nova discussão, eu abri dois documentos aqui, não foram só documentos que geraram e que trouxeram essa minuta de resolução. Aí, agora ou a gente, e volto a falar, eu concluo. Todos os representantes que a gente tem aqui na CTIL, e instituições, a gente tem representantes também na CTPOAR e na CTPNRH, e me estranha e me deixa, às vezes, muito surpresa é um representante institucional na Câmara que ele deveria colocar as posições técnicas, ele chegar na CTIL para poder dizer que tem alterações técnicas a ser feita, porque não foi feita na Câmara que é de origem, que deveria ter sido feita, se tinha participação e tinha presença lá.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Então, gente, eu queria pedir que a gente se ativesse a três minutinhos de fala, eu vou até controlar o tempo, porque a gente está chegando ao final dessa parte da manhã, e tem alguns inscritos, e aí eu convido para falar agora o Igor, não, você não

estava inscrito. Wilson, depois é a Livia. Wilson, Livia, Gustavo FONASC, Sonáli, Patrick e Rodrigo. Fechando. Três minutos.

O SR. WILSON DE AZEVEDO FILHO (Pescadores e Usuário de Águas para o Lazer e Turismo) – Eu vou fazer um comentário geral um pouco em cima da minha fala anterior, e um pouco em cima do que eu ouvi o Paulo Samuel falar. Eu fico muito preocupado, como já disse antes, de a partir de um caso específico procurar se construir uma regra geral, porque isso é muito difícil, por mais inteligência que você ponha em cima da construção de uma regra geral, você nunca vai ter a capacidade de abarcar todas as possibilidades, alguma coisa vai ficar de fora. Uma outra preocupação que eu tenho é com o excesso de “regulacionismo”, olha aqui o que nós já temos, olha aqui o que nós já temos, isso é um absurdo na minha opinião. Então, eu acho que nós temos que dar muito mais liberdade, a política ela prevê a gestão descentralizada, nós temos que dar muito mais liberdade para os comitês de bacia e, aí, eu vou um pouco na contramão do que falou o Igor que diz que o que enfraquece o Conselho é não decidir coisa desse tipo, eu acho que o que enfraquece o Conselho é querer fazer essa política de cima para baixo, quando na verdade ela é descentralizada, ela deveria ser construída de baixo para cima, e nós adotamos essa postura de decidir de cima para baixo, a última reunião do Conselho se decidiu sobre valor de cobrança, que é uma coisa que deveria ser decidida, na minha opinião, nos comitês. Então vamos corrigir monetariamente, quer dizer... Então, nós estamos sempre interferindo e centralizando a gestão da política, isso, para mim é um erro muito grande, e na minha opinião é o que enfraquece o Conselho. Bom, e outra coisa que eu também queria chamar a atenção é o seguinte, essa política prevê articulação, se formos ali nas diretrizes de ação, nós vamos ver que a articulação é falada em dois ou três itens, articulação das políticas setoriais, os comitês tem que aprender a se articular, como nós aqui no próprio Conselho temos que aprender a nos articular, e o que é articulação? É você combinar as coisas, lá no Rio Grande do Sul, o Paulo falou que levou oito anos para se chegar num entendimento, e é isso que tem que acontecer, quer dizer, tem que se discutir os assuntos à exaustão, sem intransigência, não adianta tu sentar em cima de uma outorga para não discutir uma solução de um problema, tem que discutir o problema e achar a solução em conjunto, é esse que é o papel dos comitês de bacia, e isso é articulação das políticas públicas, eu acho que é isso que está faltando. Eu poderia falar mais alguma coisa, mas eu só queria fazer essa pontuação aqui, porque eu estou vendo que está tendo muita dificuldade de sair do primeiro considerando, justamente porque nós estamos tentando fazer uma regra geral, isso é muito complicado.

A SRª. LÍVIA SOALHEIRO (CERH RJ/SP) – Prometo não gastar os três minutos. Só uma fala que o Paulo trouxe um pouquinho aqui em relação a uma questão institucional que não apareceu ainda ali nas considerações que estão sendo feitas. Aqui, nessa reunião de hoje uma Câmara Técnica está posicionando de uma forma, e a outra de outra forma. Então, isso não é o que o parecer trouxe, mas é o que está acontecendo aqui na reunião de hoje, mas quando eu fiz a pergunta e pedi para que os representantes das câmaras técnicas falassem, deixa eu terminar de falar. Então, me parece que tem um problema institucional também que merece ser levantado nessa análise da matéria, porque a análise é institucional legal, e enquanto membro da CTIL, ou o representante da câmara vem aqui e segue o parecer ou ele está trazendo para gente uma visão diferente do que foi efetivamente acordado lá, aí é um problema institucional também.

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (Fonasc-ONG) – Eu acho que é o seguinte, eu queria fazer uma sugestão para o pessoal do setor elétrico, vocês estão aceitando todas as provocações e estão ajudando a

1813 postergar a discussão, para de aceitar provocação, entendeu? E toca o barco para frente, deixa o barco
1814 correr, vocês estão caindo no jogo, estão bancando os trouxas.

1815
1816
1817 *(Falas sobrepostas. Inaudível).*
1818
1819

1820 **A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA)** – É que a gente está seguindo uma lista de inscrição.
1821
1822

1823 **O SR. GUSTAVO TOSTES GAZZINELLI (Fonasc-ONG)** – Aqui vocês não são MME não, vocês estão
1824 defendendo área de geração de energia na perspectiva do MME, então aqui está claro, existem três
1825 segmentos aqui, irrigantes, geração de energia e Agência Nacional das Águas, e os órgãos gestores. E, aí,
1826 vou falar, posso estar errado...
1827
1828

1829 **[3:20:34] A SRª. NÃO IDENTIFICADA** – É órgão gestor ou Conselho Estadual de Recursos Hídricos.
1830
1831

1832 **A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA)** – A palavra está com o Gustavo.
1833
1834

1835 **O SR. GUSTAVO TOSTES GAZZINELLI (Fonasc-ONG)** – Então, a questão é a seguinte, eu estou pouco meu
1836 lixando para as divergências entre vocês, estou pouco me lixando, mas o que está claro aqui, um
1837 segmento não quer, vamos falar com todas as letras, o setor de energia elétrica é super regulamentado,
1838 vocês falaram que há uma desigualdade, um desequilíbrio, que os outros setores não são, e os seus são.
1839 Por outro lado, o Brasil estabeleceu uma legislação que deu todo o poder para o setor elétrico, toda
1840 queda d'água pode virar uma PCH e não sei o quê, e na hora que chega para discutir nos comitês de
1841 bacia hidrográfica, a Aparecida sabe disso, chega lá eu quero uma reserva de disponibilidade hídrica, que
1842 me dá a garantia de 100% do valor outorgável dessa bacia, então pelo amor de Deus, vamos colocar as
1843 coisas como elas são. Então, eu acho que aqui, o que nós deveríamos fazer, nós já voltamos a discussão
1844 política, nós estamos aqui fazendo discussão política, pode ou não pode, deve ou não deve, eu acho que
1845 na minha opinião essa parte do debate já venceu, gente, vamos discutir, podemos até falar assim: “tem
1846 proposta para considerando 1? Tem proposta para considerando 2? Quer modificar alguma coisa?
1847 Fernando, você falou, se tiver que fazer discussão, vou colocar sugestões aqui, e coloca.
1848
1849

1850 **[3:22:24] A SRª. NÃO IDENTIFICADA** – Gustavo, a minha consideração é para que colocasse ali, é isso
1851 mesmo, discutir no texto, colocar no texto.
1852
1853

1854 **O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (Fonasc-ONG)** – Vamos fazer o nosso papel, e parar com esse negócio
1855 corporativo, entendeu? “Ah, eu cuido das outorgas não quero que vocês metam o dedo nas minhas
1856 atividades, que eu sei fazer o que eu faço”, não é por aí, sinceramente, está muito corporativo aqui,
1857 ninguém está querendo discutir a política, a política de gestão das águas, está querendo falar isso pode,
1858 isso não pode. Pelo amor de Deus.
1859
1860

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Gente chegamos a meio-dia e meia, temos três inscritos, Guilherme, eu queria pedir para você fazer a sua resposta no início da tarde, eu acho que não vai ter prejuízo para você. Somente para a gente seguir as inscrições.

O SR. GUILHERME DA SILVA DE GODOI (MME) – Eu só queria abrir um parênteses aqui, para explicar, eu acho que em grande parte do que ele falou, o que outros falaram, vai justificar a minha atuação aqui hoje. Eu vim representando a Jussara em nome da CTPNRH, eu expliquei desde o início que eu vim... O nosso represento é o Adão, o Igor representando o Conselho Nacional de Recursos Hídricos, apesar de eu ser suplente no Conselho, eu não estou posicionando aqui em relação a isso, eu vim aqui para esclarecer os pontos afetos a CTPNRH, como foi o processo, como eu falei aqui no início, como foi encaminhado para cá, como foi a votação, houve uma abstenção e um voto contrário, que por coincidência do Luiz Henrique está presente e é da CTPOAR. É justo, ele tem que se manifestar, ninguém aqui está contra isso. Só isso. Quem está se manifestando aqui sobre os pontos de vista do setor elétrico é o Igor, em momento algum eu debati aqui sobre o ponto de vista do setor elétrico, apesar de ter o direito de fazê-lo, porque eu sou suplente no CNRH, poderia fazê-lo, mas eu respeito a indicação que foi feita para mim pela Jussara, estou aqui representando a Jussara, trazendo os pontos afetos a como o encaminhamento chegou até aqui. ele chegou aqui dessa forma, foi uma votação não unânime, houve o voto contrário do Luiz Henrique na reunião, e uma abstenção, como ele falou, do Comitê Estadual, eram os dois únicos representantes... Conselho Estadual de São Paulo. Os demais membros que estavam presentes na reunião votaram pelo encaminhamento, isso é fato, e é isso que eu vim defender aqui, e toda aquela explanação que eu fiz no início caracterizando como foi o processo, quais os pontos que foram discutidos e que foram aprofundados pelo Igor, pela Aparecida, o Gustavo também, da CNA, esteve nas reuniões, Aparecida, qual é o nome dele? Tem vários representantes aqui da CTPNRH, então, quer dizer, eu, aqui, vim trazer para vocês um encaminhamento e atendendo um pedido da Jussara, poderia nem estar aqui, mas como ela entrou em contato comigo, encaminhou o e-mail, eu estou aqui representando esse papel, quem defende o setor elétrico aqui é o Adão, e o Igor, em nome da suplência do CNRH.

O SR. FERNANDO COSTA FARIA (IRRIGANTES) – Questão de ordem na minha postura na reunião. Breve, eu não vou poder participar da reunião agora à tarde, queria antecipar meu voto, o meu voto é favorável a devolução dessas discussões às Câmaras Técnicas, devidamente fundamentada nos quesitos que vão ser discutidos aqui, só antecipando meu voto, porque não posso participar à tarde. Obrigado.

A SRª. SONÁLI CAVALCANTI OLIVEIRA (CHESF) – Lembrando a palavra do Gustavo, que ele falou aí, “vamos fazer o nosso trabalho”, vamos fazer o nosso trabalho, CNRH define a política, ele dá diretrizes, os órgãos gestores de recursos hídricos federal ou estaduais, eles implantam essa política, e eu estou entendendo que o papel da ANA aqui, além de apontar, na visão dela, o que pode ser ilegal, ela também está relatando as dificuldades com relação a aplicabilidade, mas isso é um ponto a ser tratado lá após você ter essa definição da diretriz geral que o Conselho Nacional deve dar, porque está na sua competência. E um outro ponto com relação ao que o Wilson colocou, de um caso específico estar sendo trazido para uma questão nacional, eu não sou advogada, mas eu escuto muito os advogados falarem que é o fato que gera direito, então aconteceu esse fato em uma determinada bacia, ele pode vir a acontecer em outras regiões do País, precisa ser visto, precisa ser tratado, precisa do olhar do CNRH no sentido de definir diretrizes e critérios gerais para o assunto, é esse o ponto que eu quero colocar.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Finalizando as falas, o Patrick e depois do Rodrigo. Com a palavra o Patrick.

O SR. PATRICK THOMAS (ANA) – Posso falar? Aparecida, posso falar? Obrigado. Eu queria reforçar uma fala do Gustavo e a palavra da Sonáli, no sentido de que seja feita uma avaliação institucional e legal dos itens que foram apresentados nessa minuta de Resolução, nós fizemos a proposta de retornar à Câmara Técnica, a proposta não chegou nem a ser votada, se optou por entrar na discussão, e aí eu acho que deve ser discutido sobre o aspecto legal. O Igor tem mencionado reiteradamente que isso foi discutido por várias reuniões, oficinas, durante o GT e a Câmara Técnica, etc., Igor, o fato de eles terem discutido não significa que essa Câmara Técnica não possa analisar sobre o aspecto legal. Então, o argumento de que isso foi discutido antes por especialistas não significa que essa Câmara não possa... Senão não precisava ter reunião da CTIL, era só você mandar uma proposta dizendo que vários especialistas discutiram, e vai direto para a Plenária. Então, o papel dessa Câmara é discutir os aspectos legais, e isso tem sido discutido com você reiteradamente, parece que essa Câmara não tem função nenhuma, e não é verdade. E, aí, vamos entrar na discussão legal, o Art. 13 diz que toda outorga está condicionada as prioridades de uso estabelecidas nos planos, é bem claro, então para a gente mexer na outorga, a gente precisa de prioridades de uso estabelecidas nos Planos, aí a gente vai no Art. 7º, e o Art. 7º diz: conteúdo mínimo do Plano, prioridade de outorga. Quando se argumenta que uma coisa é diferente da outra, e a Resolução proposta define prioridade de outorga, e não de uso, então o Art. 13 não tem eficácia nenhum, ou seja, as outorgas não poderão ser alteradas em função dessa resolução, e essa, portanto, do ponto de vista jurídico, ela é inócua, porque se o que está se definindo aí é prioridade de outorga, e isso não tem nada a ver com prioridade de uso, e a Lei diz a outorga é condicionada a prioridade de uso, e isso não é prioridade de uso, então a outorga não é condicionada a isso, ou seja, a norma não tem eficácia nenhuma, porque nós não vamos poder, como órgão gestor, alterar as outorgas e implementar essa regra, porque são coisas totalmente distintas. Então, eu queria reforçar a posição já colocar pela Procuradoria da ANA de que tem que ser alterado o texto para prioridade de uso, senão a norma não tem eficácia legal e não poderá ser aplicada pelos órgãos gestores. E, Gustavo, nós estamos aqui não querendo que o Conselho não diga o que nós vamos fazer, pelo contrário, a gente quer uma orientação para a gente ter fundamento para poder tomar a decisão, é justamente o contrário, a gente quer uma orientação para saber o caminho qual o caminho a gente tem que seguir, e é nessa linha as nossas convocações. O Luiz quer complementar.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – A complementação do Luiz. Está bom.

O SR. LUIZ HENRIQUE PINHEIRO SILVA – LULA – (ANA) – Do prazo estabelecido é porque é citado a todo tempo o processo, os normativos, os documentos e etc., e tal. Agora, a CTPOAR tem um presidente, é o representante do Conselho Estadual do Espírito Santo e Rio de Janeiro, senão me engano, Minas Gerais, desculpe, Minas Gerais e Espírito Santo. O presidente da CTPOAR não pôde por questões pessoais participar dessa reunião, e solicitou que a ANA, de última hora, que a ANA presidisse a reunião pela CTPOAR. A ANA não costuma fazer isso, é uma decisão já de alguma tempo da ANA, nem presidir, nem coordenar, enfim. Em se tratando de uma urgência, a ANA aceitou coordenar pela CTPOAR essa única reunião onde aconteceu a apreciação da matéria, eu estava lá na condição de segundo suplente, primeiro, titular, primeiro e segundo, eu estava lá, conduzi pela CTPOAR, e queria destacar o seguinte,

estou há 12 anos na CTPOAR, estou há 12 anos, cinco pelo órgão estadual e seis mais ou menos, sete, encaminhado pela ANA. É comum a prática na CTPOAR, uma minuta de resolução só vai para frente quando devidamente esclarecida, quando devidamente amadurecida e discutida. Então, a posição da CTPOAR e, aí, de fato fez falta os órgãos gestores estaduais, na verdade, os conselhos estaduais, calma, Aparecida, os conselhos estaduais, fez falta, foi uma coisa fatídica, ninguém ficou atento que em janeiro eles não iam ter verbas para viajar, etc., fez falta a discussão. A prudência recomendaria mais reuniões das duas Câmaras Técnicas para discutir o assunto, a prudência é uma praxe na CTPOAR. Enquanto não está devidamente amadurecida, ela não vai para frente, “ah, mas o parecer tal”, olha, o parecer não é o meu parecer, o parecer que está aqui, só para finalizar, no parecer que está aqui eu fiz uma outra minuta do parecer e encaminhei divergindo do parecer que foi passado para todo mundo, diz que não foi o entendimento, a dúvida do Conselho Estadual de São Paulo e dos demais presentes na reunião conjunta, e isso teve um impedimento de que as dúvidas foram dirimidas. As dúvidas não foram dirimidas, eu encaminhei um outro parecer, e o parecer não foi aceito. Mas, assim, eu estava conduzindo a reunião, eu não concordo com o parecer, na minha opinião, é claro, as dúvidas não foram dirimidas, embora, reconheça que houve votação e que a maioria deliberou para que a minuta viesse para a CTIL e fosse para o Plenário, mas assim é muito importante ressaltar que a praxe da CTPOAR é que uma minuta só vai para frente quando devidamente amadurecida, quando devidamente discutida, por todos os setores e etc. e etc.. Infelizmente numa única reunião teve que vir, e por isso todos esses descensos e, enfim, e por isso que a ANA está se posicionando de uma única, a Agência Nacional de Águas se posiciona de uma única forma nesse sentido que foi a apresentação do Luciano, nas considerações do superintendente e do superintendente adjunto nessa reunião. Obrigado.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Ok. Aparecida, rapidamente, e saímos para o almoço.

A SRª. MARIA APARECIDA BORGES PIMENTEL VARGAS (Abragel) – Gustavo, eu vou seguir o seu Conselho, não vou entrar na pilha. Eu só queria que ficasse... Eu estou muito preocupada com uma forma de condução, com uma forma de postura que está acontecendo, não só aqui na CTIL, como em todas as Câmaras Técnicas, e no próprio CNRH. Para quem não sabe eu estou presidente de um Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Rio de Janeiro, ao qual eu tenho assento nessa CTIL, que é a Livia, e em nenhum momento vocês me viram tentar interferir em posicionamento, vocês viram que eu estou aqui enquanto setor elétrico. O que me preocupa e, aí, sim, eu acho que a gente tem que se atentar, é a gente ver ininterruptamente todo mundo falando “eu sou o representante do Órgão Gestor”, nós não temos vaga, ainda pelo menos, não temos vaga para Órgão Gestor Estadual no Conselho Nacional, a vaga é de Conselho Estadual de Recursos Hídricos, e se o Órgão Gestor está usando essa vaga para poder se fazer falar e não está discutindo com o Conselho, eu acho que isso é uma perda muito grande da nossa energia, a gente vem discutindo muito isso no (...), e a Livia sabe disso. Muitas vezes ela apanha e eu ainda tento segurar isso lá porque eu estou aqui junto, e mostro a postura que ela tenta diferenciar quando ela é órgão gestor e quando ela está representando conselho estadual, e eu pediria que os representantes do Conselho Estadual aqui não falasse em nome de Órgão Gestor, porque eles não estão nomeados para isso.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Gente, então, à tarde nós damos continuidade da mesma forma, fazendo a leitura e os comentários. Às 14h retornamos.

(Intervalo para almoço).

(RESOLVE)

A SR^a. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Roseli, a gente já tem quórum para começar? Já podemos então? Então, pessoal, boa tarde, vamos dar continuidade a nossa reunião da parte da manhã. E, aí, eu queria até fazer uma consulta a vocês sobre como é que a gente pode trabalhar em cima do texto da Resolução, eu andei conversando com algumas pessoas, e aí houve essa sugestão da gente, dentro do texto olhar primeiramente o resolve, que são os artigos mesmo, que tem implicações legais, aí depois de olhar os resolves buscando olhar os aspectos legais e institucionais, focar nisso, eu sei que é complicado, mas na hora que vier uma discussão técnica, a gente tem que lembrar: “não, isso é lá com a Câmara Técnica”. Depois a gente olha os considerando, porque o resolve pode ter também implicância no considerandos, e depois a gente olha a ementa, eu acho que todo mundo está de acordo que a gente tem que olhar o texto como um todo, mas eu acho que para ser mais prático, acho que poderíamos começar pelo resolve. Estão de acordo? *(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*. E, aí, item por item, aí começando pelo resolve. Artigo por artigo, paramos, vocês fazem as contribuições, a Roseli vai registrar embaixo de cada artigo. *(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*. Mas, a gente vai voltar depois nos considerando, a gente vai ver o resolve, porque é o que tem as consequências. Implicar no resolve. Mas, a gente vai voltar no resolve. Só mudamos a ordem, começa do resolve e vai no considerando, porque o resolve é que tem implicância legal mesmo. Então, para começar... *(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*. Os artigos e parágrafos relacionados. Então, gente, para começar, vamos aí ao primeiro artigo: instituir as diretrizes e o critérios gerais para o estabelecimento de prioridades para outorga de direito de uso de recursos hídricos de águas superficiais ou subterrâneas, como conteúdo mínimo dos planos de recursos hídricos, conforme Inciso VIII, Art. 7º, Lei 9.433. Primeiro parágrafo: o estabelecimento de prioridades para outorga é aplicável em situações de escassez identificadas nas fases de diagnóstico ou prognóstico do Plano de Recursos Hídricos, ou em estudos complementares e em áreas identificadas como de restrição de uso. Segundo parágrafo ou parágrafos segundo: sempre que se tratar de Plano de Recursos Hídricos de bacia hidrográfica estadual, as prioridades mencionadas no *caput* devem observar as diretrizes e critérios gerais apresentados nesta Resolução, e aquelas previstas em normas legais no âmbito estadual e deliberações específicas dos respectivos conselhos estaduais de recursos hídricos, se houver, sem prejuízo de atender as diretrizes e metas apresentadas no Plano Nacional de Recursos Hídricos, e respectivos planos estaduais de recursos hídricos. Então, gente, foi lido o primeiro parágrafo do resolve, primeiro artigo do resolve com seus parágrafos, e aí eu abro para discussão desse primeiro artigo, está inscrito o Gustavo.

MANIFESTAÇÕES EM RELAÇÃO AO ARTIGO 1º

O SR. GUSTAVO TOSTES GAZZINELLI (Fonasc-ONG) – Bom, eu vou falar uma coisa aqui que o Rodrigo provavelmente vai falar, mas eu vou me antecipar a você, está bom? Só para facilitar a sua vida. Porque umas das questões que até a ANA ponderou é que não se trata, aí eu tenho uma pequena divergência com a ANA de estabelecimento de prioridades para outorga de direito de uso, nas prioridades de uso, eu acho que deve ser das duas coisas, deve ser prioridade de uso dos planos e as prioridades para outorga de direito de uso. E a segunda coisa a observar é que eu acho que deveria ser “ou subterrâneos”, “de águas superficiais e subterrâneas”, “e/ou”, eu não sei se é legalmente, pelo que eu saiba “e/ou” nunca é usado nos textos legais, mas, talvez, a gente possa encontrar uma redação que permita essa interpretação. Mas, eu acho que na pior das hipóteses, temos que escolher “e subterrâneos”.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – E o comentário do Gustavo me fez lembrar uma coisa, eu acho importante também a gente focar já no ajuste do texto se for o caso, não abrir muito a discussão, se tiver que mudar, mudar no texto.

O SR. GUSTAVO TOSTES GAZZINELLI (FONASC-ONG) – Só uma ponderação, como eu acho que a gente que tem que caminhar item por item, eu estou abrindo mão, por enquanto de comentar os parágrafos primeiro e segundo, estou falando só do *caput*.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Está inscrita a Natália.

A SRª. NATÁLIA DE MELO LACERDA (ANA) – Me perdoem, porque eu ainda não conheço todas as resoluções do Conselho de Recursos Hídricos, mas eu queria saber se a identificação, o conceito de áreas de restrição de uso já está estabelecido e qual a delimitação mínima? Só queria saber.

O SR. IGOR RIBEIRO (MME) – Eu queria esclarecer esse tema, porque o encaminhamento do trabalho pelo Grupo de Trabalho, pelo GT, ele colocou isso como uma próxima etapa da discussão, o Ministério de Minas e Energia ia entrar com essa solicitação, porque a gente está vendo que os comitês de bacias estão trabalhando com conceitos não uniformes de áreas de restrição de uso, e é bom que a gente tenha... Disciplinar essa questão de área de restrição de uso. Mas, o próprio Grupo de Trabalho entendeu como encaminhar, ser necessário encaminhar essa questão de forma independente... Mas, as áreas de restrição de uso já estão sendo estabelecidas nos comitês de bacia.

A SRª. NATÁLIA DE MELO LACERDA (ANA) – Só para terminar a minha dúvida...

A SRª. MARIA APARECIDA VARGA (Abragel) – Só para complementar, inclusive na ata que a gente aprovou hoje, da última reunião da CTIL, isso foi demanda que eu coloquei na CTIL nas duas câmaras na reunião conjunta e na Plenária, que a gente precisa se debruçar sobre uma resolução, e falamos ontem, o Rodrigo mesmo citou, da reunião que a gente fez com a Diretoria da ANA, que a gente precisa se debruçar sobre esse assunto área de restrição de uso, e fazer uma resolução de diretrizes e critérios gerais específicos para isso, isso já foi pedido o encaminhamento.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Sonáli, só pedir uma licença só para também lembrar que isso aí apareceu como uma meta no Plano Nacional de Recursos Hídricos, a meta específica é elaborar proposta de metodologia para criação de áreas de restrição de uso de recursos hídricos em uma bacia hidrográfica piloto nesse caso, para trazer esse resultado para a discussão no âmbito das Câmaras Técnicas. Outra questão também é que a gente, como é uma incumbência do Ministério do Meio Ambiente, a gente já está pensando em abrir um pouco essa discussão num seminário nacional para trazer os temas, como é que os planos estão abordando essas temáticas, eu acho que isso também vai contribuir para essa outra discussão que estamos fazendo em relação às prioridades de uso na outorga, só para lembrar.

A SRª. NATÁLIA DE MELO LACERDA (ANA) – E, agora, fica como? Agora fica como? Quem é que define como é que fica? Porque já teria que estar para aplicar, ter alguma diretriz, vai ser possível de aplicar e estabelecer a resolução sem também que se pense nesses conceitos, porque são conceitos jurídicos indeterminados, e quando vocês fazem isso, vocês estão dando espaço para vários agentes, inclusive juízes dos próprios comitês de bacia, quem são as pessoas? Área ambiental? São múltiplos atores que vão no momento que a gente aprovar essa resolução definir esses conceitos jurídicos indeterminados. Então, eu acho que isso é uma preocupação que se aprovar, vocês não podem perder de mente, porque se a gente não fizer, outras pessoas vão fazer.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Eu acho que isso está no nosso planejamento mesmo.

A SRª. NATÁLIA DE MELO LACERDA (ANA) – Isso aqui não vai ser exequível.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – A questão é a compatibilidade com essa resolução, mas seguindo as inscrições aqui, eu passo, primeiramente, para a Sonáli, depois o Rodrigo, depois o Luiz e depois o Rodrigo, e Wilson. Sonáli.

A SRª. SONÁLI CAVALCANTI OLIVEIRA (CHESF) – Só para lembrar que também está no Art. 7 da 9.433, como conteúdo mínimo dos planos propostas para criação de área sujeitas a restrição de uso com vistas a proteção dos recursos hídricos. Então, do mesmo jeito que o CNRH está se debruçando sobre a questão de prioridades sobre a questão de prioridades para outorga de direito de uso de recursos hídricos, também vai precisar se debruçar sobre essa questão de proposta de área de restrição de uso.

O SR. LUIZ HENRIQUE PINHEIRO SILVA – (ANA) – Esse Art. 1º é extremamente importante, ele traz os erros conceituais que a gente vem comentando aqui, a gente tem uma proposta para ele, mas, basicamente, além da questão de prioridade para outorga de direito de uso de recurso hídricos, prioridade de uso de recursos hídricos, o parágrafo primeiro dele se remete a uma função típica de plano que é prognósticos, etc., aonde no prognóstico, você consegue estimar, é claro que todo prognóstico tem um erro associado a ele, você consegue estimar em que situação lá no futuro, 30 anos, 20 anos, não sei, quando devido a um plano econômico, enfim, os interesses, a demanda irá crescer naquela bacia e irá atingir os limites outorgáveis, é isso que eu entendo que é um prognóstico, que o papel do plano inclusive. A pergunta é qual é a relação disto com prioridade de uso de recursos hídricos ou prioridade para outorga de direito de uso de recursos hídricos. Pela 9.433, eu não consigo ver na 9.433 nenhum fundamento, nenhum dispositivo, melhor dizendo, nem nos seus fundamentos aonde eu consiga prevê que o que está por vir, os usos que virão, portanto, serão outorgados, eu posso priorizar esses usos que virão, e se alguém encontrar isso na 9.433, por favor, me aponte. O que eu consigo enxergar na 9.433, e isso está lá no fundamento, que primeiro ele fala, como o Luciano bem colocou, as prioridades são para consumo humano e dessedentação animal, só que ele não para aí, ele fala em qual situação? Em situação de escassez, então um fundamento que segundo a área jurídica, aí os juristas me corrijam se eu estiver errado, é uma das coisas mais importantes de uma Lei, de uma política pública, já aponta a questão da escassez. Então o Art. 1º, parágrafo primeiro, quando ele fala que será aplicado em situação de escassez identificada nas fases de diagnóstico ou prognóstico, eu não consigo entender como você vai

2149 identificar um prognóstico, fazer um prognóstico identificando a escassez no futuro, como vou identificar
2150 no futuro que as vazões devido a variações climáticas, etc., que as vazões vão estar abaixo vão estar
2151 abaixo das vazões de referência, que haverá uma escassez hídrica daqui há 30 anos, então isso não é... O
2152 conceito está completamente no nosso entendimento, diferente daquilo que é objeto da resolução, que
2153 é prioridade de uso de recursos hídricos, que tanto o fundamento aponta a situação de escassez, quanto
2154 o Art. 15, que fala em restrições de uso de recursos hídricos, já aponta também lá no Inciso III a escassez
2155 hídrica, que são as adversidades climáticas, a gente entende como escassez hídrica. Então, o parágrafo
2156 primeiro, além de outra coisa já colocada, foi colocada pela procuradora Natália, de que está se
2157 regulamentando coisas que não estão regulamentadas ainda, que é a questão de áreas de restrição, e
2158 mais a gestão integrada de águas superficiais e águas subterrâneas, que aliás é objeto em análise aqui no
2159 Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Se for partir para parágrafo segundo, tem outra coisa, que ainda
2160 há o entendimento por parte de algumas pessoas, um entendimento equivocado que uma resolução do
2161 Conselho não se aplica aos sistemas estaduais de gerenciamento de recurso hídricos, eu só posso
2162 entender que um artigo, o parágrafo 2º quer dizer que quando for um rio estadual, que aquilo tem que
2163 constar de uma deliberação do Conselho Estadual, e que tem que observada ainda o Conselho Nacional,
2164 completamente redundante, completamente desnecessário o parágrafo 2º. Então, eu volto a falar que o
2165 Art. 1º tem um conceito completamente equivocado, com um conceito que não tem respaldo na 9.433,
2166 quando fala em situação prognóstica, de uma situação de escassez, isso vai ter um rebatimento lá na
2167 frente em outro dispositivo, em outro artigo, que vai falar que a partir do momento da aprovação do
2168 Plano, as outorgas que virão trarão as prioridades de uso de recursos hídricos. Então, nesse sentido não
2169 achamos, e temos um substitutivo para este Art. 1º. Está bom? Posso falar? Bom, então vamos lá, o
2170 substitutivo é estabelecer diretrizes e critérios gerais. Art. 1º.

2171
2172
2173 **O SR. RODRIGO FLECHA (ANA)** – Só um instante. O espírito aqui é porque a gente está apresentando um
2174 substitutivo? Não estou entendendo o motivo. Eu não tenho que apresentar nenhum substitutivo nesse
2175 momento não, nós estamos discutindo essa minuta. Está certo? Deixa eu terminar, Aparecida, pera de
2176 me interromper o tempo inteiro, e para de interromper as pessoas, você faz isso o tempo inteiro, que
2177 mania que é essa? Ontem fez isso o tempo inteiro com a gente. Que saco. Bom, o que eu acho é o
2178 seguinte, nós estamos repassando uma Resolução, está certo? E com o objetivo de colocar problemas
2179 jurídicos, institucionais, problemas legais e problemas, como o Fernando falou, técnicos que acabam
2180 puxando uma incoerência jurídica, não é isso? É esse o espírito, não é? Para que nós vamos apresentar
2181 proposta de substitutivo nesse momento, sendo que existe um conjunto para quê? Para subsidiar a volta
2182 para CTPN... É essa decisão? A decisão já foi tomada de voltar? Então, caso volte tem um outro processo
2183 de discussão. Concorda?

2184
2185
2186 **A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA)** – Nos dois casos a CTIL vai ter que discutir.

2187
2188
2189 **O SR. RODRIGO FLECHA (ANA)** – Então, vocês já estão solicitando que a gente apresente substitutivo, eu
2190 não estou entendendo o motivo...

2191
2192
2193 **O SR. LUIZ HENRIQUE PINHEIRO SILVA – (ANA)** – Que pode mudar completamente a Resolução.

O SR. RODRIGO FLECHA (ANA) – Eu estou querendo dizer, o fato de não se definir área de restrição uso, que o tempo inteiro vocês estão dizendo que vai ser regulamentada, eu sei, vai impactar qualquer nova resolução com relação a esse aspecto, isso é certo, então se eu estou me precipitando para definir uma resolução de prioridade de uso, sabendo que a resolução de áreas de restrição de uso vai impactar. Para quê eu vou definir uma resolução de prioridade de uso já sabendo de antemão que a restrição de uso, a área de restrição de uso está estreitamente vinculada a isso? Então, é o risco que eu corro, estabelecer uma resolução de prioridade de uso, e na sequência identificar a necessidade, que já está identificada, de uma nova resolução de restrição de uso, e que eu sei que obrigatoriamente vai acabar impactando. Concorde? É esse que é o aspecto. Então, eu não sei para quê eu quero apresentar a proposta de substitutivo nesse momento, ou a gente está discutindo os problemas legais, institucionais e técnicos, que tem rebatimento jurídico, ou a gente vai discutir uma nova resolução?

O SR. LUIZ HENRIQUE PINHEIRO SILVA – (ANA) – Ok, só para completar o que o Rodrigo falou, por exemplo, o meu entendimento que o Art. 1º está completamente equivocado do ponto de vista do conceito, que não guarda relação com o dispositivo da 9.433, ao apresentar isso para o Art. 1º substitutivo e para outros artigos, eu mudo completamente a Resolução, ou seja, não é realmente melhor retornar para as duas câmaras técnicas antes de eu mudar completamente a Resolução aqui?

O SR. JULIO THADEU DA SILVA KETTELHUT (SRHQ/MMA) – Posso fazer uma contribuição? O que eu estou entendendo é o seguinte, tem dúvida se um determinado artigo, texto, a gente pode levar para frente ou não. Eu acho que quando existe uma proposta de um substitutivo, nós vamos ver se esse substitutivo... Quer dizer, substitutivo é aquilo que é na opinião de vocês que deveria ser o certo, a gente vai ver se esse substitutivo, ele tem uma relevância legal que não influi ou que influi na Resolução, na parte técnica. Se não influir na parte técnica, e se aqui concordar, a gente insere o substitutivo, substitui, se influir na parte técnica, anota e fala assim: “vamos devolver isso para a Câmara Técnica”, mas aí no sentido, a gente pode até andar, se o substitutivo foi uma coisa viável, que todo mundo concorde e que não influência na parte técnica, a Câmara Técnica aceita.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Questão de ordem, um minuto.

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (Fonasc-ONG) – Falo em um minuto. O seguinte, eu que é acho o direito de cada um aqui propor o que quiser, então se eu quiser propor um substitutivo ou uma emenda, eu vou propor, e ninguém vai me cercear esse direito durante a discussão, se alguém não quer propor não propõe, faz as suas considerações, e vamos tocar para frente, eu não vou deixar de exercer uma prerrogativa que eu tenho como Conselheiro, de propor emenda se eu achar que melhora, e eu não aceito esse tipo de cerceamento, não aceito.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Então Lula vai concluir a fala, e aí damos segmento

A SRª. NATÁLIA DE MELO LACERDA (ANA) – Quem está representando a ANA na CTIL ainda sou eu, não é, Roseli? E aí o que acontece, eu não tenho condições de apresentar minutas de proposta, porque o

meu entendimento é só de fazer as críticas jurídicas, eu não tenho como substituir a ANA nesse aspecto. Então... Não, não vou falar isso sem ter discutido isso.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Então, você como representante da ANA, o que você sugere?

A SRª. NATÁLIA DE MELO LACERDA (ANA) – Eu sugiro que eu possa fazer as críticas para que tenham condições de vocês avaliarem e pronto, que eu tenho... As minhas críticas estão todas aqui. Mas, se vocês quiserem falar... Todo mundo aqui está falando. Pode falar, mas não como representante.

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (Fonasc-ONG) – Presidente, é o seguinte, tem várias pessoas da ANA aqui, elas estão participando da discussão, se elas não fossem úteis para a discussão, elas não precisavam estar aqui, então elas estão porque elas têm uma história nessa discussão, que razão pela qual estão aqui discutindo, eu acho que se você ainda está adquirindo esse conhecimento, eu acho que você pode delegar nas situações que você não se sentir segura, a representação da ANA para um dos seus colegas aqui, e vocês se reúnem no canto aí, e resolvem isso, porque não dá para cada hora vai ser um que vai falar pela ANA. Todos participam da discussão, mas entre vocês, eu acho que isso é uma questão interna suas, vocês resolvem isso, eu acho que, assim, que você está... Na sua fala você acaba falando, assim, eu só vou fazer a crítica legal de uma Lei que você ainda está aprendendo algumas coisas, o significado dela, e você tem vários colegas aqui que conhecem bem e que estão até fazendo a defesa dessas leis. Então, assim, eu acho que vocês deveriam se entender entre vocês, para não fragilizar a posição da ANA, e não ficar parecendo que é só crítica, eu acho que todas as falas aqui vão constar da ata da discussão, e eu como pessoa em função pública discutindo a razoabilidade das decisões que nós estamos tomando aqui, as questões de ordem legal, eu estou considerando todas as falas, eu não estou falando essa fala aqui é legal, mas eu vou retirar do processo porque não é um representante formal da entidade que está falando.

A SRª. NATÁLIA DE MELO LACERDA (ANA) – Sabe por que ele está me atingindo diretamente? Eu não estou pedindo para retirar a voz de ninguém, nem a observação de ninguém, até porque todo mundo aqui está falando, todo mundo tem o direito, eu só estou querendo dizer que ao votar eu não vou votar na proposta, não vou, eu só estou dizendo isso.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Mas, olha, eu vou fazer o seguinte, o Rodrigo estava falando, então ele vai concluir a fala dele, e a gente vai dar seguimento às falas.

O SR. RODRIGO FLECHA (ANA) – A posição da ANA é da Dra. Natália, ela disse que não vamos apresentar nenhuma proposta de substitutivo, a posição está dada, a posição é dela, ela é a nossa procuradora federal, é a nossa representante, ela deu o tom, nós estamos contribuindo tecnicamente em alguns aspectos, avançando em alguns aspectos jurídicos que a gente acha, por exemplo, área de restrição, vai impactar essa resolução, assim como água superficial e subterrânea, por isso que a prudência recomenda que esses assuntos voltem a ser debatidos. E, além do mais, o parágrafo 2º, que o Luiz Henrique colocou, tem um conjunto de questionamentos do parágrafo 2º, inclusive quando trata do Plano Nacional de Recursos Hídricos, planos estaduais, eu queria que essas coisas estivessem escritas lá,

quando coloca diretrizes e metas, o que é isso? O que é metas? O que a relação de metas do Plano Nacional de Recursos Hídricos tem...? Eu estou questionando, eu gostaria que tivesse lá, tem efetivamente com o nosso conteúdo de resolução de prioridade de uso, eu gostaria, nós estamos discutindo. Então, tudo isso tem que estar redigido, gostaria de ver os comentários que a Dra. Natália fez, que eu estou fazendo, que Luiz Henrique fez, escritos como contribuição para a gente fazer uma avaliação final do conjunto. É isso que estou propondo.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Tá bom Rodrigo. Só um esclarecimento. Tudo que está sendo falado está sendo gravado e a partir de agora vai ser degravado. Então, nós temos todo o relato escrito das falas *ipsis litteris* e com o nome de quem falou as identificações. O que eu estou entendendo aqui é que nesse momento sugere-se que a gente não entre na questão de propor substitutivos, ou acréscimos, decréscimos, mas a gente entre mais nos aspectos gerais que merecem considerações, porque eu também nem sei se todos nós trouxemos propostas de substitutivos.

O SR. RODRIGO FLECHA (ANA) – Nós também não podemos apresentar substitutivos, porque a gente tem comentários que rebatem em outros conteúdos de Resoluções, nós não podemos apresentar substitutivo, não há substitutivo que a ANA fez até o momento, entendeu? Não há.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Vamos ouvir o Gustavo.

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (Fonasc-ONG)– Gente, olha, eu não vou abrir mão de fazer proposta. Essa matéria foi encaminhada no prazo legal para todos nós, eu estudei um pouco o assunto, não posso falar, não sou douto e nem o que sabe mais sobre esse assunto, mas tem posições e eu vou apresentar as minhas propostas de emenda, eu vou propor, eu vou apresentar e se empacar em algum ponto, a gente empacou. Agora, no final se nós vamos fazer um relatório de considerações gerais e que não chegam a lugar nenhum, ou chegam a nenhum lugar, isso é outro problema, né? Eu não acho que nosso papel aqui é ficar fazendo abstração, mas apontar os problemas, isso aqui é ilegal? Por que é ilegal? O que faltou constar desse parágrafo, ou desse inciso aqui para tornar essa matéria mais palpável? O que ficou faltando? Os companheiros não estão abrindo mão de falar isso, eles só estão falando que é ilegal, que vai ser um problema, que isso não pode, eu na minha interpretação são visões equivocadas, por exemplo, o art. 7º, que trata dos Planos de Recursos Hídricos da Lei 9433, ele diz no seu inciso X, que o conteúdo mínimo inclui propostas para criação de áreas sujeitas a restrição de uso com vistas a proteção de recursos hídricos, alguém vai me dizer que isso é ilegal, que isso não deve ser considerado? Está certo? Se não houver, aliás, eu não acho que aqui escreveu um termo errado, identificadas como de restrição de uso, não é identificadas, é instituídas como de restrição de uso. Se não houver essa instituição de área de restrição de uso, não vai ser considerada. Agora, restrição de uso não é só por conta de escassez, a restrição de uso ela pode ser para proteção do manancial, ela pode ser, porque aquela área está terrivelmente intoxicada, degradada e ela não pode ter uso, enquanto ela for recuperada, inclusive a legislação de águas subterrâneas, ela é bem enfática nesse aspecto. Então, eu acho o seguinte, eu acho que falar que não existe, só porque não existe, eu acho que já existe, alguns lugares já estão colocando esse debate e acho que é preventivo a gente já estabelecer essa previsão aqui. Entendeu? Ela existe, a área de restrição de uso existe e ela é prevista no art. 7º, inciso X da Lei 9433.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Então, as pessoas apresentem as suas contribuições na forma que acharem que devem ser as contribuições, a questão institucional a representação coloca também qual é a contribuição institucional. Você vai finalizar, né? Porque eu vou passar a palavra...

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (Fonasc-ONG)– Então, é o seguinte, porque na anotação que a Roseli fez ali, eu queria só colocar..., eu quero usar a forma como está escrito no art. 13 da Lei 9433. Instituir as diretrizes e os critérios gerais para o estabelecimento das prioridades de uso estabelecidos nos planos de recursos hídricos e das prioridades para Outorga de Direito de Recursos Hídricos de águas superficiais e subterrâneas com o conteúdo mínimo dos Planos de Recursos Hídricos, conforme inciso VIII do art. 7º e art. 13 da Lei 9433. É a minha proposta.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Ah sim, a Roseli está digitando.

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (Fonasc-ONG) – As prioridades, as prioridades de uso estabelecidos nos Planos de Recursos Hídricos, antes das prioridades para Outorga de Direitos de Uso de Recursos Hídricos. Já que uma coisa, até como a Natália falou, uma coisa não está dissociada da outra. Então, bota tudo aí. Eu não vou ficar te chamando de doutora, tá Natália? *(Risos!)*.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Vai só finalizar a fala dele, porque naquela hora, ele ficou...

O SR. LUIZ HENRIQUE PINHEIRO SILVA – (ANA) – É só questão de ordem em relação a Roseli, que está relatando aí Roseli, está relatando e não é fácil relatar qualquer reunião, né? É que, na verdade, o destaque da minha palavra, na minha fala qual é a relação do § 1º com prioridade de uso, e quando eu digo um conceito equivocado é em representação a prognóstico. Tá? Só para deixar claro que o conceito equivocado aí, eu estou me referindo especificamente neste artigo é que sobre o prognóstico, não dar para aplicar prioridade de usos, ou de outorga, para usos futuros, porque não há respaldos na 9433 para isso. O que há respaldo é para escassez hídrica. Então, é nesse sentido, não vemos respaldo na 9433, na Lei 9433 para aplicação de prioridade para as outorgas para usos futuros, não enxergamos isso na 9433, apenas para usos já regularizados, outorgas existentes e em caso de escassez hídrica.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Obrigada Lula. Eu queria chamar o Wilson, que está inscrito aí já tem um tempo.

O SR. WILSON DE AZEVEDO FILHO (Pescadores e Usuário de Águas para o Lazer e Turismo) – Eu agora, depois de tantas pessoas falarem, eu fiquei confuso. Eu teria, apesar de até ser contra essa Resolução, acho desnecessária na minha opinião, eu não gostaria de me omitir e falar alguma coisa sobre a redação, mas eu não sei se é o caso de fazer alguma sugestão agora. Bom, então eu acho que esse papo de instituir está equivocado, é estabelecer a palavra certa e lá embaixo..., tira o “as” também, é estabelecer

diretrizes e critérios gerais, tira o “as” e “os”, estabelecer diretrizes e critérios. Vamos mais devagar aqui que está complicado o negócio. Não, não, termina, por favor. Eu que antecipei.

A SRª. MARIA APARECIDA VARGAS (Abragel) – Wilson, fica estabelecer para o estabelecimento. Na época a dificuldade foi justamente por isso. Tá? Estabelecer para estabelecimento.

O SR. WILSON DE AZEVEDO FILHO (Pescadores e Usuário de Águas para o Lazer e Turismo) – Aí muda o estabelecimento. É que instituir é muito forte, né?

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Para definição de prioridades.

O SR. WILSON DE AZEVEDO FILHO (Pescadores e Usuário de Águas para o Lazer e Turismo) – Pode ser. Enquanto eles..., eu vou... Estabelecer diretrizes, na minha opinião tem que tirar o “as” ali e tirar o “os” dos critérios, diretrizes e critérios gerais, aí o estabelecimento pode pôr para definição de prioridades, para definição em vez de estabelecimento. Esse negócio de águas superficiais, ou subterrâneas já tinha sido superado, né? Era para botar “e”, né? Agora, o seguinte: eu botaria nos termos do inciso VIII do art. 7º da 9433, ponto. Esse negócio de como conteúdo mínimo, isso aí já está na Lei e é desnecessário, além de confundir. E outra coisa, o art. 13, eu acho que se botar ele aí vai confundir mais ainda, porque essa questão do enquadramento é outra discussão, que é separada. Não, o art. 13 fala em enquadramento também. Não, é prioridade de uso, mas diz que deverá respeitar a classe que um rio estiver enquadrado, nós estamos engatinhando em matéria de enquadramento.

[36min42seg] **A SRª. NÃO IDENTIFICADA** – Quer dizer, você fica agarrado e não pode estabelecer, porque não está enquadrado.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Posso passar para o Igor, Wilson?

O SR. WILSON DE AZEVEDO FILHO (Pescadores e Usuário de Águas para o Lazer e Turismo) – Espera aí. Subterrâneas e aí tira “como conteúdo mínimo dos Planos de Recursos Hídricos” tira isso. Isso. Tira isso, e põe em vez de conforme nos termos do inciso VIII do art. 7º da Lei 9433, tira o art. 13 na minha opinião. Não, do inciso junto. Põe as duas. Pode ser. Eu sugiro tirar esse art. 13, que eu acho que vai gerar confusão. O Gustavo quer a manutenção. Tudo bem.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Amarelinho. Ok. Então, Igor.

O SR. IGOR SOUZA RIBEIRO (MME) – Concordo com as alterações. Eu acho que o art. 13 é importante ficar justamente pela conexão que vocês estão falando aí, eu particularmente acho que são coisas diferentes, mas já que estão tentando resolver junto, não vejo problema também. Eu acho que como art. 13 fica ótimo isso aí. Agora, sobre o § 1º, o estabelecimento de prioridades para outorga é aplicável em situações escassez identificadas nas fases de diagnóstico e prognóstico. Dizer que o prognóstico não é identificado de escassez, eu acho que é um tiro no pé no planejamento, se o planejamento nunca vai identificar situações de escassez, para que o planejamento serve, né? Os planos de bacia são instrumentos de planejamento de longo prazo, inclusive identificam áreas críticas em termos de quantidade e qualidade. Nessas áreas críticas tem que ser identificadas as prioridades para outorga e prioridades de uso, afinal não faz sentido falar em prioridade quando tem água para todo mundo, por que vai falar em prioridade quando não há escassez? Isso tudo foi discutido, né? Eu só estou rememorando e apresentando a minha opinião também. E para terminar, áreas identificadas aí ficariam instituídas, né? Eu acho que já foi colocada essa sugestão, né? Eu acho que fica bom. Em áreas instituídas como de restrição de uso, eu acho que fica bom. Sobre áreas de restrição de uso, se parasse o

2434 mundo para a gente regulamentar tudo que for preciso e nada fosse feito, né, a gente estaria em outro
2435 nível, a gente particularmente discorda da forma como vem sendo implementadas as áreas de restrição
2436 de uso nos Comitês de Bacia, mas eles são legítimos, não há regulamentação do CNRH sobre isso, tem
2437 toda a legitimidade interpretar da forma como quiser e muitas vezes a própria ANA que sugere aos
2438 Comitês de Bacias, através dos planos, a metodologia de enquadrar essas áreas de restrição de uso de
2439 forma diferente uma da outra. A gente inclusive passou pela Bacia do Paraguai querendo considerar toda
2440 uma bacia como área de restrição de uso para hidroelétrica; são áreas de restrição de uso o uso ser
2441 restrito em áreas, isso é uma outra discussão, mas a gente entende que nada impede continuar isso aí,
2442 afinal as áreas de restrição de uso já estão sendo estabelecidas, a não ser que a gente estabeleça e olha
2443 interrompa toda a definição de áreas de restrição de uso, porque não há regulamentação do CNRH, se
2444 for essa proposta, eu estou de acordo, mas eu entendo que não seja prudente colocar isso. Sobre o § 2º
2445 é o contrário do que o Luiz Henrique falou, né? O entendimento que o CNRH coloca é válido para todo o
2446 território nacional e é isso que está escrito, sempre que se tratar de Plano de Recurso Hídrico de Bacia
2447 Estadual as prioridades mencionadas no *caput* devem observar as diretrizes e critérios apresentados
2448 nessa Resolução, além das estabelecidas pelos Conselhos Estaduais, ou seja, essa é obrigatória, além das
2449 estabelecidas no Conselho. Eu acho que isso aí não é uma coisa..., pode ser até redundante, isso foi
2450 discutido na avaliação de mérito, mas é importante ficar para dar essa sinalização que é válido para todo
2451 o território nacional.

2452
2453
2454 **A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Gustavo.**

2455
2456
2457 **O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (Fonasc-ONG) –** Olha, eu queria fazer só duas observações. Primeiro, eu
2458 acho que esse § 2º realmente é desnecessário, eu acho que ele pode ser eliminado, né? Porque tudo que
2459 ele está dizendo aqui é o que a gente já sabe, é o que está na Lei, é como funciona. Então, eu acho que o
2460 § 1º poderia virar um parágrafo único e dispensar esse § 2º aqui, que está chovendo no molhado no meu
2461 ver. Agora, uma observação: a restrição de uso, a função de outorga, o regime da outorga de acordo aqui
2462 com o art. 11 da Lei 9433, ele tem como objetivos assegurar o controle quantitativo e qualitativo dos
2463 usos da água e o efetivo exercício no direito de acesso à água. Então, nesse sentido, eu não acho que a
2464 outorga ela se..., ou essa prioridade de uso, ela não se atem exclusivamente ao aspecto da escassez de
2465 recursos hídricos, entendeu? Você pode estar diagnosticando que um determinado território está indo
2466 para o colapso hídrico e vai fazer o quê? Vai esperar ele chegar no colapso hídrico para tomar uma
2467 atitude. Então, pois é, eu acho, aí eu vou dar a minha opinião sem uma proposta ainda de redação. Eu
2468 acho que essa forma aqui nas fases de diagnóstico e prognóstico, eu acho que ficou um pouco assim, dá
2469 muita margem há muita possibilidade de interpretação disso e acho que aqui a gente tinha que azeitar
2470 um pouco mais essa redação, eu acho que da forma como está aqui, eu acho que ela não ficou muito
2471 palpável mesmo para o legislador, para o gestor da bacia, para o gestor da outorgas, né? Eu acho que
2472 tem que melhorar essa redação. Eu entendi perfeitamente a intenção, mas eu acho que a redação não
2473 está muito boa. Mas, eu só quero dizer isso, que a diretriz e critério geral para estabelecimento de
2474 prioridades de uso, seja nos Planos de Recursos Hídricos, seja para outorga, considerando que a outorga,
2475 ela tem essa função de controle quantitativo e qualitativo, eu acho que ela não se aplica exclusivamente
2476 a situação de escassez, ou seja, a crise, ela não se aplica, eu acho que se a gente quer fazer uma política
2477 que implica num certo planejamento de médio e longo prazo, a gente tem que ter indicadores que fala:
2478 não, olha vai haver um limite aqui de outorga a partir de um certo momento, em uma determinada área.
2479 Então, eu acho que não é só aquilo que foi colocado.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Patrick, mas a Aparecida vai dar só um comentário.

A SRª. MARIA APARECIDA BORGES PIMENTEL VARGAS (Abragel) – É só em cima do que o Gustavo falou. Gustavo, talvez, só se a redação pode estar fazendo confusão, mas a nossa proposta no grupo foi justamente isso, em situação de escassez essa Resolução não se aplica, a situação de escassez é uma situação que não tem jeito, não tem água, a gente está falando de uma situação que você está planejando sobre ela e situação de escassez você não tem planejamento, você vai agir emergencialmente. A nossa intenção ao trabalhar essa redação foi nesse sentido e não vincular a situação de escassez.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Patrick.

O SR. PATRICK THOMAS (ANA) – Podia, por gentileza, colocar no *caput*. Iria dizer, primeiro Gustavo, que eu concordo com a tua proposta e vou tentar propor aí uma redação que se alinha com a sua proposta da questão de não se restringir apenas a situações de escassez. Mas, antes disso, no art. 1º, por tudo que já foi colocado aqui com relação a aplicação e a necessidade da Resolução também abranger aspectos de aplicação. A nossa sugestão é que seja incluída ali, depois de definição, o termo “e aplicação”. Então, estabelecer as diretrizes e critérios gerais para a definição e aplicação de prioridade de uso e aí segue como está o texto proposto, e aí para manter coerência com o *caput*, o § 1º precisa também ser ajustado; estabelecimento, aí é a definição e aplicação de prioridade de uso. Aí você pode até copiar o texto lá de cima para não ter que ficar ditando de novo. Até o subterrâneas. Aí apaga ali o de prioridades e vai até o “e”. Não, não, apaga o situação de escassez, que isso já é o conteúdo do primeiro parágrafo, só até o “para outorgas”, antes do “e”.

[47min18seg] O SR. NÃO IDENTIFICADO – Não é aplicação de aplicação. É aplicação das prioridades.

O SR. PATRICK THOMAS (ANA) – Sim, ficou duplicada ali. Pronto. Prioridade de uso nos Planos de Recursos Hídricos..., de águas superficiais subterrâneas, aí vem o é aplicável, você apaga ali aquele de prioridades para outorga. Isso. É aplicado em situação... Bom, então agora o primeiro parágrafo está compatível com o *caput*, aí a questão que o Gustavo levantou, as situações de escassez são aquelas de secas, onde a disponibilidade hídrica é insuficiente para atender as demandas. Nós temos uma outra situação em que não houve seca, mas os usos chegaram ao limite da disponibilidade, mesmo que não tenha havido seca. Então, é uma outra circunstância em que se aplica as definições de prioridades. Então, precisa complementar ali.

O SR. JÚLIO THADEU SILVA KETTELHUT (SRHQ/MMA) – Roseli, depois do superficial não tem vírgula não, porque é “e”, só um detalhezinho.

O SR. PATRICK THOMAS (ANA) – Em situações de escassez, lá em cima no primeiro. Em situações de escassez, aliás, ou, perdão, ou de esgotamento da disponibilidade hídrica. Aí identificadas na fase de diagnóstico. Aí a questão do prognóstico é outra questão que a gente levanta aqui, né? Que quando

2530 você faz uma avaliação do uso futuro, nas nossas outorgas nós já consideramos os usos futuros, nós já
2531 consideramos se aquela outorga pode, ou não ser emitida. Então, enfim, dificilmente vai acontecer de
2532 você fazer um prognóstico de pode ter no futuro um problema de esgotamento da disponibilidade, por
2533 conta disso você vai restringir os usos hoje, né? Você imagina se você é um usuário, você tem uma
2534 outorga e eu te digo o seguinte: olha, no meu plano, o plano é a bacia e está previsto que daqui a 20
2535 anos vai faltar água nessa bacia. Então, por conta disso, eu vou restringir você agora. Então, em vez de
2536 você captar 10, você vai ter que captar 5 a partir de agora. Imagina, será que faz sentido isso? E aí aquela
2537 discussão que nós falamos da aplicação, né? Então, não me parece razoável ter o prognóstico como um
2538 critério para definição de prioridade, se restringir apenas ao diagnóstico. Tá? E por fim essa questão da
2539 restrição de uso em que pese o comentário, além do comentário da nossa Procuradora Natália e de
2540 outros, que mencionaram que esse tema ainda não está regulamentado, né? Da forma como está escrito
2541 aí com o “E”, a gente precisa que nós tenhamos situação de escassez e área de restrição de uso definida.
2542 Então, para você definir a prioridade, você tem que ter duas condições, situação de escassez e restrição
2543 de uso, e a gente sabe que, enfim, a maior parte das bacias ainda não definiu área de restrição de uso, e
2544 elas podem definir área de restrição de uso que não contemplem regiões que possam sofrer uma seca.
2545 Então, por exemplo, vamos supor, uma bacia define que as cabeceiras são áreas de restrição de uso, que
2546 é mais, enfim, provável que aconteça, como é o caso do Cantareira, ali o montante do sistema Cantareira
2547 nas cabeceiras em Minas, são áreas que devem ser protegidas e acontece uma seca e você no meio da
2548 bacia tem disponibilidade por conta daquela seca, as vazões baixas e você precisa definir uma restrição
2549 no trecho baixo da bacia, aquela área não é restrição de uso. Então, a minha sugestão é a gente suprimir
2550 aquele “e em área de restrição de uso”, porque não necessariamente nós vamos ter todas as áreas da
2551 bacia definidas como áreas de restrição de uso que precisem de definição de prioridade. Pode ter
2552 necessidade de definir prioridade em uma área que não seja área de restrição de uso, quando você
2553 coloca o “E”, você amarra, coloca como condicionante que seja uma área de restrição de uso.

2554
2555
2556 **A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA)** – Mas, será que aí a gente não entra no mérito?

2557 **O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (SRHQ/MMA)** – É uma questão de ordem, eu acho que a gente
2558 tem que tomar cuidado para não entrar no mérito, por exemplo, eu não entendo um plano de recursos
2559 hídricos que não tenha prognóstico, porque o plano é para futuro, você faz um plano para o futuro, quer
2560 dizer, o prognóstico não tem sentido um plano não ter prognóstico, não é possível.

2561
2562
2563 **[0:52:04] O SR. NÃO IDENTIFICADO** – Não é isso, mas nós não estamos discutindo aqui o conteúdo do
2564 plano.

2565
2566
2567 **O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (SRHQ/MMA)** – Mas isso daí, desculpa, isso daí é questão de
2568 mérito, não sei... tomar um cuidado com relação a isso.

2569
2570
2571 **[0:52:17] O SR. NÃO IDENTIFICADO** – É, mas é justamente por isso que a gente propôs voltar para as
2572 Câmaras Técnicas né, enfim.

2573
2574
2575 **A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA)** – Acho que a gente não deve alterar agora, mas
2576 deve fazer a consideração em baixo sobre discussão nas Câmaras, se for o caso de pautar, né?

O SR. PATRICK THOMAS (ANA) – É, mas eu queria que ficasse registrado ali a proposta de excluir esse trecho final de “e em áreas de restrição de uso” isso é uma questão legal vinculante, né? Quando você coloca “e” as duas condições tem que ser atendidas, e a segunda condição não será atendida em muitos casos onde é necessário definir prioridade, em função de secas, como já tem acontecido no País inteiro, tá?

A SR^a. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Tá bom, obrigada Patrick. Percy está com a palavra.

O SR. PERCY SOARES NETO (CNI) – Eu queria primeiro pedir desculpa por ter chegado um pouco atrasado, só vou fazer uma pergunta Adriana, isso que está na redação da tela já é o consenso?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível).

O SR. PERCY SOARES NETO (CNI) – Não, tá. Porque, por exemplo, eu tenho duas coisas, eu concordo com o parágrafo segundo ali, eu acho que foi o Gustavo que propôs a exclusão né, eu concordo que ele é inócuo, não agrega nada, voltando no primeiro a Aparecida falou uma coisa aqui que eu não entendi bem...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível).

O SR. PERCY SOARES NETO (CNI) – Então, está pode ficar escassez aqui? Tá. Quando a gente bota ali a definição e aplicação de prioridades de uso e de outorga, eu acho que esse é o mérito, foi o mérito de toda discussão. Então assim, se a gente vai botar uso e outorga ali, a gente está mexendo no coração da resolução, toda briga no GT e aí pode perguntar para quem estava da indústria, pode mandar um *WhatsApp* para saber se foi ou não foi né, mas assim, esse foi o tom, então no momento que a gente traz o uso para cá a gente está mexendo no cerne da discussão técnica. Então todos nós estamos repetindo aqui, incessantemente, que não cabe a CTIL discutir os aspectos técnicos a grande discussão técnica foi prioridade de uso, prioridade outorgas, então quer dizer, nós temos que manter uma coerência com os nossos discursos iniciais, se o nosso discurso inicial, quem fez discurso inicial dizendo que não cabe a CTIL mexer em questões técnicas, não cabe a CTIL mexer nisso.

A SR^a. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Gustavo, do FONASC.

O SR. GUSTAVO TOSTES GAZZINELLI (Fonasc-ONG) – Começar pela sua fala, eu acho que cabe, porque está dizendo que outorga na Lei 9.433 que ela deve seguir essa questão das prioridades dos planos, então acho que isso é questão de ordem legal, não é questão só técnica, eu acho que suprimir isso do texto legal pode ser que alguns segmentos queiram que isso não seja explicitado, mas eu acho que apenas nós estamos colocando com clareza a visão hierárquica que a gente tem dessa questão, então

não acho que essa é uma questão... você pode falar assim “ah, essa é uma posição política da Sociedade Civil, porque nós achamos” e eu não sei se é só da Sociedade Civil que eu sou um dos representantes, não sei se é só... nós achamos que a outorga ela deve seguir o que estabeleceu o art. 13 da Lei 9.433 da razão pela qual eu sou favorável a deixar as coisas com clareza, agora tem hora que eu dei um branco aqui, e eu perdi o principal que eu ia falar. Posso falar depois?

A SRª. SONÁLI CAVALCANTI DE OLIVEIRA (Companhia Hidrelétrica do São Francisco) – É mais uma pergunta, essa ideia de colocar a aplicação na resolução, eu tenho o entendimento de que o conselho ele define diretrizes, ele define critérios gerais, e a questão da aplicabilidade dessas resoluções ela estaria a cargo dos órgãos gestores em recursos hídricos em nível federal e em nível estadual, aí eu pergunto se cabe aqui na resolução do CNRH você definir critérios, definir diretrizes gerais, e ainda a aplicação dessa resolução, no meu entendimento a participação dos Órgãos Gestores de recursos hídricos em nível federal e em nível estadual, nesse trabalho de elaborar uma resolução seria também já observar essa questão da aplicabilidade, mas eu não sei se cabe colocar na resolução do conselho definir diretrizes, critérios gerais e aplicação, eu entendo que seriam definir diretrizes e critérios gerais, estou colocando para consulta à todos vocês.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Rodrigo Flecha estava inscrito.

O SR. RODRIGO FLECHA (ANA) – Não, é... eu concordo com o argumento do Percy que o cerne da discussão está nesse assunto, e é justamente por isso que isso chama os artigos legais da 9.433, aí que está toda grande questão, e eu estou colocando isso desde o início, que o cerne da questão você tem razão, é essa mesmo, prioridade de outorga e prioridade de uso, que entendimento conceitual que tem isso e como é que isso rebate em um arcabouço legal já estabelecido, por isso que nós estamos colocando aqui, a Dra. Natália colocou com pertinência, todos os aspectos legais que essa resolução não está observando, é isso que eu estou colocando, o tempo inteiro eu estou falando isso.

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (Fonasc-ONG) – Eu acho que o nosso papel aqui é até poder fazer a resolução chegar em um ponto ótimo do ponto de vista legal, então se essa é o cerne da discussão, eu acho que possivelmente é mesmo em grande parte, mas eu não vejo... acho que a gente deveria enfrentar isso aqui, na minha opinião, agora o que eu queria propor do ponto de vista de redação para o parágrafo primeiro é o seguinte, além do prognóstico, tirar o diagnóstico também, entendeu? Aí eu sugeriria a seguinte redação, ali onde tem “é aplicável em situações de escassez ou da verificação de esgotamento da disponibilidade hídrica” é, do esgotamento da disponibilidade hídrica, e... como é que é?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível).

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (Fonasc-ONG) – É, porque quem que vai verificar isso? Quer dizer, alguém vai verificar, e eu acho que ao mesmo tempo eu acho que assim, ao mesmo tempo... de quanto em quanto tempo que é feito o diagnóstico da bacia? Aquele diagnóstico fica ali parado um tempo, e a realidade dinâmica, então será que você não pode ter métodos científicos para verificar que está chegando ao esgotamento enquanto você está aguardando a alteração do plano que é de tantos em

2674 tantos anos. Então, eu acho que a gente poderia eliminar essa coisa de diagnóstico e prognóstico e
2675 colocar da verificação, agora como que vai se dar essa verificação, eu não estou aqui propondo, eu acho
2676 que obviamente não vai ser de uma forma irresponsável do ponto de vista metodológico né, mas eu não
2677 estou... eu não acho a proposta aqui é estabelecer isso, quanto à questão também que a Sonáli observou
2678 do aplicável ali que tinha sido a proposta de emenda do Patrick, a definição e aplicação, na verdade.
2679 Quando eu tinha sugerido aquela emenda de inserir os usos no planos de recursos hídricos eu fui lá no
2680 que estava escrito no art. 13, e se eu não me engano aqui não fala da aplicação também, então eu tentei
2681 mais ou menos, de uma forma talvez um pouco mais simplificada reproduzir o que está já estabelecido
2682 na Lei 9.433, então... pode voltar lá no parágrafo? Então ficaria assim “identificadas...” não, não, “ou da
2683 verificação de esgotamento da disponibilidade hídrica e em áreas instituídas como de restrição de uso”
2684 quer dizer, aí você eliminaria toda essa parte preta que está depois aí do “disponibilidade hídrica” o
2685 identificadas... a partir de identificações até complementares né, é óbvio que isso depois vai ser objeto de
2686 algum termo de referência, alguma nota técnica de como você faz isso, mas eu não acho que cabe a nós
2687 aqui estabelecer isso agora. É isso.

2688
2689
2690 **A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA)** – Pode falar, Júlio.

2691
2692
2693 **O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (SRHQ/MMA)** – Olha, eu continuo aí preocupado com essa
2694 questão de mérito e legal, se a coisa for tão confusa assim então que... porque não dá para colocar
2695 “esgotamento de disponibilidade hídrica” acrescentar isso, é claro que é mérito, a gente entende, nós,
2696 talvez alguns que são mais aí da área técnica entende isso, mas isso aí é uma coisa nova que está
2697 colocando, plano, plano de recursos hídricos sem prognóstico não existe, não é plano de recursos
2698 hídricos, qualquer plano ele é de prognóstico, ele é de prognóstico, diagnóstico é a situação e histórico, o
2699 plano é prognóstico, é um plano que você faz para cinco, dez, quinze, vinte anos, ele é prognóstico, né?
2700 Então, mas de qualquer maneira se a gente fosse tirar o prognóstico, nós estamos tirando metade do
2701 plano, metade da coisa, isso aí é mérito também, então eu acho que tem que tomar um certo cuidado ou
2702 muito cuidado nessa questão. Quando é definição e aplicação, está bem, se é “ou” ou é “e” está bem, se
2703 é “identificada” ou “instituída” está bem, é coisa nossa aqui da CTIL. Agora, quando começa a mudar ou
2704 acrescentar definições, principalmente definições, não é competência nossa aqui, nem modificar
2705 definição e muito menos colocar definição nova ou requisitos novos, não é... precisa tomar cuidado.

2706
2707
2708 **O SR. PERCY SOARES NETO (CNI)** – Eu estou na frente. Não, Júlio assim, eu concordo que o plano tem
2709 prognóstico, não sei quanto vocês têm lido os planos de recursos hídricos. Do que eu tenho lido dos
2710 planos de recursos hídricos, os prognósticos são muito frágeis, não sei se vocês têm acompanhado, os
2711 estudos de cenário dos planos de recursos hídricos são meras extrapolações, são pouca consistência
2712 técnica, e não é um nem dois, não sei quem lê plano, alguém falou ali “tem que ler o plano para dizer”
2713 eu acho um risco muito grande condicionar uma prioridade, seja lá do que for, há um prognóstico que
2714 pode ser mal feito, ou porque o termo de referência está feito, ou o dinheiro da contratação do plano é
2715 curto, ou porque consultoria é ruim, entendeu? Nós estamos dando a segurança jurídica para um usuário
2716 né, a partir de uma base frágil, me preocupa muito, eu acho que a tese do prognóstico essa tese está
2717 perfeita, agora como é que ela acontece lá no dia-a-dia? A situação de escassez que gerou o dia do rio
2718 que a gente discutiu bastante, ela estava prognosticada ou não estava? Estava prognóstica daquele jeito
2719 ou não estava? E teve que ir lá mexer no dia-a-dia de empresa, no emprego de gente, entendeu?
2720 Quando sai um corte de 30% lá na bacia do PCJ mexe no operacional de empresa, mexe no resultado de
2721 empresa, mexe na estrutura, então quer dizer, eu acho que nós estamos falando aqui de prioridade de

uso que reflete em uma outorga no final, lá na ponta, nós temos que ver lá na ponta. O caso hipotético, a tese, está bem arrumada, agora me preocupa, conhecendo os prognósticos que conheço dos planos, o peso que nós estamos dando para ele para definir uma coisa que é fundamental, não sei quem leu esses planos, eu tenho muito pouca segurança com os prognósticos que eu conheço para usá-los.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (SRHQ/MMA) – Certo Percy, mas desculpa gente, eu... não cabe a gente aqui agora ficar discutindo se os prognósticos são bons ou são ruins, eu tenho uma outra concepção técnica, é parecida, mas é diferente, o prognóstico para mim é saber se houver uma restrição de 30% o quê que nós vamos fazer? Se houver uma restrição de 20% o que nós vamos fazer? Não está dizendo que vai haver a restrição, está vendo? É diferente, quer dizer, para ser tomado, para as pessoas não serem tomadas de surpresa o quê que faz? Chama não sei o que, já tem, se acontecer... isso daí é um prognóstico do que pode acontecer também, de qualquer maneira é uma discussão técnica isso daqui, eu acho que não cabe essa discussão aqui.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – É, que não cabe a essa Câmara Técnica. Seguindo a ordem dos inscritos, é o Gustavo da CNA.

O SR. GUSTAVO DOS SANTOS GORETTI (CNA) – A gente teve também essa discussão lá na Câmara, só para completar eu concordo que aqui não é o lócus de discussão, mas o setor de energia tem dados daqui para 2050, o setor de (irrigação) não tem, aí ficou nesse impasse, eles têm prognóstico de quanto vai crescer a área, não se tinha prognóstico que quanto ia crescer a área (...), cresceu, e vai crescer mais, e o quê que vai acontecer? Um setor vai ficar prejudicado porque não tem estrutura governamental para fazer esse tipo de prognóstico, porque o setor, às vezes, o irrigante sabe quanto que ele vai, mas onde que ele avisa, para quem ele avisa “eu vou crescer daqui a dez anos quero aumentar minha área irrigada” para quem que ele avisa? Não existe nenhum órgão no Governo que trate de irrigação. Então, o Igor sabe quanto que vai crescer em cada bacia, ontem tem, existe uma metodologia de se fazer o inventário, a irrigação não tem, a gente é maior uso. Como qualificar se a gente botar os prognósticos valendo isso aí? A gente não vai poder expandir a área irrigada, e a gente tem o maior potencial do mundo de expansão de área irrigada. Então, fica meio ilógico, né?

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Rodrigo, ainda sobre o art. 1º.

O SR. RODRIGO FLECHA (ANA) – Eu vou concordar de novo com você Percy.
(Intervenção fora do microfone. Inaudível).

O SR. RODRIGO FLECHA (ANA) – Não, não vou entrar na qualidade do prognóstico, tá? Eu tenho lido vários planos, mas não vou entrar na discussão qualitativa de prognóstico não, eu estou querendo dizer Júlio que a questão de mérito, e técnica, tem um rebatimento jurídico legal, eu estou falando isso o tempo inteiro e concordando mais uma vez com você Percy. A questão de fundo está prioridade de outorga versus prioridade de uso, que não captura todos os aspectos legais da 9.433, então na linha do Fernando, tem sim a questão técnica de mérito, tem rebatimento nos aspectos jurídicos tem uma questão de fundo que não está equacionada.

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (Fonasc-ONG) – Eu só queria me posicionar sobre essa questão que o Júlio falou, de que colocar a expressão “esgotamento da disponibilidade hídrica” seria entrar no mérito, eu tenho a impressão, até pela fala da Cida que a Câmara Técnica ou o Grupo de Trabalho foi infeliz na definição do termo que eles usaram, então se as próprias pessoas que participaram reconhecem isso eu não vejo nenhum problema da gente fazer essa correção, provavelmente vai voltar para a Câmara Técnica e eles vão falar “não, nós queríamos dizer aquilo mesmo, não é isso que vocês escreveram não”, mas eu não acho problema não, eu acho que está aperfeiçoando a redação para torná-la mais clara quanto ao objetivo, que não é apenas fazer esse tipo de prioridade em situação de crise hídrica, um instrumento de planejamento da gestão.

O SR. WILSON DE AZEVEDO (Pesca, Lazer e Turismo) – Eu concordo em parte com o que o Rodrigo falou, eu acho que existe essa questão, e é muito fácil tu pegar uma lei e analisar, assim “ah, porque o legislador assim quis”, mas o legislador também erra, a lei pode estar equivocada ou pode ter vícios, obrigado, não é? Por exemplo aqui né, nós vamos aqui no art. 7º inciso 8º se fala em prioridades para outorgas, que os planos tem que ter prioridades para outorga de direitos de recursos hídricos, e só lá no 13, e aí eu vou pedir ajuda para o Luciano, só lá no 13 que se fala em prioridades de uso. Então eu acho o seguinte, que o legislador aqui botou o carro na frente dos bois, ele deveria ter colocado no art. 7º inciso 8º “prioridades de uso” para plano, porque logo depois vem da outorga, a lei trata da outorga, quer dizer então, ele pode ter se enganado, de repente a culpa é do digitador também lá da Câmara, não sei né, quer dizer, então eu fico preocupado com essa questão de fundo que o Rodrigo levantou, e não me sinto muito confortável em fazer redações como as que estamos fazendo, colocando o direito de uso e prioridade de uso e prioridade de outorga, eu ambo que isso cria ao invés vez de eliminar uma grande dúvida, acaba gerando uma maior na minha opinião.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Luciano.

O SR. LUCIANO MENESES (ANA) – Bom, fiquei calado até agora né, ouvindo bastante aqui as exposições bem interessantes e curiosa até, de parte a parte. Eu queria fazer uma pergunta que eu gostaria de ouvir pelo menos respostas de três, gostaria né, ninguém é obrigado obviamente, mas gostaria de ouvir respostas pelo menos de três pessoas distintas que consideram que prioridade para outorga é diferente de prioridade de uso, e que conceituasse, assim, o que é prioridade para outorga e o que é prioridade de uso? Já que a lei, ela traz essas duas terminologias né, em pontos diferentes, mas as quais não podem ser trabalhadas de forma dissociada, então fica já de cara essa pergunta para quando eu terminar minha fala, e quem quiser obviamente possa se manifestar. Queria falar um ponto aqui sobre a resolução, que ela tem muito viés de futuro, está sempre colocando prognósticos né Júlio você falou, aqui a gente não está dizendo que o plano não tem que ter prognóstico, o que a gente está defendendo é que o prognóstico não deve ser colocado aqui, não deve ser usado como parâmetro, veja, quando a gente tem os critérios de outorga, o critério de outorga a gente define com quantitativo, com a vazão lá, define um padrão, X, um quantum de água a ser repartido entre os diferentes usuários ao longo do tempo, esse quantum de água, ele tem uma certa garantia que significa que em determinados momentos ao longo da história, ao longo dos anos, essa água não vai ser fornecida, aquele quantum não vai se manifestar 100%, vai ter menos que isso, então é nesta hora que a gente entende que devem ser aplicados as prioridades, como eu falei na minha explanação, agora, se ao longo do tempo um prognóstico apontou que “olha, a demanda vai aumentar muito” por conta sei lá de uma estrada que vai passar aqui, de uma indústria que

vai aparecer e vai trazer outros investimentos, outros empreendimentos e etc., isso aí vai bater no teto desse quantum, as outorgas seja quem for o órgão gestor de recursos hídricos, a ANA ou qualquer um do Estado, ele vai emitindo as outorgas em ordem de protocolo, como está na Resolução 16, até bater no teto, bom, “ah, mas será que a gente não pode direcionar esse tanto de água que falta” vamos supor que hoje em uma determinada região já tenham sido outorgados 80% desse quantum né, desse critério de outorga, e sobram 20%, o plano pode querer induzir que esses 20% restantes sejam destinados a um determinado uso e etc., induzir, então o plano que induz a esses empreendedores a correrem e pediram outorga, o Órgão Gestor corra, chegue na frente e peça a sua outorga e você vai ter esses 20% para aquele setor, e não... isso não tem amparo legal... e não eu deixar de dar outorga para sei lá quem quer que seja, para esperar esse empreendedor chegar, isso não tem amparo, e me parece que é esse, assim, o viés da resolução, entendeu? A resolução pelo amparo que a gente tem legal, é para definir problemas hoje, ou futuros, mas assim, problemas de escassez, quando aquele quantum de outorga não ocorrer por razões ou artificiais ou naturais né, quando tiver menos águas que os outorgados e eu vou ter que apertar o cinto de forma proporcional a essas prioridades e etc., porque um dia volta ao normal e continua. Só queria separar essas duas coisas, e a pergunta que fica, se alguém se dispuser a definir o que é prioridade para outorga e prioridade para uso. É só uma curiosidade, tá? Obrigado.

O SR. IGOR RIBEIRO (MME) – Vou tentar responder isso aí com base em toda a discussão que a gente teve. Deixa eu voltar aqui só um minuto. O conteúdo mínimo do plano definido em Lei consta prioridade para outorga, o plano é claramente um instrumento de planejamento. A visão que a gente teve foi o seguinte: prioridade para outorga é visão de planejamento, é o papel da agência reguladora realmente, é estabelecer segurança jurídica, estabilidade regulatória através de uma visão de futuro; se eu estabeleci uma prioridade para outorga para irrigação, não necessariamente eu vou desconsiderar os outros usos, afinal a própria Lei diz que deve-se garantir o uso múltiplo sempre. A Resolução está dizendo qual é a proporção da prioridade? Não, isso é competência do Órgão Gestor, mas além da ordem de chegada e data de protocolização, tudo aquilo, vai entrar como a prioridade aquele uso determinado, e isso é um instrumento de planejamento. A prioridade de uso e que inclusive o art. 13 fala que toda outorga deverá estar subordinada a prioridade de uso é o que a gente entendeu como situação de escassez não planejada, ou seja, numa situação de escassez não planejada se estabelece, a ANA mesmo faz isso muito numa sala de situação em que realoca a água temporariamente. Isso está acontecendo no São Francisco. Então, o que foi o entendimento, prioridade de uso é o caso do São Francisco, escassez absoluta, isso inclusive a gente discutiu bastante escassez absoluta, escassez relativa, absoluta como se a natureza impusesse aquela escassez, é o caso do São Francisco, não se atingiu o limite outorgável, mas há realmente uma questão de escassez, porque nem todos os usos podem ser atendidos ao mesmo tempo. Então, isso é uma situação, é prioridade de uso, no curto prazo você estabelece aquilo, a outorga tem que está condicionada a isso, claro, não é um instrumento fixo, não vou mexer no meu direito de uso nunca, vai mexer em situações precárias. E o outro viés é prioridade para outorga, que aí é o instrumento de planejamento.

O SR. WILSON DE AZEVEDO (Pesca, Lazer e Turismo) – Luciano, eu não vou me arvorar em responder como entendido na matéria, eu vou dar o meu ponto de vista, que pode estar equivocado e eu posso até mudar durante a reunião se alguém tiver uma visão melhor que a minha. Eu acho que é prioridade de uso, eu acho que no art. 7º, o item 8, né, tinha que falar em prioridade de uso e não em prioridade de outorga. Eu acho que as duas coisas estão ligadas. Agora, eu vou dar um exemplo, uma bacia hidrográfica que a prioridade do uso seja para o turismo devido as suas quedas d’água, correntezas, isso é uma prioridade de uso e acho que o Comitê tem sim a capacidade de estabelecer essa prioridade de

uso, e evidentemente que a reboque disso, tem as prioridades para outorga, respeitando as prioridades de uso, não é? Então, logo após o art. 13 tem o parágrafo único que fala que a Outorga de Uso de Recursos Hídricos deverá preservar o uso múltiplo desses. Então, eu acho que isso aí é muito forte, quer dizer, o fato de a bacia ser priorizada para o turismo, para a prática do turismo, não significa que isso venha a impedir outros usos. Então, é essa a visão que eu tenho, não sei se ajuda, mas eu acho que é esse à inteligência da Lei, por isso que eu defendo essas questões que nós estamos tentando regular aqui, isso tem que ficar lá embaixo, lá embaixo no Comitê, né? Eu defendo isso, né? Eu acho que aqui estamos nos arvorando a fazer uma rega geral e vamos bater cabeça, não sei quantos anos, mas vamos bater cabeça.

O SR. PATRICK THOMAS (ANA) – Eu queria só comentar em cima da fala do Igor, não ficou claro para mim assim, ficou claro qual é o seu entendimento sobre a diferença em prioridade de outorga e prioridade de uso. Agora, não ficou claro como que esse seu entendimento se reflete no texto, porque pelo que você falou a prioridade de uso se aplica em situações de escassez, né? Quando tem uma crise, uma falta, que é o caso do São Francisco. E, no entanto, a redação que você defende, ela diz que a prioridade de outorga, que é o contrário, se aplica em situação de escassez. Então, eu não entendi, porque a prioridade de uso deveria ser situação de escassez e a prioridade de outorga deveria ser planejamento de longo prazo, mas na redação está dito que a prioridade para outorga deveria ser de longo prazo e não vinculada a escassez, ela é aplicável em situação de escassez. Então, está confuso o seu discurso aqui com o texto que você defende.

O SR. IGOR SOUZA RIBEIRO (MME) – Não, não acho que está confuso, porque a prioridade, é o que eu já coloquei inclusive, a prioridade seja de uso, ou para outorga, vai ser sempre estabelecido em situação de escassez. Só que a prioridade para outorga, e aí reforçando o que o Júlio está insistindo, é com foco no prognóstico, ou seja, o diagnóstico estabelecido, o que fazer com as outorgas..., o que fazer com aquelas outorgas? É uma situação. Outra coisa é você identificando que não vai ter água no futuro para atender 100% os usos que estão querendo, o que fazer com aquilo? Você tem que estabelecer prioridades para outorga, ou seja, um é instrumento de sala de crise, e outro é instrumento de planejamento. É a situação. O São Francisco prioridade de uso, o São Marcos é prioridade para outorga.

A SR^a. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Com a palavra. Eu vou só colocar uma preocupação minha em que medida a gente não está entrando muito na questão do mérito dessas... Eu sei que tem uma série de recomendações, eu acho que até a gente pode pontuar essas recomendações, mas pedir alteração no texto se trata de mérito, eu acho que não devemos nesse momento. Então, eu queria que as contribuições viessem mesmo em relação as implicâncias legais, institucionais da proposta, né? Eu já vi que tem muitas questões de mérito, provavelmente isso vai ter que voltar para as Câmaras Técnicas e o que a gente pode ofertar para a Câmara Técnica as questões legais para que eles lá aprofundem o mérito. Aí eu passo para o Luciano.

O SR. LUCIANO MENESES CARDOSO DA SILVA (ANA) – A questão legal, a gente está discutindo aqui a prioridade de outorga, a prioridade de uso, que as duas coisas aparecem nas Lei e há claro um desentendimento aqui, pessoas entendem uma coisa e entendem outra. Na sua linha Igor, então o Comitê teria que elaborar, definir duas listas de prioridade, uma lista de prioridades para outorga, para essas situações que você falou para cumprir o inciso VIII do art. 7º, e outra lista de prioridades de uso para você conseguir exercer, cumprir o art. 13. É isso? Duas listas? Isso é uma questão legal.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Só para responder e aí eu tenho que passar adiante a palavra.

O SR. IGOR SOUZA RIBEIRO (MME) – É exatamente. Prioridade de uso, usos estabelecidos. Naqueles usos estabelecidos é o caso do São Francisco, entrou uma escassez, não há água para atender todo mundo, com os usos estabelecidos como realocar temporariamente aqueles usos, isso é uma prioridade, afinal os usos, com base nos usos estabelecidos, têm um impacto econômico e um viés. Outra coisa é o viés econômico que você quer atribuir aquela bacia como instrumento de planejamento, é completamente diferente, é o caso clássico, eu tenho um potencial hidroelétrico numa bacia, um potencial, uma coisa é eu atribuir aquilo ali uma prioridade, induzir realmente um desenvolvimento energético na bacia; outra coisa é eu atribuir a prioridade para irrigação, isso é uma visão de futuro, é prioridade para novas outorgas; outra coisa é a prioridade de uso em que todas as outorgas estão estabelecidas em situações de escassez e a Lei fala que em situações de escassez a prioridade de uso é atendimento humano e dessedentação animal, consumo humano e dessedentação animal, ou seja, é uma visão clara.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – (...), depois o Gustavo. O Patrick também está inscrito, já falou.

O SR. LUIZ HENRIQUE PINHEIRO SILVA (ANA) – Bom, de uma certa forma é natural que tenha todas essas dúvidas, essas discussões, o tema é novo, suscita dúvidas e eu digo novamente, né? Lá atrás não houve tempo, nas duas Câmaras Técnicas, em uma única reunião para se fazer esse debate todo e poupar a CTIL ainda de estar analisando o que é jurídico, o que é mérito, e etc.. Mas, assim, o plano na verdade, ele trata não só de diagnóstico e prognóstico, de enquadramento, proposta de cobrança, recuperação de mata ciliar, etc. e etc., e daí você induzir que por prioridade está ligada a um prognóstico, isso é uma inferência, né? E pelo que eu estudei um pouco lá na época do concurso na área de direito administrativo, o direito administrativo você tem que fazer o que está escrito, só é permitido o que está lá explicitamente escrito, os advogados aí me ajudem se eu estiver errado, a nossa Procuradora. Mas, assim, o quanto que eu posso inferir que o prognóstico está ligado, desculpe, que a prioridade está ligado ao prognóstico, porque o prognóstico faz parte dos planos e a cobrança, e o enquadramento, etc. e etc.. A gente não vê isso. Agora, por outro lado, o Wilson falou: olha, uma coisa que inquietava um pouco a gente, que assim, a gente teve que pensar muito a luz da 9433, né, a situação de uma bacia que tem determinadas características que terão a tendência natural para que o uso da água naquela bacia estivesse na direção daquelas características, o turismo, por exemplo, ou uma bacia, como o Luciano falou, que tem um assentamento que envolve centenas de famílias, independente da finalidade, né? E a 9433 apontam nessa direção, ela fala que o art. 15, o que é o uso prioritário de interesse coletivo, o uso prioritário de interesse coletivo, ele pode chegar à frente dos outros usos, mas ainda, ele pode restringir os outros usos para que ele possa ser implementado, ampliado e etc.. Então, a sua preocupação Wilson, ela está contemplada na 9433, né? E está no rol daquilo que a gente chama de prioridade de uso de recursos hídricos, ou prioridade para outorga de direito de uso de recursos hídricos. Então, sempre a luz da 9433 de forma objetiva, o inciso, o art. 1º fala que os usos prioritários são o consumo humano e dessedentação animal em situação de escassez. Então, 9433 é objetiva, ela não deixou isso solto em qualquer uso, em qualquer situação hidrológica, não, em situação de escassez. O art. 15 fala que você pode restringir as outorgas, usos já consolidados? Pode, em situação de escassez, que são as

adversidades climatológicas, né? Agora, daí eu inferir que..., porque o plano trata de prognóstico, trata de..., aliás, com alguns erros inerentes, normal, os modelos trazem erros inerentes, isso é normal do processo, porque tratam de prognóstico, de enquadramento, de etc., etc., daí eu inferi que a prioridade está ligada a um prognóstico, isso é uma inferência, isso é uma inferência, não vejo isso de forma objetiva, tratada de forma objetiva na 9433, né? É isso. Obrigado.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Gustavo, Fonasc.

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (FONASC) – Eu confesso que eu achei que ouvi várias falas da ANA aqui, uma delas eu acho que interpretei mal, quando o Luciano fez a exposição dele, ele falou algo como outorga não tem nada a ver com uso, até poderíamos ver de novo, depois a reunião vai ser transcrita, então depois nós vamos ver depois se é isso mesmo que ele falou. E, por exemplo, na fala da Natália, na fala de outras pessoas da ANA se disse que tem tudo a ver uma coisa com a outra. Eu particularmente acho que a Lei estabelece isso no art. 13, depois a gente recapitula, a gente recapitula. De qualquer forma, isso não vem ao caso, eu acho que assim, mas eu entendi dessa forma na hora que ele falou, entendeu? Mas, eu posso ter ouvido errado, ou ouvi bem e entendi errado. Então... Hein? Na sua apresentação. Você falou isso mais de uma vez inclusive. Então, para mim fixou isso, mas eu posso estar errado, não vem ao caso. Eu vejo assim, que a outorga, aí questão de planejamento e aplicação. A outorga é o quê? É a aplicação, né, do planejamento, ela não é isso, é lá no meio, ou você dá outorga e você pode estabelecer determinados limites para outorga, ou você restringe a outorga em determinadas situações. A outorga, ela que é a aplicação, eu acho que o planejamento é uso, eu acho até diferente do que você falou, entendeu? Então, eu acho que elas não são dissociadas, eu acho que nós não estamos inventando nada em colocar as duas aqui, aliás, quem observou que não deveria ser a redação, só a outorga foi o Rodrigo. A redação da ementa e aí até para tentar compatibilizar o que estava na ementa e o que ele disse, eu falei: vamos colocar as duas coisas; e eu acho que uma não prejudica a outra francamente, né? Eu acho que uma não prejudica a outra e houve um aspecto da aplicabilidade que eu gostaria de considerar é o seguinte: muitas vezes essa prioridade de uso, ou de restrição de uso, ela vai se estabelecer não numa bacia inteira, ou vai ser muitas vezes no trecho da bacia onde há uma demanda muito maior. Então, eu acho que a aplicabilidade e nesse sentido a maioria dos Planos de Recursos Hídricos que eu conheço, ainda mais na fase de diagnóstico e prognóstico, prognóstico acho mais ainda, eu concordo, eles não têm essa abordagem que vai assim, eles não fazerem um zoom da bacia, geralmente é uma visão muito macro, que não pega muitas vezes a região. E eu vejo o exemplo da Bacia do Rio Doce, que eu vi, li boa parte do plano, né, os prognósticos que se fazem, por exemplo, o Rio Piracicaba, você vê o mapa lá, tem trechos que é tudo classe especial, ou classe um e no prognóstico daqui a 10 anos está tudo preto lá, virou classe três, ou classe quatro, não é? Quer dizer, quem elaborou partiu do princípio de que haveria uma prioridade de uso, que era o da mineração, né, nem precisou de esperar tanto que teve o desastre da Samarco e boa parte do Rio Doce já foi para o sal. Então, eu acho assim que todas essas questões que está se colocando aqui que impedem a efetividade dessa Resolução, eu não concordo com isso, eu acho que ela é passível de ser efetiva, guardadas as responsabilidades dos entes, dos órgãos gestores naquilo que é da alçada deles.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Já discutimos bem o art. 1º. Podemos passar para art. 2º? A Sonáli quer fazer... Só um minuto.

A SRª. SONÁLI CAVALCANTE DE OLIVEIRA (Companhia Hidrelétrica do São Francisco) – Volto a consultar a todos sobre aquela questão que eu levantei na Resolução do CNRH, você está falando, além de definir diretrizes e critérios, definir as suas aplicabilidades. Então, eu levanto a questão novamente.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Mas, o Luiz vai responder a respeito da Sonáli e depois a gente dar uma lida nas considerações, e discutimos.

O SR. LUIZ HENRIQUE PINHEIRO SILVA – (ANA) – Como as duas coisas foram demandadas a critérios e a aplicabilidade. Então, a Resolução deveria elaborar diretrizes e critérios gerais para a definição, e para a aplicabilidade. A aplicabilidade necessita também de diretrizes e critérios gerais, por exemplo, a situação hidrológica onde você vai aplicar parece que ainda tem muitas dúvidas aqui agora sobre isso, né? Então, as diretrizes gerais são para a definição, carece, e também para a aplicabilidade e carece também de diretrizes gerais senão fica a critério de cada órgão, a cada autoridade outorgante e não vai combinar uma coisa com a outra, né? A matéria, mesmo para aplicabilidade, há necessidade de diretrizes gerais para essa aplicabilidade.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Ok. Sonáli.

A SRª. SONÁLI CAVALCANTE DE OLIVEIRA (Companhia Hidrelétrica do São Francisco) – Luiz, eu volto ainda ao ponto que no meu entendimento e eu posso estar equivocada, no CNRH você define diretrizes e critérios; e a aplicabilidade dessas Resoluções estaria a cargo dos órgãos gestores de recursos hídricos. Então, do pouco que eu conheço da legislação sobre isso, fala que a definição da política estaria no CNRH e a aplicação dessa política estaria na ANA, o Órgão Gestor de Recursos Hídricos Federal e aí isso rebateria para os estaduais. Então, a dúvida que eu tenho aqui é se o CNRH no momento em que está definindo diretrizes de critérios gerais e ele passa a falar sobre aplicação, se não estaria havendo uma ingerência lá no Órgão Gestor de Recursos Hídricos em nível federal, em nível estadual e aí você estaria descendo no nível de detalhe para cada região, é uma dúvida que eu estou colocando aqui para você e o entendimento que eu tenho a respeito desse assunto.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Igor, Gustavo, Natália e Patrick.

O SR. IGOR SOUZA RIBEIRO (MME) – É, o entendimento que a gente colocou na Resolução sobre a aplicabilidade é justamente em situação de escassez. O que eu acho que está gerando alguma conclusão é a confusão entre a aplicabilidade de operacionalização, o nível de operacionalização, como os órgãos gestores vão operacionalizar isso, eu acho que não é competência nossa, concordo contigo. Agora, a definição do escopo quando vai ser aplicada a prioridade para outorga, aí a gente colocou na Minuta de Resolução, que é em situação de escassez.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Gustavo.

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (Fórum Nacional da Sociedade Civil) – O inciso VI do art. 35 das competências do Conselho Nacional, ele diz o seguinte: que compete Conselho estabelecer diretrizes complementares para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos, aplicação de seus instrumentos e atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Então, eu acho que em certa medida não há uma incoerência do ponto de vista do que fixou aqui, né? Mas, também os critérios gerais para outorga do direito de uso, que eu acho que em certa medida, que é o inciso X, que em certa medida uma coisa vai incidir na outra. Mas, realmente eu acho que de acordo com o que está aqui como competência do Conselho, a aplicação do instrumento, né, que no caso o instrumento é outorga, ou plano, um Plano de Recursos Hídricos também é um instrumento. Então, eu acho que não é incompatível por essa redação.

A SRª. NATÁLIA DE MELO LACERDA (ANA) – Era exatamente isso que eu queria falar e aceita o inciso VI, ele já respondeu.

O SR. PATRICK THOMAS (ANA) – Respondendo a Sonáli. Sonáli, nós na ANA fizemos essa avaliação do que é competência exclusiva da ANA e conversamos com alguns órgãos gestores também e o que é regulamentação no âmbito do Conselho. O entendimento que a gente teve é que a Resolução ainda não definiu as diretrizes e critérios gerais para a aplicação dessas prioridades, uma coisa é você definir diretrizes e critérios gerais para a definição da prioridade, e aí dessas diretrizes e critérios vai sair uma lista de prioridades. Outra coisa é como que essas prioridades repercutem nas outorgas, que são as diretrizes e critérios gerais para aplicação dessas prioridades, que não se confunde com depois a decisão do Órgão Gestor de operacionalizar, tanto é assim que o Conselho já regulamentou critérios gerais para outorga em mais de uma Resolução, é a Resolução 16, estabelece critérios gerais para outorga de forma geral. A Resolução 29 estabelece diretrizes para outorga para aproveitamento de recursos minerais. Tem a Resolução que eu não estou me lembrando o número aqui, mas que fala da outorga para barragens também. Então, o Conselho tem o entendimento que ele deve disciplinar a aplicação, ou definir critérios gerais para outorga, tanto que já elaborou uma série de Resoluções. O que nós estamos ponderando aqui é que esse tema específico prioridade de uso e prioridade de outorga, e para nós é a mesma coisa, necessita de uma recomendação do Conselho também, à nível de Conselho e de critérios gerais, a partir dessa regulamentação, nós órgãos gestores vamos poder operacionalizar um instrumento. Então, realmente há uma deficiência de orientação, de regulamentação de definição de critérios nessa proposta de Resolução.

A SRª. SONÁLI CAVALCANTE DE OLIVEIRA (Companhia Hidrelétrica do São Francisco) – Compreendido. Sonáli. Compreendido.

O SR. WILSON DE AZEVEDO FILHO (Pescadores e Usuário de Águas para o Lazer e Turismo) – Só fazer uma pergunta. Essa proposta de Resolução, ela é para os órgãos gestores?

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Está muito associado aos Planos de Recursos Hídricos.

O SR. WILSON DE AZEVEDO FILHO (Pescadores e Usuário de Águas para o Lazer e Turismo) – Eu acho que nós precisamos primeiro definir. Eu pela minha leitura era para Órgão Gestor, porque o Órgão

Gestor é muito cômodo ter uma Resolução e seguir ela para dar as outorgas, emitir as outorgas, se é esse o objetivo da Resolução tudo bem. Agora, se for para os Comitês, eu acho que aí é aquilo que eu falei, eu acho que nós estamos extrapolando, na minha opinião, a nossa competência.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Eu vou passar para o Luiz, para ele responder alguns questionamentos que foram colocados.

O SR. LUIZ HENRIQUE PINHEIRO SILVA – (ANA) – É bem rápido, é só para completar o que o Patrick já colocou, que além das Resoluções que ele já citou aqui, regulamentam a outorga, né? 16 a 54, se eu não me engano, você não lembrou a de lançamento de afluentes e chega a citar uma formulação a temática para poder fazer o cálculo da vazão de diluição, ou vazão indisponível. A de afluentes mínimos, desculpe, as vazões mínimas remanescentes, cadastro e tudo mais. Agora, a operacionalização disso por parte do Órgão Gestor vai além disso, por exemplo, a questão da escassez hídrica, aí o Órgão Gestor que define a sua vazão de referência, essa seria a operacionalização, o detalhamento do órgão da autoridade outorgante, o Órgão Gestor de Recursos Hídricos. Para mim o que é escassez hídrica é aquilo que estaria abaixo de uma vazão de referência para um outro Órgão Gestor, pode adotar uma outra vazão de referência a depender da realidade hidrológica da região, da bacia e etc.. Esse seria o detalhamento que compete ao Órgão Gestor, mas carece, que antes disso, de critérios gerais para a definição da situação da aplicabilidade da Resolução. É isso que a gente está discutindo escassez hídrica, ou usos futuros, por exemplo.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Sugeri que a gente desse uma lida aí como é que está para depois fazer os comentários finais. Art. 1º, antes da lida, ou...

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (Fonasc-ONG) – Tudo bem, eu sou a favor de fazer essa lida, mas eu sou a favor de passar para o art. 2º depois, sem comentários, porque os comentários já foram feitos, se alguém acha que alguma coisa que disse não foi registrada, faça por escrito para a Roseli. A gente vai para o art. 2º e depois a gente vai voltar para tomar a decisão, ou não tomar a decisão.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Ok. Então, só uma lida geral. O art. 1º ficou: Estabelecer as diretrizes e os critérios gerais para definição e aplicação de prioridades de usos nos Planos de Recursos Hídricos e para Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos de águas superficiais e subterrâneas, nos termos do inciso VIII do art. 7º e art. 13 da Lei 9.433. Ok? E aí alguns comentários, passamos os comentários também, ou não? Então, pode passar Roseli. §1º. A definição... Tá, isso está sendo registrado, né, as questões de mérito é bom a gente mandar como recomendação. § 1º: a definição e aplicação de prioridade de usos nos Planos de Recursos Hídricos e para Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos de água superficiais e subterrâneas é aplicável em situações de escassez, ou da verificação de esgotamento da disponibilidade hídrica e em áreas instituídas como de restrição de uso. §2º, há a sugestão de supressão desse § 2º, porque ele é inócuo segundo a visão da Câmara. Algum comentário?

O SR. RODRIGO FLECHA (ANA) – O que nós estamos trabalhando aqui? Nós estamos trabalhando para uma nova redação?

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Na parte legal.

O SR. RODRIGO FLECHA (ANA) – Eu vou voltar no nosso aspecto, entendeu? Tem mérito que puxa coisas legais, e eu não sei se a gente tem condições de ficar dando nova redação a cada artigo aqui não.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Eu gostaria de ouvir a opinião do Júlio e depois o Igor quer comentar.

O SR. JÚLIO THADEU SILVA KETTELHUT (SRHQ/MMA) – Aqui o que eu estou entendendo é que a gente teria que pegar o que está escrito, o que foi enviado e ver o que é legal, ou não aí, sem entrar no mérito, quer dizer, por mais que a gente tenha opinião que fique melhor, qualquer coisa, é mérito, senão vai virar uma revisora aqui das outras Câmaras Técnicas, aí fica ruim. Eu acho que tem que ter um cuidado. Agora, se não tiver jeito, se a coisa for tão complicada assim... Agora, que aponte, quer dizer, a gente precisava apontar aqui art. 1º, quais são as coisas..., a ilegalidade, se dá para concertar, ou não dá para não concertar aqui trocando “porém” por “todavia” fica melhor, “instituir” por “estabelecer” fica melhor. Tudo bem, aí a gente pode fazer essas sugestões. Agora, como entrada essas coisas de tirar, ou acrescentar, aí a coisa fica complicada, eu particularmente não concordo, por exemplo, por mais razão que você tenha, em retirar o § 2º, porque isso aí tem implicação de mérito aí nesse caso.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Eu acho que essas questões que tem implicação de mérito para não se perder, eu acho que a gente pode mandar como recomendações, orientações e realmente no texto a gente se ater as questões legais e institucionais. Mas, eu acho importante a gente registrar o que enxergamos de mérito também e encaminhar.

[1h49min31seg] O SR. NÃO IDENTIFICADO – Você podia esclarecer. Você mencionou mandar essas questões, mandar para onde?

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Para, se for o caso e a decisão pelo que estou vendo está gerando tanta polêmica a questão do mérito mesmo, imagino que vá ter que voltar para as Câmaras, e se a gente já levantou essas questões aqui. No nosso parecer, a gente pode colocar como recomendação, apontar e a Câmara que decide se realmente faz sentido, ou não, para a gente não perder as contribuições.

O SR. JÚLIO THADEU SILVA KETTELHUT (SRHQ/MMA) – Sim, pode ser uma sugestão já que nós pusemos isso aqui no art. 1º, que fique no art. 1º. Agora, o art. 2º em diante, nós não podemos, desculpe a coisa, perder o nosso tempo aqui discutindo mérito, que não compete a nós discutir o mérito aqui, compete a nós discutirmos uma parte legal, vamos nos concentrar na parte legal. Está certo, já fizemos o art. 1º

dessa forma, aqui vai como uma sugestão. Agora, no art. 2º em diante, eu acho que deveria só se ater as questões legais, ou institucionais, né?

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – O Igor, depois o Gustavo, depois o Percy, e depois o Wilson. Igor.

O SR. IGOR SOUZA RIBEIRO (MME) – Eu acho que o teu encaminhamento Adriana, está ótimo, porque eu entendo que vá voltar para as Câmaras Técnicas, mas esse entendimento da CTIL é importante, porque se não vai ficar a Câmara Técnica CTIL eternamente. A CTIL está definindo algumas diretrizes que vão ser fundamentais para a análise de mérito nova, por quê? Porque ficou claro aqui, pelo que estou entendendo, que a prioridade de uso tem que ser tratado junto com prioridade para outorga; se essa diretriz não for dada para a Câmara de Mérito, a Câmara de Mérito vai continuar insistindo nesse entendimento e vai chegar aqui na CTIL e vai dizer que é a mesma coisa. Então, essa recomendação do jeito que está sendo encaminhado para mim está ótima. Agora, quando retornar para as Câmaras Técnicas, eu entendo que o escopo vai ser trabalhar nas recomendações que a CTIL apresentar, não discutir nada além disso, porque o trabalho..., afinal não dá para desprezar o trabalho que já foi realizado nas Câmaras Técnicas.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Gustavo do Fonasc.

O SR. GUSTAVO TOSTES GAZZINELLI (Fonasc-ONG) – Olha só, eu acho que a gente deve usar essa palavra mérito com mais cuidado do que o Aécio Neves, por exemplo, que vive falando de meritocracia, entendeu? A questão de mérito, eu acho que nós temos que discutir, particularmente no que toca a redação e se você ler, eu não me lembro mais se é um Decreto, ou uma Lei Complementar que estabelece a técnica de redação legislativa, você vai ver que a Lei, o texto legal tem que ser claro, né? Ele tem uma regra de organização, que até o nosso amigo Wilson aqui fez uma crítica, que botou um artigo como 13, que devia ser o 7, o 7 que devia ser o 13, quer dizer, talvez eles não tenham seguido a regra de redação legislativa quando eles fizeram a 9433, mas isso é outro problema, né? Então, eu acho que assim, quando a gente propõe, por exemplo, suprimir um parágrafo, eu não sou contra reiterar algumas coisas na redação, mas que a gente sabe do começo ao fim daquele parágrafo, que ele está dizendo qual é o *modus operandi* na forma de regulamentação e legislação de recursos hídricos no país, que é o que todo mundo está cansado de saber, eu tenho a impressão, que é exatamente o que está escrito lá, entendeu? Eu não acho que é questão de mérito..., é questão de mérito de redação, ou da falta de mérito da proposta do § 2º. Então, eu acho que cabe sim e eu proponho, eu pelo menos vou fazer isso no art. 2º, eu vou discutir o mérito da redação e eventualmente da falta de clareza dos dispositivos que estão lá, e estou aqui, porque acho que esse é o meu papel aqui e acho que é o papel da Câmara Técnica Institucional e Legal, não é apenas mudar “e” para “ou” não, que aliás dependendo da situação muda completamente a situação, mas é para entrar no mérito da redação sim; se a redação for ruim, se a Câmara Técnica não fez o seu para casa e mandou para nós regulamente com regularidade, mandou para nós para a gente discutir uma coisa que tem deficiência de redação, eu vou tentar melhorar, ou se usou uma palavra que era escassez quando queria dizer esgotamento, segundo a Cida até reconheceu aqui, eu vou propor a palavra de esgotamento. Então, eu acho que nós entramos na discussão de mérito da redação. Isso daqui nós não devemos abrir não disso não, se não nós estamos aqui apenas para

dourar a pílula, nós não estamos aqui só para dourar a pílula, para isso não precisa, manda para um revisor de português.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Percy. Não temos mais inscritos. Luciano e o Wilson.

O SR. LUCIANO MENESES (ANA) – Alô! Aperta mais uma vez. Veja, se a gente, segundo o Igor, vai chegar duas listas, né, seria o Comitê teria que bolar duas listas, uma para prioridade para outorga para o futuro... Não, não está superado, esse ainda continua sendo o ponto, e o entendimento que tem aqui, há uma visão. Prioridades para outorga, que é para questões futuras e prioridades de uso, que é para escassez. Veja a incongruência que existe nisso aqui, ainda que esteja superado, mas para sedimentar que é uma incongruência muito forte nessa questão. Aqui vamos supor que o Comitê faça uma lista de prioridades para outorga, perfeito, para induzir a outorgas futuras, etc., ainda que eu acho que seja ilegal isso, porque não há outra previsão e não tem como o Comitê fazer uma lista de prioridade de uso, porque ela não está prevista aqui, porque ela fala assim: toda a outorga está condicionada as prioridades de uso estabelecidas nos planos; aí você vai no plano, não tem prioridade de uso, não prioridade para outorga. Então, eu não consigo fazer aquilo que o fundamento já colocou como raiz, em situação de escassez, eu uso prioritário a isso e aquilo e não consigo aplicar isso para o resto. Veja que não tem como dissociar, isso, isso equivale, não é igual, mas equivale a isso aqui. Tá? É só mostrando que aqui não tem, ele precisa que isso aqui esteja nos planos, se não esse artigo não faz sentido. Entendeu? Precisa que esteja lá. Só isso.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Aparecida e Igor.

O SR. WILSON DE AZEVEDO (Pesca, Lazer e Turismo) – Não querendo ser repetitivo, eu continuo achando que o art. 7º, inciso VIII se equivocou. Sugiro que ao nós tentarmos fazer essa Resolução geral, que eu já critiquei aqui várias vezes, nós estamos cometendo um outro erro querendo fazer uma Resolução geral para entes diferentes, para Comitê e para órgão outorgante, aí não dá. Então, eu acho que nós temos que pensar vamos trabalhar as prioridades de uso, que é para os comitês, vamos então definir diretrizes gerais para estabelecer prioridades de uso pelos comitês. E prioridades de outorga, aí nós vamos trabalhar em uma Resolução de diretrizes gerais para os órgãos gestores. Eu acho que aí nós conseguimos separar os assuntos e eliminar grande parte dessa confusão, né? Prioridade de outorga para órgãos gestores, como já falaram aqui: “ah é o dia do protocolo”, né? Quer dizer, isso é um outro assunto que nós podemos discutir mais adiante. Então, eu queria que ficasse registrada essa minha solicitação de separar esses dois assuntos.

O SR. IGOR RIBEIRO (MME) – Eu queria fazer uma proposta de encaminhamento. Eu acho que a gente já discutiu bastante o art. 1º e eu acho que as Câmaras Técnicas de Avaliação de Mérito, CTPNRH e CTPOAR, vão precisar de insumos dessa CTIL, eu acho que tem que colocar em votação o entendimento da CTIL, se prioridade para outorga é igual prioridade de uso. Porque a Câmara vai reavaliar com base nisso e vai apresentar uma nova proposta. A ANA está insistindo que é igual, mas esse pode não ser o entendimento de todo. O meu, por exemplo, é que e continuo insistindo que são coisas diferentes, e em princípio foi esse o entendimento do CTPNRH e CTPOAR. E uma outra coisa que eu entendo que seja

relevante é a questão da área de restrição de uso se tem que aguardar ser deliberada uma Resolução, ou não, eu acho que esses dois itens deve ser colocados em votação em separado se possível. Obrigado.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Eu sugiro que esses itens sejam decididos nas respectivas Câmaras Técnicas.

O SR. IGOR RIBEIRO (MME) – Não, mas é uma visão jurídica, isso é uma visão jurídica que cabe à CTIL apresentar o entendimento jurídico. Está ouvindo? Alô! Porque o argumento da ANA é que são coisas indissociáveis, né? E eu entendo que o encaminhamento melhor é que realmente a CTIL der esse respaldo jurídico do entendimento de mérito, já que são tratamentos indissociáveis, afinal senão vai ficar esse bate e volta eterno, um apresenta. Isso. Perfeito.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Aparecida, você ainda quer falar? Alguém mais gostaria de se manifestar?

O SR. IGOR RIBEIRO (MME) – Eu falo o seguinte: alguém que entenda que é dissociável uma coisa da outra? Você entende, apesar de estar escrito aqui na Lei 9.433, você acha que é dissociável?

O SR. IGOR RIBEIRO (MME) – Entendo que prioridade para outorga é diferente de prioridade de uso, e isso...

[2:01:00] O SR. NÃO IDENTIFICADO – Uma coisa é ser diferente o que é de fato, e outra coisa é ser dissociável, se dá para separar uma coisa da outra.

O SR. IGOR RIBEIRO (MME) – Ah, não, não entendo que são dissociáveis, até porque a minuta de resolução coloca que essa minuta é prioridade para outorga, ela pode ser utilizada para definição de prioridade de uso, isso está escrito na minuta de resolução.

O SR. NÃO IDENTIFICADO – Veja que há uma diferença de dissociável e ser igual.

[2:01:27] O SR. NÃO IDENTIFICADO – Isso, o que eu entendo que seja importante colocar em votação é...

O SR. PERCY SOARES (CNI) – Aonde isso está escrito na minuta de resolução?

O SR. IGOR RIBEIRO (MME) – Art. 2º, parágrafo 2º, “As diretrizes e critérios para estabelecimento para outorga de direitos de usos de recursos hídricos estabelecidos nessa resolução, também poderão ser

3341 aplicados para dar apoio de acordo de alocação com participação dos integrantes do Singreh e usuários
3342 em caso de eventual escassez”.

3343
3344
3345 **O SR. PERCY SOARES (CNI)** – Então não é prioridade de uso.

3346
3347 **O SR. IGOR RIBEIRO (MME)** – O entendimento das Câmeras, e que eu participei, foi esse.

3348
3349 **O SR. PATRICK THOMAS (ANA)** – É, mas o entendimento das Câmaras não vem escrito junto com o
3350 texto, vale o que está escrito Igor, né? Quando o cidadão for ler a norma ele vai ler o que está escrito,
3351 não vai vir do lado ali olha o entendimento da Câmara e isso quer dizer outra coisa, o que vale é o que
3352 está escrito.

3353
3354
3355 **A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA)** – Questão de ordem, o Gustavo estava com a
3356 palavra, aí quando ele encerrar a gente volta para os inscritos que é a Livia, o Percy...

3357
3358
3359 **O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (Fonasc-ONG)** – Eu acho que essas decisões, nós ainda não temos nenhum
3360 consenso aqui, nenhum. E não foi colocado para saber se vai ter consenso ou não tem, se vai votar o
3361 item, se vai como recomendação ou como destaque e etc., e tal, então a minha sugestão, para a gente
3362 não ficar empacado aqui nesse ponto, é a gente avançar, passar para o próximo artigo, e ao final de
3363 tudo, esclarecido tudo, feitas todas as sugestões se vai terminar hoje é outro problema, eu acho que não
3364 vai, aí a gente volta e a Câmara Técnica vai tomar as suas decisões, e vai transformar essas decisões ou
3365 não decisões no relatório que vai ser provavelmente devolvido para as Câmaras Técnicas.

3366
3367
3368 **A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA)** – A Aparecida, que ela tinha se inscrito.

3369
3370
3371 **A SRª. MARIA APARECIDA BORGES PIMENTEL VARGAS (Abragel)** – Eu só acho que a gente tem que ter o
3372 cuidado quando a gente fala que eu não posso estar discutindo uma resolução aqui porque ela está
3373 atrelada a um outro tema que a gente também tem que discutir, se for assim, nós vamos ter que fazer
3374 uma resolução monstruosa para poder regulamentar tudo que a lei pede para a gente regulamentar, e a
3375 gente vem regulamentando caso a caso, que é o que vem acontecendo como foi a questão de barragem,
3376 já foi citado aqui pelo Luciano, então não adianta a gente falar que eu tenho que estar inserindo tudo
3377 dentro disso aqui que vai virar um monstrengo, a gente tem que separar os temas sim, por mais que
3378 você faça a associação eu não tenho como trazer tudo para dentro de uma resolução, sabe? E falo isso
3379 em específico ao que está sendo citado sobre área de restrição de uso, inclusive isso já foi colocado na
3380 plenária do conselho e foi definido que seria encaminhado, foi colocado por mim na plenária do
3381 conselho, e que seria encaminhado para a Câmara Técnica específica para poder se começar a discutir
3382 esse assunto, isso está também na degravação da ata que a gente aprovou aqui hoje, então a gente só
3383 tem que ter esse cuidado de achar que a gente tem que colocar e regulamentar todos os assuntos
3384 dentro de uma única resolução, não dá.

A SRª. LÍVIA SOALHEIRO E ROMANO – (CERH RJ/SP) – Assim, só um pouquinho em cima da fala do Igor, as perguntas que ele fez aqui e pediu para que a gente coloque em votação, são perguntas eminentemente técnicas, se essa Câmara começar a criar conceitos técnicos, a gente vai abrir um precedente muito perigoso, isso deve sim ser apontado por essa Câmara Técnica como necessário de discussão na Câmara Técnica de matéria, isso não é só jurídico, quando voltar de lá um conceito técnico pronto, a gente discute aqui, mas esse conceito inicial ele tem que ser na Câmara Técnica de mérito, e uma outra coisa é que assim, me parece que já há um consenso que a matéria vai retornar às Câmaras Técnicas de mérito, isso está muito claro? Acho importante deixar... se a gente já tem isso consolidado deixar esse posicionamento claro.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Aí eu passo essa pergunta para a Câmara Técnica, vocês acham que a tendência é voltar para as outras Câmaras Técnicas de mérito?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível).

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Tá. O Percy está inscrito. Você finalizou a sua fala? Então ouvimos, mas o Percy está inscrito.

O SR. PERCY SOARES (CNI) – Gente, vamos lá. Eu só queria voltar, eu vou voltar, o Gazzinelli vai ficar meio bravo, mas eu vou voltar um pouquinho, eu acho que a questão Aparecida não é que vai resolver tudo em uma resolução, mas eu acho que o que dá segurança jurídica é quando em uma resolução remeta um conceito ele te que estar ancorado em alguma coisa em outra resolução ou em outra lei, eu não posso remeter um conceito tipo marcos de alocação e eu não saber o que é isso, isso deixa passível de interpretação. O quê que é, é o marco de alocação que a ANA faz, é alocação negociada no Ceará, o quê que é? Eu estou remetendo em um texto de resolução a uma coisa que não encontra, não é? Não precisa estar na mesma resolução, mas eu estou remetendo uma coisa central da discussão à alguma coisa que não encontra estabilidade e nem segurança em nenhum outro texto, não precisa estar nessa resolução, mas tem que estar em alguma, ou tem que estar em alguma lei ou tem que estar em alguma resolução da diretoria colegiada da ANA. Então, eu acho que essa referência para quem é usuário ela dá segurança, eu não posso dizer, eu remeto isso àquilo, e aquilo é, dependendo de quem interpretar aquilo vai tomar o corpo A, o corpo B e corpo C. Então, eu acho que se eu vou fazer, se eu entendo que, acordos de alocação são na verdade prioridade de uso, se isso é a mesma coisa como o Igor falou, então diga “para dar apoio a definição de prioridade uso, conforme consta no Art. 3º” então, aí eu tenho que fazer essas vinculações a leis ou a textos que regulamentem que tem à isso vida no mundo institucional, porque senão, na hora de aplicar fica passível da interpretação de quem quer do aplicador, vamos dizer assim, perdão do termo, da vez, e isso gera para quem é usuário insegurança jurídica, então acho que isso é incerteza, insegurança, isso está mal escrito, então é isso que a gente está dizendo, então tem que melhorar, e tem que melhorar dentro do mundo institucional e legal. Agora, quanto a questão de trazer ou não trazer prioridade de uso para esse texto ou não, eu acho que como eu já disse no início, e isso foi uma questão de fundo desde o início da discussão do Grupo de Trabalho né, e eu tenho dúvidas se a gente devolve daqui ou manda para o conselho e o conselho devolve de lá né, eu acho que isso tem que ser avaliado muito bem.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Ok. Gente, para fechar esse Art. 1º, assim, essa discussão, eu tenho tem três inscritos, é sobre o tema aqui, né? Porque aí logo depois a gente passa para a seguinte. É o Igor, Natália e Gustavo. Então Igor.

O SR. IGOR SOUZA RIBEIRO (MME) – Eu acho que essa questão da prioridade de uso de ser igual ou diferente, igual, não é tratado junto não, é ser igual ou diferente da prioridade para outorga, é um tema absolutamente relevante, e alguém tem que apresentar essa questão, se é uma questão jurídica, se há um entendimento jurídico da CTIL que é igual, eu entendo que a CTIL ao retornar para as Câmaras Técnicas tem que dizer que é igual do ponto de vista jurídico, jurídico, calma. Agora, se é um tema que a CTIL não se sente confortável a opinar ou não há um consenso, que remeta ao CNRH mesmo, gostei dessa tua proposta, remete a discussão ao próprio plenário, porque é um tema absolutamente relevante e que muda completamente o entendimento da resolução, agora o entendimento ou a própria CONJUR do MMA...

A SRª. NATÁLIA DE MELO (ANA) – Eu não posso fazer, nem estou autorizada a fazer o assessoramento, apesar de ser aqui como um membro da ANA, porque eu vou falar na defesa também institucional, então acredito que, nesse caso, se vocês quiserem subir a questão vale a pena pedir o assessoramento da CONJUR, porque além da atividade de dar parecer é atividade do advogado prestar o assessoramento jurídico, então talvez esse é um tema que é conceitual e está como premissa de todo o desdobramento, e talvez vale a pena conversar com a CONJUR, porque eu não estou autorizada a falar por todos, e nem tenho essa pretensão, eu tenho como falar pela minha procuradoria, e aí eu acho de todo pertinente que o CNRH se valia dessa prerrogativa de pedir o assessoramento.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Aqui já tem uma proposta de encaminhamento em relação a uma questãozinha específica que é a questão da definição desses conceitos, prioridade para outorga, prioridade para uso, vocês concordam que nesse item específico a gente deveria mandar para a CONJUR para poder pedir uma posição jurídica?

A SRª. MARIA APARECIDA VARGAS (ABRAGEL) – É sobre esse assunto que eu queria colocar, nós já passamos por isso, não sei se o Júlio vai lembrar, e a resposta que a CONJUR deu foi “não somos assessoria jurídica do Conselho Nacional”, mas aí ele só vai analisar a hora que chegar a hora do Ministro assinar, ele não analisa antes, nós já passamos por isso.

A SRª. NATÁLIA DE MELO (ANA) – Eu vou conversar então com o Sidarta e com o Rafael Gomes que estão lá na CONJUR, tenho o contato próximo com eles, eu não me oponho a chegar e só conversar, se eles realmente não se opuserem, a gente vai ter que assumir os riscos.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível).

A SRª. MARIA APARECIDA VARGAS (ABRAGEL) – Tá, mas é porque a gente já criou, Livia você lembra, nós já criamos essa demanda e a resposta veio clara, não somos assessoria jurídica do Conselho Nacional, nós damos parecer nas resoluções porque tem a assinatura do Ministro.

[2:12:03] A SRª. NÃO IDENTIFICADA – Não é nem parecer, realmente, parecer eles não vão dar parecer sobre isso, sem estar...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível).

[2:12:10] A SRª. NÃO IDENTIFICADA – Eu estou dizendo assim, é assessoramento, assessoramento é atividade de diálogo, que é para acertar a regra do jogo, para conversar.

[2:12:16] A SRª. NÃO IDENTIFICADA – Isso. Não... eu concordo, só que nós tivemos essa resposta, tomara que você consiga, vai ser ótimo.

[2:12:20] A SRª. NÃO IDENTIFICADA – Eu acho que vale a pena, se vocês quiserem de todo quiserem conversar só sobre isso e eles disserem (...).

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Só um minutinho gente, eu tenho inscritos aqui, o Gustavo, o Rodrigo e o Wilson. Mas a respeito dessa questão de procedimento eu gostaria de ouvir o Júlio aqui, que ele também passou por essa experiência como Presidente da CTIL *(Risos!)*.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (SRHQ/MMA) – Nós tivemos aí um episódio que todo mundo lembra, que foi a questão da Presidência do Comitê do São Francisco que nós pedimos para a CONJUR, nós da secretaria, a CONJUR até deu o parecer e depois isso foi levado no plenário e o próprio Vicente falou que essas coisas teriam que ser decididas dentro do sistema né, e a coisa competente seria nós aqui da Câmara Técnica constitucional legal, deixando sempre no caso da CONJUR essa parte da assessoria ao Ministro, quer dizer, o quê que prevê o Regimento? O conselho pode aprovar, como já aconteceu, pode aprovar, a CONJUR analisa, pode achar algum problema e aí manda voltar dizendo aonde está errado, aí a gente volta a estudar em cima do que é... é assim que está no Regimento. Nós já tivemos no passado a participação de representantes da CONJUR aqui com a gente, não eram voto, eles ficavam aqui e falavam alguma coisa, o assessoramento, isso nós já tivemos no passado enfim, e a gente até conversou se poderia ser, mas por falta de pessoal e aquela coisa toda, então, mas é isso, quer dizer, isso foi em uma deliberação do conselho foi dito isso, pelo certo ou pelo errado ou enfim, o que sair aqui de resultado isso depois é levado para frente, daí sim eles ficam em uma situação mais livre, vamos chamar, para tomar uma decisão em cima. Poderia, eu acho que extraoficialmente poderia, agora eu não sei até onde uma extraoficialmente o pessoal aqui vai valer. Claro, tem o risco de chegar lá e o pessoal não concordar.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Gustavo, Fonasc.

O SR. GUSTAVO TOSTES GAZZINELLI (Fórum Nacional da Sociedade Civil) – Não, eu vou deixar para lá, é porque é tanta coisa que eu acabo esquecendo, né? Eu, depois se eu lembrar eu falo.

O SR. WILSON DE AZEVEDO FILHO (Pescadores e Usuário de Águas para o Lazer e Turismo) – Eu acho que cabe a CTIL decidir esse assunto, esse negócio de pedir socorro jurídico, eu acho que quem quiser pedir faça isso por conta própria, nós aqui temos a nossa competência e temos que exercê-la. Se nós optarmos por discutir se direito de uso não, se prioridade de uso e prioridade de outorga são a mesma coisa, ou não, eu acho que nós podemos fazer isso. De antemão, eu acho que apesar das duas coisas estarem ligadas, eu acho que elas têm destinos diversos. Então, por isso que eu fiz a sugestão de tratar esses assuntos em separado, quando você põe numa mesma Resolução, ainda por cima de diretrizes gerais, diretrizes para entidades de órgãos, ou entes diferentes, eu acho que você cria uma confusão que nós podíamos fazer exercício, vamos tratar de prioridade de outorga, aí nós vamos ver o que está separado, né? Nós vamos nos dirigir para os órgãos gestores, e aí nós vamos ver o que cabe, e o que não cabe. Eu faria esse tipo de encaminhamento.

O SR. PERCY SOARES NETO (CNI) – Agora, eu não entendi mais nada. Eu tinha entendido que tinha um certo consenso que as coisas não estavam indissociáveis, tinha que tratar as coisas não como a mesma coisa, mas uma forma conjunta, até porque o instrumento é o plano, esse era o meu entendimento, que eu tinha entendido que era o entendimento de todo mundo. Segundo entendimento de todo mundo, que eu tinha entendido, era que se a gente vai fazer referência a margem de alocação, algum outro instrumento, que a gente tem que fazer referência a um texto que traga ele para o mundo institucional, seja em uma Resolução da ANA, seja em uma Resolução do Conselho, seja em um Decreto, seja em uma Lei para que a gente possa ter como usuário maior segurança jurídica sobre aquilo do qual a gente está se referindo, que quem pegar essa Resolução num Conselho Estadual, num Comitê de Bacia for implementar não fique à mercê de fazer a sua própria interpretação. Eu acho, na minha opinião, com essas duas orientações em termos de uma análise da CTIL, se a CTIL manda essa Resolução, não sei se para o CNRH, não sei se para as Câmaras, eu acho que isso é uma segunda (...), com essas orientações, quem for observar essa Resolução nos seus aspectos técnicos, observe que essas coisas não são dissociáveis, observe que quando fizer referência a um marco desse, isso tem que estar em algum lugar do mundo institucional desse a quem de direito discutir o conteúdo técnico e ponto. Eu acho que esse podia ser o encaminhamento, porque se a gente for..., eu acho que as teses jurídicas que estão por trás disso, não sou advogado também, desculpem se eu estiver dizendo bobagem, estão postas. Então, ok, nem que se mande para o Conselho dizendo: olha, recebemos essa Resolução, entendemos que a tese jurídica por trás disso é essa, essa e aquela. Entendeu? Essa é a nossa observação. E o Plenário que se vire. Entendeu? Acho e concordo com o que o Patrick disse, uma bola quadrada para o Plenário, eu acho também, mas também o Plenário, a gente já discutiu aqui Resolução de uso insignificante, já discutiu aqui Resolução de Gerenciamento Costeiro, já viu isso acontecer nem uma, nem duas, nem dez, nem mil vezes, já foi para o Plenário, voltou do Plenário, também eu não acho que isso..., eu acho que desgasta, mas também não acho que é o fim do mundo. Agora, eu não sei se vale a pena a gente tendo essas duas teses tão firme que tem que mexer a partir delas tão profundamente no texto que está aí, se vale a pena ficar alongando essa discussão, ou se vale a pena ir direto para uma decisão sobre afinal para quem vamos endereçar isso para ajeitar dentro dessa orientação institucional e legal, que essa sim cabe a CTIL sem discussão nenhuma.

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (Fonasc) – Eu até fui a pessoa que sugeriu lá incluir, um dos primeiros a sugerir a questão das diretrizes de uso, mas depois da fala de vocês dois, eu cheguei à uma conclusão. Eu acho que essa Resolução trata de diretrizes de outorga de uso, sabe? E a diretriz de uso deve fazer parte dos parâmetros para as diretrizes de outorga, né? Se ela não está devidamente escrito aqui, vamos fazer, vamos recomendar as Câmaras Técnicas que façam isso, porque o que parece aqui, segundo estou entendendo, é que as Câmaras Técnicas elas trabalharam na direção da diretriz de outorga de uso. Então, possivelmente... De prioridade de uso. Então, possivelmente, prioridade de outorga, não é? De outorga e não da prioridade de uso. Então, possivelmente a gente regulamentar a questão, ou estabelecer os critérios de diretrizes gerais para prioridade de uso, talvez seria quase escrever uma nova Resolução. Então, eu estou entendendo aqui, do ponto de vista pragmático, que nós temos que inserir, uma vez que estão intimamente ligadas as diretrizes, as prioridades de uso e as prioridades de outorga, especialmente a prioridade de outorga, que de certa forma é subordinada a prioridade de uso, de acordo com o texto da Lei, eu acho que quanto a isso não há necessidade de pedir interpretação nem do Supremo Tribunal Federal, porque eu acho que está muito clara a Lei quanto a isso, não é? E pode não ser muito bom, mas eu acho que está muito claro aqui. Então, eu acho que estamos tratando aqui é mesmo da prioridade de outorga. E nessa prioridade de outorga, a prioridade de uso tem que estar devidamente amarrada para não ter dúvida de que a outorga de certa forma se subordina a nisso. Então, eu tenho para mim, agora para mim ficou bastante claro o que nós estamos tratando aqui. Agora, gostaria de fazer um comentário. Por exemplo, acordo de alocação, eu também tinha até anotado aqui o que é isso, né? Mas, nós já estamos, aí você já está discutindo parágrafo tal, § 2º do art. 2º e é o que eu acho que nós tínhamos proposto aqui, vamos caminhar. Entendeu? Porque nós ficamos em vários momentos aqui, nós nos remetemos para discutir aspectos que poderiam já está sendo discutidos por todos de uma forma ordenada, uma sequência lógica, tal como veio para nós. Entendeu?

A SRª. SONÁLI CAVALCANTE DE OLIVEIRA (Companhia Hidrelétrica do São Francisco) – Vai voltar para a Câmara Técnica, pelo que eu estou entendendo, possivelmente. E a gente aqui só vai discutir mais ou menos as nossas percepções sobre a Resolução que foi feita?

O SR. JÚLIO THADEU SILVA KETTELHUT (SRHQ/MMA) – Então, é por aí, quer dizer, eu acho que a gente está mais ou menos repetindo aqui. Agora, o que eu tinha sugerido e volto a sugerir é que a gente faça isso, mas que a gente se atenha as questões técnicas, as questões legais, quer dizer, por mais que a gente queira e goste do termo técnico, legal, por exemplo, tem dúvida com relação a isso? Fica isso, escreve isso e que eles esclareçam quando for fazer que deixa claro isso. Tem dúvida quanto, sei lá, o termo que está colocado, coloque lá. Essas coisas. Só isso.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Rodrigo, para a gente passar para o art. 2º.

O SR. RODRIGO FLECHA (ANA) – Eu não sei há um consenso aqui já em função de um conjunto de aspecto jurídicos, institucionais, de mérito, técnico, que puxam questões jurídicas de voltar para as Câmaras Técnicas?

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Eu estou entendendo que sim.

O SR. RODRIGO FLECHA (ANA) – Eu gostaria de saber, porque eu não vejo como razoável mandar isso para o Plenário do CNRH nesse formato, entendeu? Eu acho que não tem condição nenhuma. Eu acho que a gente tem que ser honesto intelectualmente percebendo que há um conjunto de impropriedades que não estão no mundo jurídico legal como esse acordo de alocação e outros temas, entendeu? Eu acho que com isso já devia decidir já de retornar isso as Câmaras Técnicas, uma decisão me parece que é unânime, me pareceu e continuar com o debate na linha de enriquecer os elementos para que as duas Câmaras Técnicas trabalhem no aprimoramento e no conjunto de outros aspectos necessários aqui, pelo que estou entendendo me parece que há um consenso nessa linha, não é isso?

O SR. GUSTAVO TOSTES GAZZINELLI (Fórum Nacional da Sociedade Civil) – Olha, eu primeiro acho que essa decisão deve ser tomada no final da discussão e não com antecipação, mesmo porque já empobrece, aí o cara fala: não, deixa quieto, eu vou embora e vou discutir isso na Câmara Técnica. Então, eu acho que assim, eu acho que nós devemos estabelecer também, não sei se podemos, um prazo para as Câmaras Técnicas se manifestarem e se elas não se manifestarem... Não, por quê? Não pode? Então, nós podemos recomendar ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos que estabeleça isso?

O SR. JÚLIO THADEU SILVA KETTELHUT (SRHQ/MMA) – Acabando de ver aqui durante a coisa que esse assunto foi discutido durante dois anos, voltou, está voltando. Eu sempre fui nesses anos todos que estou aqui partidário de que a gente vá até o limite e esgote para chegar num consenso. Quando pegam e tem críticas que a gente discuta diversas vezes, eu já escutei, nós todos escutamos que o Conselho, imagina o Conselho que demora dois anos para decidir o negócio, como se tudo fosse uma coisa simples. Entendeu? Então, eu sempre fui, achei que essa coisa tem que dar o tempo que for necessário, se não sair, quer dizer, o que é a nossa gestão de recursos hídricos? A nossa gestão de recursos hídricos basicamente é um grande pacto entre todos os atores e a gente também não pode..., a gente pode exercer aqui qualquer momento quando eu era presidente aqui, quando eu fui presidente, eu sempre falava: fica muito fácil em dez, quinze minutos, eu pegar e chegar e falar: vamos botar em votação; aí um fala: não, não sei o que; vamos botar em votação, aí sai uma máquina de produzir resoluções aqui, um monte de resoluções, mas não é esse o objetivo. Então, por isso que eu quero dizer Gustavo, que além de não está previsto no Regimento, eu acho que não é salutar para a sistema a gente..., tem limite também, não pode chegar e ficar *ad eternum*, ter medida protelatória, a pessoa ficar discutindo, enfim. Eu sempre tive uma máxima também que quando você não quer fazer o negócio, você não fala não, você aumenta ele, se você aumentar ele, ele não vai sair. Então, quando você quer, como foi sugerido, colocar definições e mais definições dentro de uma Resolução, ela não vai sair nunca, porque uma puxa a outra, outra puxa a outra. Então, tem que chegar no certo ponto razoável e aí a gente toca. Eu acho que só respondendo, não está previsto no Regimento, se alguém pudesse fazer isso seria o Plenário, não seria nós aqui da CTIL, tá? Quer dizer, de repente o Plenário pode até fazer isso, o Plenário pode estabelecer e está previsto no Regimento prazo para Grupo de Trabalho. Então, ele pode até fazer isso, não é? Mas, eu não acho salutar para o sistema fazer isso.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Então, passamos para o Art. 2º? Pode colocar.

O SR. RODRIGO FLECHA (ANA) – Eu fiz aquele comentário, e não vi ele escrito aí. Com respeito ao que se quer dizer com diretrizes e métricas apresentadas no Plano Nacional de Recursos Hídricos, eu não consigo entender isso, eu não conheço o Plano Nacional de Recursos (...), mas qual é a relação dessa

Resolução com diretrizes e metas do Plano Nacional de Recursos Hídricos, em outra tem um erro conceitual que fala de bacia hidrográfica estadual, parece que não existe bacia hidrográfica estadual, não é isso? Não é rio estadual, não? Então, dá uma redação para isso, mas isso é secundário, mas a questão principal, o Percy sugeriu excluir esse artigo, também não vejo sentido, porque o que diz respeito diretrizes e metas no Plano Nacional, e os planos estaduais, se a Resolução, e menciona também normas legais no âmbito estadual e deliberações de conselhos estaduais, se a Resolução está com conjunto de impropriedades jurídicas, que impacto isso terá sobre uma deliberação estadual, de um Conselho estadual? Eu não sei, o Conselho Estadual pode chegar a uma conclusão que a Resolução, essas diretrizes não apresentam condições de ser estabelecidas, então tem um paradoxo aí, eu queria que esse assunto estivesse colocado aí, que você me esclarecesse diretrizes e, sobretudo, metas do PNRH.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Sobre o PNRH, muitos aqui também conhecem, diretriz, realmente o PNRH tem diretrizes para orientar todos os instrumentos de gestão bem genéricas, não chegam a diretrizes para a Resolução, mas colocam orientações até para você refletir no desenvolvimento nos instrumentos de gestão, então é compatível sim, é importante que seja compatível com essas diretrizes, e metas, o Plano Nacional 2016 e 2020, esse novo ciclo têm metas relacionadas a essa questão da outorga, não só a questão da definição de metodologias para áreas de restrição de uso, como também a revisão da Resolução sobre critérios de outorga, a questão da definição de diretrizes para outorga coletiva, então tem metas específicas que tem muita interferência com esse assunto. Então, eu acho que é pertinente se referir ao Plano Nacional de Recursos Hídricos sim, mas tem essa posição também de excluir o parágrafo.

O SR. RODRIGO FLECHA (ANA) – Deixa-me complementar, eu acho que não é pertinente, porque você tem uma meta no sentido de estabelecer resoluções normativas, é isso?

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Tem algumas assim.

O SR. RODRIGO FLECHA (ANA) – Então, tem metas relacionadas esse tema? É isso mesmo? Então como áreas de restrição de uso?

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Áreas de restrição, critérios para outorga, não só a questão de diretrizes para definição de prioridades, mas a questão dos critérios para outorga, a questão da outorga coletiva também, então são coisas que estão bastante associadas.

O SR. RODRIGO FLECHA (ANA) – Então é mais um motivo de botar o pé no freio, para não gerar nenhuma insegurança jurídica para ninguém. Eu estou falando que tem um conjunto de outros temas que tem relação direta ou indireta com isso, como eu disse, águas subterrâneas e superficiais, áreas de restrição de uso, que precisa de uma visão sistêmica para que a coisa se encaixe no seu... Com os seus respectivos conteúdos, senão você pode estar criando um monstro de sete cabeças.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Voltando ali para...

O SR. RODRIGO FLECHA (ANA) – Se eu estou tirando o parágrafo inteiro, significa o quê, Júlio, é mérito, é jurídico, é técnico? Que (...) que é, afinal de contas.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – É uma sugestão de que seja excluído.

O SR. RODRIGO FLECHA (ANA) – *Um parágrafo todo de uma coisa que veio de duas câmaras técnicas?* Ele está dizendo um conjunto de coisas que tem implicação futura.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Então é mérito.

O SR. PERCY SOARES NETO (CNI) – Eu retiro a minha sugestão de tirar.

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (Fonasc-ONG) – Olha só, gente, vamos ler. Sempre que se tratar de plano de recursos hídricos de bacia hidrográfica estadual, as prioridades mencionadas, não vou nem falar no *caput*, porque é de qualquer resolução, devem observar as diretrizes e critérios gerais apresentados, e aquelas previstas em normas legais de âmbito estadual, e deliberações específicas dos respectivos conselhos estaduais de recursos hídricos, vou só aqui até essa parte, diz alguma novidade sobre qualquer coisa, tem alguma novidade? Se houver sem prejuízo de atender as diretrizes e metas, será que alguém vai deixar de atender as diretrizes e metas do Plano Nacional? Não faz parte, vamos dizer assim, da atribuição dos integrantes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos cumprir isso? Então, sinceramente, não acho que é questão de mérito, é questão de melhorar a redação, e não ficar poluindo ela com informações óbvias, que só faz o cara ficar pensando em abobrinha, quando o assunto está lá no § 1º, está no *caput* e nos artigos seguintes. Então, eu não acho que tem problema nenhum tirar isso, gente, isso aí está dizendo o óbvio (...). Câmara Técnica Institucional e Legal.

O SR. JULIO THADEU DA SILVA KETTELHUT (SRHQ/MMA) – Nessa lógica que ele colocou poderia, se está repetindo, no meu modo de ver, se está repetindo já instrumentos legais e paralegais já existentes, não há necessidade, poderia botar um considerando.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Nos considerandos, né? Eu acho que cabe. Então, gente, Aparecida está inscrita, caminhando para a Art. 2º.

A SRª. MARIA APARECIDA BORGES PIMENTEL VARGAS (Abragel) – Não, eu só ia justificar que a gente sabe que acabou sendo um preciosismo, a vontade de deixar tudo sempre muito bem esclarecido, até preocupado com os órgãos estaduais, e não acredito que seja mérito, a justificativa do Gustavo é que já está abarcado por legislação, então não é mérito, mas a preocupação foi repetir por isso. A preocupação foi, às vezes, é importante a gente repetir. A gente sabe que, às vezes... Essa foi a intenção, agora que não entra no mérito não entra, se você está abarcado legalmente pelo que está escrito ali, não é mérito não.

CONSIDERAÇÕES PARA O ARTIGO 2º

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Gente, então, agora, indo para o Art. 2º São diretrizes que fundamentam o estabelecimento de prioridades para outorga, garantir a prioridade de uso para o consumo humano e dessedentação de animais quando em situação de escassez hídrica declarada, promover o multiplico da água, assegurar o controle quantitativo e qualitativo dos diversos usos da água e assegurar o efetivo exercícios do direito de acesso a água; priorizar soluções de gestão consubstanciadas por acordos entre os envolvidos, avanços metodológicos na aplicação da outorga; fomentar a utilização racional e integrada dos recursos hídricos com vistas ao desenvolvimento sustentável, considerando os avanços tecnológicos no uso da água, observar as diversidades físicas, bióticas, demográficas, econômicas, sociais e culturais; observar o balanço hídrico atualizado considerando as demandas e as disponibilidade de águas superficiais e subterrâneas; considerar a articulação do planejamento de recursos hídricos com os setores usuários e com os planejamentos regional, estadual e nacional; considerar cadastro atualizado, regularização de usuários de água e campanhas de fiscalização na bacia.

§ 2º: O balanço hídrico deve avaliar a disponibilidade hídrica por trechos previamente selecionados sob aspectos quali-quantitativos de acordo com o diagnóstico e prognóstico que aponte possibilidade de escassez e considere todos os usuários regularizados ou não. **§ 2º** As diretrizes e critérios para o estabelecimento da outorga de direito de uso de recursos hídricos estabelecidas nesta Resolução também poderão ser aplicadas para dar apoio a acordo de alocação com participação dos integrantes do SINGREH e usuários em casos de eventual escassez. Então, está aberto para discussão o Art. 2º. Tem inscrito o Patrick.

O SR. PATRICK THOMAS (ANA) – No Inciso III, esse item acordos entre os envolvidos, eu volto a discussão que o Percy levantou lá no § 2º, o que são esses acordos? Isso não está claro aí no texto, então isso tinha que ser definido de forma mais clara, que acordos são esses, são as prioridades de uso que o Igor mencionou ou, são, enfim, decisões no âmbito dos comitês, deliberação de comitê, o que são esses acordos e como ele se materializa, então não está clara essa definição. E avanços metodológico na aplicação da outorga, isso também não está claro, enfim, o que seria avanços metodológico... Como um avanço metodológico na aplicação da outorga pode ser uma diretriz para a definição de prioridades de uso ou de outorga? Essa questão das diversidades físicas, bióticas, demográficas, econômicas, sociais e culturais. Eu gostaria que fosse explicado como isso vai ser quantificado e internalizado, como (...).

O SR. JULIO THADEU DA SILVA KETTELHUT (SRHQ/MMA) – Eu acho que é bom você repetir aquela coisa do avanço tecnológico, que a Roseli não conseguiu.

O SR. PATRICK THOMAS (ANA) – Não está claro o que são avanços metodológicos na aplicação da outorga e como se relaciona com a definição de prioridades. E como se relacionam com a relação de prioridades. O Inciso V, veja, é observar as diversidades físicas, bióticas, demográficas, social. *(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*. Do ponto de vista da operacionalização, como isso vai ser quantificado, estou dizendo no ponto de vista do Comitê, até para dar orientação do Comitê, como vai ser quantificado, como essas questões vão ser quantificadas para definição das prioridades, como você avaliar questões culturais, sociais, bióticas na definição de prioridades.

A SRª. MARIA APARECIDA BORGES PIMENTEL VARGAS (Abragel) – Posso responder sobre isso?

O SR. PATRICK THOMAS (ANA) – Deixa só eu concluir Aparecida.

O SR. PATRICK THOMAS (ANA) – No Inciso 6, observar o balanço hídrico considerando as demandas e disponibilidade de águas superficiais e subterrâneas. A consideração das águas subterrâneas no balanço hídrico é um tema que está em discussão ainda no âmbito do Conselho, e não foi regulamentado. Então, sem essa regulamentação, nós que somos órgãos gestores não temos condições de considerar água subterrânea no balanço hídrico, então não há possibilidade de implementar esse item sem a regulamentação da consideração das águas subterrâneas no balanço hídrico.

(Pausa).

O SR. PATRICK THOMAS (ANA) – Regulamentação da consideração das águas subterrâneas do balanço hídrico, ou da incorporação. E o § 2º, novamente, a questão da alocação, os acordos de alocação, o que são esses acordos... Aí, você pode copiar o texto lá de cima. Agora, então, essas são as preocupações do ponto de vista institucional e legal, agora um comentário do ponto de vista de mérito, eu fico imaginando o trabalho que vai ser conseguir elaborar uma proposta de diretriz que atenda a todas essas diretrizes, vão sei aí algumas dezenas de teses de doutorado para conseguir avaliar todos esses aspectos que foram colocados, e chegar a uma proposta de prioridades, tenho dúvida se os comitês terão condição de cumprir todas essas diretrizes, os comitês é que vão definir as prioridades, e provavelmente vão pedir apoio aos órgãos gestores, dependendo do Comitê se tiver ou não agência, para conseguir cumprir essa relação extensa e complexa de diretrizes.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Gustavo está com a palavra. Rodrigo, rapidinho.

O SR. RODRIGO FLECHA (ANA) – Complementando o que ele falou, no inciso... Tira algumas coisas da Lei, mistura com outras coisas, o que significa o Inciso VIII? Considerar cadastro atualizado, é bom deixar claro isso, e campanha de fiscalização na bacia, o que tem a ver campanha de fiscalização na bacia com o fato de definir diretrizes para prioridade? Qual que é a relação disso? Eu sei que você vai responder, você é respondona *(Risos!)*

O SR. GUSTAVO TOSTES GAZZINELLI (Fonasc-ONG) Eu também me preocupei aqui com o Inciso III, que eu também acho que as alíneas aqui estão mal redigidas, ou estão pouco claras, inclusive consubstanciado, o que significa no caso? O que se quer dizer com isso, com esse consubstanciado? Então, eu acho que esse Inciso III, para mim, ele ficou pouco claro. Eu acho que a gente tem que incluir aqui um inciso que se refere as prioridades de uso definidas nos planos de recursos hídricos, que é o que estabelece lá o Art. 13 da Resolução... Da Lei 9.433, não é só prioridade de uso para consumo humano e dessedentação animal quando em situação de escassez hídrica declarada. Então, eu acho que faltou isso aqui. No Inciso VIII, eu gostaria de propor uma redação, que é a seguinte: considerar cadastro atualizado e promover... Eu acho que foi isso que se quis, não tenho certeza, o pessoal do grupo pode nos esclarecer. E promover a regularização de usuários de água e campanhas de fiscalização na bacia. Então, quer dizer, eu acho que é considerar o cadastro atualizado e promover a regularização, que também tem implicações na atualização do cadastro. E quanto ao parágrafo primeiro, eu senti a necessidade na

definição aqui da disponibilidade hídrica por trecho, a definição do perfil daquele trecho, não só do ponto de vista qualitativo da água, mas o perfil de uso daquela bacia, se tem alguns usos que são predominantes etc. e tal. Então, eu acho que isso faltou aqui no § 2º, no § 1º. Vou até tentar ver se eu proponho uma emenda aqui nesse sentido.

A SRª. SONÁLI CAVALCANTI OLIVEIRA (CHESF) – Eu penso que no Art. 2º, quando falar de prioridades para a outorga, deveria escrever exatamente como lá no Art. 1º, prioridades para a outorga de direito de uso de recursos hídricos, deixar exatamente como está no Art. 1º. Uma outra observação é que no meu entendimento esse Inciso 7º, quando ele diz observar o balanço hídrico atualizado... 6º, desculpa. O Inciso VI, quando ele diz: observar o balanço hídrico atualizado considerando as demandas e disponibilidade de águas superficiais e subterrâneas, ele aqui está olhando, observe a capacidade de suporte da bacia. Eu estou interpretando, assim, que esse é o recado, então eu imagino que poderia ter um outro inciso em que ficasse explicitado que no estabelecimento dessas prioridades para outorga de direito de recursos hídricos também deveriam ser consideradas ou observadas as outorgas de direito de uso de recursos hídricos já concedidas, aqui como na diretriz, como diretriz, porque na leitura que eu fiz o Inciso VI, ele diz: olha a capacidade de suporte da bacia, então senti falta de um Inciso que dissesse considere e observe as outorgas de direito de uso de recursos hídricos já concedidas.

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (Fonasc-ONG) – O seguinte, estou começando a perceber que as pessoas estão começando a dispersar, está tendo muita conversa paralela, etc. e tal, então, eu queria propor um teto para a reunião, para a gente decidir se vai continuar amanhã com esse tema, pelo menos uma parte do dia. Obviamente, nós não vamos esgotar toda a pauta, mas eu acho que temos que tomar uma decisão aqui se a gente vai avançar durante hoje e amanhã nessa discussão, tentar encerrar, até para devolver para as Câmaras Técnicas, ou não. Agora, eu estou sentindo que a reunião está começando a dispersar, talvez as pessoas estão começando a ficar cansadas, não estão querendo ouvir e etc. etc.. Então, eu gostaria de sugerir que se tentasse objetivamente.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Gente, eu gostaria de ouvir a opinião da Câmara Técnica, porque a gente tem vários temas para discussão, e se amanhã a gente voltar nessa resolução corre o risco da gente não conseguir discutir os outros temas e também não conseguir finalizar a discussão da Resolução. Eu, assim, na minha visão, acho que poderíamos retomar a discussão, finalizar, hoje, por volta das 17h30, 17h40, para a gente já ir para o encerramento, e retomar a discussão da Resolução. Temos duas alternativas, ou amanhã pela manhã, só pela manhã, e aí se ficar coisa de fora vai ficar de fora, ou jogamos para outra reunião da CTIL. O que vocês acham? Amanhã pela manhã, então, voltamos para esse tema?

O SR. WILSON DE AZEVEDO (Pesca, lazer e Turismo) – Não. A minha sugestão é a seguinte, eu praticamente estou exaurido com essa discussão, eu acho que nós temos que encerrar agora e tratar dos outros assuntos, essa discussão vai ficando para as próximas reuniões, aí, talvez, haja mais tempo para as pessoas, quem sabe, analisar e trazer as suas sugestões de uma forma mais objetiva.

[2:52:45] O SR. NÃO IDENTIFICADO – Aí, eu concordo com ele também.

[2:52:48] O SR. NÃO IDENTIFICADO – Eu sou a favor de continuar amanhã, de manhã, porque eu acho que a gente já teve um acúmulo aqui, que daqui há três meses, a gente vai reunir de novo, voltar vários desses itens aqui, acho que vai nos obrigar a repassar parte do que nós passamos aqui hoje. Então, eu sou a favor de do continuar amanhã, de manhã.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Alguém mais gostaria de se... Gente, tem os inscritos, o Júlio estava inscrito, e o Tarcísio do Paraná. Você não falou já agora, não, né? Então, é a Aparecida. Desculpa, Aparecida. Júlio e Tarcísio. A gente escuta esses inscritos, e depois toma essa decisão de... Aparecida.

A SRª. MARIA APARECIDA VARGAS (ABRAGEL) – Pode baixar um pouquinho, para mim, lá os primeiros incisos. Não, eu quero... Não, lá no Art. 2º, eu acho que começou a ter contribuição, teve dúvida a partir do Inciso III. Acordo entre os envolvidos... É mais para frente para eu poder te falar como isso aconteceu lá na discussão nas câmaras, que você... Não era você o representante. Na verdade, a redação inicial era “acordo de alocação entre os envolvidos”, e foi pedido que se retirasse na Câmara Técnica a palavra alocação e que ficasse “acordo entre os envolvidos”, como vinha acontecendo nos estabelecimentos das salas de crise, nas salas de situações com as crises hídricas que a gente enfrentou, foi por isso que ficou dessa forma. Avanços metodológicos na aplicação de outorga, não está claro o que são avanços e como se relacionam com a definição de prioridades. Quando a gente fala de avanços metodológicos na aplicação de outorga é você considerar melhores usos, melhores práticas, lá na frente a gente fala de diretrizes... Uma matriz multicritérios, senão me engano no Art. 3 ou 4º, senão me engano. Então, a gente acaba ficando atrelado ao que vem para frente também. *(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*. Pode ser, mas você tem essa parte, olha só, você tem essa parte e você tem a parte de metodologia de outorga, que é existente, hoje, também, são duas coisas distintas, tudo bem, vamos separar isso em dois incisos, a gente pode até separar, que ele está invertendo, ele está condicionando a outorga a avanços metodológicos. *(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*. Lembrando que as pessoas podem falar na minha fala, quando eu falo todo mundo me corta. Só lembrando. Com todo prazer, eu te concedo a palavra, só lembrando que quando a Aparecida fala, “para de falar”.

O SR. GUSTAVO TOSTES GAZZINELLI (Fórum Nacional da Sociedade Civil) – Está bom. Não... É verdade. Aparecida, o negócio é o seguinte, eu acho o seguinte, porque uma coisa é você priorizar soluções de gestão consubstanciadas por... Você priorizar soluções de gestão, você não está priorizando outorga de direito de uso, que é o que nós estamos tratando aqui. Então, você pode falar assim: priorizar outorgas, no caso dessas situações em que essa Resolução vai ser aplicada, que envolvam acordos entre os envolvidos, cujos usuários proponham avanços metodológicos no uso da água, por exemplo. Então, é claro que se chega um cara, uma indústria ou uma mineradora que fala: não, a minha solução aqui é essa, essa e essa. Vai ter prioridade, outro que apresenta uma solução vagabunda, ou um tipo de irrigação vagabunda não vai ter prioridade.

A SRª. MARIA APARECIDA VARGAS (ABRAGEL) – Essa metodologia é o comitê que tem que criar.

O SR. GUSTAVO TOSTES GAZZINELLI (Fórum Nacional da Sociedade Civil) – Não, eu sei, mas nós estamos definindo prioridades para o Comitê de certa forma, critérios do Comitê.

3962
3963
3964 **A SRª. MARIA APARECIDA VARGAS (ABRAGEL)** – Mas, o que você está colocando aí, vê se na hora que
3965 você ler o *caput* do artigo, se isso não atende, são diretrizes, olha só, são diretrizes que fundamentam o
3966 estabelecimento de prioridades para outorga. Três, priorizar solução de gestão consubstanciadas por... A
3967 fundamentação de prioridade para outorga está no *caput*, já está lá no *caput*, para você fazer essa
3968 fundamentação, você prioriza soluções de gestão, de que forma? (*Intervenção fora do microfone.*
3969 *Inaudível*). Isso, porque a prioridade já está lá em cima, ok. Aí, essa é observar as diversidades físicas,
3970 bióticas, a gente... Como já está previsto em Lei, vai ser justamente nessa matriz multicritério, na hora
3971 que você for fazer uma matriz, que você... Cada comitê vai priorizar da forma... Com base no Plano.
3972 Observar o balanço hídrico... Observar o balanço hídrico atualizado, considerando as demandas e
3973 disponibilidade de águas superficiais e subterrâneas. Patrick. Você consegue ouvir duas, duas pessoas,
3974 então está bom. Vamos lá. Não, mas é porque foi dúvida sua, quando a gente colocou consideração de
3975 águas superficiais e subterrâneas foi justamente com a visão de que essa é uma resolução nacional e que
3976 ela afeta também os estados, então não está regulamentada a questão de águas subterrâneas para a
3977 federalização dela, ou o que for. Em termos de Estado, ela já está regulamentada, é competência do
3978 Estado, e as outorgas de águas subterrâneas já acontecem, então foi com a preocupação de ter o olhar
3979 nacional, e não federal, e aquilo que a gente fala, que horas que a gente quer uma resolução que é
3980 nacional e que horas que ela é federal, essa é uma resolução nacional, então esse foi o nosso
3981 entendimento ao inserir o subterrâneas aí, porque era estar tendo o olhar de Estado também. Eu acho
3982 que depois que colocou promover a regularização, qual a relação da campanha de fiscalização na bacia
3983 com a priorização de outorga, logo você vê lá no segundo parágrafo, no primeiro parágrafo, ali já,
3984 balanço hídrico, deverá avaliar a disponibilidade hídrica por trecho previamente selecionado sobre
3985 aspecto qualiquantitativo, de acordo com o diagnóstico e prognóstico, que aponte possibilidade de
3986 escassez e considere todos os usuários regularizados ou não, se você não tiver uma fiscalização você não
3987 chega nesse que não está regularizado, você vai ter só o usuário regularizado. Então, você precisa de
3988 uma campanha de fiscalização para que você consiga chegar no usuário não regularizado. Essa foi a
3989 intenção.

3990
3991
3992 **A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA)** – Ok, gente. É porque eu tenho aqui inscritos o Júlio
3993 e Tarcísio, já está aí há um bom tempo inscrito, a Sonáli se inscreveu agora, e o Luciano, e o Wilson, e eu
3994 gostaria de encerrar as inscrições por hoje, para a gente ir para o encerramento da reunião de hoje e
3995 amanhã, a gente...

3996
3997
3998 **A SRª. SONÁLI CAVALCANTI OLIVEIRA (CHESF)** – Era só uma correção em cima do que eu sugeri, eu
3999 pediria que Roseli escrevesse assim: “observar as outorgas de direito de uso de recursos já concedidas”,
4000 ali no Inciso VII, seria observar as outorgas de direito de uso de recursos hídricos já concedidas.

4001
4002
4003 **O SR. JULIO THADEU DA SILVA KETTELHUT (SRHQ/MMA)** – Bom, eu... Já pegando, que ia falar em
4004 segundo, estou falando em primeiro, eu concordo que a gente interrompa por hoje, e manhã até meio-
4005 dia. Agora, com certeza não vai terminar a Resolução até meio-dia amanhã. Então, essa Resolução, ou
4006 deixando desde hoje, ou amanhã meio-dia, ela vai ficar para a próxima reunião, com certeza vai ficar
4007 coisa para a próxima reunião. Agora...

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Então, amanhã, a gente continua.

O SR. JULIO THADEU DA SILVA KETTELHUT (SRHQ/MMA) – Agora, bom, está tudo bem, se der tempo ótimo, se não der... Mas, é só para a gente considerar isso. Agora, com relação a esse... Sobe um pouco, Roseli, por favor. Com relação a esse item, nós estamos fazendo diretrizes gerais, então, Patrick, só comentando, aí, realmente não dá para dizer que tipo de acordo tem que ser, é acordo assinado em três vias, vamos chegar num negócio aqui que vai inviabilizar, é amplo mesmo, a coisa tem que ser ampla para deixar o Comitê decidir o que quer fazer, nós não precisamos encaixotar isso. E a ideia não é acordo com firma reconhecida, é acordo. Então... E vale para todos, avanços metodológicos, o que são esses avanços metodológicos, enfim, está aberto, são coisas que o Comitê que vai... São coisas que ajudam, soluções que podem de gestão consubstanciada, podem ajudar ou não. E sobe, por favor. E, assim vai, quer dizer, a questão de água superficial e subterrânea, não vamos resolver a questão de gestão integrada de água superficial e subterrânea, que é uma coisa complicada, mas é óbvio que tem que ter informação sobre água subterrânea, isso é o mínimo que a gente, nós que somos da área sabemos que tem que ser levado em consideração isso. Então, eu acho que essas... A não ser que a gente ache que um item desse tem alguma implicação legal, que tem que sair, porque é uma coisa, uma besteira, eu acho que deveria deixar genérico, não precisamos amarrar, quer dizer, a pergunta ali, como essas questões serão quantificadas? Físicas, bióticas, demográficas, não tem resposta, não tem resposta para isso, quer dizer, é cada Comitê vai ver, quer dizer, não tem como... Agora não há necessidade de a gente pegar e cada item desse a gente sair detalhando como deve fazer, porque daí a coisa fica complicada, e nenhum Comitê vai conseguir fazer aquilo que ele vai ter que atender, exatamente aquilo que está escrito. Aí é complicado.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – É, esclarecer aí. Tarcísio.

O SR. TARCÍSIO FIALHO (CERH PR/DF) – Eu sou mineiro com viés paranaense, por isso que eu falei “eita diacho, caboclo (...)”, essas coisas assim, mas o que eu queria dizer, eu fico até um pouco, assim, desconfortável em dizer, porque sou agrônomo, e eu não sei se tem algum agrônomo aqui, então nós vamos conjugar com algumas ideias que eu tenho verificado aqui, e enquanto agrônomo, eu sou da Secretaria da Agricultura do Paraná, indicado pela Secretaria de Meio Ambiente, então você vê como as coisas tem que estar interligada uma coisa com a outra. E, lá, em especial, não é regra geral, mas em várias situações, a gente trabalha muito em conjunto, e enquanto agrônomo, eu não consigo falar de água sem falar de solo, isso me incomoda, isso me deixa desconfortável o tempo todo, eu estou aqui me tencionando o dia inteiro, porque eu não vejo a palavra solo escrito aqui dentro, e nós agrônomos não concebemos a ideia de existência de água sem a existência de solo, uma coisa é totalmente comprometida com a outra, é mais comprometida dos que esses conceitos que nós estamos discutindo aqui de prioridade de uso e de outorga de prioridade de uso, e são muito interligados, e a minha dúvida, eu vi que ela poderia se encaixar aqui nas questões de diretrizes de prioridade, ou talvez nas considerações gerais, em algum momento dizer que ao eu priorizar uma outorga, necessariamente, eu tenho que vincular essa outorga as práticas prioritárias de uso, manejo e conservação de solo, isso não tem como eu falar de água sem falar de solo, e o inverso também é verdadeiro, não tem como eu falar do solo sem falar de água. Hoje, a própria a ANA e todas as agências de água que nós vemos trabalhando, a gente até trabalha com a possibilidade do agricultar ser produtor de água, isso tem até um programa nacional demonstrando essa relação forte e, de repente, eu vejo uma Resolução que fala de critérios de priorização para fazer outorga, pegando a área de irrigação, por exemplo, se eu vou fazer

outorga de irrigação numa várzea, se eu vou fazer outorga de irrigação em qualquer lugar, se eu não tiver o preceito de conservação de solo ali dentro, não tem projeto nenhum que vai ser avaliado, até pelo licenciamento que não permite que isso seja feito, então, trata de água e solo em conjunto, como que agora eu vou falar de priorização de outorga sem citar sequer a palavra solo? Então, eu me sinto aqui no conjunto, menos eu e ele, porque a gente sabe disso, de que os demais têm que ter também essa consciência que ao falar de água, nós temos que em algum lugar falar de solo, é como se rezasse Ave Maria e parasse só no Ave, você tem que ter a Maria junto. Então, assim, essa é a minha dúvida, se colocaria como mais um item aqui dentro das diretrizes, ou se isso ficaria ainda um pouquinho superior nas considerações gerais. Era só como ao passar aqui pela Câmara e, aí, no caso, era uma Câmara tratada institucional e de legislação, eu deixar passar em branco, eu estando aqui representando uma área que trata disso diariamente lá no meu Estado, e provavelmente em outros estados assim também o é.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – O Gustavo pediu uma resposta rapidamente para o Tarcísio, e a gente volta.

O SR. GUSTAVO DOS SANTOS GORETTI (Irrigantes) – Tarcísio, isso realmente é uma coisa que aflige muito a gente do setor agrícola, mas que, infelizmente, é separado por legislação, a legislação de recursos hídricos não fala de solo, não trata solo, infelizmente, isso é um problema que na minha visão, que isso a gente não consegue... Tem esse trabalho da ANA do produtor de solo, eu acho que tem vários trabalhos que são em nascentes e tal, mas nada que sai da calha do rio a gente consegue fazer. Eu trabalhei, no início, no CNRH, a gente pode até ter, mas não consegue, a gente trabalhou em resolução de reuso durante anos, e ela até hoje não funcionou porque ultrapassa o rio, quando ultrapassa o rio bate no CONAMA e ninguém deixa fazer nada.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Júlio e o Gustavo, FONASC, querem fazer comentário sobre esse tema que o Tarcísio levantou.

O SR. JULIO THADEU DA SILVA KETTELHUT (SRHQ/MMA) – Tarcísio, acho que a sua contribuição é importante e interessante, só que ela é... Volta a questão de mérito, eu acho que a gente poderia colocar para não perder a sua coisa, colocar como se fosse uma pergunta, entendeu? E a questão dos solos deve ser inserida? Como isso vai voltar para as Câmaras Técnicas, as Câmaras Técnicas decidem lá no mérito deles se acha que deve ou não, que eles devem concordar, mas só para a gente não colocar, põe como pergunta.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Sobre esse tema específico o Gustavo.

O SR. GUSTAVO TOSTES GAZZINELLI (Fórum Nacional da Sociedade Civil) – Eu concordo totalmente com o Tarcísio, caboclo (...) aí de Viçosa. É o seguinte, a Lei 9.433, no Art. 3º, Inciso V, ela fala da articulação da gestão de recursos hídricos com uso do solo. Então, o solo está na Lei, está na Lei 9.433, no Art. 3º, que estabelece no que trata das diretrizes gerais de ação para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos, e curiosamente o Art. 2º pensou em uns três ou quatro incisos do Art. 3º da Lei 9.433, e os reproduziu praticamente na íntegra. Então, a pergunta que eu faria para as Câmaras Técnicas, vocês

estão querendo privilegiar algumas das diretrizes gerais de ação previstas na Política Nacional de Recursos Hídricos, como critérios, como diretrizes que fundamentam o estabelecimento das prioridades de outorga de direito... Você sabe. Então o negócio é o seguinte, porque excluir essa? Porque eu, como membro da Câmara Técnica, falo: “olha, vamos tratar com isonomia todas aquelas diretrizes gerais, pelo menos aquelas que cabem nesse debate, nessa Resolução, vamos tratar com isonomia, e não vamos excluir o Inciso V dessa redação, vamos dar um lugar para ele aqui nessas várias diretrizes que foram elencadas, porque algumas foram priorizada, e outras não foram. Então, eu acho que é totalmente compatível com a linha de conduta do Art. 2º, de algumas, por exemplo, o Inciso V, que é esse observar as diversidades físicas, bióticas e tal, é o Inciso II do Art. 3º da 9.433. Considerar a articulação do planejamento de recursos hídricos com os setores usuários, é o Inciso IV, e por aí vai, tem outros aqui. Então, não vejo porque ter sido excluído.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Olha, o Rodrigo vai só pontuar esse tema também, e voltamos para os inscritos... Então entra... Você já estava. Wilson.

O SR. WILSON DE AZEVEDO FILHO (Pescadores e Usuários de Recursos Hídricos para o Lazer e Turismo)

– Bem, eu não queria... Mas, sobre o ponto que foi colocado aí, esse item 8, quando fala em considerar o planejamento de recurso hídricos dos setores usuários não incluiria tecnicamente uso de solo? É a pergunta que eu faço, porque eu acho que foi esse o entendimento durante a discussão na Câmara Técnica. E vou deixar uma pergunta aqui, que a redação do Art. 2º, eu pergunto, eu sempre me preocupo com o destino, quer dizer, nós queremos alcançar quem com esse artigo ou com essa resolução? E, aí, vem naquela confusão, é o comitê? O comitê não tem condições de fazer isso. É o Órgão Gestor? Então, mais uma vez insisto na tese que nós temos que separar diretrizes para órgãos gestor, para outorga e diretrizes para Comitê, para priorização de uso.

O SR. LUCIANO MENESES CARDOSO DA SILVA (ANA) – Eu quero fazer uma contribuição do ponto de vista técnico e operacional, que eu acho que pode ajudar na elaboração desse dispositivo, que é o seguinte, inspirado no que o Gustavo falou há pouco, que é de priorizar outorgas que tenham algum avanço tecnológico, algum coisa assim. Questões técnicas, se chega um usuário, hoje, que tem o uso perdulário da água, eu analiso o empreendimento, etc., se tiver água eu dou essa outorga, veja bem o que eu estou falando, eu dou essa outorga, porém, eu boto dispositivos condicionantes para renovação dessa outorga, e dou um prazo até menor para ele, normalmente prazo de dez anos, eu baixo para três anos, para quatro anos, tento combinar com ele. Bom, se chega um usuário, uso perdulário, dou outorga para ele com essas condicionantes que eu falei, um prazo mais curto e condicionantes para renovação, se ele não apresentar, não melhorar a eficiências de uso, eu não renovo a outorga dele, então ele já tem aquele compromisso de se ajustar. E vamos supor que ainda tem água, e venha um usuário mais eficiente, tem água para ele? Também tem, esse usuário não vai ter, já que ele é eficiente, ele não vai ter essas condicionantes de melhorar o uso, porque ele já tem o uso eficiente, então os dois vão conviver, um ainda ineficiente, mas com a promessa de melhorar, e o outro já eficiente. Essa é uma situação. Veja que eu não priorizei, eu dei outorga tanto para um, quanto para o outro, apesar de o outro ser mais eficiente. Vamos supor que esse usuário perdulário seja usuário que quando chegou e eu dei outorga para ele, chegou no meu limite de outorga, o próximo que chegar eu negarei, vamos lá, eu dei outorga para ele, coloquei as condicionantes para apertar ali e etc., e ele está no meio do prazo da outorga, e chegou um usuário, anos depois, dois anos depois, por exemplo, chegou um usuário eficiente, como eu posso priorizar esse usuário eficiente? Eu não vou tirar aquele usuário que eu já dei outorga, esse usuário eficiente que quer entrar na bacia, eu vou negar, simplesmente que ele chegou depois, não há

como priorizar outorga, não faz sentido, é priorizar uso. Aí, volta aquela história toda, é priorizar uso em situação de escassez, aí eu posso usar N critérios, N critérios para priorizar na hora ali, não tem água para todo mundo, então você continua, você para, mas você para menos. Aí, sim, priorizar o uso na hora lá, mas priorizar outorga, o máximo que pode acontecer é o que eu falei há pouco, de manhã, existe ainda um saldo hídrico não outorgado que você pretende destinar a um determinado uso, destinar para novas outorgas, sim, destinar para novas outorgas. Primeiro, não tem, isso é planejamento, só que não pode esquecer o planejamento de avisar para esses novos usuários correrem lá, eu não posso reservar essa água para esses novos usuários, onde está escrito isso? Não tem reserva de água futura, é isso que já está escrito na apresentação desde manhã, não tem reserva de água futura. Então... Não, da mesma forma, o setor hidrelétrico, ele pede a outorga dele, ele entra lá na ANA, ele pode ter os planejamentos dele na ANEEL, na EPE, reserva, como tem para todos os outros usos, tem outorga preventiva também, declaração de direito de... Declaração de reserva, é a mesma outorga preventiva, só que tem um nome especial, só o nome, mas é a mesma, basicamente a mesma coisa, para permitir que o empreendedor planeje o seu empreendimento, mas aquela outorga preventiva não dá direito de uso, até porque empreendimento não existe, não tem como usar aquela água, e mesmo assim, quando a gente dá essa outorga, a gente reserva, isso é fato, a gente reserva, a gente congela, a gente restringe um quanto de água a montante na bacia, para que aquela água exista e consiga passar nas turbinas, e gerar a energia e etc., e detalhe a gente dá outorga, quando o Igor falou de segurança jurídica, tal, você sabe muito bem quando a gente dá outorga, a gente dá pelo prazo coincidente com o prazo da concessão, então, assim, existe a segurança do prazo da concessão, e existe uma outra coisa que você não falou, que é um Decreto que eu não lembro qual é o número, mas um Decreto que permite ao longo da concessão mexer em até dez por cento da energia que foi assegurada. Como é? Da garantia física, permite mexer, só mostrando, assim, que tem a garantia, a segurança jurídica, ela existe, mas existe também essa possibilidade do usuário, do empreendedor do setor elétrico, ele já sabe que isso poderá acontecer, e a ANA lançou mão em 2010, senão me engano, lá no caso, de qualquer forma, enfim, só estou citando o fato, de qualquer forma a ANA usou, lançou mão desse Decreto, em 2010, no caso de batalha, e mexendo, tirando, cem por cento, senão me engano, da garantia física, etc.. Então, só voltando aqui para a questão e terminando da questão do priorizar, fica complicado, eu dei outorga para o usuário, chegou no limite, aquele usuário é perdulário, eu botei o condicionante, há uma promessa de ele se ajustar em dois, três anos, o que for, foi uma outorga curta, tal, mas chegou no limite da outorga, chegou um eficiente, como eu vou priorizar esse cara? Esse novo? “Você entra, e eu vou tirar esse cara aqui”, não vou fazer isso, não tem porque fazer isso. *(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*. O saldo. Então, seja mais clara, o saldo, não, se for o caso o saldo de outorga e etc., será destinado a outras coisas, e vamos ver se isso tem sustentação, entendeu? Mas, coloca isso de forma clara. *(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*. Mas, isso é planejamento, veja, isso é planejamento, isso não é regulação, isso é planejamento, tem o efeito sobre regulação, se um dia chegar na ANA, assim: “olha, foi decidido por quem de direito que todo... Não tem mais outorga para mais ninguém nesse rio aqui e tal, outorga para mais ninguém, agora em diante só dê outorga para esse setor, porque esse saldo aqui...”. A priorização de uso, tá. Repercute na outorga, não dei outorga para mais ninguém, e dei outorga para isso aqui, pronto. Qual é a base legal para fazer isso?”, isso que eu nunca vi.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Ok. Então, as inscrições, eu tenho inscritos aqui e, aí, eu gostaria que me confirmassem, o Luiz Henrique, o Rodrigo e Aparecida e, aí, as inscrições estão... E o Patrick. As inscrições estão encerradas, e amanhã, como foi sugerido aqui, a gente volta pela manhã nessa discussão.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Mas, você já fica aqui inscrito. Então, tá. Obrigada, gente, pela participação de hoje, e até amanhã.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Bom dia a todos e todas. Já temos quórum. Então, vamos retornar a nossa reunião de onde paramos ontem. Roseli, é bom a rodada de apresentação para registrar, ou não precisa? Então, quem não esteve ontem, eu peço que se apresente nome e instituição.

A SRª. MARCELA ALBUQUERQUE MACIEL (ANA) – Bom dia a todas e todos. Meu nome é Marcela, eu sou Procuradora da Agência Nacional de Águas, e aí a Procuradora-Chefe, Natália, hoje de manhã ela não pode vir, eu vou ficar pela manhã e ela volta à tarde, e daqui a pouco a Eldis também chega. Está bom?

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Tá bom. Bem-vinda Marcela. Então, dando continuidade de onde paramos ontem, está aberta a proposta de Resolução, a gente parou..., eu acho que finalizamos o art. 2º. Podemos passar para o § 3º? Tá bom. Então, o Gustavo pediu a palavra.

O SR. GUSTAVO TOSTES GAZZINELLI (Fonasc-ONG) – Eu não entendo que nós tenhamos finalizado.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Não. Então, vamos manter no segundo.

O SR. LUCIANO MENESES CARDOSO DA SILVA (ANA) – Bom dia a todos. Eu espero que tenham passado a noite bem, tenham descansado. Vamos lá. Luciano Meneses da Agência Nacional de Águas. De tudo que a gente discutiu ontem aqui, eu não vou polemizar nada, tá? Eu vou tentar só assentar em pontos mais claros para todos nós até para orientar o que a gente vai fazer..., tentar orientar do que a gente vai fazer daqui em diante esta manhã. Tudo que a gente discutiu ontem deu para perceber que estamos diante de duas vertentes, duas formas de ver o assunto, duas vertentes. Vertente 1, que eu convencionei chamar aqui de destinação futura da água, destinação futura da água, que aqui resolveu chamar de prioridades para outorga. Objetivamente o que é isso? A alocação do saúdo hídrico do critério de outorga para uma, ou mais finalidades específicas, determinadas, previamente escolhidas. É isso que eu me lembro na minha fala ontem no final já da reunião, eu falei assim, o que vocês querem é destinar o que resta ainda de outorga a ser dada, tal, para destinar para uma determinada finalidade, né? Foi, né? E aí sim, é isso e tal, só que a gente não escreveu com essas palavras, né? Então, a gente tem essa vertente, que é a intenção de chamar isso de prioridade para outorga para destinar a água futuramente para um determinado setor usuário, ou mais de um setor usuário escolhido. Bom, sobre essa vertente eu, aí é o Luciano que está falando, né, como técnico, não como jurista, né? Eu tenho dúvidas sobre a legalidade disso por um motivo muito simples, talvez uma proposta como essa, talvez afronte o inciso IV do art. 1º da Lei 9.433, que diz: a gestão de recursos hídricos deve sempre proporcionar o uso múltiplo das águas. Ao propor uma coisa como esta, você está dizendo que, por exemplo, a) ainda restam 20% do outorgável, esse 20%, eu vou destinar a finalidade “a”, ou finalidade “b”, A e B só, daqui em diante não dar outorga para mais ninguém, né, e só vou destinar a essas duas finalidades, por exemplo, ou apenas a essa finalidade. Eu não sei se isso vem carregado de uma ilegalidade, eu não estou seguro disso. Eu deixo aos juristas para debater esse assunto. Tem... Eu entendo a sua intenção, você induzir a bacia para um determinado caminho, dizer: olha, de repente já tem uso demais nessas outras finalidades, não tem nada guardado para essa outra, vamos, enfim, tem várias discussões, aptidão, enfim, tem uma série de

questões aí. Então, uma vertente é esta que, inclusive essa Minuta de Resolução, ela vem muito carregada com esse viés, com essa vertente de destinar esse uso. Eu estou errado? Não estou errado. Aparecida, isso não estou errado. Bom, existe uma segunda vertente, que é o que a gente na ANA vem defendendo que eu chamei aqui de uso atual das águas, que é prioridade de uso, que é o que objetivamente? Em posição de restrição de uso em situações de escassez, restrição essa proporcional a prioridade que aquela finalidade tem, simples. Quando, eu até falei aqui, quando não tiver água suficiente, quando as razões existentes no corpo hídrico forem insuficientes para os usos outorgados, isso é hoje, presente, hoje, é insuficiente para o uso outorgado, e agora não tem água para todo mundo, como é que eu faço? Hoje a gente separa em dois grupos apenas. Os prioritários, que é o consumo humano da (...) animal, que a gente preserva o máximo possível. Em todos os outros Gustavo, a gente lima linearmente, linearmente. A gente olha vai cortar aqui, todos os outros têm que baixar 10%, 20%, 50%, isso é razoável, será que não seria interessante ter um corte proporcional a esses níveis de prioridade. É isso que a gente espera de nessa segunda vertente que, para terminar, essa segunda vertente da prioridade de uso, imposição de restrição proporcional as prioridades, ela tem amparo legal, que foi a apresentação que eu fiz ontem, ela tem todo um amparo legal, né? No art. 13, no próprio art. 7º, no art. 1º, no art. 15 da Lei 9.433, ela tem amparo legal, eu pontuei isso ontem, deixei clara, a apresentação está aí disponível e tal. Então, assim, temos essas duas vertentes. A Resolução que está aqui, ela está mais na primeira vertente, ainda que não de forma tão clara como eu estou colocando aqui, né Aparecida? Não de forma tão clara, destinando o saldo hídrico para uma determinada finalidade, ela está de uma forma cheio de outros termos que até confunde um pouco a gente e tal, mas eu consegui pinçar, perceber essa vertente. E essa outra, que eu coloquei agora, essa segunda vertente, que é em situação de escassez que a gente vê muito pouco aqui, muito pouco, que é o que a ANA vem defendendo, que é o que a gente precisa até, a gente precisa disso aqui. A primeira vertente, talvez eu tenha dúvidas sobre a legalidade, mas a segunda vertente, que é o que a gente defende, eu não tenho dúvidas sobre a legalidade. É só isso assim que eu queria só pontuar essas questões.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Obrigada Luciano. Gustavo está com a palavra.

O SR. GUSTAVO TOSTES GAZZINELLI (Fonasc-ONG) – Bom, eu não sou jurista, mas eu sou leitor, eu não sou jurista, mas eu sou leitor de Leis e eu acho que tenho competência para interpretá-las. E, aliás, a técnica legislativa, ela orienta no sentido de que as Leis devem ser escritas para qualquer cidadão na medida do possível entender. Então, eu acho que existe amparo na Lei para essa questão do uso, eu não diria nem do uso futuro, da prevenção quanto aos usos futuros; prevenção, inclusive, no sentido de que a Lei, o regime de outorga deve assegurar o efetivo exercício do direito de acesso à água, né? Então, se ele deve assegurar o efetivo exercício do direito de acesso à água, ele não trabalha só depois que a atingiu a cota. Esse é um dos princípios que devem orientar um dos objetivos do regime de outorga. O art. 11 da Lei 9433. Mas, mais do que isso, como nós estamos tratando aqui de uma medida proposta no âmbito dos Planos de Recursos Hídricos, eu vou ler o que diz os incisos II, III, IV do art. 7º, né? Que o Plano de Recursos Hídricos são planos de longo prazo, com horizonte de planejamento compatível com o período de implantação dos seus programas e projetos, e terão o seguinte conteúdo mínimo: inciso II: análises, é o que você falou que não deveria tirar a palavra prognóstico, que eu hoje tenho certeza que a palavra equivocado, porque a Lei 9.433, ela não usa essa palavra, ela delineia de forma muito mais clara o que deveria essa palavra significar, e são exatamente esses três incisos aqui: II. Análise da alternativa de crescimento demográfico, da evolução das atividades produtivas e de modificações nos padrões de ocupação do solo. Eu vi aqui que tem três lugares na Lei 9.433 que a palavra solo está presença, tem mais um, além daquele que nós citamos ontem, que está nas diretrizes gerais. III. Balanço entre disponibilidades e demandas futuras dos recursos hídricos em quantidade e qualidade com a

identificação de conflitos potenciais. IV. Metas de racionalização de uso, aumento de quantidade e melhoria da qualidade dos recursos hídricos disponíveis. Eu não acho que a gente possa dissociar no âmbito do plano que estabelece esse conteúdo mínimo, né, a questão das prioridades de outorga, não dar para dissociar; ou se vai estabelecer prioridades de outorga dissociado da realidade atual, ou tendencial de um determinado território, ou potencial de um determinado território, que é a bacia hidrográfica no caso. Então, realmente assim, eu acho que há amparo legal. O que eu acho talvez que a gente não deveria falar em usos futuros, mas, assim eu tentei essa madrugada eu tive uma insônia, então resolvi trabalhar um pouco aqui na Lei. Então, por exemplo, o que..., e comparando aqui com vários artigos aqui, o que eu acho que assim e fiquei pensando assim, porque ontem foi questionado até onde que a Câmara Técnica Institucional pode ir. Então, uma interpretação que eu tenho da conduta dos Conselhos de Recursos Hídricos, que é desconstruir a legislação, desconstruir a legislação. E isso eu acho que as Câmaras Técnicas Institucionais Legais, pelo menos em Minas Gerais eu me empenho muito na Câmara Técnica Institucional Legal, aonde eu estou do Conselho Estadual, é evitar essa desconstrução, porque amanhã você pega vem uma Resolução que julgou na lata do lixo a Lei principal. Como que ela jogou na lata do lixo a Lei principal? Ela escolheu lá alguns itens da Lei, inclusive transcreveu elas na proposta e excluiu outras, e excluiu outras. Na hora que você está fazendo isso, você está orientando a legislação para ela caminhar num sentido que não foi o principal que ela teve, porque ela foi uma legislação equilibrada, ela buscou o equilíbrio, ela buscou os pesos e contrapesos. Agora, na hora que você joga só um determinado tipo de vertente e omite outros, você está orientando a Lei. Então, você está passando, na verdade, você está interpretando a Lei e querendo que a Lei seja reconhecida na sua aplicação apenas por determinados aspectos que você colocou na sua Resolução. Então, isso cria um desequilíbrio e eu creio até uma ilegalidade. Então, nesse sentido, eu acho, até conversando aqui com o companheiro aqui do Ministério dos Transportes, ele falou: “nós não podemos..., me foi dito, alguém comentou que nós não podemos seguir aquela linha de ontem”, eu falei: não, nós podemos seguir sim a linha de ontem, nós podemos fazer..., podemos seguir cumprindo a nossa missão aqui que em muitos casos é devolver para a Câmara Técnica, falar: porque você botou isso e omitiu aquilo. Entendeu? Então, mas assim isso é o outro tópico da, talvez da nossa discussão de Fundo, mas o que eu quero dizer é que existe amparo sim para a gente trabalhar a outorga do ponto de vista preventivo e eu acho que segundo a interpretação aqui do art. 13, né, que foi falada muitas vezes ontem, inclusive pela Procuradoria da ANA, a outorga estará condicionada as prioridades de uso estabelecidas nos planos, não é só em situação de escassez, não é só em situação de escassez, né? Eu acho que, aliás, eu acho até que a situação de escassez que entrou aqui no art. 2º, inciso I, eu acho que esse inciso é desnecessário para falar a verdade, porque esse negócio de situação de escassez, isso todo mundo sabe, esse é o princípio básico da Lei, né? O cara que desconsiderar isso, eu estou desconsiderando a Lei. Então, eu acho que nem deveria entrar aqui. Está certo? Como diretriz e fundamentos estabelecimento de prioridade, porque já foi dito aqui no art. 1º, né? O que faltou inserir aqui no art. 1º, no § 1º do art. 1º da redação, quer dizer, a redação pode ter querido dizer isso, mas ela não diz de forma clara é que o estabelecimento de prioridades para outorga, ele é aplicável em situações de escassez e preventivamente diante de usos potenciais, além da questão da restrição de uso. Aí eu não sei, aí a Aparecida pode nos esclarecer se foi isso que você quis dizer. Entendeu?

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Gustavo, você concluiu?

O SR. GUSTAVO TOSTES GAZZINELLI (Fonasc-ONG) – Terminei.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Obrigada. Rodrigo.

O SR. RODRIGO FLECHA (ANA) – Já que a gente está colocando todas as observações e os comentários aí. Luciano, eu gostaria de ver essas observações aí também. Tá? Já que a gente está fazendo e, sobretudo da fala dele aí e que aborda um pouco esse § 1º, né, que trata da questão do prognóstico e etc., eu acho que era importante, sabe Roseli, que esses assuntos estivessem aí. Também, de novo ao longo da Resolução toda, o *caput* do art. 2º fala em prioridades de outorga, para outorga. Então, o que a gente tem que puxar também todas elas. Tá? Basicamente isso. E esse comentário que o Luciano fez dessa alocação do saldo (...) dessa possível ilegalidade, não é isso? A gente está considerando ela aí também, porque a gente está falando, e era bom que estivesse, assim como o Gustavo colocou aí também, essas coisas têm que estar inseridas para não se perder, não é?

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Tá bom. O que não for possível a gente inserir em tempo real, a gente vai receber por escrito as gravações, vamos fazer uma síntese buscando inserir, vamos mandar esse material para vocês e vocês vão receber também a degravação literal da reunião. Então, vai dar também para fazer o comparativo, que às vezes é difícil a gente registrar tudo no momento, né? Mas, isso vai ser providenciado. E aí essa sua manifestação Rodrigo, eu posso passar para a próxima. Júlio.

O SR. JÚLIO THADEU SILVA KETTELHUT (SRHQ/MMA) – Bom, eu tenho, Luciano, eu estou ainda esquentando os motores, às vezes, eu acho que não entendi direito o que o Luciano falou, eu não quero depois fazer pergunta para ele. Mas, antes de comentar o que o Luciano falou, eu queria deixar claro que eu estou entendendo que nós estamos colocando agora as opiniões pessoais, ou pessoas assim, eu digo de cada..., das entidades, não significa que é a posição da CTIL, porque tem diversas coisas aí que estão sendo faladas que eu acho que não foram discutidas e não tem consenso aqui, quer dizer, quando voltar, se voltar isso, voltando para as Câmaras Técnicas, nós temos que ter a posição da CTIL, né? Porque se não eles vão ficar malucos lá, essa é a posição da CTIL, a posição de quem, a posição da ANA, a posição do Júlio. Então, eu acho que a gente vai ter que depois fazer uma peneirada aí para saber o que é a posição da CTIL, né? Então, eu acho que deixar claro esse negócio aqui. Agora, nós estamos escrevendo tudo para não perder e depois a gente vai..., eu acho que tem que definir isso. Tá? Luciano, agora voltando aqui o tema aqui, é o seguinte, eu não sei se eu entendi direito, por isso que eu estava esquentando os motores aqui, você me explica. A tua preocupação é quanto o estabelecimento de prioridades, você acha que o Conselho, ou os Comitês não podem estabelecer prioridades dentro de um plano, é isso?

O SR. LUCIANO MENESES CARDOSO DA SILVA (ANA) – Não, não é isso. Como eu falei aqui, eu tinha identificado duas vertentes dessas discussões. Uma delas, eu acho, aí é só uma desconfiança, não tenho elementos para isso, eu acho que guarda uma ilegalidade. Qual é a vertente? É você hoje ter a possibilidade de hoje, em uma determinada bacia, que já tem 80% de comprometimento, vamos supor, e de desse Comitê, por meio das prioridades e etc., falar o seguinte: olha esses 20% restante outorgáveis, eu vou destinar a esta finalidade apenas, dando futuro. Entendeu? Mas, ninguém pode usar essa água, só essa finalidade aqui que vai usar esse saúdo hídrico, né? Esse tanto aqui no futuro, que foi isso quando eu falei.

O SR. JÚLIO THADEU SILVA KETTELHUT (SRHQ/MMA) – Foi isso que eu entendi que você falou. Então, deixa eu fazer um comentário em cima. Eu penso que pela legislação e pela ideia do sistema, o Comitê pode fazer isso. Tá? Destinar os 20% seja lá para quem for, atendendo as prioridades de uso. Isso. Pode fazer isso. Agora, no sistema dá, também foi criado os mecanismos para que possíveis coisas regulares venham, sejam trazidos para o Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Aí eu concedo se o cara não concorda, como tem o problema aí do Paranaíba, enfim. Não concorda e daí traga para o Conselho, e o Conselho tem o poder de decidir sobre isso. Agora, porque é o Comitê, o Comitê que a ideia nossa é descentralizar mesmo que seja lá, que está correndo o risco de ter alguma coisa, está, mas aqui a gente tem esse filtro que depois nós podemos o próprio sistema está prevendo tanto na Lei, quanto nas atribuições que foram dadas na Lei e também aqui nas Resoluções nossa, o próprio sistema prever mecanismo de que possa corrigir esse tipo de distorção que pode haver. Quando só, só lembrando aqui, voltando com as minhas histórias aqui, quando nós discutimos a Resolução 5 lá atrás, né? Tinha a preocupação de que um segmento dominasse o Comitê da Bacia. E pior ainda, uma parcela do segmento dominasse o Comitê, quer dizer, daí essa parcela evitaria que o concorrente entrasse, por exemplo. Então, na Resolução 5, nós conseguimos estabelecer que tem que ter pelo menos, não sei se vocês estão lembrados aqui, três segmentos, no mínimo três segmentos têm que estar representados no Comitê e dentro de um percentual, que foi uma loucura quando nós fizemos as contas lá, um percentual que garantisse essa..., que pelo menos três tivesse, por que três? Porque são os três, que nós imaginamos que esses três sempre existe na bacia, saneamento, enfim, irrigação e outro. Mas, no mínimo três. Então, eu acho que tem o mecanismo todo no sistema para contrapor isso daí. Eu particularmente não vejo ilegalidade no processo. A outra coisa é o corte proporcional, também se eu entendi você mencionou que não estaria de acordo de fazer um corte proporcional 20% para todo mundo. É linear. É linear, é o contrário, é linear.

O SR. LUCIANO MENESES CARDOSO DA SILVA (ANA) – Não, não é que não está de acordo, a gente faz isso hoje. O que eu acho é que talvez..., a gente quer sair disso. Então, por isso que a gente está apontando para isso.

O SR. JÚLIO THADEU SILVA KETTELHUT (SRHQ/MMA) – Mas, não somos nós agora que vamos fazer isso aqui.

O SR. LUCIANO MENESES CARDOSO DA SILVA (ANA) – Eu sei, mas a gente aguarda, a expectativa que a gente tem no final dessa história toda é que lá na frente o Comitê ao definir as suas prioridades para situações de escassez, ele consiga definir isso, olha, no estágio um de escassez a prioridade última lá vai cortar 30%, a penúltima 25, não sei o que, a prioridade um nada. No estágio mais aprofundado de escassez...

O SR. JÚLIO THADEU SILVA KETTELHUT (SRHQ/MMA) – Esse aí foi o meu entendimento que o Gustavo falou do prognóstico, esse para mim era o meu entendimento do prognóstico, esse para mim era o meu entendimento do prognóstico, era fazer exatamente isso. Esta era o meu entendimento, mas não vale a pena discutir. Eu acho que eu também concordo com a sua ideia, mesmo porque, por exemplo, você faz um corte linear, tem segmento, irrigação que o cara corre o risco, dependendo do corte, de perde a cultura, quer dizer, você entende? A indústria teria uma outra coisa, ele diminui a produção, diminui o lucro, enfim, mas a irrigação poderia perder a cultura toda dependendo da quantidade de água que é

destinada. Então, eu concordo com a ideia, mas eu acho que não é o momento de se fazer isso aqui agora na CTIL.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – É só apontar mesmo. Aparecida, depois Mônica, Wilson e Rodrigo. Então, você fala antes do Rodrigo.

A SRª. MARIA APARECIDA BORGES PIMENTEL VARGAS (Abragel) – Nesse momento, eu queria falar só mais nessa linha desse corte linear. O § 3º do art. 4º, ele já fala sobre isso a análise dos critérios deve ser feita de forma sistêmica integrada, mediante aplicação de uma metodologia multicritério de apoio a decisão e consideração dos estudos e planos setoriais. A gente já fala, aqui ainda fala, a priorização deve possibilitar soluções diferenciadas de acordo com os usos evitando-se soluções lineares que tenham como referência apenas balanço hídrico. Quer dizer, a gente já se preocupou com isso, eu tinha falado aqui, a lampadinha que acendeu para a gente para a gente colocar, ter essa preocupação foi a apresentação da Cogerh, aquele trabalho da Cogerh na Oficina mostrando como que eles fizeram com a irrigação, com os vários tipos de produção que eles tinham na irrigação, e que a gente viu que a gente poderia estar levando isso como experiência para outros usos também que não só irrigação. Isso é refine, você não tem esse corte linear, que não é justo.

O SR. PAULO ROBINSON DA SILVA SAMUEL (Comitê Gravatahy) – Só um aparte na fala da Aparecida. Paulo Samuel, Comitês de Bacia. Só um aparte na fala da Aparecida. Aquele trabalho sempre eu tenho quando começa essa discussão, eu tenho pensando nele, inclusive quando eu propus no Conselho Nacional para ser encaminhado para as Câmaras Técnicas a questão lá do projeto do Senador Tarso (...), e a meu ver, esse projeto foi pensado em função daquele caso ali. Mas, voltando, eu proponho que quem tem esse trabalho disponibilizar para os membros da..., da CTIL, né? Para poder dar uma olhada e eu acho que isso vai melhorar o entendimento do processo todo, porque uma coisa é discutir, outra coisa é você ver um caso concreto e em cima disso você consegue ter uma visibilidade, uma visão melhor. Obrigado.

A SRª. MÔNICA PORTELLA (CERH BA) – Gustavo, assim, eu concordo parcialmente com a sua fala quando você diz a todos é dado o direito de interpretar a Lei, mas aqui têm alguns colegas advogados, né, que a gente sabe que na faculdade a gente aprende metodologias de interpretação de Lei, não é? Então, a gente nunca pode interpretar um artigo de Lei isoladamente, a gente tem que interpretar ele cotejando com demais artigos de Lei, como também com Constituição, enfim, com outros códigos, né? Então, assim, por esse caminho quando o Luciano ontem apresentou a palestra dele, a apresentação, coincidentemente parece até que eu plasmei, porque quando eu comecei a fazer essa interpretação dos artigos, que eu fiquei até um pouco também em dúvida se seria de uso, só uso, ou outorga, direito de outorga como está no art. 7º. Então, assim, eu cheguei a mesma conclusão que o Luciano ao interpretar os artigos cotejando, que seria realmente em caso de escassez. E cheguei até a pesquisar alguns juristas renomados nessa área. E eu gostaria de trazer para vocês aqui o entendimento de Paulo Affonso Leme Machado, que ele diz o seguinte: que a vedação legal de ser privilegiado um uso, ou somente alguns usos em razão do princípio geral contido no art. 1º, inciso IV, que é aquele que remete aos usos múltiplos, né? Bem como o art. 13, o seu parágrafo único também que remete que outorga deverá preservar os usos múltiplos. Então, ele ainda... Sim, mas ele fala, ele traz à baila esse fundamento dos usos múltiplos e ele finaliza dizendo assim, que ao poder público está explicitamente proibida a outorga de direito de uso

que somente possibilite um único uso das águas. Portanto, devem ser anulados administrativamente, ou judicialmente atos de outorga de direito de uso e Planos de Recursos Hídricos que ofendam essas normas legais. Óbvio que nesse caso, a gente chegou ao entendimento o mesmo que o Luciano chegou, que a gente deve priorizar os usos em caso de escassez. É, exato. Entendeu? Então, assim, apenas como vocês falaram de juristas, eu cheguei a fazer uma pequena pesquisa que infelizmente foi designada a minha vinda para aqui de última hora, eu não pude me aprofundar mais. Mas, nos livros que eu pesquisei, eu encontrei esse entendimento do Paulo Affonso, que é um jurista renomado.

O SR. JÚLIO THADEU SILVA KETTELHUT (SRHQ/MMA) – Mônica, só voltando um pouco da história aqui. No início quando aprovou a Lei, eu estava já, quer dizer, é um Grupo de Trabalho para propor regulamentação da Lei, e antes estava se pensando em fazer um Decreto e depois tudo que foi feito nesse Grupo de Trabalho virou Resoluções, as primeiras Resoluções da Lei. Enfim, eu estava coordenando o grupo, tinha bastante pessoas entre eles que participou, tinha o Paulo Afonso, o Paulo Afonso ele participou o tempo inteiro dessa proposta nossa, dessa proposta nossa de regulamentação da Lei, tinha ele, tinha o Kelman, tinha o Volmauto (...) da Motta, tinha bastante gente. O Terrabarte. Você lembra disso? Você já estava também, né? *(Risos!)*. Tá bom.

A SRª. MÔNICA PORTELLA (CERH BA) – É porque por incrível que pareça, viu Júlio, eu tenho vários livros de direito ambiental e já me debrucei sobre vários sobre esse aspecto de recursos hídricos que a gente sente que não tem muita gente que...

O SR. JÚLIO THADEU SILVA KETTELHUT (SRHQ/MMA) – Inclusive essa coisa que eu falei agora antes um pouco sobre a Resolução 5 também tinha, foi discutido e você vê que tem um certo nexos do que foi falado.

A SRª. MÔNICA PORTELLA (CERH BA) – Ele é um dos poucos que aprofunda na área de recursos hídricos, a gente procura material para estudar e para tentar..., e não encontra.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Gente, dando continuidade aqui as inscrições, está inscrito o Rodrigo, não, o Wilson e depois o Rodrigo.

O SR. WILSON DE AZEVEDO (Pesca, Lazer e Turismo) – Bom dia. Eu cheguei um pouquinho tarde, e perdi um pouco das falas, e eu estou vendo aqui que as pessoas estão se reportando muito a fala do Luciano, que continuo falando ali com a Priscila. Luciano, brincadeira. Mas, eu estou... É que quando eu cheguei aqui o pessoal estava se referindo a uma fala que você teve e, aí, eu fiquei pensando, cheguei tarde e perdi a fala do Luciano, mas a Mônica agora deu uma lembrança, e eu, mais ou menos, peguei o entendimento. Bom, engraçado, hoje, eu acordei cedo, e pensando nesse assunto, e eu tenho mais facilidade de pensar pela manhã do que à noite, têm pessoas que são... Têm pessoas que pensam melhor à noite. Eu penso melhor pela manhã. E, aí, eu vi o seguinte, o Art. 13, ele é bem claro quando diz que a outorga estará condicionada às prioridades de uso estabelecidas nos planos. Ou seja, os planos que são aprovados pelos comitês estabelecem as prioridades de uso. Aí, o Art. 7 lá que fala dos planos fala no Item 8 que conteúdo mínimo dos planos, prioridades para outorga, sim, se você estabelece as prioridades de uso, automaticamente você está estabelecendo a prioridade de outorga. Mas, se nós

ficarmos, assim, em cima do que diz a Lei, interpretando artigos, isso é uma discussão muito grande. Então, eu procuro trazer para um caso concreto, vamos pensar assim, nós estamos fazendo um plano de bacia no Comitê, na bacia do Comitê tem um determinado curso d'água, que a prioridade, vou usar o exemplo que eu dei ontem, é devido as suas belezas cênicas, etc., se presta muito ao turismo. Então, o Comitê decide que a prioridade de uso daquele curso d'água vai ser o turismo, e prioridade não é exclusividade. Então, essas prioridades, na hora que o órgão gestor for dar a outorga, ele vai ver que a prioridade é o turismo. Se por acaso alguém quiser botar uma indústria que não seja poluente, e tenha a disponibilidade de água será dada a outorga, agora se a indústria for poluente e houver o despejo de efluentes no rio e prejudicar a qualidade da água e a balneabilidade do curso d'água, evidentemente que a outorga será negada, não pela falta de água, mas, sim, por conta da prioridade de uso. Então, se limitar dizer que a prioridade de uso é só em condições de escassez, na minha opinião é um ledor engano porque isso já está definido na Lei, já está definido na Lei, em condições de escassez. Então, se a prioridade de uso é geração de energia, quer dizer, e eu quiser botar um grande empreendimento de irrigação, e essa quantidade de água que deve ser outorgada para o meu empreendimento prejudicar as outorgas existentes, eu não vou dar porque a prioridade é geração da energia. Então, eu vejo a coisa de uma maneira bem simples e tranquila, e eu acho até que é desnecessário esse trabalho que nós estamos fazendo, o meu entendimento é esse, eu acho que nós estamos complicando o que está escrito na Lei. E, na verdade, quando você começa a querer a falar demais e escrever demais, na verdade, você está é falseando a Lei. Nós temos que nos prender o que diz a Lei, e o entendimento é esse, prioridade de uso estabelecida pelo Comitê, não é exclusividade, vamos dando as outorgas na medida em que não prejudicar a prioridade de uso. É só isso. O resto seria gestão, na minha opinião, vamos cortar 20%, isso é gestão, isso não é prioridade de uso.

[0:36:08] A SRª. NÃO IDENTIFICADA – Posso falar? Wilson, está indo de encontro ao fundamento do princípio dos usos múltiplos, porque se você vai... Entendeu? Aí você está indo de encontro a outro princípio.

O SR. WILSON DE AZEVEDO (Pesca, Lazer e Turismo) – Mas, não é exclusividade, não é exclusividade, você pode dar exclusividade para outro uso.

[0:36:27] A SRª. NÃO IDENTIFICADA – Mas, aí você cerceou o direito de um outro.

O SR. WILSON DE AZEVEDO (Pesca, Lazer e Turismo) – Não, você só prioriza os usos que não prejudiquem o uso prioritário.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Rodrigo Flecha está com a palavra.

O SR. RODRIGO FLECHA (ANA) – Só para mencionar aqui também que, muitas vezes, o corte... Boa parte das vezes que a gente conviveu com a crise hídrica os cortes não foram lineares, você tem um conjunto de outros critérios, PCJ, por exemplo, a crise do Cantareira e a jusante, nós tivemos corte de abastecimento urbano, que eu não chamo de abastecimento, eu não chamo de abastecimento humano não, porque na realidade ele é urbano, você não tem discretizar dentro do sistema de abastecimento de água o que é humano, o que é comercial, o que é industrial e etc., é um outro aspecto complicado

também. Então, muitas vezes, o prestador de saneamento fala: “a prioridade é minha”, é sua, mas você tem um conjunto de outros usos dentro da sua rede de distribuição. Nós, PCJ cortou-se também percentuais para o abastecimento urbano, nós trabalhamos muito com ou cultura em irrigação, ou cultura temporária, ou cultura permanente, que a gente cotou em algumas situações, mantendo cultura temporária, desculpa, permanente, e restringindo a temporária, trabalhamos com restrição por áreas também sem restringir tudo, isso foi gradativo, *pari passu*, então você tem um conjunto de outros critérios que não obrigatoriamente o corte é linear. Eu acho que linear, talvez, em uma ou outra situação nós fizemos isso, mas a gente sempre trabalhou com um conjunto e sempre negociado.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Gustavo, FONASC.

O SR. GUSTAVO TOSTES GAZZINELLI (Fonasc-ONG) – Eu estou caminhando para o entendimento do Wilson também, porque de fato a Lei, se você for analisar todas as regras, são regras que estão na Lei 9.433, com aquela observação que eu fiz, que omite algumas, e coloca outras. Então, nesse sentido a Lei 9.433, ela é mais integra do que a forma como está aqui. Mas, aí, a pergunta, veio para a CTIL, a gente trabalha e devolve. Essa, vamos falar assim, admissibilidade da proposta, ela é da alçada da CTIL ou do plenário do CNRH. Falar assim, isso aqui é inútil? Não vamos fazer? Só para fazer mais uma Lei? Então, essa é uma pergunta que eu acho que a gente se deveria fazer. Mônica, eu tentei fazer isso, na hora que eu falei aqui, eu tentei cotejar alguns aspectos da Norma, com outros que estão na Lei 9.433, eu tentei fazer esse exercício, e eu tenho certeza que se a gente fizesse algumas perguntas que eu quero direcionar para as câmaras técnicas, para o Paulo Leme Machado, é bem provável que ele me desse razão em algumas coisas que eu estou ponderando aqui. Agora, não sei, o fato de ser um jurista pelo menos pelo que eu estou acostumado a ver, e até no próprio Supremo, vem alguém com um alto jurista com uma tese, aí vem um outro e levanta uma outra tese oposta. Então, eu acho que isso sempre pode acontecer. Eu, aqui, vamos dizer assim, eu sou um representante da sociedade civil, e tenho uma visão política da Lei, e estou tentando defender essa visão política, e a visão política que eu tenho da política de recursos hídricos, participativa e integrada com gestão ambiental. Essa é a principal, vamos dizer assim, descentralizada, participativa e integrada com a gestão ambiental. Então, por exemplo, quando você pega aqui o Art. 4º aqui, ele colocou aqui todos os critérios, e no § 1º falou o seguinte: para atendimento dos critérios mencionados, que é o socioeconômico, ambiental, de eficiência hídrica e de uso e tal, deverão ser considerados a função social, os impactos econômicos, que a gente está cansado de saber o que é impacto econômico em estudo de impacto ambiental, impacto econômico é sempre positivo da atividade degradadora nos estudos de impacto ambiental. Os impactos local, regional e nacional, e as especificidades e condições peculiares ao seu respectivo local. Em nenhum momento, aqui citou a questão ambiental, está certo? Nesse § 1º. Então, como é que eu vou admitir uma proposta de que vai definir prioridade de uso que em nenhum momento, a não ser aqui, eu acho que em nenhum momento, tem um momento só do Art. 2º, mas praticamente em nenhum momento ela trata da questão ambiental como parâmetro de tomada de decisão. E não, e eu não estou falando de caracterização ambiental não, porque os estudos de impacto ambiental só fazem caracterizações ambientais, muitas vezes, excelentes, mas na hora de avaliar os impactos ambientais são omissos. Então, eu acho que, assim, é uma coisa que não poderia ter... Só privilegiar o aspecto econômico, mas, assim, realmente a questão de avaliar mesmo se é o caso, e se nós vamos tratar da admissibilidade.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Sobre esse ponto específico da admissibilidade, Gustavo, eu vou pedir a opinião do Júlio, com a sua experiência no Conselho. A questão de levar para o Plenário.

O SR. JULIO THADEU KETTELHUT (SRHQ/MMA) – Os caminhos são três, pode-se dizer que são três. Um seria nós aprovarmos com, enfim, não teria nenhum... Se tivesse ninguém contra, se tivesse tudo bonitinho e legal, a gente aprovar e, vai para o Conselho com o parecer positivo da CTIL. Algumas mudanças pequenininhas que a gente pode fazer, também a gente faz as mudanças, e manda para o Conselho para ter um parecer positivo, um outro é mudanças de, assim, de Fundo que tem implicação, que pode ter implicação na parte de mérito, ou que, em geral, a gente fazia, era ter alguém da Câmara Técnica presente, a gente perguntar: você tem duas escolhas, ou nós devolvemos para a Câmara Técnica, e vocês acertam, ou essa matéria, vocês falam: não, a gente quer que vá desse jeito para o Conselho, ela iria para o Conselho com um parecer negativo da CTIL. Então, aí o Conselho decide o que... Isso nunca aconteceu, mas isso aí é o que eu seria normal, porque também a gente não tem... A gente não pode vetar. Nós aqui não podemos vetar. O que acontece é que geralmente volta para a Câmara Técnica, e a Câmara Técnica faz isso. Mas, se houvesse uma insistência, se aqui estivessem presentes os dois presidentes da Câmara Técnica, e falasse: não, eu quero porque eu quero que vá dessa forma, do jeito que nós mandamos para cá, a gente teria que mandar para lá, dizer, correlatar isso: a CTIL tem um parecer negativo por isso, isso e isso, mas os presidentes das Câmaras Técnicas, as Câmaras Técnicas, os presidentes... As Câmaras Técnicas insistiram que viesse para o Conselho, aí o Conselho decide, que com certeza o que vai acontecer lá no Conselho, a grande probabilidade é o Conselho devolver para a Câmara Técnica.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Na minha visão, essa câmara já identificou vários problemas legais, já identificou inclusive problemas técnicos, e eu acho que o caminho está indo mais na linha de devolver para as Câmaras Técnicas, para eles retomarem as discussões considerando tudo que foi colocado aqui, tudo que foi posto, porque até para devolver para as Câmaras, proposto a partir de um parecer da CTIL. Então, a gente vai colocar a minuta de parecer, a CTIL vai ter que dar o de acordo com essa minuta e, aí, a gente devolve com essas considerações, recomendações, essas questões dos vícios legais. Então, eu acho que o encaminhamento está indo nessa direção.

A SRª. MARIA APARECIDA VARGAS (Abragel) – Eu queria fazer uma proposta de encaminhamento, eu acho que não adianta a gente ter essa conversa que a gente está tendo agora antes de a gente acabar de olhar a resolução e fazer o que o Júlio sugeriu, que eu acho que é o mais correto. Fazemos esse balaio de coisa que cada um está colocando, fechamos a posição da CTIL, ao fechar a posição da CTIL, a gente vê se o que se sobrou são coisas que cabem dentro só da CTIL, que aí a CTIL pode se manifestar e segue, ou se tem algum questionamento que necessita de um parecer de retorno para a Câmara Técnica, e a gente perde o retorno. Não adianta a gente ficar supondo uma coisa que a gente ainda não tem, porque posição da CTIL nós não temos nenhuma ainda. Então, faltam dois artigos, vamos fechar esses dois artigos, vamos partir para o que o Júlio sugeriu, e aí depois que a gente tiver uma posição fechada da CTIL, a gente faz uma análise se cabe a própria CTIL se manifestar dentro da Resolução e encaminhar a aprovação com a sugestão de alteração, ou se não cabe e a gente precisa retornar para as Câmaras.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Como é o seu nome mesmo? Marcela. Gente, temos inscritos aqui o Percy, o Luciano, o Paulo Samuel, Patrick e a Marcela. E a Sonáli. Percy saiu.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Então, essas inscrições é para tratar o Art. 2º, gente. O Percy passou, eu passo a palavra ao Luciano.

O SR. LUCIANO MENESES CARDOSO DA SILVA (ANA) – Então, a Câmara Técnica está de acordo com esse encaminhamento?

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – É porque nós já estávamos tratando do Art. 2º.

O SR. LUCIANO MENESES CARDOSO DA SILVA (ANA) – Não, não. Mas, voltamos para discutir outras questões de fundo, então estou só propondo que você faça essa consulta a Câmara Técnica para a gente, já que foi feita uma proposta, é uma proposta de encaminhamento, uma questão de ordem, que a gente vote, se for necessário, se não houver consenso a gente vote e passe a fazer isso tal como está sugerido na proposta de encaminhamento.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Então, quanto a proposta... As propostas de encaminhamento colocadas aqui, eu coloquei até uma questão, o Júlio, a Aparecida, do que o Júlio falou, então temos a palavra do Patrick e da Marcela, sobre as propostas de encaminhamento, e depois retomamos. Pode falar Marcela.

A SRª. MARCELA ALBUQUERQUE MACIEL (ANA) – Não, eu cheguei aqui no segundo tempo, terceiro tempo. A Dra. Natália, ontem, pelo que me repassou do que foi discutido ontem, essa questão da devolução, eu tinha entendido que já tinha sido uma decisão. Enfim, mas se caminha para isso, mas, eu lendo a Resolução com cuidado aqui, e eu me preocupo muito com a questão quando a gente vai regulamentar algo tornar mais simples do que o que o que está sendo regulamentado. Então, eu vejo a Lei, hoje, muito... De muito mais fácil interpretação e aplicação do que após a publicação de Resolução como essa, ela, numa sala como essa, ela já está trazendo esse nível de debate sobre cada item, o que é claramente o que vai acontecer depois se ela fosse de fato publicada, vai trazer tanta discussão que a gente vai ter uma dificuldade imensa de aplicação sobre o que hoje, talvez, seja claro. Então, assim, quando eu regulamento, eu faço regulamentações, portarias, é para tornar mais simples e de mais fácil, e ela inteira para mim tem problema, não é item por item, por artigo, por isso que eu queria falar como ela um todo, ela como um todo está dificultando a atuação que, hoje, já ocorre de todos os comitês na elaboração dos seus planos de bacias, ela vai dificultar a elaboração dos planos, ela vai dificultar a aplicação dos planos, ela vai dificultar a interpretação de quando ocorreu uma situação, como se vai agir, ela vai dificultar e vai trazer, porque eu vejo aqui milhares de consultas para a área jurídica, cada passo que vai se dar vai se querer um parecer, porque ela transforma a Lei em algo muito mais complexo do que quando ela foi feita. Então não dá para seguir, para mim assim, a gente pode até discutir artigo por artigo, mas ela inteira causa uma estranheza e uma dificuldade, que ela inteira, para mim, não passa. Então, assim, essa é a posição da Procuradoria da ANA.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Patrick, sobre esse assunto.

4726

4727

4728 **O SR. PATRICK THOMAS (ANA)** – Eu só queria um esclarecimento da proposta de encaminhamento da
4729 Aparecida, não ficou claro para mim, porque, ontem, pelo que eu me lembro, Adriana, você colocou aqui
4730 em discussão a proposta de analisar item a item da Resolução, e não houve nem votação, apesar de
4731 alguns membros serem contrários, e acabou se optando por... Não teve votação não. Não. No início...
4732 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*. Não. Não. Não. Gente, no início da reunião, você colocou em
4733 discussão se nós iríamos devolver para a Câmara Técnica sem entrar na discussão ponto a ponto, ou
4734 iríamos colocar em discussão ponto a ponto e, enfim, a maioria dos membros se manifestou no sentido
4735 de discutir ponto a ponto, apesar de não ter havido votação. Então, assim, isso já foi decidido ontem, de
4736 manhã, de que seria feita uma discussão ponto a ponto. Então, não ficou claro para mim qual foi a
4737 proposta nova. Agora, tem um ponto na fala da Aparecida que me preocupa, é que ela disse que “vamos
4738 ver se há algum ponto na discussão daqui em diante que motive a devolução para a Câmara Técnica”, e
4739 tudo que a gente já discutiu até agora já foram inúmeros pontos de ilegalidade, problemas institucionais
4740 e técnicos, que já por si justificam a devolução, como você mesmo falou, Adriana. Então não está clara
4741 qual é a proposta de encaminhamento.

4742

4743

4744 **A SRª. MARIA APARECIDA VARGAS (ABRAGEL)** – Patrick, o que eu quis dizer é que não adianta a gente
4745 chegar a uma conclusão sem terminar a análise. Até, então, Patrick, como o Júlio colocou, eu acho que
4746 você não tinha chegado ainda, o que ele colocou é que até, então, o que a gente tem são manifestações
4747 ou ao pessoas ou institucionais, a gente ainda não tem uma posição da CTIL fechada, e depois que a
4748 gente terminar de analisar, nós vamos pegar as contribuições todas, e a CTIL vai se manifestar nas
4749 contribuições que foram postas para ter uma posição CTIL, o que eu sugeri foi não adianta a gente ficar
4750 tentando achar algum caminho sem a gente terminar, vamos terminar, depois a gente olha, mas não
4751 continuar tentando imaginar o que a gente vai fazer se a gente não está fazendo o mínimo que a gente
4752 se propôs a fazer.

4753

4754

4755 **O SR. PATRICK THOMAS (ANA)** – Tá. É que isso já tinha sido decidido ontem de manhã, mas tudo bem.

4756

4757 **A SRª. MARIA APARECIDA VARGAS (ABRAGEL)** – Só, assim, eu não sou jurídica, eu não trabalho, me
4758 desculpe a Procuradora, mas o que tem aqui nessa resolução é atendendo o que está na Lei, se isso vai
4759 trazer confusão no Comitê, fizeram errado na Lei, sinto muito, a gente está cumprindo o que a Lei
4760 determina, a gente está sugerindo o que a Lei determina, e descentralizando e dando ao Comitê a opção
4761 e a oportunidade de ser ele o agente a estar essa decisão, que até então não era dele, era do órgão
4762 gestor. Mas, a Lei aponta isso.

4763

4764

4765 **O SR. JULIO THADEU DA SILVA KETTELHUT (SRHQ/MMA)** – Só para complementar, essa proposta de
4766 resolução não nasceu nas duas câmaras técnicas, isso aí foi uma decisão do Plenário, pra que... Então,
4767 qualquer coisa que a gente vá fazer, nós aqui não podemos... Vamos dizer, vamos supor que a gente
4768 chegue a conclusão de que não precisa da resolução, nós temos que chegar ao Plenário, levar a
4769 Resolução do jeito que está, e falar: “a CTIL acha que não precisa da Resolução”, aí o Plenário vai decidir
4770 se precisa ou não precisa, daí eu imagino que vai ser uma situação ruim, porque ele vai ser sim ou não,
4771 se não precisa não precisa, se precisa não tem texto novo, vai ter que aprovar o texto que está aqui, que
4772 foi proposto pelas Câmaras Técnicas. Então, a gente tem que dar uma analisada nesse sentido também
4773 de como é que deve ser levado daqui a frente.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Então, eu queria, para dar continuidade à reunião.

O SR. PATRICK THOMAS (ANA) – Dez segundos. Só para esclarecer que foi mencionado que o presidente da ANA é que propôs, na verdade, foi o Ministério de Minas e Energia que encaminhou um ofício com uma proposta de moção, que foi rejeitada pela Plenária, e aí a Plenária decidiu encaminhar para as Câmaras Técnicas, e o presidente da ANA, enfim, ratificou, como membro do Conselho, essa sugestão da Plenária, mas a motivação veio do Ministério de Minas e Energia, que é o representante aqui.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Então, dando continuidade aqui as nossas discussões, eu vou voltar ao que foi acordado, ontem, que nós vamos passar a Resolução ponto a ponto, começando pela parte dos artigos, é isso que estamos fazendo, e que a gente vai fazer esse trabalho pela manhã, se não for possível finalizar pela manhã, isso vai para outra reunião da CTIL, se for possível, aí nós poderemos chegar a conclusão, eu acredito que a gente pode colocar o teto até de umas 11h30, para poder fazer essa conclusão de encaminhamento.

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (Fonasc-ONG) – Gente, eu acho que, hoje, a gente tinha que encaminhar isso para alguém, para o Plenário ou para a CTIL, eu acho que não dá mais para ter uma terceira reunião com essa matéria, eu acho que se... 11h30 da manhã, se define e vai voto, tem (...) que entende que se encaminha a Resolução por meio das Câmaras, com um parecer da CTIL, com esse conjunto de observações, vai para o Plenário, o Plenário decide ou devolve para a Câmara e a Câmara decide. Eu acho que jogar isso para outra reunião, para uma terceira reunião para discutir a mesma matéria, aí...

[0:56:45] O SR. NÃO IDENTIFICADO – Eu concordo com você, mas para isso a reunião vai ter que seguir, à tarde, também, porque até às 11h30, nós não vamos conseguir fazer isso não.

O SR. PATRICK THOMAS (ANA) – Mas, eu fiquei confuso agora, porque a Aparecida, ela argumenta que a gente não deve discutir se vai encaminhar ou não antes de concluir a discussão ponto a ponto. Agora, o Percy diz: independente de concluir a discussão ponto a ponto, a gente tem que encaminhar. Então, vocês têm que se entender entre vocês, ou a gente discute tudo antes de encaminhar, ou a gente encaminha sem discutir.

O SR. JULIO THADEU DA SILVA KETTELHUT (SRHQ/MMA) – Uma questão de ordem, eu vou precisar sair aqui, e eu queria deixar claro, porque nós estamos perdendo muito tempo, continua a discussão, daqui a pouco vão chegar até meio-dia sem saber se vai discutir ou se não vai discutir.

A SRª. MARIA APARECIDA VARGAS (ABRAGEL) – Só complementou a minha proposta. Só isso.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Estamos no Art. 2º, está inscrito aqui... Alguém mais se inscreveu a respeito do Art. 2º? E, agora o Gustavo. Então, Paulo Samuel em cima do Art. 2º.

O SR. PAULO ROBINDON DA SILVA SAMUEL (Comitês de Bacias Hidrográficas) – O Art. 2º, garantir a prioridade, isso aí eu também acho que não precisa nem ser colocado, porque isso está... Promover o uso múltiplo da água, assegurar o controle qualiquantitativo de diversos usos, assegurar o efetivo exercício e priorizar as soluções de gestão. Em cima desses pontos, e eu trago... E da fala do Wilson, eu trago um caso concreto, um caso que acontece e aconteceu no Comitê de Bacia do Turvo, no qual teve um empreendimento, e nós tínhamos, temos lá umas quedas. Com o empreendimento houve o desaparecimento dessas quedas. É um parque turístico. Bom, foi dado e, aí, o conflito, gerou conflito. Qual foi... O Comitê de Bacia precisava resolver esse conflito, se chegou a conclusão, as visitas a esse parque têm dias estabelecidos. Então, nos dias de visita o empreendimento diminui ou aumenta a sua capacidade, ou desvia, as pessoas vão e fazem a sua visita, e depois continua a operação. Então, são questões, mas a cachoeira está lá, é um parque, a comunidade precisa ter acesso. Então, são casos que já existem e foram resolvidos lá na base do sistema. Por isso a fala da Marcela, eu estava, ontem, foi justamente em cima disso, da Natália, desculpa, em cima disso que a gente colocou, porque eu represento aqui os comitês de bacia, e lá é onde que tem que ser resolvido, porque se nós estamos há N dias já resolvendo, discutindo esse problema, imagina quando chegar lá, nós temos que facilitar o entendimento, porque lá tem pessoas com doutorado e pessoas lá da comunidade que mal sabem assinar o seu nome, mas têm uma experiência de vida que a gente precisa respeitar. Era isso que tinha mais para colaborar nesse sentido. Obrigado.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Obrigada, Paulo. Sonáli. Gustavo.

O SR. GUSTAVO TOSTES GAZZINELLI (Fonasc-ONG) – Ontem, eu fiz uma sugestão, considerando, inclusive toda a discussão que tinha sido feita aqui, que faltou quando a gente definiu, aliás, eu tinha acabado de fazer essa conclusão, o objeto da resolução era mesmo as prioridades de outorga de direito de uso, tal como proposto, que faltou aqui no Art. 2º, entre as diretrizes as prioridades de uso definidas nos planos de recurso hídricos, não foi inserido isso aqui. Então, eu propus a inclusão, e eu acho que a Roseli acabou não anotando. Então, seria inserir, que eu acho até que deveria ser o Inciso I. Na minha opinião. E eu trocaria também a ordem dos incisos aqui, eu colocaria esse uso múltiplo, o Inciso II como Inciso I. O Inciso I como Inciso II e, aqui, a palavra, talvez, mais adequada, não sei se é promover o uso múltiplo ou é preservar o uso múltiplo, na Lei 9.433, aonde eu vi se tratar disso, está a palavra preservar e, aqui é preservar o uso múltiplo, e não é vírgula não, e assegurar o controle. Agora, eu tenho, tem mais um ponto aqui, o Inciso VI, eu proponho que a redação, já que está aqui está fazendo vários usos de artigos, incisos da Lei 9.433, o Art. 7º, Inciso II da Lei 9.433, ele escreveu da seguinte forma, observar o balanço entre disponibilidades e demandas futuras, lá está escrito recursos hídricos, mas aí não há diferença de água superficiais e subterrâneas, em quantidade e qualidade, quer dizer é o que está na Lei. Então, eu proponho essa alteração do Inciso VI. Quanto ao Inciso... O Art. 7º, só um minuto aqui, eu percebi o seguinte, que ele, de certa forma, ele reproduz o que está no Art. 7º, Inciso VII, o § 1º, ele reproduz o que está no Art. 7º, Inciso VII, e eu senti falta também de inserir o que está nos Incisos II e III, do mesmo artigo, que entra na linha do prognóstico, mas de uma forma mais definida do que apenas a palavra prognóstico. Então, substituiria o termo prognóstico pelo que está escrito aqui no Art. 7º. Incisos II e III. Pode, simplesmente, fazer uma menção ou reproduzir tal como colocado lá. E acordos de alocação, obviamente, eu acho que ou a gente faz a definição do que significa acordo de alocação, assim como metodologia multicritério na introdução da Resolução, para efeito desta Resolução entende-se as seguintes definições como acordo de alocação, metodologia multicritério e explica lá o que se entende

por isso. Sim, só observando, quer dizer, o que não está escrito na Resolução não adianta a gente justificar aqui e explicar, a gente tem que inserir a explicação na Resolução, para ela não ter que ficar a efeito da interpretação de juízes ou etc., etc., ou comitês interpretar da maneira que quiser, até mesmo de CTIS.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Gente, não temos nenhum escrito. Então, a Marcela. Luciano, você estava inscrito?

O SR. LUCIANO MENESES CARDOSO DA SILVA (ANA) – Estava, mas não era sobre esse assunto, mas eu passo.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Eu passo a palavra a Marcela.

A SRª. MARCELA ALBUQUERQUE MACIEL (ANA) – Sobre ainda o Art. 2º, que é onde você está, eu volto um pouco, eu vejo... Marcela, Procuradoria da ANA. Que a Resolução, ela se propõe de início a instituir diretrizes e critérios gerais para estabelecimento de prioridades de outorga de direito de uso autoridade, enfim, no Art. 1º, aí vem no Art. 2º, ele traria essas diretrizes que ele se propôs no Art. 1º. Os critérios gerais, que é a segunda proposta que vem no início da Resolução, você não encontra na sequência, então já é um problema também de forma, eu acho, que dificulta porque, aí, você fica, então, eu vou pegar... Em algum lugar vai vir as diretrizes, eu, como Comitê, que vão me dar as prioridades, o Inciso I, de fato não faz sentido no Art. 2º. Alguém já fez essa indicação, e eu queria reiterar, porque eu não posso ter como a prioridade de outorga algo que já está na Lei como garantia prioritária de uso básica, que é o consumo humano dessedentação de animais, isso não faz parte de diretriz geral, não é diretriz geral isso, não é para estar aí de forma alguma, então eu sugeriria que talvez pudesse ter um artigo a mais que deixasse bem claro isso, para ele não ficar como diretriz, eu poderia, talvez, um artigo segundo C, deixar bem claro essa parte, e o Art. 2º se transformar em 3º, porque aí ele sairia de... E, aí, realmente eu vou falar de diretriz geral, e claramente essa não é uma diretriz geral. E, aí, sobre uma outra questão dessa parte de diretrizes gerais, eu não vi a palavra zoneamento, ela fala em planejamento ao fim, o Zoneamento Ecológico Econômico, se ele ia existir em âmbito estadual ou em âmbito da (...), que inclusive na hora de se fazer o zoneamento você tem que levar em consideração os planos de bacia pelo próprio Decreto de Zoneamento, então... Não seria, então, considerar necessariamente zoneamento caso existentes como diretriz? Aí, eu acho que sim, e ao final isso não está claro, e não está em nenhum dos incisos, a partir do zoneamento, e é isso, assim, eu tiraria, de toda forma, esse Inciso I, porque não é diretriz geral de forma alguma, e transformaria ele em um Art. 2º, deixando claro que ele não é diretriz, ele é... Aí, eu pegaria a letra da Lei e reiteraria aqui para não deixar dúvida futura da interpretação.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Obrigada. Gustavo.

O SR. GUSTAVO TOSTES GAZZINELLI (Fonasc-ONG) – Só nesse ponto que a Marcela falou do zoneamento, olha, essa sugestão que eu estou fazendo aqui de inserção, substituir diagnóstico pelas definições melhor explicitadas aqui nos incisos II e III, talvez, até no IV também, mas é o seguinte, do Art. 7º da Lei 9.433, o Inciso II, ele fala a análise das alternativas demográficas, devolução de atividades

produtivas e modificações dos padrões de ocupação do solo. Eu entendo que esses padrões de modificação do solo, eles compreendem também a ambiência, vamos dizer assim, se é natural ou antrópica. Então, eu acho que de certa forma estaria contemplado aqui.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – De qualquer forma, é uma questão até de mérito, que eu acho que vale a pena levar para as Câmaras Técnicas, porque explicitar um interessante também, eu acho que é interessante, você mostrar que você está buscando essas interfaces entre os instrumentos ambientais e hídricos.

A SRª. MARCELA ALBUQUERQUE MACIEL (ANA) – Até porque é isso, porque esse Inciso VII, como está ainda, ele fala em planejamento regional, estadual e nacional, e a gente é órgão, vamos lá, ambiental, e nós temos um Decreto que estabelece, nós temos várias leis que determinam, e o nome correto é zoneamento. Eu acho que faz sentido.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Está inscrito o Tarcísio e a Mônica. Alguém mais, gente, sobre o Art. 2º ainda? Para passarmos para o 3º? Tarcísio.

O SR. TARCÍSIO (CERH PR) – Realmente, eu queria apoiar a postura da Dra. Marcela, porque zoneamento, Gustavo, tem muito mais do que isso. Aí, sim, entraria as questões de solo, de conservação de solo, e o zoneamento é altamente exigente nisso, não só uso, mas como manejo adequado de solo e, além disso, determina as áreas que estão em relativa, vamos chamar assim, já em estágio quase completo de extinção, e o Zoneamento exige a recuperação, e eu acho muito interessante a palavra zoneamento, porque ela já foi criada com essa intenção. Você só pode utilizar o solo naquilo que o zoneamento indicar, e fora isso é contra a Lei, embora, a maioria dos estados não cumpram. Mas, de qualquer maneira, tem uma fase do zoneamento que ela identifica o uso já em ocorrência, e esse uso já em ocorrência necessita ser modificado, necessita ser alterado e necessita melhor manejo. Por isso eu apoio e acolho a proposta do Zoneamento, que nesse caso eu estaria um pouco protegido com a minha questão do solo não ser indicado aqui nessa Resolução.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Obrigada, Tarcísio. Mônica.

A SRª. MARCELA ALBUQUERQUE MACIEL (ANA) – Marcela, Procuradoria da ANA. Só para complementar, gente, essa proposta, é lembrar que eu estava sem o número do Decreto aqui. Nós temos o Decreto 4.297/2002, que é o que trata do Zoneamento Ecológico Econômico do Brasil, e ele tem, aí, também as suas regras do Zoneamento Ecológico Econômico de nível regional, nível estadual, ele pode ter várias amplitudes, e depois se chega no nível municipal, ele entra para dentro do Plano Diretor. No âmbito só específico do município, e ele prevê no Decreto que deve considerar esses planos de bacia para elaboração do Zoneamento e, além disso, como aqui a gente também tem a questão de irrigação, de uso dos imóveis rurais que vão usar a água e vão necessitar de outorga para essa irrigação, que o Código Florestal exige que também você necessite ter o zoneamento realizado em várias regiões para que você tenha, por exemplo, uma diminuição do tamanho das reservas legais, ou que se pretenda fazer uma utilização da área de reserva legal com outras finalidades do órgão que já foi desmatado antes

de 22 de julho de 2008, por exemplo, se eu pedi uma outorga para irrigação de uma área que eu desmatei de antes de 22 de julho de 2008, enfim, eu tenho que seguir o Código Florestal, que também exige o Zoneamento, então não tem, são várias outras normas que o fazem.

A SRª. MÔNICA PORTELLA (CERH BA) – Pela mesma linha da Procuradora da ANA, eu sugiro a retirada também do Inciso II, no sentido de promover o uso múltiplo, porque ele não está como diretriz, ela é fundamento, fundamento da Lei Art. 1º, Inciso IV.

O SR. PERCY SOARES NETO (CNI) – Bom, talvez, os fundamentos possam ir par os considerados como fundamentos, também é uma ideia. Agora, eu queria, Dra. Marcela, um pouco, só... Luciano. Eu queria...

A SRª. MARCELA ALBUQUERQUE MACIEL (ANA) – Está me chamando a atenção que a Dra. Natália tinha dito que teria chegado a um consenso de que não ia discutir redação e ia passar para a Câmara Técnica, mas eu perguntei se isso era um consenso, foi respondido que não, e que se iria entrar em (...), então estou entrando.

O SR. PERCY SOARES NETO (CNI) – Não, mas eu acho que a questão é quanto ao ZEE, a sua colocação sobre o ZEE. Os textos que a senhora colocou, eles são textos que regulamentam o ZEE e preveem o acolhimento dos planos de recursos hídricos no ZEE. Nós não temos dentro da Política de Recursos Hídricos, em nenhum texto que desenha a gestão das águas, a previsão de acolhimento do ZEE na política de recursos hídricos. Tem uma orientação de que a Política de Meio Ambiente deve ser articulada, quer dizer, no nível mais macro. Eu vejo com um pouco de preocupação a gente trazer o ZEE para uma Resolução que está tratando de uma coisa muito específica sem ter esse arranjo mais macro, e sem ter uma previsão legal específica quanto ao instrumento do ZEE. Então, eu acho que botar o ZEE nessa discussão agora, pode confundir mais uma discussão que já não está simples, ela pode confundir mais uma discussão, ela já não está simples, se eu incorporar mais ZEE, aí, no meio, ela tende a ficar mais complexa ainda, e eu... A minha sugestão era não considerar o ZEE agora.

A SRª. MARCELA ALBUQUERQUE MACIEL (ANA) – Só como aparte, enfim, se existir um ZEE, e ele for desconsiderado na criação do Plano, esse plano também está irregular.

[1:16:20] A SRª. NÃO IDENTIFICADA – Mas, a gente não está falando de plano.

A SRª. MARCELA ALBUQUERQUE MACIEL (ANA) – Mas, aqui eu estou falando diretrizes e prioridades, aí você chega no Art. 4º, tem lá o segundo item que fala que com a base nas diretrizes do Art. 2º para estabelecer prioridades de outorga, eu vou considerar o critério número um, socioeconômica e no segundo ambiental. Então, o ZEE, obviamente, é o instrumento ambiental para se tratar com território, necessariamente é ele o instrumento, o instrumento que está na Política Nacional de Meio Ambiente, está em todos. Então, a variação ambiental estratégica já é um estudo, não é um instrumento específico da Política Nacional de Meio Ambiente, eu se não for considerar, então o Art. 4º dois, então vamos tirar as questões ambientais se não vai entrar o ZEE. E, aí, a palavra planejamento não faz sentido, o planejamento o quê, o que se quis dizer com o planejamento regional, estadual e nacional? Qual é esse planejamento? Fica solto, eu não sei qual ele é.

O SR. PERCY SOARES NETO (CNI) – Eu acho que se a gente colocar o ZEE, então nós vamos ter que colocar os planos regionais da Política Nacional do Desenvolvimento Regional, aí nós vamos ter que citar todos os planos de todas as políticas, eu acho que a gente vai... No momento em que eu falo que eu vou definir para a Política de Meio Ambiente qual o instrumento de planejamento que eu devo considerar, quando eu falo nos aspectos econômicos, eu vou ter que definir para a política econômica, eu vou ter (...) os aspectos sociais. Então...

A SRª. MARCELA ALBUQUERQUE MACIEL (ANA) – Se ele existir, sim.

O SR. PERCY SOARES NETO (CNI) – Pois é, mas eu vou pegar a sua fala inicial, condizendo que a gente tem que pensar na não complexidade da implementação disso, quer dizer, no momento em que eu começar a listar um conjunto de planos de política de desenvolvimento regional, das políticas sociais, das políticas econômicas, para a política ambiental, o que eu vou fazer? Eu vou criar um engessamento, se é uma Resolução que já está difícil, ela tende a ficar muito mais difícil a implementação, pegando a sua fala inicial, de que a gente não deveria “complexificar” aquilo, ser mais complexo. Mas, tudo bem.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Eu acho que como tem mérito também, é uma questão técnica, afinal de contas, a gente pode colocar como... Para chegar lá. As Câmaras Específicas decidem. Gustavo.

O SR. GUSTAVO TOSTES GAZZINELLI (Fonasc-ONG) – Eu acho que a gente pode precisar melhor na hora que chegar no Art. 4º, essas definições que estão aqui. Eu mesmo sinto necessidade dessas definições. Então, eu proponho que a gente trate disso de forma mais precisa no Art. 4º.

CONSIDERAÇÕES PARA O ARTIGO 3º

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Podemos passar para o Art. 3º, gente? Então, abre aí Roseli. Eu vou fazer a leitura do artigo e seus parágrafos, e depois começam os comentários. Art. 3º: as prioridades para outorga de direito de uso de recursos hídricos são definidas pelos comitês de bacias hidrográficas ou pelos conselhos Nacional ou estaduais, quando houver, quanto da aprovação ou revisão dos seus respectivos planos de recursos hídricos. § 1º: em caso de bacias cujos comitês, à data da publicação desta Resolução já tenham aprovado os seus respectivos planos e as condições hídricas demandem priorização para outorgas, os comitês poderão se manifestar de acordo com as diretrizes do Art. 2º, e com base em um estudo específico para complementar o Plano de Recursos Hídricos, considerando cadastros e balanços hídricos atualizados. § 2º, as prioridades para outorga passam a vigorar na data de aprovação do Plano e aplicam-se as outorgas que forem concedidas a partir dessa data. Algum comentário em relação ao Art. 3º? As inscrições estão abertas. Gustavo, FONASC.

O SR. GUSTAVO TOSTES GAZZINELLI (Fonasc-ONG) – Primeiro, eu acho que o *caput* ficou com uma redação complicada, porque ele colocou no mesmo patamar o CBHs, o CNRH e o CRH. Então, eu acho que não é o caso. Eu acho que essas prioridades para outorgas serão definidas pelos comitês de bacia

5062 hidrográfica, e na sua ausência, na sua ausência, pelos Conselhos, aí, em ordem decrescente ou
5063 crescente, estaduais e nacional de recursos hídricos. *(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*. Ah,
5064 entendi. Mas, a maioria das bacias e do CBH são estaduais, então eu acho que deveria realmente
5065 inverter a ordem quando couber. Bom, quando da aprovação e da revisão, não é “ou”, eu acho que é “e
5066 da revisão”, no caso eu acho que... No caso dos CBHs é prioritariamente, quer dizer, como tem uma
5067 palavra prioridade antes, botar prioritariamente depois vai ficar uma redação meio feia, mas pode achar
5068 um outro termo, e eu acho que CBHs aqui tem que entrar entre parenteses, é questão só de redação,
5069 porque fica parecendo que ele é uma outra instância aqui, depois da vírgula.

5070
5071
5072 **A SRª. MARIA APARECIDA VARGAS (Abragel)** – Só sobre essa questão do “e/ou”, a nossa proposta
5073 quando colocou da aprovação ou revisão, é porque a gente coloca logo atrás que os comitês que já têm
5074 os seus planos aprovados na sua revisão, ou ele inclui na sua revisão ou ele inclui como um adendo. Não
5075 está colocando, dizendo que depois da aprovação e na revisão, é porque já tem Comitê que já tem o
5076 Plano aprovado.

5077
5078
5079 **O SR. GUSTAVO TOSTES GAZZINELLI (Fonasc-ONG)** – Então, tem que inserir “e dos adendos”, além da
5080 revisão, entendeu? Para ficar... Aliás, eu acho que essa Norma aqui, ela se aplica muito mais aos casos
5081 dos adendos do que dos planos, porque por óbvio, uma vez estabelecidos alguns princípios aqui, se
5082 chegar a um plano sem essas prioridades de uso devolve para o Comitê. Entendeu? Deveria ser isso,
5083 como também se não tem área de restrição devolve para o Comitê. Entendeu? Agora, essa norma, de
5084 fato, ela vai es aplicar primeiramente aos adendos.

5085
5086 **A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA)** – Ok. Adão está inscrito, e depois o Patrick.

5087
5088 **O SR. GUSTAVO TOSTES GAZZINELLI (Fonasc)** – Não, é porque é o seguinte, olha, aqui diz o seguinte,
5089 que as prioridades para outorga serão definidas pelos Comitês de Bacia ou pelos Conselhos. Prioritário é
5090 pelos comitês, não é pelo CRH ou pelo CNRH, CNRH e CRH é só em caso excepcional, e excepcionalmente
5091 na ausência de comitês ou em alguns casos, às vezes, o Comitê está instalado, mas não tem as Câmaras
5092 Técnicas apropriadas instaladas. Então, eu acho que... Só que eu acho o seguinte, a gente tem que
5093 caracterizar qual que é essa excepcionalidade, o que eu estou chamando atenção é que o *locos* dessa
5094 decisão é o Comitê, o CRH... Então não é o Comitê ou CRH, é Comitê, e na sua ausência das condições, e
5095 etc. e tal. Isso é uma coisa. E a outra coisa que eu falei...

5096
5097
5098 **A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA)** – Pronto, chegou.

5099
5100
5101 **O SR. GUSTAVO TOSTES GAZZINELLI (Fonasc-ONG)** – Aqui, aqui tem mais um detalhe aqui que eu
5102 gostaria de sugerir. Uma coisa simples de redação é tirar esse “um” aí na quinta linha, na quarta linha do
5103 § 1º, tem um estudo, pode ser mais de um. § 1º do Art. 3º. Poderão se manifestar de acordo com as
5104 diretrizes do Art. 2º, e eu gostaria de inserir também, além das diretrizes o § 1º do Art. 2º. Porque é ele
5105 que está falando aqui o que é o cadastro. Os balanços. Então, aliás, não está falando do que são os
5106 cadastros não, está falando o que são os balanços. Então, é de acordo com as diretrizes e o § 1º do Art.
5107 2º.

O SR. ADÃO MARTINS TEIXEIRA JUNIOR (MME) – Bom, eu estava vendo aqui, embora sejam coisas totalmente diferentes, tem dois “quandos” bem pertinho aqui, quando couber e quando da aprovação, embora seja diferente a palavra no artigo lá, quando couber e quando da aprovação. Talvez seja “no que couber” seja melhor, embora seja diferente a expressão. Só isso. Concorde ou não?

O SR. PATRICK THOMAS (ANA) – No *caput*, uma discussão que já foi feita ontem, bastante, mas a gente não pode deixar de registrar a questão da prioridade para outorga como está escrito aí, não considera o Art. 13 da Lei 9.433, e não faz a associação entre o Art. 7º e o Art. 13. Então, a gente precisa, registra aí, por favor, que o texto, do nosso ponto de vista, está em desacordo com a Lei 9.433, porque não considera a prioridade de uso dos planos. Prioridade de uso. Prioridade de uso conforme definido no Art. 13 da Lei 9.433, que vincula as outorgas, que condiciona as outorgas, perdão. Pronto. Bom, agora no § 1º, ao final é mencionado um estudo específico para complementar o Plano considerando cadastro e balanços hídricos atualizados. Ele não especifica que estudo específico é esse, ele que é um estudo específico, mas não especifica que estudo é esse. Então, não há possibilidade de desenvolver um estudo sem uma definição clara do que esse estudo deve conter, ainda mais que o texto diz que é um estudo específico, então se é um estudo específico, a Norma tem que especificar que estudo é esse, senão o Comitê não tem como desenvolver esse estudo. Então, registra, por favor, essa observação. E, com relação a cadastro e balanço hídrico atualizado, eu vou esperar você terminar. Sem ter definido. Tem um probleminha de... Isso. Ok. E com relação ao cadastro e balanço hídrico atualizado, também não há uma definição do que se entende por atualizado, porque, enfim, os cadastros são sempre atualizados e os balanços hídricos também. Agora, enfim, nenhum cadastro abrange todos os usuários que existem em uma bacia, vai ter sempre um usuário pequenininho, enfim, que não vai estar, que entrou ontem, e não se regularizou ainda. Então, qual é a definição de atualizado é o cadastro mais atual que, enfim, que está disponível, ou é um cadastro completo, que abrange a todos os usuários da bacia? Então, não, enfim... É preciso especificar o que é... Qual é o entendimento do termo atualizado, qual é o entendimento do termo atualizado, se é o mais atual disponível, ou se é um cadastro que abrange, por exemplo, x por cento dos usuários existentes, uma cobertura de x por cento das demandas. Então, isso, enfim, deixa dúvidas para quem for implementar. Bom, o § 2º, nós entendemos que ele, enfim, vai de encontro a Lei 9.433 e as práticas que nós temos implementado de alocação de água. Reparem, o § 1º ele diz o a definição de prioridades será aplicável em situações de escassez. Então, tem uma seca em uma determinada bacia, como é o caso lá do Nordeste atualmente, aliás, há seis anos, e eu não tenho disponibilidade suficiente dentro daquele reservatório para atender todos os usos em função dessa seca, que é o que está caracterizado no Art. 1º, situação de escassez. Bom, aí, eu vou definir a prioridade de uso, por exemplo, para culturas perenes, como o Rodrigo mencionou aqui, aí eu vou ter que restringir as culturas sazonais. E, aí, enfim, definindo essa prioridade, o órgão gestor vai fazer o quê? Vai lá e vai restringir os usuários, eventualmente até suspender usos que estão instalados naquela bacia, e que, enfim, terão que ser restringidos para garantir os usos prioritários. Bom, o passo seria mexer nessas outorgas, só que esse § 2º diz que as prioridades para outorga passam a vigorar na data de aprovação do Plano e aplicam-se as outorgas que forem concedidas a partir dessa data, então se eu só posso alterar outorgas futuras, como eu vou conseguir restringir os usos existentes para atender as prioridades dos usuários existentes? O que esse item está dizendo é que não posso aplicar a própria Resolução, então é ilegal, do nosso ponto de vista contraria a Lei 9.433. Eu acho que a gente podia ser mais explícito aí, que nós entendemos que é ilegal esse § 2º, que vai de encontro... Tem gente que pode entender que está concordando. Então, eu acho que contraria a Lei... Vamos botar que é ilegal, no nosso entendimento, contraria a Lei 9.433. A Lei 9.433. Isso, na medida em que só permite alterações nas outorgas que venham a ser emitidas após a definição das prioridades. Em outorgas que venham a ser emitidas após a definição de prioridades. Após a definição das prioridades. Quando, na verdade, de acordo com o Art. 15

da Lei, as outorgas podem ser suspensas em função da necessidade de entender a usos prioritários, é o Inciso V do Art. 15 da Lei 9.433.

O SR. GUSTAVO TOSTES GAZZINELLI (Fonasc-ONG)– *Só botar aí “salvo disposto no Inciso V do Art. 15 da Lei 9.433”.*

O SR. PATRICK THOMAS (ANA) – Tá. Bota entre parênteses, em função da necessidade de se entender a usos prioritários. Necessidades de se atender a usos prioritários. Prioritários. Bota entre parênteses Inciso V. Bota romano, o V. Pronto. Era isso.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Marcela, Ana.

A SRª. MARCELA ALBUQUERQUE MACIEL (ANA) – Marcela da Procuradoria da ANA. Eu aqui vejo ainda mais alguns problemas, continuando aqui no § 2º, só para continuar, para complementar o Patrick, eu vejo esse § 2º em contradição não só com a Lei, mas em contradição com a própria resolução que você pretende criar, ele está contrário ao Art. 1º da Resolução. Então, há uma desconexão interna da Norma, dela consigo mesmo aqui, que vai... Não só com o Art. 1º, porque o Art. 1º: instituir diretrizes e critérios gerais, aí vem § 1º: o estabelecimento de prioridades para outorga é aplicável em situações de escassez, depois vem o Art. 2º com as diretrizes para estabelecimento. O Art. 3º não poderia, em hipótese alguma, chegar a conclusão de que somente a partir da publicação é que seria aplicada, ou seja, a ideia de que só aplica em escassez está em contradição interna, então é uma norma em contradição interna consigo mesma também, que nem... Se não existisse a 9.433, ela já seria ilegal só por esse ponto, porque ela está violando a si mesma, digamos. Então, contraria a própria Resolução, a Norma está em contradição interna, essa palavra é importante para mim, certo? Então, contradição interna da Norma que se pretende fazer. A outra questão que me preocupa é além da 9.433 existem outras resoluções do CNRH que já trazem definições de algumas coisas que aqui estão sendo tratadas, que não estão sendo referidas ou estão sendo referidas de outro modo, a gente está revogando coisas antigas ou não está, está tratando. Então, por exemplo, o *caput* que está falando sobre a ideia, porque eu entendi agora. Então, assim, a redação também está tão difícil que eu comecei a entender o que ela está querendo dizer depois que vocês, que as outras pessoas foram falando sobre ela, então já está com a redação complicada, mas que fala que são os comitês de bacia ou conselhos de recursos hídricos ou os estaduais, na realidade a Resolução 145 de 2012, no Art. 5º já fala lá que em bacias e regiões hidrográficas onde não existam comitês de bacia hidrográfica que abranjam a totalidade dessas áreas, o Conselho Nacional de Recursos Hídricos ou respectivo Conselho Estadual é que decidirá pela elaboração dos planos de recursos hídricos de bacias, ou seja, já está previsto em outra Resolução de forma muito melhor, então eu passo a ter um artigo que não faz... Assim, ele está repentino e piorando, porque lá é muito mais clara a redação do Art. 5º da 145. Então ele não tem sentido esse Art. 3º, ele está aí para nada, na realidade, ele pode ser...

[1:38:12] O SR. NÃO IDENTIFICADO – *Qual o inciso que você falou aí?*

A SRª. MARCELA ALBUQUERQUE MACIEL (ANA) – Art. 5º da Resolução 145. Então, não preciso ter esse Art. 3º nessa Resolução nova, porque ele está em contradição interna com a própria Resolução, ele está violando a 9.433, e ele está piorando redações que já existem de outras resoluções. É isso.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Obrigada, Marcela. Está com a palavra o Wilson.

O SR. WILSON DE AZEVEDO FILHO (Pescadores e Usuários de Recursos Hídricos para o Lazer e Turismo) – Bom, eu não sei como vai ser o encaminhamento, mas eu gostaria que nessas observações, eu já falei muito, e eu vi que a minha fala não foi contemplada, mas eu queria deixar claro que o nosso segmento acha que essa Resolução é totalmente desnecessária, e a cada um que se manifesta aqui, eu verifico que todo mundo diz: isso já está em tal lugar, fica repetindo a Lei, quer dizer, nós estamos o quê aqui? Eu fico preocupado com isso. E, como a própria procuradora da ANA falou, nós, em vez de estarmos esclarecendo dúvidas, nós estamos criando dificuldades de interpretação do que já está escrito na Lei. Eu teria algumas observações a fazer nessa redação, e entro numa questão, assim, se eu sou contra a Resolução, porque eu vou colaborar com a redação de uma coisa que eu sou contrário. Mas, nesse sentido, eu só gostaria de ir para o Art. 3º, que como já foi falado aqui, está ruim, mas só para reforçar a questão que o Gustavo levantou, de que as prioridades de outorga são definidas pelos comitês nos planos, são definidas pelos comitês de bacia hidrográfica, aí desse ponto, eu passaria, assim, quando da aprovação do Plano ou revisão de seus respectivos planos de recursos hídricos, para depois colocar que na ausência dos comitês, aí poderia ser pelo Conselho Estadual, Conselho Nacional, e eu acho que reforçaria. Aí vai para redação lá embaixo. Ali, desse quando é o quando de baixo dele. Tem um quando aí em baixo, na última linha. Isso. E isso vai para cima. Isso vai para cima. Aí. Entra aí depois de CBHs. E, aí, na ausência destes pelo conselhos estaduais, e (...). Só uma questão de reforçar a competência dos comitês. Obrigado.

O SR. RODRIGO FLECHA (ANA) – Só fazer um complemento aqui do que já foi dito pelo Patrick e pela Dra. Marcela também, no § 1º, um adendo a esse § 1º, aqui menciona que os comitês... Esse § 1º, ele está claramente direcionado para o caso do São Marcos. Isso é fato. Todo mundo que lê isso entende que está direcionado para o caso do São Marcos, a não ser que me provem o contrário, difícil acreditar nisso. Eu acho que só falta escrever, e isso é ruim, isso é ruim porque contamina todo o processo de discussão. E, aí, ficam buscando subterfúgios e alguns novos argumentos para colocar aí, na linha do que o Patrick falou, estudo específico, porque estudo específico? Além daquilo que o Patrick falou, que não se define o conteúdo do que é um estudo específico, mas eu pergunto o Plano de Bacia não serve? *(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*.

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (Fonasc-ONG) – Desculpe. Posso? Ontem, você mesmo falou que os prognósticos dos planos são muito ruins. Então, eu estou te perguntando serve em todos os casos, as propostas de prioridades de uso estão bem delineadas?

O SR. RODRIGO FLECHA (ANA) – Não, quem falou que os prognósticos dos planos são ruins foi o Percy. Não fui eu, que depois fica gravado algo que eu não disse. Vamos com calma. Gustavo, aí... Está bom. ? *(Intervenção fora do microfone. Inaudível)* Não. Não. Não. *(Risos!)* Aí amanhã eu vou ser demitido. Eu estou colocando... Eu estou colocando que porque um estudo específico complementar? O Plano de Bacia já não é um instrumento que contempla todo o conjunto de aspectos que estão colocado na Lei? Ele não faz balanço? Ele não faz diagnóstico? Ele não faz prognóstico? E aqui colocou esse estudo

específico, simplesmente... Simplesmente não, foi o caso de batalha, obvio que foi colocado pelo caso de batalha, isso está claro para todos nós, não é isso? O Sr. conhece em detalhe esse caso. Então, fica meio paradoxal, porque o Plano já contempla tudo isso. Então, o plano não precisa de nenhum estudo específico complementar, nós estamos valorizando um instrumento que a gente tem na 9.433. Era só esse comentário complementar, além dos comentários do Patrick e da Dra. Marcela.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Gente, são 11h, lembro que a gente combinou que 11h30 fazemos a proposta de encaminhamento. Não? Não, o que eu entendi é que 11h30, a gente faz uma rodada para saber qual vai ser o real encaminhamento disso aqui. Antes de meio-dia, porque senão a gente vai passar para tarde. Então, são 11 ainda, só para lembrar. Eu chamo para falar o Gustavo e depois a Aparecida.

O SR. GUSTAVO TOSTES GAZZINELLI (Fonasc-ONG) – Eu... Como é que chama? O Wilson, ele fez as sugestões que eu tinha pedido para incluir no *caput*, eu não sei como é que ficou o § 1º, se inseriu também o parágrafo, além das diretrizes do Art. 2º, a minha proposta de inserir o disposto no § 1º também. No § 2º do Art. 2º. No § 1º aí. Com as diretrizes e o disposto no § 1º do Art. 2º, na penúltima linha lá. As diretrizes e o disposto... E o disposto no § 1º do Art. 2º. Eu acho que não tem problema colocar esse ponto também não, porque está colocado nas diretrizes e, depois o Art. 4º vai tratar disso.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Está inscrita a Aparecida, e depois a Marcela. Ao microfone, Aparecida.

A SRª. MARIA APARECIDA VARGAS (ABRAGEL) – Eu só estou pedindo para colocar o Art. 3º lá para mim. Patrick, quando você fala que está em desacordo com a Lei, porque não considera as prioridades de uso, lá no considerando, ele fala considerando que a referida Lei em seu Art. 15 estabelece as circunstâncias nas quais a outorga poderá ser suspensa parcial ou totalmente, quer dizer, a gente já previu que isso já está na Lei, não tem por que eu colocar, a não ser quando você tem que reforçar o que você está falando para dar sentido ao artigo que você está fazendo, mas o que a gente... No considerando, a gente já colocou o Art. 15, que essa prioridade... O que a gente está estabelecendo é exceto o que já está no Art. 15. (*Intervenção fora do microfone. Inaudível*). Deixa eu terminar. E, quando não foi... Falando que não faz menção as resoluções e a Legislação, os outros dois considerandos, considerando que a Resolução CNRH nº 145 estabelece diretrizes para a elaboração dos planos de recursos hídricos e bacia hidrográfica, considerando que a Resolução CNRH nº 16, de maio de 2001, estabelece os critérios e diretrizes gerais para a emissão de outorga de direito de uso de recursos hídricos do País, quer dizer, esses normativos foram todos considerados quando a gente foi discutir essa Resolução. E, quanto ao que o Rodrigo falou, lá no § 1º, não sei se é o 1º ou é o 2º. Nossa, eu fico tontinha com essa... Eu estou colocando... Não vou entrar no mérito do comentário que ele colocou, que é direcionado, é sobre a necessidade ou não desse estudo específico. O que a gente está colocando é que os planos de bacia, até hoje, como a gente não tinha uma resolução, não temos uma resolução que normatiza a prioridade de outorga, eles não têm essa previsão, e a gente pede que eles façam essa revisão fazendo um estudo específico que seja para não ficar solto, porque, às vezes, você tem um monte de estudo dentro de Comitê, que ele não fica acoplado ao plano, e aí quem não conhece vai ao Plano de Bacia, acaba não encontrado. O que a gente pediu é que ele fosse feito e passasse a ser parte desse plano, porque os

planos que estão aprovados até hoje não têm essa previsão da forma como a gente está propondo na minuta de Resolução, é só por isso.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Marcela da ANA.

A SRª. MARIA APARECIDA VARGAS (ABRAGEL) – Mas, aí, conclusões a gente tira.

A SRª. MARCELA ALBUQUERQUE MACIEL (ANA) – Marcela, Procuradoria da ANA. Esse aparte agora da Aparecida, me deixou mais claro ainda o problema dessa Resolução, e você traz considerandos e os desconsidera na frente. Então, é mais ainda a comprovação de que há uma contradição interna entre inclusive as normas que eu cito como fundamento desta Resolução e, depois, o que eu escrevo abaixo. Então, eu estou já me reconhecendo a ilegalidade do que eu vou dizer a seguir ao fazer isso. Então, eu reitero aqui o Patrick neste ponto, e não vejo sentido para a existência desse Art. 3º, continuo sem ver e, aí, nesse... Não tinha falando sobre o § 1º dele, o § 1º dele na realidade, tem um problema, a gente não pode botar em parágrafo, é todas as normas pela Norma de redação que a gente tem que seguir da Presidência da República, os parágrafos tem que ter ponto final, e ao ponto final tem que se abrir novo parágrafo, se você abrir dois pontos, você abre inciso, talvez, enfim, aí, a gente tem que seguir norma, não pode botar ponto no meio do parágrafo, e está muito grande, então está difícil mesmo de ser entendido, não está bom. E, aí, você fala que eu, se eu... Se a ideia é que eu quero que os estudos, os planos que já existem, sejam reelaborados os estudos para eles se adaptarem a essa norma que se pretende fazer, eu não posso falar que eles podem se manifestar de acordo com as diretrizes do Art. 2º, eles deveriam, senão eles também não servem para nada. Ou eu estou fazendo uma Resolução com diretrizes de outorga vinculante para a criação de um plano ou não. E, aí, eu fico ali em um poderão fazer e, aí, vão fazer um estudo específico para mudar e, aí, quando mudar, depois que saiu o cadastro, os anteriores eu vou tratar de uma forma, os posteriores eu vou tratar de outra e, aí, isso é legal para dentro, para o que está previsto na Lei da Política Nacional de Recursos Hídricos? Eu acho que não, eu não posso ter essa diferenciação de formas como eu vou tratar as outorgas já concedidas, e as que eu vou conceder no futuro por uma resolução posterior que vai dar um marco temporal aqui, que vai tornar outorgas, simplesmente pela data em que foram concedidas com regras diferentes, e isso por meio de Resolução, isso não pode ser feito, a gente sabe que o Código Florestal fez isso para... Utilizando a data da publicação da... Do Decreto de Infrações Administrativas Ambientais, 22 de julho de 2008, e foi, e aqui a gente vai estar fazendo algo semelhante a isso? Essa é a ideia? Para trás é de um jeito, pra frente vamos fazer de outro? Não acho que seja cabível isso por meio de Resolução também. Então, você veda... Você vai tratar, violando os princípios da isonomia completamente, esse § 3º. E, inclusive dificultando uma necessidade que em um período de escassez, que é o que está no Art. 1º, eu, talvez, tivesse a obrigação de realmente mudar as outorgas anteriores, que é o que a Lei obriga você a fazer. Então, você não pode criar um marco temporal e impedir que o órgão ambiental responsável, o órgão responsável tome medidas em situações de escassez, já que a Resolução na realidade está se propondo a fazer nos seus considerandos ao contrário do que estão fazendo na prática, então, para mim, o Art. 3º inteiro, ele tem problemas, *caput*, § 1º e 2º.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Gustavo, FONASC.

O SR. GUSTAVO TOSTES GAZZINELLI (Fonasc-ONG) – Eu cheguei a mencionar aqui para a Cida, eu falei: olha, eu estou achando por tudo que está sendo falado, especialmente, aqui pela Marcela, que eu acho que deveríamos suprimir o *caput*, suprimir o § 2º e transformar o § 1º em *caput*. Você está captando aí? Não. O seguinte, porque o negócio é seguinte, o *caput* diz o que está lá no Inciso V do Art. tal, ou no Art. 5 da Resolução 145. Já está normatizado, então, nós não precisamos realmente repetir o que já está normatizado na Resolução 145, podemos até fazer uma menção a ela. Agora, o que eu acho que é o cerne desse Art. 3º, são as exceções, a situação em que o plano não trabalhou a questão de forma adequada, e que é o adendo lá como diz a Cida, e isso está tratado, isso é tratado especialmente no § 1º. Então, eu acho que, aí, você eliminar o Art. 3, e não possibilitar esse adendo, você aí realmente, eu acho que você atinge, como os colegas gostam de dizer, o mérito do artigo, porque o mérito desse artigo não é o que já está dito em outros aspectos legais e, inclusive de outra Resolução. Mas, o que não está escrito nos outros aspectos legais, que eles consideram que é importante estar. Então, eu transformaria, eu daria essa orientação para as Câmaras Técnicas, para a discussão delas, em transformar o § 1º no *caput* do Art. 3. Eu acho que aí vai mais direto ao assunto, sem ficar com muita... Ficar floreando demais. Eu acho que... E, talvez, se for necessário, redigir de uma forma melhor, mais clara e tal, faça-se esse exercício, é só observando aqui também, caso se mantenha, a CTIL opte por manter a orientação de deixar todos os artigos e parágrafos, no caso do Art. 3º aí, a minha sugestão é manter aquele ponto e vírgula depois de plano de recursos hídricos, é vírgula mesmo, vírgula, e vírgula, e vírgula, na sua ausência, vírgula. E vírgula, na ausência desses, vírgula, pode ser na destes, que eu acho que reporta mais diretamente ao que acabou de ser falado. Na ausência destes, vírgula. Aí, eu acho que fica a redação mais redonda.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Patrick.

O SR. PATRICK THOMAS (ANA) – Eu pensei a mesma coisa que a Marcela, mas eu não tinha conseguido elaborar como ela elaborou tão bem, gostei dessa sua colocação que a Resolução desconsidera os considerandos; a primeira vez que eu ouvi isso, eu achei interessante, mas é justamente isso que eu pensei Aparecida, os considerandos estão lá, estão claros, nós lemos os considerando, você mencionou o art. 15, o 13 também está lá nos considerandos. Isso. A questão é que o texto não considera esses considerandos, e aí eu volto a apresentação do Luciano ontem, que ele mostrou que o art. 13, que é o artigo que condiciona as outorgas e permite ao órgão gestor alterar uma outorga em função de uma prioridade de uso, né? Ele remete ao art. 7º do plano, ele diz: conforme definido no plano; e o art. 7º diz: conteúdo mínimo do plano, prioridade de outorga. Então, apesar do nome estar diferente, um é a prioridade de outorga, eles estão associados, porque se o art. 13 faz referência ao art. 7º e se são coisas diferentes. Então, o art. 7º estaria incompleto, porque ele tinha que ter um outro item lá, conteúdo plano, prioridade de outorga e um outro item prioridade de uso. E aí seriam coisas diferentes, como é o entendimento do Igor ontem, que ele falou que tinha que ter duas listas, lembra? Mas, só para ilustrar o nosso ponto. Então, o art. 3º, quando ele só fala em prioridade para outorga, ele está incompleto, ele está em desacordo com o art. 3 da Lei, né? Enfim, ou ele falaria prioridade de uso, e outorga, ou prioridade de uso/outorga, mas eu não vou entrar aqui na discussão de qual seria a redação. Eu só queria justificar aqui a minha colocação, no sentido de que ele está em desacordo com o art. 13 da Lei, porque ele só fala em prioridade de outorga, e não permite a vinculação do art. 13 com o art. 7º. Na nossa avaliação, da forma como está escrito, não permite a ANA alterar as outorgas, né? É isso, porque essa prioridade para outorga não está no art. 13, e aí em uma discussão amanhã alguém pode argumentar: “não, mas ali não é prioridade de uso, a outorga não pode ser alterada em função desse art. 3º”. Então, é importante que a redação fique muito clara para não deixar dúvida para nenhum questionamento, se não, como a Marcela falou, para a gente poder implementar a Resolução, a gente vai ter que fazer uma consulta jurídica para cada artigo e cada parágrafo, né? Então, só complementando

Roseli, eu ia pedir para você complementar a minha fala ali, bota vírgula, condiciona as outorgas, vírgula, e também não considera os próprios considerandos da Resolução. Isso. Próprios considerandos da Resolução. Pronto. Obrigado.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Marcela.

A SRª. MARCELA ALBUQUERQUE MACIEL (ANA) – Marcela, Procuradoria da ANA. Aqui uma... A Eldis chamou atenção para um outro problema que eu não tinha percebido, que é de uma Resolução anterior também do Conselho, Resolução 16, de 2001, art. 14, diz lá: os Planos de Recursos Hídricos de bacias hidrográficas deverão considerar as outorgas existentes em suas correspondentes áreas de abrangência e recomendar as autoridades outorgantes, quando for o caso a realização de ajustes e adaptações dos respectivos atos. Então, fica em contradição completa com o que está no § 3º e impede essa aplicação. Então, eu teria ou que revogar a Resolução 16 de 2001. Então, por quê? Porque a autoridade outorgante, ela tem a obrigação de fazer essa consideração, até porque eu não tenho como também preparar algo sem considerar o que já existe na área e criar essa quebra do que há anterior a esta nova Resolução e se fosse sair com o que já existiria na área no território antes. Então, por isso a Resolução 16 nesse art. 14 já previa isso, que é obrigação do outorgante considerar o que já existe. Eu não posso tirar isso da Norma, né? E outro ponto que chama atenção que se você criar aqui por Resolução algo que para frente seja menos restritivo, do que a norma que eu tenho para trás, eu violo também o princípio da vedação do retrocesso legal e matéria ambiental, né? Porque eu torno outorgas anteriores, mas vamos lá, privilegiadas, impassíveis de serem alteradas, mesmo em situações com essa necessidade, enquanto as posteriores vão ter outro tipo de tratamento. Isso por Resolução não é impossível, tá? Então, é ilegal mesmo, inconstitucional até nesse ponto.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Rodrigo Flecha.

O SR. RODRIGO FLECHA (ANA) – Eu queria pedir, viu Roseli, que toda essa argumentação da Dra. Marcela, que ela fez aí agora com relação a ilegalidade do art. 3º como um todo, os argumentos de temporalidade, etc., privilegiando os anteriores, eu queria que esse é um argumento muito importante que eu acho que deve estar redigido aí.

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (Fonasc-ONG) – Uma coisa. Eu acho que todos os argumentos que nós estamos trazendo aqui são importantes, não é só os da Marcela. E eu gostaria de falar assim, que tem algumas justificativas que apontam as ilegalidades e têm outras que apontam legalidades. Então, eu peço que todos sejam consideradas para não ficar também parecendo que só existe ilegalidades aqui; existem alguns casos onde a interpretação pode ser discutida.

A SRª. MARCELA ALBUQUERQUE MACIEL (ANA) – Aí eu só peço que, então, nessa seguindo aqui, que fique constando especificamente na minha fala que eu considero ilegal e inconstitucional a criação de um marco temporal que diferencie outorgas anteriormente..., atos de outorga anteriores a Norma e posteriores a ela, por meio dessa Resolução, viola não só a Lei 9433, mas viola também a Constituição pelo princípio reconhecido pelo Supremo Tribunal Federal pelo STJ com o implícito em nossa Constituição, que é da vedação do retrocesso em matéria ambiental de... Então...

SR. GUSTAVO GAZZINELLI (Fonasc-ONG) – Eu posso fazer uma pergunta para a Marcela? Marcela, o seguinte, infelizmente essa Constituição nossa, ela também estabelece o princípio do direito adquirido, que eu acho em alguns casos totalmente equivocado. Então, por exemplo, uma Norma, uma Política de Recursos Hídricos, ela pode importar em determinadas regras para as novas outorgas, que não estavam previstas nas outorgas anteriores, não pode?

A SRª. MARCELA ALBUQUERQUE MACIEL (ANA) – Não, em matéria ambiental não há o direito adquirido contra o meio ambiente. Isso é uma súmula do STJ. Então, em matéria ambiental, normas novas que sejam mais restritivas são aplicadas aos casos anteriores sempre, sob pena de inconstitucionalidade.

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (Fonasc-ONG) – Por exemplo, se eu tenho uma outorga de 35 anos e a Lei muda o período de outorga, todas as outorgas anteriores vão ter o seu período de outorga alterado, certo?

A SRª. MARCELA ALBUQUERQUE MACIEL (ANA) – Se for para ser mais restritivo ao meio ambiente, sim, sem problema algum. Então, não existe..., existe uma súmula do STJ, uma súmula tese, enfim, em processo repetitivo que o STJ fala expressamente “não há direito adquirido contra o meio ambiente”, isso é em prol ao meio ambiente, existem vários requisitos e, enfim, a segurança jurídica é um princípio constitucional, né, ela existe até um certo ponto, mas em matéria ambiental vale o mais restritivo, inclusive assim, quando a gente teve na mudança do Código Florestal, ainda anterior que se chamava código, que era 50% a Reserva Legal na Amazônia e se aumentou para 80, muita gente entrou na justiça pedindo: “eu tenho direito adquirido a ficar com 50%, porque quando eu fui desmatar era 50%, aumentou para 80 e nós ganhamos todas as ações no STJ, tanto ganhamos todas as ações, que foi necessário uma alteração legal para se permitir uma regra de flexibilização de transição, porque em todas as ações a gente ganhou dizendo que a Norma nova era mais protetiva, então, eles eram obrigados sim a manter os 80% da reserva.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Gente, Rodrigo e depois Wilson. Wilson.

O SR. RODRIGO FLECHA (ANA) – Bom, já que foi falado aqui no art. 14 da Resolução 16 do Conselho, que define, que dispõe sobre a outorga, só para esclarecer um pouquinho a Lei corroborar com o meu entendimento. O art. 12 fala que a outorga deverá observar os Planos de Recursos Hídricos e em especial as prioridades de usos estabelecidos. Então, nós vemos que os planos realmente estabelecem as prioridades de uso, e, conseqüentemente, as prioridades de outorga, né? Quer dizer, então, é esse o entendimento que eu vejo. Sobre esse negócio, sobre esse questionamento feito pelo Gustavo para a Marcela, nós temos que ver que em legislação ambiental, tudo bem, eu acho que é esse o princípio, apesar de achar que tem havido retrocessos no novo Código Ambiental. Então, não é bem assim, né? Uma outra coisa é que a Política Nacional, a Política de Gestão de Recursos Hídricos não pode ser considerada uma política ambiental, apesar de ela estar vinculada a um órgão do Governo que está dentro da estrutura do Ministério do Meio Ambiente, ela tem um outro viés, eu diria até que o meio

ambiente é um usuário da Política de Recurso Hídricos. Então, era só isso que eu queria pontuar, porque às vezes as coisas são ditas e se ninguém se manifesta contrário, fica valendo como verdade.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Nenhum inscrito, mas a gente pode passar para o art. 4º? Podemos? Art. 4º. Para a discussão do art. 4º. Aparecida, quer falar?

A SRª. MARIA APARECIDA BORGES PIMENTEL VARGAS (Abragel) – É rápido. Dra. Marcela, eu não sou advogada, não sou jurista, não sou nada disso. Mas, quando você fala da inconstitucionalidade a gente prever alguma questão de para frente garantir as outorgas passadas, eu acho que a 9433 já é clara em que situação a gente pode mexer nas outorgas já concedidas, que é o art. 15 da 9433. Outorga do Direito de Uso de Recursos Hídricos poderá ser suspensão parcial, ou totalmente; indefinitivo, ou por prazo determinado nas seguintes circunstâncias, fora essas circunstâncias, elas estão garantidas, é o que a gente vem falando da segurança jurídica para o empreendedor, para quem vem de fora, se você começar a achar que a qualquer momento a qualquer tempo você pode mexer nessa outorga, daqui a pouquinho ninguém quer investir no Brasil, porque eu posso mexer na sua outorga a qualquer tempo.

O SR. PATRICK THOMAS (ANA) – Mas, um dos incisos desse art. 15 é justamente a necessidade de atender ao uso prioritário. Então, essa possibilidade está prevista no art. 15.

A SRª. MARIA APARECIDA BORGES PIMENTEL VARGAS (Abragel) – Ok. Então, se ele está previsto, você vai ter que olhar isso na hora, se tiver atendendo, está aqui o único momento que você pode mexer é o que já está previsto na Lei, são vários. É isso que eu estou falando. Então, não é inconstitucionalidade, você tem que dar garantia a essa outorga que você tem desde que em situações excepcionais, como está..., quais situações? O que está aqui no art. 15.

O SR. PATRICK THOMAS (ANA) – O que está dito na Resolução é que não pode retroagir. Então, está contrariando o art. 15, que você mencionou.

A SRª. MARIA APARECIDA BORGES PIMENTEL VARGAS (Abragel) – Não pode retroagir para você aplicar a Resolução na hora de você definir, falar que ele tem que aplicar essas prioridades de outorga, vale para as outorgas que estão entrando, até onde eu sei você não retroage Lei, não retroage Resolução, não retroage nada.

[2h11min27seg] O SR. NÃO IDENTIFICADO – Aí há uma divergência de entendimento.

A SRª. MARCELA ALBUQUERQUE MACIEL (ANA) – Aí a gente chega no ponto que é exatamente o que eu estava dizendo, você tem à Lei que já diz que a outorga é um ato precário, né? Que dá todos os incisos com o reconhecimento de quando ela pode ser alterada. Então, é precária, quem quer investir no Brasil tem que saber, nós temos uma Lei que a outorga é um ato precário. Tá?

A SRª. MARIA APARECIDA BORGES PIMENTEL VARGAS (Abragel) – Que não pode ferir aqueles incisos que estão ali previstos.

A SRª. MARCELA ALBUQUERQUE MACIEL (ANA) – E um deles fala em prioridade de uso, que é exatamente essa Resolução. Então, quando eu pego e digo: “olha, se prioridade de uso é um dos motivos da precariedade da outorga, ele não pode deixar de sê-lo por uma Resolução que diga que daqui para frente é diferente. Eu estou violando o art. 5º, está reconhecendo isso agora.

A SRª. MARIA APARECIDA BORGES PIMENTEL VARGAS (Abragel) – A gente volta a discussão que a gente começou que você não participou ontem entre o que é prioridade de uso, e o que é prioridade de outorga. A nossa discussão começou assim ontem.

O SR. PATRICK THOMAS (ANA) – Mas, não há dúvida com relação ao inciso V do art. 15, é prioridade e a prioridade deve ser respeitada, e a definição na Resolução de que não se pode mexer com a outorga espaçada, contrária esse inciso, independente da interpretação de prioridade de uso, prioridade e outorga.

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (Fonasc-ONG) – Só fazer um registro aqui, não é só o inciso. Eu acho que essa foi uma falha, inclusive da apresentação do Luciano. O inciso III e o inciso IV também. O inciso III estabelece a necessidade premente de água para atender a situações de calamidade, inclusive as decorrentes condições climáticas adversas e a necessidade de se prevenir, ou reverter grave degradação ambiental. Vocês estão insistindo muito no inciso V, que é para atender os usos prioritários de interesse coletivo quaisquer que sejam, e estão deixando de citar os incisos III e IV, que a meu ver são fundamentais também.

[2h13min28seg] **O SR. NÃO IDENTIFICADO** – O III eu citei.

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (Fonasc-ONG) – Então, tá bom. Mas, se deixou de citar o IV, que é o que trata da questão ambiental, que eu acho que na próxima apresentação você pode inserir, por favor.

CONSIDERAÇÕES PARA O ARTIGO 4º

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Então, gente, são 11h30, agora vamos fazer a leitura do art. 4º para comentários e depois propor os encaminhamentos. “Art. 4º. Com base nas diretrizes do Art.2º, para o estabelecimento das prioridades para outorga devem ser considerados os critérios: I. Socioeconômicos; II. Ambientais; III. Eficiência hídrica do uso, de acordo com o porte e a condição social dos usuários; e IV. A situação de regularidade do direito de uso. §1º Para atendimento dos critérios mencionados nos incisos I, II e III, deverão ser considerados a função social, os impactos econômicos, os impactos local, regional e nacional e as especificidades e condições peculiares aos respectivos locais. §2º Para atendimento do critério mencionado no inciso IV deverão ser observadas a data de emissão das outorgas e o protocolo dos requerimentos de novas outorgas, dando prioridade às outorgas de direito de uso já estabelecidas. §3º A análise dos critérios deve ser feita de forma sistêmica e

integrada, mediante a aplicação de metodologia multicritério de apoio à decisão e consideração dos estudos e planos setoriais. §4º A priorização deve possibilitar soluções diferenciadas de acordo com os usos, evitando-se soluções lineares que tenham como referência apenas o balanço hídrico. Então, o Gustavo já se inscreveu, os comentários agora são em cima do art. 4º e seus parágrafos.

O SR. GUSTAVO TOSTES GAZZINELLI (Fonasc-ONG) – Bom, primeiro eu acho que essa palavra critério está inadequada, se ela não estiver..., se ela estiver adequada os incisos estão inadequados, porque falar assim: socioeconômico não é critério, você pode falar assim, é um guarda-chuva que tem vários..., que podem ter vários critérios dentro. Então, eu acho que está faltando definir com mais clareza que critérios são esses, quer dizer, isso aqui ele apenas elencou eixos temáticos sob os quais poderão ser elencados critérios. Então, eu acho que essa redação aqui, ela não satisfaz, porque ela não dar esse indicativo metodológico e ela deixa em aberto, né? Então, eu acho que isso é sujeita a uma variação possível de interpretação muito grande, e talvez a uma regra que acaba não sendo orientadora nesse sentido. Eu em vários aspectos aqui, por exemplo, eficiência hídrica do uso, de acordo com o porte, condição social dos usuários, é o inciso III aqui. Eu sentia a necessidade, que não é só o porte, mas a cumulatividade também, às vezes, você tem um trecho de uma bacia hidrográfica que um pacto não é o porte de um usuário, mas a cumulatividade das atividades de vários usuários, muitas vezes do mesmo segmento. Então, eu senti que se você restringe individualmente a análise a um usuário, você não está considerando necessariamente o contexto da bacia. E eu gostaria de sugerir aqui o inciso IV, a situação de regularidade do direito de uso incluir a expressão sem prejuízo do disposto no § 1º do art. 12 da Lei 9433, que é aquela situação dos usuários que são dispensados do direito de outorga. E isso aqui tem que ser considerado como uso legítimo e se ele está dispensado do direito a outorga, o uso dele é considerado do mesmo nível da outorga. Então, nesse sentido, eu acho que a proposta aqui ela desconsiderou, ela só considera quem é outorgado nesse artigo. E a Resolução 9433 é muito clara que no art. 12, § 1º, que independem de outorga pelo poder público, conforme definida em regulamento o uso de recursos hídricos para satisfação das necessidades de pequenos lucros populacionais, as deliberações, captações e tal, as acumulações de volumes de água consideradas insignificantes, né? Poderia ter outros também, mas são esses que estão aqui. Então, eu acho que essa situação de regularidade, ela não pode prejudicar o disposto no § 1º do art. 12. E aqui quanto aos impactos, está falando só de impacto econômico e não está falando de impacto ambiental. Então, eu acho que tem que, a meu ver, se nós não pudermos acrescentar essa palavra, nós temos que remeter para a Câmara Técnica a indagação do porquê ela desconsiderou o impacto ambiental nessa análise. Aqui no § 2º, eu acho que aqui não é dando prioridade as outorgas de direito de uso, mas é dando prioridade aos usos já estabelecidos, não é? Não é as outorgas na minha..., na última linha do § 2º aos usos. Eu não sei se é só estudos e planos setoriais. Aí, por exemplo, quer dizer, foi citado o exemplo do Zoneamento Ecológico Econômico. Então, além dos planos setoriais que parece que é só o plano dos setores usuários mais considerados, mais ativos. E essa metodologia multicritério também, como já tinha ressaltado, ela não fica claro, não fica claro, porque inclusive não tem critério, quando não tem critérios, você vai falar do multicritério. Então, você não norteou, não é? E eu acho que o § 4º é desnecessário, porque é óbvio existe alguma regra que estabelece que tem que ser linear? Existe alguma regra que estabelece? Eu acho que é desnecessário.

A SRª. MARIA APARECIDA VARGAS (Abragel) – Não é não linear.

O SR. GUSTAVO TOSTES GAZZINELLI (Fonasc-ONG) – Pois é.

A SRª. MARIA APARECIDA VARGAS (Abragel) – É para não ser linear.

O SR. GUSTAVO TOSTES GAZZINELLI (Fonasc-ONG) – Pois é, deve evitar, tem situações que você evita soluções lineares; e têm situações que a solução é linear. E posso te dizer que não têm muito acordo, por exemplo, eu vou dar um exemplo agora das deliberações normativas que o CRHMG fez no ano de 2015 para a região de falta de água, de escassez, né? Optou pelo corte linear, né? Agora...

A SRª. MARIA APARECIDA VARGAS (Abragel) – Tem uma produção de 200 toneladas de uma empresa de 20, você corta linear.

O SR. GUSTAVO TOSTES GAZZINELLI (Fonasc-ONG) – Eu não estou discutindo isso, não estou discutindo isso. Eu sou a favor de cortar mais de quem produz mais e menos de quem produz menos na minha opinião. Porém, eu não estou falando que não sei se aqui é o lugar para resolver isso, eu não acho nem que tem que ser linear, nem tem que ser não linear. Eu não sei se é necessário esse artigo, esse parágrafo. Só isso.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA (SRHQ/MMA) – Ok. Gente, já são vinte para meio dia. Eu gostaria que fossemos bem pontuais assim, nas considerações para a gente conseguir concluir isso agora pela manhã. Passo a palavra ao Percy, depois Marcela e Patrick. Alguém mais gostaria de se inscrever? Rodrigo. E aí a gente fecha as inscrições assim, a não ser em casos excepcionais, em relação ao art. 4º para a gente fazer uma leitura geral dos considerandos e propor o encaminhamento. Percy.

O SR. PERCY SOARES NETO (CNI) – Eu só queria ali que tu assinalasse a minha colocação aí quanto a questão do ZEE, né? Lá em cima. Não, lá em cima, eu acho que aí, né? Que eu acho que o ZEE não tem, eu não vejo Dr. Marcela, desculpa aí, mas eu não vejo o acolhimento de explicitar o ZEE aí. Eu vejo que há o acolhimento dos planos na regulamentação do ZEE, mas não há o acolhimento explícito do ZEE na Legislação de Recursos Hídricos. 2) Gustavo, quanto a linearidade, eu acho que é importante sim que ela fique explicitada, não ser linear, a gente tem visto aí cortes lineares que tratam diferentes de forma igual. Então, o que a gente está querendo é dentro dessa linha que cada um seja tratado dentro da sua particularidade, nem dizendo que corta mais, mas assim cada bacia vai ter a sua particularidade. Então, eu acho que diferentes tem que ser tratados de acordo com as suas particularidades até com a sua capacidade, sei lá, de absorver o impacto, ou de não absorver o impacto e tal. Então, eu acho que esse é um dos aspectos a que a gente já rompeu a barreira do que é legal, institucional, o que é técnico a horas, mas eu acho que esse é um aspecto técnico que não caberia a gente estar discutindo isso, reitero que eu desde a minha primeira fala ontem foi dizendo que a gente optou, essa Câmara optou por fazer uma discussão técnica e a gente não concorda com isso desde o início, mas também como foi decisão da maioria também não vamos nos furtar de participar da reunião. Mas, eu acho que manter como está é importante.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Marcela.

A SRª. MARCELA ALBUQUERQUE MACIEL (ANA) – Marcela, Procuradoria da ANA. Voltando ao caráter de lógica da Resolução como um todo, certo? Vamos lá. O art. 1º diz que vai instituir diretrizes e critérios gerais para estabelecimento de prioridades de outorga. No § 1º vem falar que essas prioridades vão ser aplicáveis à situações de escassez. Aí vem o art. 2º e fala em diretrizes. E aí agora o art. 4º seria finalmente os critérios gerais que lá no art. 1º, ela diz que ia estabelecer, né? Já fica sem lógica, porque já foi feita ao final da Resolução algo que deveria ser fundamento no seu início para o restante dela ser aplicado. Então, já está assim, a forma da redação é ela já está no local errado, né? Não é o último artigo de jeito nenhum, se eu falar no primeiro artigo dizer que eu vou instituir diretrizes e critérios, eles têm que vir no começo. Então, assim, a forma de redação está equivocada. E aí eu pergunto se isso de fato são critérios. E não me parece que se está aqui nesse art. 4º de fato estabelecendo critério geral, né? Porque você veio com as diretrizes repetindo algumas coisas que estavam na Lei e tal, e depois aparece lá no final da Resolução vem lá: socioeconômico e depois ambientais, coisa que a gente não houve em direito ambiental a décadas, eu acho, separar a questão socioeconômica da ambiental, e aí aparece somente a eficiência hídrica em situação de regularidade de uso e os instrumentos ambientais todos, que assim, eu sinto muito, mas a água está lá na Lei da Política Nacional de Meio Ambiente, art. 3º, a muito tempo, ela faz parte da..., enfim, é recurso ambiental na definição legal de 81. Certo? Então, assim, não há como fugir. Então, os instrumentos todos da Política Nacional de Meio Ambiente se aplicam aqui e o ZEE é um deles, eu tenho milhares de outros, aí eu fico com problema nesse artigo, porque aqui vem considerando a função social de que, né? A gente tem função social da propriedade, é a função social da outorga, que já é uma nova discussão, que eu acho que existe e a gente tem que desenvolver essa ideia de função social da outorga, mas função social, enfim, a que está lá no Direito Civil, a função social da propriedade, da propriedade privada, propriedade pública, enfim, não está dito. E depois vem impacto econômico local e regional. Impacto econômico, nós estamos tratando de água, né, impacto socioambiental minimamente e aí eu já tenho os instrumentos da Lei da Política Nacional de Meio Ambiente, que faz as análises de impacto, a gente já tem como elas são realizadas, eu não tenho que criar uma metodologia multicritério para avaliação de algo que já existe como se avalia, né? Eu não sei o que..., ou se é o Conselho Nacional de Recursos Hídricos competente para vir dizer que eu só vou analisar impacto econômico para um bem que é impacto econômico, mas está aqui, esse § 1º está errado, então, ele está falando função social, impacto econômico, local, regional, nacional, especificidades, condições, peculiaridades e respectivos locais. Aonde está nele que eu tenho que analisar impacto socioambiental, e o ambiental? E aí o CONAMA e aí a PNMA? Então, para mim está também violando a ideia do que é critério, do que é diretriz, que essa Resolução não conseguiu estabelecer o que é critério, o que é diretriz, ela confundiu as coisas aqui, talvez seja o contrário e aí eu acho que a Câmara Técnica tem que se debruçar de novo sobre isso, porque veio ao final com critérios que eu já deveria saber deles e aplicá-los para poder o § 3º fazer algum sentido prático, né? Enfim, e o Conselho Nacional de Recursos Hídricos, para mim, ele nem pode vir e dizer agora que não vai ser parte ambiental, ou que seria meio estranho.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – O Percy vai fazer só um comentário a respeito do que a Marcela colocou e depois passamos para os inscritos.

O SR. PERCY SOARES NETO (CNI) – Não, Dra. Marcela, a Eldis já está acostumada com esse debate que a gente faz aqui. Eu acho que a gente tem que tomar um cuidado de não misturar os instrumentos da Política de Meio Ambiente com a Política de Recursos Hídricos, né? Eu acho que não dar para misturar. A avaliação de impacto ambiental, que tem lá na Política Nacional de Meio Ambiente, ela não atende, ela não está nem prevista... Não, ela é uma avaliação de impacto ambiental que subsidia uma licença

ambiental. Tá? Eu tenho na Constituição a necessidade de criar um Sistema Nacional para o Gerenciamento de Recursos Hídricos, isso vem da Constituição, né? Então, eu criei um Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos vindo da Constituição. O que não, na minha opinião, não deve eximir de eu avaliar quais são os impactos regulatórios que os instrumentos regulatórios da Política de Recursos Hídricos têm, eu não posso reduzir essa avaliação desse impacto regulatório ao licenciamento ambiental. Não, assim, quando você diz: mas, isso já está avaliado lá no Estudo de Impacto Ambiental, não, o que está avaliado no Estudo de Impacto Ambiental é outra coisa; o que tem que avaliar aqui é o seguinte: voltamos lá, se eu vou estabelecer uma restrição de outorga em uma bacia na quarta-feira, e isso faz com que uma fábrica com três mil empregados tenha que fechar, eu tenho que considerar isso, né? Eu tenho que considerar isso. E isso, eu não vou considerar no Estudo de Impacto Ambiental daquela fábrica. Isso não aparece no Estudo de Impacto Ambiental. Agora, se eu disser que essa fábrica vai fechar, porque é o caso de restrição de uso, o que a gente está dizendo é o seguinte: eu tenho que considerar que eu vou perder três mil empregos, que eu vou perder aquela atividade econômico, que eu vou perder uma dinâmica de desenvolvimento regional, eu nem participei da construção desse texto, mas eu estou entendendo que é isso, quer dizer, então é disso que nós estamos falando quando se fala em considerar o impacto econômico aqui, quer dizer, se eu vou fechar uma fábrica para ter uma vazão de mais 1 metro cúbico por segundo e vou perder três mil empregos, será que eu não consigo essa vazão de 1 metro cúbico por segundo com outras formas sem perder três mil empregos? É disso que está se falando aqui.

A SRª. MARCELA ALBUQUERQUE MACIEL (ANA) – Complementando. O que eu quis dizer na realidade primeiro, a avaliação de impacto ambiental, né, como gênero de estudos ambientais, na Constituição, a gente tem o Estudo de Impacto Ambiental para significativos, impedimentos significativos impactos, somente é empreendimentos específicos. Eu tenho a avaliação ambiental estratégica para a questão se for da própria política, eu posso ter uma avaliação de impacto ambiental da política de um plano do projeto de um programa, né, isso conhecido às vezes com o nome de AE, enfim, tenho vários tipos de Estudo de Impacto Ambiental integrada, a existência desses estudos, que já existam na bacia, vão ser considerados para a criação do plano, sem dúvida nenhuma, e a gestão ambiental tem que ser integrada, né? Agora, de forma alguma, o que eu quis falar também quando se está separando o socioeconômico com o ambiental, é que na ideia de desenvolvimento sustentável, necessariamente, eu sempre tenho os três pontos a serem considerados. Enfim, eu boto a cultura dentro da justiça social, eu não retiro dali, né? Mas, eu tenho assim, eu não retiro, nunca vai funcionar se a questão econômica não for considerada, né? A questão dos empregados aí não foram considerados, a questão ambiental também não for considerada e dos empregos, aí eu junto, porque é o tripé da justiça social da ideia do desenvolvimento sustentável. Então, falar em desenvolvimento seria suficiente para mim, porque embarcaria tudo. E aí, assim, se necessariamente eu preciso também considerar uma variável ambiental, né, eu não posso ter um parágrafo que não fale dela, porque só está falando do econômico e lá no inciso, eu disse: inciso II, ambiental, podia ser um socioambiental primeiro. Mas, enfim, separei aí os fundamentos do desenvolvimento sustentável em dois, mas o § 1º não fala de nada de ambiental, ele está errado, né? E aí eu teria que ter ainda a preocupação em saber quem vai tratar do lado ambiental, porque ele não pode ser desconsiderado, eu não posso simplesmente considerar a questão econômica da fábrica de quantos empregos, porque perde um dos lados e o lado ambiental tem que ser considerado sempre também e aí existe, se não vai ser o Conselho Nacional de Recursos Hídricos a fazer essa Resolução, que também considera o lado ambiental, quem vai considerar? Eu vou ter tudo isso sem levar o ambiental em consideração, acabou, né?

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Indo já para os finalizando, né, o art. 4º, acredito.

O SR. PATRICK THOMAS (ANA) – Bom, vamos lá. Começando pelo *caput*, enfim, eu vou pedir desculpas seu eu sou repetitivo, mas é porque precisa ficar registrada a questão da prioridade para outorga de novo e não prioridade de uso. Então, eu vou pedir Roseli, para você copiar a minha manifestação lá do art. 3º que é à mesma, mas é importante que fique registrado aí de novo. Pode copiar toda a manifestação. Pronto. Ok. Agora, segundo ponto é com relação à análise que nós fizemos, como o Luciano mencionou ontem da aplicação, aplicabilidade dessa Resolução, né? Porque nós lá na ponta que vamos ter que colocar isso de pé no dia seguinte que for aprovado. E aí na nossa visão essa definição de critérios, ela é muito vaga, ela não permite a sua aplicação. Eu vou dar um exemplo aqui, eu peguei a Resolução só para vocês terem uma ideia, abri aqui o conjunto de normas e peguei a primeira que me veio aqui com relação a critérios, peguei aqui a 143, critérios gerais de classificação de barragens, podíamos pegar outra, peguei essa. Aí vem: as barragens serão classificadas, conforme os seguintes critérios: altura do barramento, comprimento do coroamento do barramento, tipo de barragem, tipo de fundação e dados da barragem, tempo de recorrência da vazão do projeto de vertedor e aí vai. Isso são critérios, objetivos, eu vou considerar esses critérios, eu vou medir a altura, eu vou medir o comprimento e etc.. Isso são critérios. Isso eu consigo implementar, né? Agora, você diz para mim: não, você vai definir as prioridades considerando como o critério socioeconômico. Tudo bem, mas socioeconômico é um aspecto, é muito abrangente isso, né? É o quê? É o salário da pessoa, é à condição de vida?

[2h36min34seg] O SR. NÃO IDENTIFICADO – Pode dizer que é o salário, senão os outros não são considerados.

O SR. PATRICK THOMAS (ANA) – Pronto. Eu sei, mas você tem..., enfim, a Resolução, eu peguei um exemplo aqui, podemos pegar outro, ele é bem objetivo, né? Para eu classificar um barramento, eu preciso saber a altura, o comprimento, o tipo, fundação, etc.. Para esse item, para esse tema, eu teria que ter também um detalhamento melhor dos critérios, se não como que nós vamos operacionalizar e aí vem aquilo que nós falamos ontem, se você deixa muito aberto, você dar uma carta branca para os Comitês, para os órgãos gestores fazerem o que eles bem entenderem, né? Porque tudo cabe dentro de socioeconômico, dentro de ambiental, né? Eficiência hídrica, aí já está um pouquinho mais bem delimitado, mas mesmo assim ainda insuficiente, porque vocês veem que eles vinculam eficiência hídrica com condição social do usuário. Então, o que, enfim, tem a ver uma coisa com a outra? A condição social, então se você é um usuário que tem uma condição social menos privilegiada, você deve ter uma eficiência? Se você tem uma condição social mais privilegiada, você deve ter outra eficiência? O que, enfim, quem montou a regra pensou, né? Então, se você é rico, você tem que ser eficiente, você pode ser ineficiente? Será que foi isso que ele pensou? Uma indústria tem que ser mais eficiente do que um irrigante pequeno? Lá na ANA, por exemplo, nós não distinguimos, você pediu outorga, tem os critérios de eficiência, tem que seguir independente de ser a Vale, ou ser um irrigante pequeno, né? Então, enfim, como que a gente aplica isso? Como que a condição social do usuário interfere na análise da eficiência dele, né? Isso não está claro também. Bom, aí a situação de irregularidade já é, enfim, um critério um pouco mais delimitado, só que ele entra em contradição, como a Marcela mencionou, com o art. 3 § 2º, porque ele diz que para atendimento a esse critério de situação de irregularidade serão observadas a data de emissão da outorga, o protocolo, dando prioridades as outorgas já estabelecidas, né? Então, eu dou prioridade para as outorgas estabelecidas, mas significa que eu posso alterá-las, né? Se isso é um dos critérios. Só que o art. 3º diz que não pode alterar as outorgas estabelecidas. Então, está

contraditório com o próprio art. 3º § 2º da mesma Resolução, ou seja, um diz que não pode mexer nas outorgas emitidas e o outro diz que pode mexer, mas eles serão prioritários. Então, mexe depois. Primeiro mexe nas novas outorgas, depois mexe nas outorgas antigas. É isso que está escrito aqui. Então, tem uma, eu não sei se é ilegalidade, porque não é uma Lei, mas enfim, tem uma contradição aí normativa, né? Então, Roseli, vamos colocar isso aí no papel, por favor. Você já estava colocando, enquanto eu estava falando? Então, vamos lá, deixa eu ver o que você escreveu. Não considero os próprios Conselheiros. Ponto. Vamos lá. Os critérios são genéricos... Pode colocar aonde você está depois de Resolução. Pode. Bota assim, os critérios são genéricos, indeterminados e não permitem a aplicação das prioridades. Aí bota: no caso específico da eficiência hídrica. É preciso esclarecer como a condição social dos usuários deve ser considerada, deve ser avaliada..., como a condição social deve ser avaliada e considerada na eficiência hídrica. Pronto, agora o item 4, né? Com relação... Não, o inciso IV e o § 2º estão em desacordo, inciso IV e o § 2º estão em desacordo com o art. 3º e § 2º. Com o art. 3º §2º da própria Resolução. É para Resolução só para concluir aqui. É sobre esse ponto específico Gustavo? Então, deixa eu só concluir essa frase e o § 2º da própria Resolução, na medida em que um dispositivo veda a aplicação das prioridades as outorgas já concedidas, já concedidas e o outro permite a aplicação das prioridades as outorgas já estabelecidas. E o outro permite a aplicação das prioridades já estabelecidas. Vamos ao texto que ele usou aqui. Já estabelecidas. Eu tenho outros pontos, mas eu vou parar aqui, que o Gustavo pediu uma aparte.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – E eu queria chamar atenção para o horário, é 12h00 já, se a gente não conseguir concluir, eu sugiro que a gente vá até 12h30, se tiverem de acordo, ou 13h00, se for para concluir. Mas, se a gente não conseguir concluir, a gente vai ter que remeter para a próxima reunião da CTIL. Então, eu peço que as pessoas sejam bem pontuais, objetivas, já indo para as conclusões. E o Gustavo vai fazer referência a fala do Patrick.

O SR. PATRICK THOMAS (ANA) – Só um aparte, eu ainda não concluir as minhas observações.

O SR. GUSTAVO TOSTES GAZZINELLI (Fonasc-ONG) – Só uma questão antes de fazer a minha pergunta para você. Eu estou percebendo assim, algumas falas aqui e o pessoal da ANA está tendo esse cuidado, esse zelo em registrar bem as falas deles. Eu, por exemplo, fiz algumas observações mais rápidas e as minhas observações não ficaram registradas, algumas, da forma que eu gostaria. Então, e eu não responsabilizo a Roseli não, porque eu falei rápido, eu não tive o mesmo cuidado que o pessoal da ANA está tendo, mas eu vou querer fazer a ressalva da forma adequada nos momentos certos. Então, o que eu proponho, se não tiver ninguém, nada, acrescentar nada, é que a gente repasse desse art. 4º item por item para ver se ficou faltando alguma coisa de quem já falou, tá? Que aí a gente fecha fazendo esse passamento aí. A minha questão para o Patrick é o seguinte, você usou a palavra aí considerada, deve ser avaliada e considerada na eficiência hídrica, ou considerando a eficiência hídrica, que é uma palavra que não estava, é uma expressão que não estava no art. 4º. E eu queria... Está no art. 3º? Inciso III? Engraçado eu não vi essa palavra aqui não. Ah tá, eficiência hídrica de uso. Tá. Desculpa. Está mesmo. Beleza.

A SRª. SONÁLI CAVALCANTE DE OLIVEIRA (Companhia Hidrelétrica do São Francisco) – Adriana, Sonáli da Chesf. É um esclarecimento quanto ao que o Gustavo colocou. Eu havia entendido que o que não ficou escrito aí na Resolução, você ontem falou que os posicionamentos seriam transcritos para essa

proposta de Resolução caso a decisão fosse remetê-la de volta para as Câmaras Técnicas com as observações do que aqui foi discutido. Eu entendi que estava assim. É isso?

A SR^a. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Considerando o que está escrito aqui, que a Roseli conseguiu registrar e considerando também a memória completa da reunião, a gente vai sintetizar num parecer, vai mandar para a Câmara Técnica e a Câmara vai decidir em relação a esse parecer.

O SR. PATRICK THOMAS (ANA) – Só que tem um problema, algumas posições aqui estão sendo registradas de uma forma muito clara por escrito, né? E outras vocês vão resumir e alguma coisa, ao fazer esse resumo, poderá passar. Então, por isso que eu estou pedindo que se faça uma passagem dos itens para a gente fazer esse registro devido, porque eu estou como “gato já esquentado”, eu estou percebendo que a ANA já está trabalhando juridicamente com essa matéria, até para talvez depois arguir sobre a legalidade dela, seja no Plenário, seja onde for, a estratégia está muito clara. Então, eu também gostaria de que as nossas posições, que inclusive algumas em contraponto, fica indevidamente registradas para que na análise desses posicionamentos a gente..., elas também sejam consideradas.

A SR^a. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – O Júlio vai fazer um comentário a respeito disso também.

O SR. JÚLIO THADEU SILVA KETTELHUT (SRHQ/MMA) – Olha no tempo que eu estou aqui, eu acho que esta não só houve essa Sonáli, é a Resolução que veio que mais teve interferência, não é? Eu nunca vi um negócio desses, parece que letra por letra, palavra por palavra tem alguma coisa que não... Eu fico até com medo se a gente continuar discutindo isso até o final do dia, a gente chegar à conclusão que a Lei de Recursos Hídricos não é válida, sabe, porque a tendência a coisa vai indo, vai indo, vai indo e que tudo está escrito não sei aonde, está escrito não sei o que, a gente vai chegar a uma conclusão que não precisa de Lei de Recursos Hídricos. Mas, o que eu queria dizer é o seguinte: eu acho que nós vamos ter, já falei, nós estamos registrando tudo, todas as opiniões pessoais, ou do órgão que aqui representa, o Gustavo quer complementar, eu acho que também concordo que eu acho que têm coisas que estão muito sinte..., uma síntese e talvez fosse melhor explicado. Agora, o que nós vamos ter que decidir, eu acho que está chegando o momento, eu imagino que se nós formos votar consideração por consideração para nós votarmos aqui se vai, ou se fica, ou entra, não vai sair da segunda na melhor das hipóteses hoje, né? Porque vai ser aquela..., porque aí vai ser aquela discussão filosófica em cada uma das considerações. Por outro lado, nós não podemos enviar isso de volta para a Câmara Técnica como opinião de CTIL. Tem diversas coisas que eu não concordo, tem coisas de mérito, por mais que o argumento seja que influencia no legal, mas é de mérito, tá? Então, não dá para a gente... então, eu acho que nós teremos talvez aí Adriana, talvez como sugestão tá, de ao final, quando todo mundo já opinou, já justificou, já colocou a redação que acha melhor naquilo que ele falou e não naquilo que o outro falou né, aí nós vemos como vai ser esse encaminhamento né, ou volta aquelas duas situações, a gente encaminha para a Câmara Técnica e aí a gente tem que tomar o cuidado no encaminhamento, ficar claro que não é uma posição da CTIL, isso é mais importante, é o encaminhamento e nós estamos devolvendo com sugestões, diferentes sugestões que aconteceram aqui, os diferentes técnicos para que isso seja avaliado pela Câmara Técnica, naquilo que for mérito ela vai ver se é pertinente ou não, enfim, ou a gente teria que levar a Resolução do jeito, a proposta de Resolução do jeito que entrou aqui, e a gente chegar lá no Plenário, levar ao Plenário e dizer que a CTIL acha que essa Resolução, se for o caso também, enfim, dá o parecer nosso com relação a Resolução lá no Plenário. Mas, de qualquer maneira, a

gente vai ter que chegar agora no final e depois atualizando aí o que falou, o que pensou, eu acho que até isso, se for o caso, pode ser feito em um segundo momento porque não vai ter discussão, quer dizer, é a opinião de cada um, né? Falar “não, que você está certo” podia até colocar um contra ponto, mas não dizer o... botar palavra na boca do outro, isso poderia até ser feito em um segundo momento, não precisaria ser feito agora porque é a opinião, poderia ser feito em um segundo momento e daí, se for o caso de encaminhar isso à Câmara Técnica daí a gente encaminharia tudo à Câmara Técnica como opinião dos participantes da CTIL, né? A gente tem sempre esse cuidado quando fala opinião do Conselho Nacional de Recursos Hídricos que a gente emite, às vezes, como foi pedido, algumas vezes a gente tem opinião dos Conselheiros é uma coisa, e opinião do Conselho é outra. Então, aqui é a mesma coisa, eu acho que é um cuidado que a gente vai ter ao final das... eu imagino que não tem como discutir item por item das sugestões que foram feitas, aí não saímos até segunda.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Eu iria sugerir que a gente consolide esse material, tanto com o que está registrado aqui já, como o que a gente receber da degravação, e aí passe para os membros da Câmara Técnica para que eles avaliem, em duas linhas, vão ter as questões legais que a gente pode colocar no parecer como manifestação da Câmara Técnica, e vão ter algumas sugestões, recomendações de mérito, que as outras Câmaras Técnicas poderão acatar ou não, porque o mérito quem decide são as Câmaras específicas. A gente pode até fazer uma leitura geral, mas eu acho que a gente, às vezes, está até se repetindo nos argumentos né, porque uma coisa leva a outra, então eu acho que já tem material bem denso aqui para a gente ter um arrazoadado para... e a minha sugestão é que, volte para as Câmaras Técnicas respectivas porque, na minha opinião, do jeito que está essa Resolução não tem condições de ir para o Plenário do Conselho, têm muitas dúvidas, muitos questionamentos legais, de mérito, então a gente viu isso nesses dois dias. E aí, eu passo para os membros da Câmara para colocarem as suas opiniões aí em relação a esse encaminhamento. Gustavo.

O SR. GUSTAVO TOSTES GAZZINELLI (Fonasc-ONG) – Eu sou a favor dessa posição de encaminhar conforme as opiniões ou posições aqui manifestadas, sem ter que fazer uma votação aqui em torno de cada uma, e concordo que se for fazer isso, nós não vamos sair do art. 1º possivelmente. Então, hoje, eu estou de acordo com essa posição. Agora, eu proponho que haja uma sistematização dos aspectos apontados como, e que seja feito em uma tabela, que isso seja feito em uma tabela de forma que, se você tiver mais de uma manifestação sobre o mesmo aspecto legal apareça “manifestação da entidade ou do representante da entidade tal sobre esse aspecto” porque aqui tem mais de uma versão sobre o que é legal e o que não é. E uma questão que eu acho importante, aí lamento se a CTIL na sua tradição histórica, em alguns momentos relevou isso, que é o seguinte, eu vou citar o exemplo das observações que a Marcela fez aqui sobre o art. 4º, aquele § 1º lá, que só tratou dos impactos econômicos, geralmente considerados positivos né, e não tratou dos impactos ambientais, aí essa é uma questão de fundo que eu até pediria Marcelo para você analisar também com a procuradoria do MMA, ela é da ANA, mas eu estou sugerindo que se ela puder, até ontem a Natália falou dessa possibilidade né, de conversar com o pessoal da procuradoria do MMA, se é possível a gente fazer essa legislação, quer dizer, que é uma infra legal né, do ponto de vista da 9.433, colocando certas coisas e omitindo outras, o quê que isso significa do ponto de vista legal, constitucional a gente estar omitindo algumas coisas e tratando outras como sendo aquelas que devem ser consideradas, isso é razoável? Isso... quer dizer, não sei se razoável tem alguma influência legal, o princípio da razoabilidade né que, aliás, eu gosto muito de sempre chamar atenção, mas é cabível esse tipo de coisa? Do ponto de vista da interpretação de uma lei, da aplicação da lei? Essa é uma pergunta de fundo que eu gostaria que fosse feita, porque me parece, e se houve tantas opiniões aqui sobre vários incisos, em grande parte é porque as Câmaras Técnicas que fizeram a

proposta da Resolução elas foram omissas ou foram ativas em excluir alguns tópicos que são importantes para o equilíbrio da aplicação da legislação de recursos hídricos e da sua integração com a área ambiental. Eu tinha uma pergunta também a fazer, o seguinte, devolvendo para as Câmaras Técnicas será que caberia, após o trabalho delas, fazer uma reunião conjunta das três Câmaras Técnicas? Para a gente poder não ter que ficar indo e voltando, vamos supor, (...) chega aqui... não, é diferente, mas é complementar, você ver que vocês fizeram algumas coisas que trouxeram aqui que estão mal escritas, ou que não estão devidamente tratadas. Então, eu pergunto, é possível fazer? Porque eu acho que é preferível você fazer a acareação e resolver o assunto, do que ficar indo e vindo ou pega e joga lá para o Conselho, pode ser uma das soluções, joga lá para o Conselho e enterra lá, entendeu? Então, eu sou a favor da solução, não só da problemática.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Eu acho que, quando devolve para a Câmara, as Câmaras podem também opinar se seria interessante essa reunião, acho que primeiramente deve chegar a sugestões nas Câmaras Técnicas e elas tomarem a decisão com o que o vão fazer com esse material, e aí eu passo a palavra ao Percy.

O SR. PERCY SOARES NETO (CNI) – Bom gente, quem me conhece sabe que eu fiquei mais calado do que falei hoje na média. A minha primeira fala ontem Adriana e Júlio eu acho que isso é uma coisa que nós vamos ter que ter atenção nessa Câmara. Nós entramos excessivamente no mérito dessa discussão que não é papel da CTIL, então assim, nós recebemos uma Resolução votada por quase unanimidade nas Câmaras, e entramos excessivamente no mérito, ela tem problemas legais, foram apontados aqui com muito pertinência, mas nós extrapolamos esses problemas legais tá, então eu acho assim, isso é uma coisa que a gente tem que ter claro, né? Tudo bem, foi minha primeira fala, houve o entendimento que tínhamos que continuar né, o Gustavo defendeu que caberia à CTIL, também não fiz disso um cavalo de batalha, e eu achando que não deveríamos e podemos continuar trabalhando juntos, então acho que isso é uma coisa a ser pontuada, e é uma coisa a ser evitada, nós temos uma pauta muito cumprida com outros pontos muito importante, e nós estamos há um dia e meio discutindo um texto de resolução e entrando no mérito dessa resolução, esse é um ponto. Um segundo ponto, eu acho muito ruim para a CTIL encaminhar seja para o Conselho, seja de volta as Câmaras sem um mínimo parecer, uma tabela dizendo “a Sonáli disse isso, eu disse aquilo, a Adriana disse aquilo” e alguém (...), eu acho que isso é ruim para a CTIL, quer dizer, a gente discutiu um dia e meio e qual é a nossa opinião, quer dizer, o quê que a CTIL acha? Não, cada um acha uma coisa que está lá e aí que nem o Gustavo disse, quem teve mais atenção ficou melhor redigido ou então vai ter que buscar na gravação, compilar esse tipo de informação, eu acho que é um exercício hercúleo e também não tem consenso sobre as observações, vai ficar nominal cada um, então as pessoas veem a degravação e sabe o que está dito, então quer dizer, que documento vai para o encaminhamento, eu acho que essa é uma questão que nós temos que discutir aqui, nós vamos... seja para onde for, eu ainda não estou entrando no mérito para onde vai, eu acho que tem que ter um documento da CTIL. Qual é o documento que vai, eu acho que é importante a gente discutir, na minha opinião, talvez a gente possa fazer um documento não conclusivo dizendo assim “olha, foram levantadas questões legais e importantes, questões de mérito importantes” apontar os principais pontos de... como é que vou dizer? De dúvida com base na degravação né, porque é importante também quando isso circular e alguém dizer “ah não, isso não foi votado” não, então com base na degravação os principais pontos de dúvida, então quer dizer, voltou a discussão de prioridade de outorga e prioridade de uso, tem as questões legais levantadas pela procuradoria da ANA, tem várias questões que foram levantadas que eu acho que dá para fazer um relatório dizendo que essas questões foram levantadas e nesse sentido, a gente encaminha para uma reavaliação da Resolução. Eu acho,

tendo em vista que isso veio de um trabalho conjunto de duas Câmaras com quase unanimidade, que a gente deveria encaminhar ao Plenário do Conselho com a sugestão de que o plenário do Conselho devolvesse às Câmaras. Eu acho que esse é o melhor encaminhamento, olha, a CTIL identificou um conjunto de fragilidades, dessa, dessa e dessa ordem, essa Resolução veio dessas Câmaras, a CTIL não se sente confortável com o texto que está aí, mas eu acho que seria muito ruim voltar da CTIL para as Câmaras.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – O Rodrigo está inscrito, mas o Júlio vai fazer uma fala, 15 segundos.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (SRHQ/MMA) – Eu concordo com que o Percy falou, só com um detalhe Percy, essa tabela, se for tabela, seja o que for, a gente tem se ater com a CTIL os aspectos legais, os aspectos que foram levantados aqui de ordem e de mérito a gente não pode como CTIL falar que a CTIL apesar de nós termos discutido, que a CTIL está dando opinião de mérito no negócio, nós não podemos assinar em baixo uma coisa que não é permissão nossa, pode até encaminhar, mas não falar que é a posição de mérito da opinião da CTIL no mérito, isso não pode.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Então, o Gustavo vai comentar essa mesma questão, aí depois você está inscrito. É só porquê...

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (Fonasc-ONG) – Olha só, a Resolução 4 continua valendo para a CTIL do CNRH? Se ela continua valendo, está aqui ô. A Resolução 4.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Que cria a CTIL.

[3:04:47] O SR. NÃO IDENTIFICADO – Que cria a CTIL.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível).

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (Fonasc-ONG) – Não, mas aqui eu estou lendo ela, depois pode até ler a outra, e a gente ver se o que eu vou ler aqui está ultrapassado, a Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais ela cabe examinar e manifestar-se sobre constitucionalidade, a legalidade, os aspectos institucionais e a técnica legislativa de propostas para o deliberação do Plenário, e conforme o caso, um, adequar o texto proposto a melhor técnica Legislativa, dois, articular-se com a Câmara Técnica de origem para adequação em casos de necessidades de modificações de relevo no aspecto formal, três, encaminhar a matéria às Câmaras Técnicas de mérito com recomendações de modificação e direcionamento, acompanhadas das respectivas justificativas, aliás, isso era o “A” que era o... “B” acompanhar, analisar, emitir parecer sobre legislação de recursos hídricos, analisar a proposta de criação... bom, isso não vem ao caso, e tal, outras providências constantes do regimento interno e que forem delegadas pelo Plenário do CNRH. Então, eu acho que, nós podemos sim fazer encaminhamentos

a Câmara Técnica sobre questões de adequação que nós consideramos relevantes seja sob o ponto de vista constitucional, legal, de aspecto institucional, e da técnica legislativa. Está certo? Então, nós podemos muito bem, boa parte das questões que nós tratamos aqui foram sobre esses aspectos, apesar de, ao que parece, você divergir e o Percy também. Então, e eu assim, isso é a cultura da CTIL, até eu pelo menos não concordo com essa cultura, e eu vou defender o que eu acho que é princípio constitucional, legal e institucional aqui, e se porventura alguns dos colegas preferem achar que não é só formalismo, vai me desculpar, eu vou divergir, eu estou como Conselheiro e vou exercer esse direito.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (SRHQ/MMA) – Positivo. Olha, o que eu falei foi exatamente isso que você está falando, você não me entendeu, aquilo que for de competência da CTIL, a CTIL manda, aquilo que não for de competência da CTIL quando entra em mérito que não está em nenhuma dessas coisas que você falou, mesmo que o mérito se a Câmara Técnica veio, fala que é 15 metros cúbicos, nós vamos chegar à conclusão que é 13, e mudamos... não, mas eu estou dando um exemplo para ficar claro, tem coisas aqui que são coisas de mérito no meu modo de ver, nisso eu acho que não compete a CTIL encaminhar, devolver à Câmara Técnica porque nós da CTIL achamos que é de mérito, com o cuidado que nós vamos ter com isso, a gente pode fazer tudo isso que você falou, é isso que eu disse, é exatamente isso. E a CTIL sempre fez isso, não fez nada de diferente.

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (Fonasc-ONG) – Só que existe uma subjetividade entre definir o que é de mérito ou não, e eu quero saber quem é que vai definir o que é de mérito ou não?

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (SRHQ/MMA) – Aí vota aqui. Vota aqui, pronto, vota aqui.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Gente olha, temos cinco inscritos, meio dia e meia, o Antônio está inscrito já há um tempo para falar, e aí logo depois o Rodrigo, Percy, Marcela e Gustavo. Pode ser, Antônio.

O SR. ANTONIO MAURÍCIO FERREIRA NETTO (MTPA) – Sou Antônio Mauricio, Ministério dos Transportes. É só para cumprimentar a CTIL por ter cumprido a sua função apesar das grandes resistências dos embates e da dificuldade, e a dificuldade não é pouca, esse texto consagra milhares de imperfeições e até uma certa esquizofrenia, se você notarem essa esquizofrenia institucional, então fica difícil de você trabalhar sob esse aspecto. Ele levantou que são as nossas deliberações, um texto que tenha essa imperfeição de natureza, eu pelo menos tenho muita dificuldade para não falar bobagem, inclusive. Apoio o envio para as Câmaras institucionalmente, e assim, somando as duas propostas, eu acho que a gente nessa, o que nos cabe institucionalmente nós vamos ter que ser bem claros a nossa posição, obviamente que as observações também podem estar consagrados, mas você perceber que quando você fala assim, mérito aqui, você está falando de mérito que a proposta não consagrou, ela não consagrou esses méritos, os grandes méritos que foram discutidos aqui a gente iludiu que deveriam ser tratados. Então, essa minha fala e a minha posição é para que se manda para as Câmaras, talvez não como o Percy falou que talvez seja um pouco, não tem (...) em mandar vir o Conselho, acho que deveria mandar diretamente.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Obrigada Antônio. Rodrigo.

O SR. RODRIGO FLECHA (ANA) – Eu acho que ainda nós não concluímos a discussão do Art. 4º, não é isso?

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Sim, mas se pode concluir.

O SR. RODRIGO FLECHA (ANA) – E dos considerandos também, não é isso?

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Talvez nem tenhamos tempo né, hoje.

O SR. RODRIGO FLECHA FERREIRA ALVES (ANA) – Bom, essa que é a pergunta que eu estou fazendo, quer dizer, o pactuado foi continuar, né? Bom, o § 2º, o Patrick já fez uns comentários aí, mas o § 2º parece que remete... do Art. 4º remete àquela mesma questão que a Dra. Marcela colocou, da data, e me parece Dra. Marcela que carrega uma ilegalidade também isso aí, está certo? Então, Roseli, por favor... Outro § 1º, aí já é uma questão que eu acho que é de mérito, mas que traz um prejuízo grande, porque o § 2º para mim, de novo, tem a cara do assunto de batalha, de novo porque fixa uma data, a partir do momento que fixa uma data tem cara da (...) batalha, são marcos, tá? O § 1º menciona, além dos comentários que o Patrick já fez, que você tem que conduzir estudos do ponto de vista local, regional, e nacional, está certo? Isso carrega uma complexidade enorme e muita subjetividade extremamente grande, eu não vou citar o caso de são marcos, vamos pegar, por exemplo, o caso de uma bacia, uma Pituba, por exemplo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul né, bacia pequena, tem uso agrícola, pode ter o uso de lazer, turismo, etc., então eu vou ter que, para definir uma prioridade de uso em uma bacia desse porte, eu vou ter que avaliar toda a agricultura nacional? Ou todo turismo nacional? Porque os estudos estão colocando aqui, avaliar impactos local, regional e nacional. Então, é de se reavaliar um pouco isso, porque aqui nós estamos colocando, eu brinco um pouco, são os 12 trabalhos de Hércules aqui, a gente não vai chegar a nenhuma conclusão sobre isso, entendeu? E aí, no § 3º, coloca a questão de forma sistêmica e integrada, que é até interessante, mas é genérico, e coloca a metodologia multicritério. Você tem um conjunto de outras possibilidades e ferramentas hoje em dia que não se reduzem somente a metodologia multicritério, porquê que escolheram essa? Ou metodologias adequadas a cada caso, eu não estou desmerecendo a metodologia multicritério ao que tem seu valor, tá? O parágrafo quarto fala que deve obrigatoriamente possibilitar soluções diferenciadas que evitando soluções lineares. Nem sempre. Você pode ter uma pequena sub bacia, uma solução linear é possível. Então, você não pode engessar, colocar condicionantes que na prática não serão cumpridas. Eu acho que essa, quer dizer, a minha conclusão geral dessa resolução, além dos problemas legais que foram aqui mencionados fortemente pela Dra. Natalia e a Dra. Marcela que a gente constatou aqui um pouco também, elas apresentam um rol de condicionantes que na prática você não vai aplicar nunca, na prioridade de uso tá, é um pouco em linhas gerais, seria isso, tá?

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Percy. Marcela.

A SRª. MARCELA ALBUQUERQUE MACIEL (ANA) – A Dra. Natalia chegou, então vou passar para ela, mas só para complementar, à intervenção do Rodrigo que, era mais ou menos que eu tinha dito sobre a mesma situação temporal do artigo anterior né. A gente cria aqui, para mim é algo até pior, porque ele só se refere ao inciso 4º que fala da situação de regularidade de uso e de direito de uso, e eu me pergunto, eu vou considerar irregular o direito de uso de algo, por conta da data? Com prioridade já estabelecida, sendo que, no início à Resolução já diz que está tratando de prioridades, de diretrizes e critérios gerais, falando já que a prioridade vai ser aplicada em situações de escassez e aqui torna uma outorga concedida anteriormente, assim, enfim, causa o problema da isonomia, tem o problema de um marco temporal criado por Resolução com tratamentos diferenciados e, às vezes, dependendo da situação até pela aplicação do próprio § 4º e do 3º você pode chegar à conclusão de que é necessário mexer mais até nas outorga anteriores. E aí eu tenho esse impedimento vindo pelo § 2º. Então, ele é um artigo que dentro do próprio artigo, há contradições internas. Fora as contradições internas com o próprio restante da resolução e com seus considerandos, fora o que a gente já falou aqui muita das divergências com a lei, que eu nem estou falando dela, estou falando da divergência agora interna do artigo em si que vai causar muita dificuldade. E aí por parte também da nossa, que eu já tinha discutido antes com a Dra. Natalia, nossa posição é de, pelo menos assim, de tudo que eu vi hoje de manhã e do que ela tinha passado das discussões de ontem na procuradoria, nós entendemos que todas as discussões aqui foram jurídicas, elas têm todo esse cunho legal e constitucional, e portanto, são da competência da CTIL e nós somos pela devolução às Câmaras Técnicas com essas indicações, que nós vamos fazer, se necessário com a degravação e tudo, e separado por cada ponto aqui levantado por nós.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Gustavo, CNA.

O SR. GUSTAVO DOS SANTOS GORETTI (CNA) – Bom dia a todos, desculpa pelo atraso, eu cheguei agora no final da reunião, já tinha um compromisso lá na CNA e por isso que ontem eu votei para discutir a matéria na próxima reunião, que eu acho que a gente foi voto vencido, mas pelo que a gente tá chegando aqui a gente não vai conseguir se discutir tudo. E o que eu estou chegando à conclusão, a minha opinião, até queria saber se a gente pode solicitar encaminhamento, se a Resolução apresentou inúmeros problemas legais e, inclusive técnicos, apesar da impossibilidade da gente discutir isso aqui, foi discutido. Eu concordo com o Júlio também, eu já participei como membro de outras Câmaras em discussões, nunca tinha visto dessa forma, e estou na CTIL já tem alguns anos, uns dois ou três anos, e também nunca tinha visto essa discussão tão técnica em cima de assuntos... tanto que as reuniões da CTIL são rápidas, em comparação com as Câmaras, porque quando não tem legalidade passa e quando tem, volta e para. E nessa Resolução em si, isso foi, como você falou, foi a primeira vez que eu também vi. Eu queria que em 2007 quando eu vi aquela resolução de reuso tivesse tido esse tipo de discussão, mas parou, tem números aqui, não pode é o CONAMA acabou voltou, e o negócio foi só... até hoje não saiu nada que... por causa disso, não por problemas de falta de discussão, mas eu estou vendo que tem problemas, os critérios não são critérios, o que está escrito aqui é ilegal segundo a ANA que é um dos órgãos que vão trabalhar com isso, e o que eu estou percebendo é que essa resolução ela é inócua. Tudo que está escrito aqui, praticamente foi copiado da lei, então a gente... a minha opinião é que se isso aqui foi como o Wilson falou, foi uma demanda baseada em um caso específico e está se tentando fazer uma resolução com um caso específico, o Rodrigo acabou de citar aqui, isso parece batalha, porque essa Resolução foi resolução para se tentar reverter a questão de batalha. Então, a minha opinião é que assim, é minha opinião, eu não sei se isso é possível, como que funciona isso, que esse assunto não deveria nem voltar para a Câmara, devia ser extinguido a CTIL extingue, entender, eu não sei se pode, mas que isso... porque um Ministério fez uma questão para a Câmara, agora a gente vai ter que fazer

uma resolução, é sempre assim que funciona? Se alguém pedir, é obrigatório uma Resolução? Então, eu não vejo, porque o Ministério de Minas e Energia fez essa solicitação agora a gente é obrigado a fazer uma Resolução. Então, eu estava em uma discussão na CNA justamente sobre isso, que a gente tem regra de mais, tudo tem regra, então a gente tá pegando, fazendo resolução, copiando um monte de artigo da lei, falando aplica-se uma coisa inaplicável. Então, a minha opinião é que isso, deveria... não sei, pelo que o Júlio já falou ali não pode, mas a minha opinião é que esse assunto deveria parar de discutir, a gente perdeu aqui dois dias, teve um avanço técnico em discutir, eu concordo, a gente foi muito aprendido, mas tem outros assuntos que não vão ser discutidos porque a gente ficou discutindo se é outorga, se é uso, se não é, o dia inteiro e daqui a pouco vai voltar, não é uso, é outorga. Então a minha opinião é que esse assunto deveria ser extinguido.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Então, eu vou passar para o Wilson para fechar as falas e aí a gente vai decidir qual vai ser o encaminhamento que a gente está terminando essa manhã e temos que tomar uma decisão. Wilson.

O SR. WILSON DE AZEVEDO FILHO (Pescadores e Usuário de Águas para o Lazer e Turismo) – Wilson de Azevedo. A minha solicitação é que, assim como alguns membros aqui tiveram a oportunidade de ditar o que pensava especificamente que o Gustavo ponderou, dependendo do encaminhamento eu também vou querer ter essa possibilidade de escrever o que eu disse, porque eu falei muito aqui e tenho uma linha e meia da minha fala ali, quer dizer, então ali não é possível, né? Tá? Então vamos ver o encaminhamento e eu quero, dependendo do encaminhamento, eu quero essa possibilidade de complementar todas as minhas falas do texto da resolução.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Alguém quer dar uma sugestão de encaminhamento, ou eu coloco...? Então aí eu coloco...

O SR. RODRIGO FLECHA (ANA) – Eu acho que a gente podia deferir aqui se, a proposta da ANA é de voltar para as duas Câmaras Técnicas, a gente podia decidir aqui. A questão que o Wilson falou do Gustavo que eu acho importante, que isso vai ser feito uma degravação e depois todos terão a oportunidade de olhar e reescrever as coisas lá dentro, para dar maior embasamento e etc., quer dizer, isso pode ser feito, esse documento, e define-se aqui que vota se vai para o Conselho ou se volta para as Câmaras, agora, indo para um ou para outro, de toda maneira tem que ter um documento que todos vão ter que cancelar, o documento é certo.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Sim claro. Isso já é pacífico.

O SR. RODRIGO FLECHA (ANA) – Para A ou para B, não é isso? Então, vamos decidir aqui que encaminhamento que será dado, ou se vai para o Conselho como o Percy propôs, ou se volta para as Câmaras como é a proposta da ANA.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Tá. Só antes de decidir esse encaminhamento eu quero lembrar que a gente não terminou de discutir, ficaram faltando os considerandos, se a gente

decidir esse encaminhamento de voltar, vamos deixar de analisar os considerandos, se já quisermos que volte agora. Eu, na minha opinião, não tem tanto prejuízo, porque na discussão dos artigos já se tocou em vários pontos dos considerandos, mas aí fica à decisão da Câmara, porque também a outra alternativa é não finalizarmos a discussão ainda e passarmos aos considerandos, aí pode ser hoje à tarde, eu imagino que não porque a gente vai perder o restante da pauta, ou na próxima reunião da CTIL. E aí, eu coloco duas questões para decisão. Uma, há necessidade da gente fazer o restante da leitura da Resolução e colocar os comentários, então finalizar essa leitura, e isso seria feito na próxima reunião da CTIL, então não acabaria hoje. Dois, consideramos que o que já foi posto até aqui pode também afetar e contribuir para os considerandos, e já fazemos um parecer da CTIL devolvendo para as Câmaras Técnicas ou para o Plenário, porque isso também vai ser uma segunda decisão, então podemos fechar aqui a nossa discussão e aí já partir para a elaboração de um parecer ou continuamos a discussão na próxima reunião? O primeiro ponto é esse.

O SR. RODRIGO FLECHA (ANA) – É o seguinte, como o documento vai ser elaborado, as pessoas podem colocar os comentários à respeito dos considerandos e a Dra. Marcela já fez um comentário importantíssimo que, os considerandos que desconsideram da nossa parte, não é isso?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível).

O SR. RODRIGO FLECHA (ANA) – É. Então, eu acho que pode ficar para o documento, passar para todos, para que todos possam complementar os comentários sobre o considerando. Está bom?

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Júlio...

[3:24:20] O SR. NÃO IDENTIFICADO – E aí a proposta é que, vai para o Conselho ou volta para as Câmaras.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Tá. *(Inaudível).*

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (SRHQ/MMA) – Eu acho que a proposta aí para o Conselho ela é diferente do contexto de voltar para a Câmara Técnica, nós não vamos mandar para o Conselho sugerindo voltar para a Câmara Técnica, concordam? Aí é perder tempo. A outra coisa, se for para o Conselho é para não existir mais a resolução, aí porquê... outra coisa, como lembrando outra vez, isso aqui não foi uma proposta que nasceu da Câmara Técnica, foi o Conselho que mandou à Câmara Técnica, então nós... por isso que eu falei não pra você, porque nós aqui da CTIL não temos coisa de... tem que o Conselho decidir, o que nós podemos fazer é que não precisa... se for esse o caso, é, não precisa, daí o Conselho decide. Agora, o quê que vai para o Conselho decidir? Esse é outro problema. O Conselho pode decidir concordar com a CTIL e falar que não precisa mesmo, ou discordar. Agora, se ele discordar, como é que fica? Quer dizer, fica o texto, porque tem que ir o texto, fica o texto original que deu entrada aqui ou volta para a Câmara Técnica? Se a ideia é voltar para a Câmara Técnica, a gente já volta para a Câmara Técnica.

O SR. RODRIGO FLECHA (ANA) – Eu acho que é isso, ou vai para o Conselho ou vai para as Câmaras Técnicas.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (SRHQ/MMA) – Mas, eu acho que o Conselho é besteira, quer dizer...

O SR. RODRIGO FLECHA (ANA) – Vai para o Conselho ou para a Câmara Técnica com o documento consolidando com todos os comentários de todos.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Olha, finalizando as inscrições: Percy e Gustavo. E aí vamos para a votação. Vai para o Conselho ou volta para as Câmaras Técnicas. Percy.

O SR. PERCY SOARES NETO (CNI) – Adriana, então eu vou propor assim, face essa primeira votação, vai para o Conselho ou volta para as Câmaras né, eu estou entendendo que a proposta do Gustavo... e aí um...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível).

O SR. PERCY SOARES NETO (CNI) – Pois é, calma. Então, é isso que eu estou propondo, vai para o Conselho ou vai para as Câmaras, depois disso eu acho que tem uma segunda discussão que a gente tem que avançar, que é um pouco qual é o tom, não é a redação, mas qual é o tom do parecer da CTIL, e isso é importante, quer dizer, não é fazer o parecer, não é redigir, mas qual é o tom, quer dizer, se eu vou mandar para o Conselho e se eu vou mandar para as Câmaras, eu vou mandar dizendo o que? Esse arquivo ali cada um colocando o que falou pode até servir de subsídio para alguém discutir depois, agora, a CTIL tem que ter um parecer formal “olha eu estou devolvendo” por quê que eu estou devolvendo? “Eu devolvi aí” não, por quê que eu identifiquei, onde é que eu identifiquei, por quê que está indo, o quê que a gente discutiu, e isso eu acho que é muito importante, porque isso orienta a discussão nessas Câmaras, né? Então, eu acho que isso é uma discussão que precisa ser feita após a gente decidir o encaminhamento, até porque o tom de um parecer para o Conselho e um tom de um parecer de (...) é diferente.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Bom, a gente pode decidir agora o encaminhamento? É necessário votar? Ponto a ponto? Pessoa a pessoa? Tá. Os temas são, ou a resolução vai para o... Proposta um, resolução vai para o Conselho e lá toma-se a decisão. Proposta dois, resolução volta para as Câmaras Técnicas que a encaminharam com o parecer nos dois casos com o parecer da CTIL. Então, vamos para a votação, o Ministério da Agricultura, José Silvério.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível).

6353
6354 **A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA)** – Ministério do Meio Ambiente Adriana. Volta para
6355 as Câmaras Técnicas direto né. Ministério do Meio Ambiente ANA.
6356
6357
6358 **A SRª. NATÁLIA (ANA)** – Para as Câmaras Técnicas.
6359
6360
6361 **A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA)** – Proposta dois. Ministério de Minas e Energia,
6362 Adão.
6363
6364
6365 **O SR. ADÃO MARTINS TEIXEIRA JÚNIOR (MME)** – Urgente para as Câmaras Técnicas.
6366
6367
6368 **A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA)** – Dois. Ministério dos Transportes, Antônio.
6369
6370
6371 **O SR. ANTONIO MAURÍCIO FERREIRA NETTO (MTPA)** – Câmaras Técnicas.
6372
6373
6374 **A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA)** – Conselho, Rio de Janeiro/São Paulo.
6375
6376
6377 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*
6378
6379
6380 **A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA)** – Conselhos Paraíba/Bahia.
6381
6382
6383 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*
6384
6385
6386 **A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA)** – Paraíba. Mas ela está aqui.
6387
6388
6389 **[3:28:45] A SRª. NÃO IDENTIFICADA** – Câmaras Técnicas.
6390
6391
6392 **A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA)** – Câmaras Técnicas. Conselhos Paraná e Distrito
6393 Federal.
6394
6395
6396 **[3:28:52] O SR. NÃO IDENTIFICADO** – *Câmara Técnica.*
6397
6398
6399 **A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA)** – Irrigantes.
6400

6401
6402 **[3:28:56] O SR. NÃO IDENTIFICADO – Câmara Técnica.**
6403
6404
6405 **A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Tá. Irrigantes, Gustavo.**
6406
6407
6408 **O SR. GUSTAVO DOS SANTOS GORETTI (CNA) – Voltar para o Conselho.**
6409
6410
6411 **A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Conselho. Concessionárias de Energias, Sonáli.**
6412
6413
6414 **A SRª. SONÁLI CAVALCANTI DE OLIVEIRA (Companhia Hidrelétrica do São Francisco) – Retorno às**
6415 **Câmaras Técnicas.**
6416
6417 **A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Indústrias, Percy.**
6418
6419
6420 **O SR. PERCY SOARES NETO (CNI) – Conselho.**
6421
6422
6423 **A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Pescadores e usuários para o lazer. Wilson.**
6424
6425
6426 **O SR. WILSON DE AZEVEDO FILHO (Pescadores e Usuário de Águas para o Lazer e Turismo) – Volta para**
6427 **a Câmara.**
6428
6429
6430 **A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Prestadores de Serviço de Abastecimento e Água.**
6431 **Antônio.**
6432
6433
6434 **[3:29:33] O SR. ANTÔNIO – Dois. Volta para Câmara.**
6435
6436
6437 **A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Comitês e Consórcio, Paulo.**
6438
6439
6440 **O SR. PAULO SAMUEL (Comites) – Câmara Técnica.**
6441
6442
6443 **A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – ONGs, FONASC. Gustavo.**
6444
6445
6446 **O SR. GUSTAVO TOSTES GAZZINELLI (Fonasc-ONG) – Câmara Técnica.**
6447
6448

6449 **A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA)** – OTEPs, Célia.

6450

6451

6452 **A SRª. CÉLIA RENNÓ (ABES-CNRH)** – Câmara Técnica.

6453

6454

6455 **A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA)** – Ok. Então, decidimos que vamos devolver a
6456 proposta de resolução para as Câmaras Técnicas, por 13 a 2. Agora, eu gostaria de ouvir aqui do Júlio, a
6457 sugestão que ele deu no conteúdo do parecer. Você pode falar? Que ele falou de um parecer...

6458

6459

6460 **O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (SRHQ/MMA)** – Não, eu tinha dado uma sugestão anterior de,
6461 todo mundo tem que complementar isso quem que falou né, e encaminhar o documento dizendo que
6462 está devolvendo, agora aí precisa escrever como o Percy falou, a gente tem que pelo menos um
6463 parágrafo para deixar essa coisa clara, que nós estamos devolvendo porque foram identificados... eu
6464 estou pensando alto, não é minha posição... foram identificados diversos problemas com relação à
6465 questão legal, eu acho que não vale a pena, não vai dar tempo ficar discutindo aqui o que é legal o que é
6466 institucional, o que é legal o que é de mérito, e outros que... diversos problemas de questão legal, e
6467 estamos encaminhando contribuições da ata da reunião da CTIL que a CTIL teve que estamos
6468 contribuindo para as Câmaras Técnicas para que reavaliem a resolução.

6469

6470

6471 **A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA)** – E que podem ir, inclusive, como anexo ao parecer,
6472 as contribuições.

6473 **O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (SRHQ/MMA)** – Sim, como anexo...

6474

6475 **O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (SRHQ/MMA)** – Desculpe, e aí Rodrigo, aí vocês podem,
6476 inclusive, eu acho, é a minha opinião, eu não sei se é de todos, na questão dos considerandos vocês
6477 podem considerar diferentes alguma coisa.

6478

6479 **A SRª. MARIA APARECIDA VARGAS (Abragel)** – Eu acho que, até para poder finalizar esse documento
6480 que vai ser um anexo, poderia ser enviado hoje para todo mundo, e dar um prazo para que, se alguém
6481 ainda tiver alguma contribuição, tá?

6482

6483

6484 **A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA)** – É, agora Roseli a gente podia ver os prazos, esse aí
6485 do jeito que está, assim, a gente pode encaminhar hoje mesmo para todos, mas a gente tem um tempo
6486 para receber a degravação né, e aí eu queria ver com a Roseli os prazos para a gente ter tempo de
6487 receber a degravação, elaborar uma minuta de parecer, e também esse anexo para a Câmara decidir.
6488 Qual seria o prazo da degravação Roseli?

6489

6490

6491 **A SRª. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (Secretaria Executiva do CNRH)** – Bom, normalmente a degravação
6492 está demorando umas três semanas para chegar. Porque depende do fluxo de trabalho que eles têm né,
6493 porque não é só nós, têm outros, e aí temos também que avaliar, é bom a gente pensar o seguinte, se
6494 devolver para a Câmara Técnica, a gente só vai ter... assim, pensando alto, só vamos ter reunião de
6495 Câmara Técnica dessas duas, a possibilidade é lá para junho, no final de junho ou julho, então eu acho
6496 que a gente pode pensar, sugerir aí para vocês encaminharem... porque olha só, vai depender muito de

quando chegar a degravação, porque eu vou ter que separar né, e encaminhar para todo mundo e tal. Agora o parecer eu acho que a gente já pode começar fazendo, elaborar, e vocês já podem ajudar também. Eu até sugiro a gente montar um pequeno grupo aqui para não ficar só em cima da Secretaria Executiva, naquela ideia Adriana da reunião com os Presidentes de Câmaras Técnicas que quem faz o parecer não é o relator é a Câmara Técnica, porque o posicionamento é da CTIL, não é da Secretaria Executiva. Então, por isso tem que ter a colaboração de todo mundo, então para que isso seja mais efetivo eu sugiro até que formemos aí um pequeno grupo né. E, então a questão é essa, vai chegar a transcrição, a gente vai encaminhar, já vou encaminhar hoje mesmo essa minuta, quem quiser já fazer as suas considerações, complementar o que foi colocado, que infelizmente não dá para colocar tudo, né? Mas...

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Olhar os considerandos...

A SRª. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (Secretaria Executiva do CNRH) – É. Olhar os considerandos, e quando chegar a transcrição vamos encaminhar, vocês podem olhar também para ver se está tudo ali, e aí vocês têm que pensar um pouco agora em relação a como que vocês querem que as Câmaras Técnicas comecem a se debruçar sobre isso, aí a partir daí a gente pode propor o calendário aqui. *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

A SRª. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (Secretaria Executiva do CNRH) – Não... eu estou falando assim, eu não estou falando quando, porque a gente já vai encaminhar, mas eles só vão poder se reunir, pelo que a gente tem aqui de data de reuniões de Câmaras Técnicas, que a CTPNRH vai se reunir semana que vem, vai ter que ter uma reunião conjunto das duas.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (SRHQ/MMA) – Roseli, só complementando. Eu acho que a gente pode fazer o seguinte, tem aí um prazo para a gente receber a degravação, então são de duas a três semanas, vamos considerar a pior hipótese, três semanas, nesse período, quer dizer, a partir de hoje, o que está escrito ali sinteticamente vocês podem expandir, colocar ideias e enfim, do que está ali. Essa degravação ela vai ajudar, mas eu acho que não vai acrescentar muito, mas a gente poderia então... tem o considerando que são três semanas, a gente daria a partir da terceira semana a gente daria mais o quê? Mais uns 10 dias? É, ficaria um mês total para que vocês lendo as degravações, escutando, lendo né, porque é degravação, lendo a degravação e se quiser enfim, se quiser contribuir antes pode contribuir antes com aquilo que já tem ou... mas até 15 de maio, eu não tenho esperança, por exemplo, se a gente amarrar isso com reunião daí vai ter... eu acho que vai seguir o curso normal das reuniões aí das Câmaras Técnicas. Eu não tenho esperança que essa resolução entre esse ano no Conselho, não, é verdade, eu não tenho. Em junho não entra, com certeza não entra, é não tem. Eu acho que... porque é simples, vai ter que ter reunião conjunta, que não vai ser um dia, não vai ser duas vezes, entre duas Câmaras Técnicas e depois voltar para nós aqui, entendeu? Aí já mata seis meses tranquilo.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Ok. O Percy... A Roseli vai acrescentar.

A SRª. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (Secretaria Executiva do CNRH) – Só lembrando que a gente já tem que definir a próxima reunião da CTIL, que vai ser em maio, por causa da reunião do Conselho tem que ser um mês antes, pelo menos... tem que ser né, porque a gente tem que preparar os documentos.

A SRª. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (Secretaria Executiva do CNRH) – Não, eu sei que independe, mas como você colocou um prazo de 15 de maio e a gente está prevendo a reunião da CTIL para o dia 17, até que seria interessante talvez a gente fazer uma rodada do parecer, entendeu?

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – É, ótimo.

A SRª. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (Secretaria Executiva do CNRH) – Porque aí facilita a gente entregar para o...

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – Exatamente, a gente já aproveita a reunião do dia 17 de maio já com a versão do parecer, fazemos a rodada para poder encaminhar, eu acho que é um... Gente o Gustavo vai falar.

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (Fonasc-ONG) – Eu só acho o seguinte, eu pediria, viu Júlio? Que, foi feito, foram feitas as análises do ponto de vista da competência da Câmara, que é legal, constitucional, institucional de redação da técnica, e da técnica de redação legal, eu acho que deveria ser mencionado os quatro porque há muito essa tendência achar que aqui apenas é o lugar de análise se é legal ou se não é legal, admitida a ilegalidade vai para a frente, eu não interpreto dessa forma, agora, no meu ponto de vista o parecer deve ser um parecer que faz as considerações gerais, as considerações de fundo, conceituais sobre a norma como um todo né, as críticas que foram feitas e tal, e depois eu acho que deveria ser dividido por artigo, aí em cada, para cada artigo, elenca quais foram as questões que foram levantadas, entendeu? Porque aí eu acho que pode chegar em um momento que as Câmaras Técnicas falam “não, vamos rescrever, vamos fazer outros artigos e etc., e tal” mas, eu acho que fica uma forma mais objetiva se a gente colocar as considerações de acordo com a proposta da norma que nos foi encaminhada.

A SRª. ADRIANA LUSTOSA DA COSTA (SRHQ/MMA) – (*inaudível*) em relação ao que ficou encaminhado até 15 de maio, não é Roseli? Nós teremos esse parecer também para a discussão na próxima reunião da CTIL, à tarde a gente volta para a pauta, os outros itens de pauta, eu conto com a presença de vocês, e são 13h da tarde.